Anarquismo em Portugal

(1796 - 2021)

Carlos Fontes

Lisboa, Janeiro de 2022

Anarquismo em Portugal

(1796 -2021)

Carlos Fontes

Em 2021 comemorou-se os 225 anos da divulgação das primeiras ideias anarquistas em Portugal. É uma data pretendemos assinalar com este livro. A sua estrutura base foi elaborada em 1975 quando era redactor do jornal *A Batalha.* Na altura um dos nossos problemas era a ausência de uma história do anarquismo em Portugal que nos permitisse perspectivar as lutas em que estávamos envolvidos. Os anos foram passando e o material reunido ao longo alguns anos começou a dispersar-se. No Colóquio comemorativo dos 100 anos do jornal *A Batalha* antigos camaradas recordaram-me o projecto que em tempos havia abraçado. Em casa, revolvendo velhos papéis descobri entre eles o plano do livro a publicar e centenas de fichas que ainda conservava. Desde então muito se avançou na redescoberta das ideias e práticas anarquistas em Portugal, o que me tem obrigado a novas leituras, não contando já com os testemunhos de muitos antigos camaradas. Os tempos são outros, mas as lutas no essencial são as mesmas, por isso o plano continua o mesmo com as mudanças impostas pelo tempo.

Entre os princípios do anarquismo que nortearam a ação de incontáveis homens e mulheres o principal foi a libertação do Ser Humano de tudo o que o inferioriza, o impede de se assumir como um ser autónomo que pensa e decide pela sua cabeça. O seu ideal de sociedade está subordinado à Liberdade, condicionando a sua forma de organização e os meios de a atingir. São princípios que fundamentam uma ética de insubmissão.

A revolta é espontânea. É fruto de uma tomada de consciência de um individuo que sente a opressão, manipulação ou a injustiça seja sobre si próprio ou um semelhante. Este é outro princípio comum a todos os anarquistas. Neste sentido, opõem-se a qualquer tipo vanguarda de iluminados que lhes imponha o que devem pensar, como o devem fazer e como agir.

Em todas as revoluções sociais contemporâneas estiveram sempre presentes e procuraram expressar as suas posições, e sempre que as condições o proporcionaram tentaram concretizar os seus princípios políticos. Os mais individualistas entre eles nunca renegaram o seu papel social. O campo privilegiado de luta é o quotidiano, os locais de trabalho ou de residência onde o domínio (poder) de uns sobre outros se exerce. Foi sempre assim ao longo da sua história. Quando tudo parece normalizado, conformado ou pacificado ressurgem através de combates individuais ou de pequenos grupos impelidos por uma ética libertária que não reclama reconhecimento social.

O anarquismo na sua radical afirmação da Liberdade é por natureza plural, combate o dogmatismo, as ideias únicas. Ao longo dos tempos o seu ideário foi sempre amplamente discutido, no entanto os caminhos apontados para o concretizar raramente foram consensuais, daí a diversidade de causas abraçadas pelos anarquistas.

Ao dirigismo e centralismo opõe o federalismo porque permite uma gestão mais participada próxima de cada indivíduo. No campo libertário não há uma única doutrina, estratégia ou meios de luta para a Anarquia mas várias.

Neste sentido abdicamos de adjectivar as suas várias tendências (mutualistas, cooperativistas, colectivistas, comunistas, individualistas, sindicalistas, etc). Adjectivos que tornam muitas vezes incompreensíveis o próprio movimento e a sua constante renovação.

A repercussão social do anarquismo tem variado bastante ao longo da história de Portugal. Para uma melhor compreensão dos respectivos contextos sociais dividimos a sua história em oito grandes períodos:

1796 - 1847: Princípios. Godwin

1848 -1870: Mutualismo e Federalismo. Proudhon

1871- 1885: Impulso Internacional. Bakunine

1886-1910: Movimento Anarquista. Kropotkin

1910-1926: Educação e Sindicalismo. Malatesta

1926-1974: Resistência às Ditaduras. Rudolf Rocker

1974 -1989: Redescoberta e Acção Directa. Murray Bookchin

1990-2021: Novas Perspectivas - Novas Lutas. Noam Chomsky

No final do texto inserimos uma sintética definição de anarquismo e da Ética Anarquista, a que se seguem as notas bibliográficas e outros apontamentos .

1796-1847: Princípios. Godwin

A história do anarquismo em Portugal remonta ao final do século XVIII. Era um tempo de profundas mudanças que não deixavam de ter os seus reflexos no país. Na Grã-Bretanha consolidavam-se as liberdades democráticas, o parlamentarismo, desenvolvia-se a revolução industrial e a concentração da propriedade. Apesar da abastança dos ricos crescia uma chocante pobreza nas cidades. Em 1789 na França eclodiu uma revolução, sob os princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, instaurou-se as liberdades políticas e civis, adoptaram-se reformas que despertaram grande entusiasmo nos meios revolucionários na Europa. A revolução francesa não tardou a radicalizar-se, e em 1793 foi instaurado um regime republicano. As monarquias europeias unem-se para fazerem frente à ameaça emergente.

Em Portugal, cerca de três milhões de pessoas vivem sob uma monarquia absoluta e despótica. Nenhuma instituição limitava as prerrogativas do monarca, cuja autoridade era ilimitada sobre usos e costumes. A lei natural é de interpretação real e a lei divina tem no rei o seu depositário com a concordância da Igreja católica. O Revolução Francesa viera colocar em causa os fundamentos da monarquia absoluta. As novas ideias, embora limitadas a um círculo muito restrito, não deixaram de se difundirem. A *Gazeta de Lisboa*, o principal jornal do país, não tardou ser censurada e a divulgar apenas as notícias que o governo permitia. A Igreja Católica, sentiu-se igualmente ameaçada e atacou sem cessar as novas ideias, servindo-se da experiente Inquisição para perseguir os que se desviavam da religião do Estado. A Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros reforça a sua vigilância. Pina Manique, o poderoso Intendente-Geral da Polícia foi implacável na perseguição e repressão dos subversivos.

O país estava há muito bloqueado. A censura limitara desde o século XVI o acesso à cultura, ao conhecimento científico e às inovações tecnológicas, criando uma mentalidade desfasada do próprio tempo. A manutenção de um vasto império colonial implicava uma contínua sangria de pessoas, estimulava uma economia baseada na exploração do trabalho escravo nas colónias, importação de produtos no comércio, especulação e o arrendamento improdutivo por parte da minoria de privilegiados. A maioria da população trabalhava na agricultura, em terras cuja propriedade se mantinha inalterável, uma boa parte da qual estava na posse da Igreja.

Foi neste contexto de enormes mudanças que dois jovens - Francisco Solano Constâncio (1777-1846) e Henrique Xavier Baeta (1776-1854), entusiastas da revolução francesa, foram para a Grã-Bretanha estudar medicina. Neste país contactaram com as ideias anarquistas de William Godwin (1756-1836) e feministas de Mary Wollstonecraft (1759-1797). O contraste não podia ser maior entre a situação que se vivia em Portugal e aquela que encontraram.

William Godwin

Na Grã-Bretanha, as ideias da revolução francesa de 1789 gerou igualmente um enorme entusiasmo entre muitos intelectuais, como William Godwin, criador da primeira “filosofia anarquista”. Desde de 1789 até falecer manteve-se fiel aos princípios da revolução, e como advogado defendendo aqueles foram perseguidos pelo governo britânico. Foi ainda apontado como tendo ajudado à publicação de *Os Direitos do Homem* de Thomas Peine.

Em 1793 publicou a sua célebre obra *An Enquiry Concerning Political Justice and its Influence on General Virtue and Happiness* (Inquérito acerca da Justiça Política), que teria mais duas edições em 1796 e 1798. A obra causou um enorme impacto nos meios intelectuais. Pela primeira vez o pensamento anarquista era exposto de forma sistemática em dois densos volumes (1). A razão humana para Godwin é o principal instrumento da libertação dos indivíduos, a qual, à medida que se desenvolve, lhes mostra as razões da escravatura em que vivem. A transformação social faz-se, portanto, por esta tomada de consciência, na qual uma educação libertária desempenha uma importante função.

Godwin prosseguiu com uma ampla produção de ensaios, obras literárias e até contos infantis difundido as suas ideias libertárias. Uma destas obras - *An Inquiry Concerning Populacion* - publicada em 1820, traduzida no ano seguinte para francês e comentada em português por Solano Constâncio (2), revelando a sua adesão às ideias de Godwin.

Constâncio era um entusiasta das ideias da revolução francesa, as quais se manteve fiel até falecer. Foi para Londres em 1791, como bolseiro, para se formar em medicina. Descontente com o ensino que encontrou em 1794 mudou-se para Edimburgo e ali permaneceu até 1797, participando ativamente neste período nos debates políticos em curso. Foi nesta altura que entrou em contacto com as ideias de William Godwin e Mary Wollstonecraft.

Em 1796 publicou uma revista *The Ghost* (o fantasma). O número 13 (Julho de 1796) foi dedicado à educação, referindo as ideias de Mary Wollstonecraft sobre o direitos das mulheres. Constâncio colocava em relevo o facto de Wollstonecraft destruir a ideia da subordinação da mulher em relação ao homem, pugnar pela educação física das mulheres, um ensino misto, a igualdade de género e a mesma liberdade sexual que os homens.

No número 34, o último deste período e o mais combativo (apócrifo, 14 de Julho de 1796), fez uma síntese das ideias de Godwin (3), destacando na sua filosofia a ideia de um aperfeiçoamento contínuo do ser humano, que conduziria a uma sociedade onde não haveria desigualdades sociais, leis, governos, ignorância, em que as uniões serão livres e até se poderia imaginar que a vida seria prolongada indefinidamente. Tratava-se de uma síntese notável desta filosofia anarquista que teria certamente impressionado Constâncio.

No ano seguinte publicou *Watson Refuted* (Watson Refutado), em que tomava partido por Thomas Paine no debate com o Bispo de Llandaff, Robert Watson. Constâncio, com apenas 19 anos, em nome da razão atacava a religião, o Estado e as leis como parte de um sistema opressivo que mantinha o povo na ignorância e superstição (4). Não deixava de publicar duras críticas ao ensino da universidade de Edimburgo, mas também à educação que se praticava na Grã-Bretanha, seguindo Godwin.

Apontado como um perigoso radical estrangeiro acabou por fugir para a Alemanha (Hamburgo), seguindo-se a Holanda e por fim Paris. Em 1799 estava de regresso a Lisboa.

Alimentou a ilusão que a invasão francesa de Portugal, em 1807 provocasse uma revolução social no país. A verdade é que pouco antes da invasão se refugiou de novo em Paris (5) e nunca mais regressou a Portugal. Considerava que a França, malgrado seus desvios para a tirania e a barbárie, era ainda assim o instrumento de uma revolução social que libertaria a Europa Ocidental (6). Um sentimento partilhado por muitos portugueses antes e depois da invasão (7). A Inglaterra simbolizava no seu pensamento, a opressão e

exploração dos povos por todo o mundo, com base num sistema económico assente na desigualdade social entre pobres e ricos com a cobertura do Estado.

Solano Constâncio assumia-se como um "cidadão do mundo", nutrindo como Godwin um ódio profundo pela aristocracia, privilegiados e ociosos. Crítico da religião institucionalizada, revelou-se ateu como Godwin.

Entre 1819 e 1821, debruçou-se sobre a "economia política", a que viria mais tarde a denominar "ciência social" traduzindo para francês três importantes obras de autores ingleses: David Ricardo - *Des Principes de l`Economie Politique et de l`Impôt* (1819); Thomas R. Malthus - *Principes d`Economie politique considerés sous le rapport de leur application pratique* (1820); Willian Godwin, como dissemos, *Recherches sur la population, et sur la faculté d'accroissement de l'espèce humaine, contenant une réfutation des doctrines de M. Malthus sur cette matière de (1821*). Não se tratou de um simples trabalho de tradutor, mas de um claro programa político que, apoiado em Godwin, pretendeu combater uma concepção de sociedade defendida por Malthus. Sobre esta obra de Godwin publicou em português uma extensa recensão que constituiu um marco da difusão das ideias anarquistas em Portugal, um facto que tem sido ignorado.

Nesta recensão, apoiando-se e citando Godwin, desfez a argumentação de Malthus colocando em evidência que o mesmo desvalorizava o valor do trabalho como criador da riqueza. Afirmava que a pobreza não se devia ao excesso de população mas a uma má organização social, resultante das instituições sociais, nas desigualdades na repartição da propriedade e dos rendimentos do trabalho, dos privilégios, dos estorvos à economia, dos impostos excessivos sobre bens essenciais, da falta de educação da população, de superstições religiosas entre outras, etc.

As ideias de Malthus visariam no fundo justificar o luxo e os privilégios dos ricos numa suposta ação benéfica para a Humanidade. Malthus pretendia que se ensinassem os pobres que não tinham os mínimos direitos de serem assistidos pelos ricos, e estes deviam ser persuadidos que não tinham nenhuma obrigação de socorrer os pobres. Aos pobres restava-lhes apenas auto-eliminarem-se. Malthus para dar uma explicação científica a esta teoria formulou a sua célebre fórmula: a população cresce em progressão geométrica e os alimentos só crescem em progressão aritmética, logo a pobreza e a fome era uma inevitabilidade. Aos pobres só lhes restava conformarem-se com o seu destino. Acontece que Malthus fundamentou esta "lei" em dados sobre a população dos EUA publicados por Godwin (*Enquiry…)*, omitindo que o enorme aumento se devia à emigração europeia. A obra de Godwin pretendia repor os factos, denunciar a imoralidade e a explicação da pobreza como uma fatalidade.

Constâncio revela na sua vasta obra uma adesão as ideias libertárias, sem todavia as ter assumido como tal, o que se acentuou depois de 1837 quando publicou em Paris, o *Armazém dos Conhecimentos Úteis*. Depois de 1809 colocou o foco das suas ideias numa possível revolução em Portugal.

Filosofia Política. Constâncio, como Godwin não separavam a política da moral, orientada por um princípio de justiça universal. Godwin é todavia mais sistemático e filosoficamente mais consistente, atacando todos os obstáculos que corrompem moralmente os seres humanos e os mantêm como escravos (Estado, governos, privilégios, discriminações, propriedade, ignorância, etc). Nada justificava as desigualdade sociais dado que todos tinham os mesmos direitos naturais. As hierarquias sociais justificadas em nome da religião, da ordem pública, da malignidade intrínseca dos seres

humanos, das superioridades inatas entre os seres humanas, eram imposturas que procuravam justificar o direito ilegítimo de uma minoria a governar ou a mandar e a maioria ser governada e espoliado. O único regime aceitável era uma democracia que caminhasse gradualmente para a abolição do Estado que corrompia os cidadãos difundido e impondo estas imposturas.

Organização Social. Constâncio como Godwin defendem uma organização social igualitária, assente, entre outros, numa maior distribuição da propriedade, no fim da acumulação da riqueza por herança, etc. Ambos atribuem às instituições sociais os males da sociedade que reproduzem e eternizam relações de domínio e as desigualdades sociais. O importante para eles não era a riqueza em geral da sociedade, mas a felicidade de pessoas concretas. Godwin não indica nenhum modelo concreto para uma sociedade futura, embora manifeste preferência por uma constituída por pequenas comunidades que permitam uma democracia direta. Constâncio sugere um modelo económico baseado em cooperativas e na pequena propriedade de modo a evitar a exploração capitalista, afirmando: "É preciso que os progressos das artes e das ciências revertam em proveito do homem industrioso e que as empresas manufactureiras, dirigidas por operários e artesãos, possam dispor de capitais a juro moderado", uma questão que iria preocupar Proudhon. Godwin persistiu em associar a transformação social a um aperfeiçoamento contínuo dos seres humanos que conduziria ao fim dos Estado. Constâncio tornou-se mais céptico em relação à ideia de um progresso contínuo. A revolução em Portugal, por exemplo, era vista como uma interrupção num processo histórico que estava a conduzir o país para a decadência e a irrelevância entre as nações europeias, tantos eram os vícios acumulados desde o século XVI (tirania, corrupção, desprezo pela agricultura e a produção de bens, superstições religiosas, escravatura, militarismo, etc) (*História do Brasil*, 1839). O aperfeiçoamento, embora necessário, não era contínuo, podiam ocorrer processos de regressão.

Educação. Constâncio, seguindo Godwin, defendeu a universalidade e gratuidade do ensino público, unindo teoria e prática, sempre numa perspetiva global de abertura às inovações técnicas e científicas (*Ideias sobre*…, 1821). Mostrou-se particularmente empenhado na divulgação dos conhecimento úteis criando e colaborando em publicações com esta finalidade. A educação era um poderoso instrumento para mudar mentalidades. Uma mentalidade submissa ao rei, aristocratas e à religião era a principal razão por que os portugueses não se revoltavam e não faziam a revolução social que o país carecia.

A educação desempenharia uma função central na transformação social preconizada por Godwin que, em 1784, fundou uma escola privada e escreveu um vasto programa educativo (*Accont of The Seminary*, 1783). A educação devia ser totalmente livre e também integral, desligada de ajustamentos à ordem social vigente. Advogava mesmo que a nenhuma criança devia ser ensinado aquilo que a mesma não quisesse. Ambos se opunham a um ensino baseado em valores nacionais. Godwin fez em grande parte depender a transformação social dos avanços de uma educação libertária criadora de uma nova consciência social.

Igualdade de Direitos. Constâncio condenava as discriminações raciais e a escravatura. Godwin, neste aspecto era mais radical, condena todo os tipo de discriminações fossem elas étnicas, sexuais, sociais, etc. Constâncio recomendava particularmente que Portugal se concentrasse nas suas colónias em África, mas pondo termo ao "abominável tráfico de escravos" e tratando os africanos como iguais (cfr. *Varietés politico-statistiques*…, 1822). Recorda que desde o século XVI a escravatura dos indígenas, o militarismo e fanatismo religioso foram os principais vícios que estavam na base da decadência de Portugal, e

que iriam afectar o futuro das suas colónias quando emancipadas. Chegou a afirmar que se os índios no Brasil ou os negros em África não tivessem sido colonizados tinham gerado grandes e prosperas nações (*Historia do Brasil*, 1839). No *Novo Dicionário Crítico e Etymológico da Lingua Portuguesa*" (2ª.edição,1844) reduziu significativamente a definição de "escravatura" à "quantidade de escravos importados da costa da África para o Brasil" acrescentando "Felizmente acabou o infame tráfico da escravatura".

Anticolonialismo. Godwin e Constâncio condenaram o comércio internacional assimétrico, e defenderam a libertação dos povos oprimidos e a plena igualdade entre todos. Godwin, em 1793, defendeu o direito dos povos à autodeterminação politica. Constâncio envolveu-se, sobretudo em 1809, nos movimentos de libertação das colónias espanholas, liderados pelo venezuelano Francisco de Miranda (1750-1816), servindo de intermediário junto do governo inglês para obter apoio diplomático (8). Com o expressivo pseudónimo Las Casas publicou no periódico inglês *The Statesman*, artigos de apoio a este movimento emancipatório.

Foi através de Constâncio que as ideias de Godwin foram difundidas em Portugal. A sua ligação a Godwin era profunda como está bem patente na biografia que dele escreveu e na análise detalhada que fez da sua obra, publicada em 1838 na *Biographie Universalle, Ancienne et Moderne*, volume 65, pp. 446 a 451. Com grande propriedade, chama a atenção para o "princípio anarchique" que sustenta a "doctrine de Godwin", um termo que será pouco depois usado por Proudhon.

De Godwin devem ainda ser destacados dois outros textos editados em português (9) em 1840 e 1841:

"*Da popularidade entre os antigos, e os modernos. Dos Essays [de Godwin], e "As Cousas como elas na verdade são, ou as aventuras de Caleb Williams".* Este romance escrito em 1794 dirigia-se ao grande público. Nesta obra um jovem do povo reflecte sobre a opressão dos ricos, a impossibilidade dos oprimidos se fazerem respeitar numa sociedade cuja organização social mantém e reproduz esta opressão.

Henrique Xavier Baeta, em 1797 foi estudar medicina na Universidade de Edimburgo. Devido à sua simpatia pela ideias da revolução francesa vira-se obrigado a sair da Universidade de Coimbra, onde cursara filosofia. Na Grã-Bretanha contactou com as ideias de Godwin e da sua primeira mulher - **Mary Wollstonecraft**. Esta revolucionária, professora, antiesclavagista, defensora do amor livre, presenciou a revolução francesa, e dedicou a sua vida à emancipação das mulheres, tendo publicado cerca de 20 livros (10). Era mãe de Mary Shelley (autora do romance *Frankestein*). Wollstonecraft estivera em Lisboa no final de 1785, quando veio visitar uma amiga de infância que aqui se encontrava em convalescência, uma visita assinalado por Godwin (11).

As ideias de Wollstonecraft provocaram um forte impacto no jovem Baeta. Após regressar a Portugal publicou, em 1806, uma biografia de Wollstonecraft, assinalando se tratava de uma "firme defensora dos direitos das mulheres". A obra é acompanhada de um texto de Wollstonecraft sobre uma viagem que fez à Escandinávia (12).

As ideias de Wollstonecraft estavam difundidas. Nísia Floresta (1810-1885), no Brasil, em 1832, publica "Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens", uma tradução livre da célebre obra Wollstonecraft intitulada *Vindications of the Rights of Women* (13).

A emancipação feminina foi também abordada por Constâncio que defendeu a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Godwin neste aspecto foi mais radical, não só o fez, como pugnou pelas uniões livres e pela libertação sexual.

Na primeira metade do século XIX, com excepção de Constâncio, os mais radicais revolucionários em Portugal, como João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853) nunca se definiram em termos universais. O seu discurso de transformação social confinava-se à realidade portuguesa e brasileira.

Os "Anarchistas"

As palavras "anarquia", "anarquista" ou "anarquismo" entram muito cedo no vocabulário político português com um significado contrário à Ordem vigente. A Anarquia em 1789 é definida como uma sociedade onde falta um chefe, um soberano ou regente, o que provocaria uma desordem civil (14). O quadro mental é ainda o do absolutismo. Após a revolução francesa a anarquia passou a ser associada a tudo o que a revolução simbolizava na altura: liberdade, intervenção popular, igualdade de direitos, fim do poder da religião… Os anarquistas, na linguagem do tempo, eram os defensores destes ideais, inimigos viscerais dos absolutistas.

Após a fuga da família real para o Brasil, em 1807, o país ficou à deriva. A Corte e as principais famílias que administravam o país estavam ausentes. A sua maior preocupação era que os seus rendimentos e bens fossem enviados para o Brasil. Malgrado devastação provocada pelas as invasões francesas, o país ficou dividido entre os que se opunham aos franceses e os que os apoiavam. O próprio rei apelara a uma boa recepção aos franceses, no que muitos se excederam. Neste contexto, as novas ideias, como as dos direitos naturais do homem e o ideal de um governo democrático assente na soberania popular acabaram por ganhar terreno. Os franceses, na primeira invasão (19/11/1807 a 2/12/1808), dominaram a administração do país e acabaram por promover o questionamento e a desagregação das antigas estruturas do Estado e as relações de obediência em que assentava a monarquia absoluta. As revoltas populares contra os franceses e os seus cúmplices acabaram por degenerar em ataques contra as leis, as instituições e os fundamentos do próprio regime monárquico. Numa rebelião que, segundo as autoridades, não faltaram "verdadeiros anarquistas" (15). O termo Oclocracia, a lei imposta por multidões ao poder vigente entrou no discurso politico.

A partir de 1809 a administração política e militar foi confiada aos britânicos, que contaram com o apoio da Igreja Católica. Defenderam a manutenção do regime absolutista, combatendo as novas ideias de liberdade e soberania popular. Qualquer alteração ao anterior regime foi condenada, acusando-se os que o faziam de promoverem a "anarchia" e o domínio dos franceses. Sucedem-se as revoltas e a prisão dos que as defendem. Portugal estava na prática transformado numa colónia britânica, com a concordância da corte que continuava no Brasil. Após um curto período de anglofilia, o ódio contra os novos ocupantes alastra por todo o país. Em 1817, ocorreu uma revolta militar liderada por Gomes Freire de Andrade contra o domínio inglês, mas foi rapidamente dominada.

As populações sentiam-se abandonadas e revoltaram-se contras as obrigações a que estavam sujeitas, como o pagamento de impostos, as contribuições para a Igreja e Conventos, etc. A imprensa editada por exilados em Inglaterra e depois em França (16), mas também os acontecimentos revolucionários em Espanha, nomeadamente a Constituição de Cádiz (1812) (17) forneceu um poderoso estímulo a revolta contra o regime em Portugal.

Em Janeiro de 1818 formou-se uma organização política secreta - o Sinédrio - com o objectivo de tomar o poder quando ocorresse o esperado movimento “anárquico” ou uma “revolução”. Aproveitando a ausência do general William Beresfort no Brasil, no 24 de Agosto de 1820, no Porto ocorreu uma revolução que pretendia terminar com o “feudalismo” em Portugal (18), pondo fim à violação dos direitos naturais dos portugueses. A revolta no Porto avançou para sul, secundada por movimentos populares que radicalizavam os objectivos iniciais (19). Os cárceres da Inquisição foram assaltados. Nos domínios da Real Abadia de Alcobaça, os camponeses revoltam-se, deixaram de pagar os tributos que lhes eram impostos. Os frades eram alvo da ira dos camponeses (20). Alimentando a revolta, em plena liberdade, multiplicaram-se as publicações difundindo as novas ideias procurando influenciar a “opinião pública”.

O direito divino do rei e a autoridade baseada na tradição foram questionados. Proclamava-se que a legitimidade do poder era a que decorria da vontade popular ou da nação, através dos seus representantes livremente eleitos. Iniciou-se a convocação das “cortes” para a elaboração de uma constituição liberal. A extinção da monarquia e a instauração um regime republicano fora colocada. As eleições introduziram um dado novo no modo de fazer política.

Como escreve Borges Carneiro (21), tornara-se insuportável que alguém pudesse arrogar-se ser proprietário de um povo ou de um país, dispondo do mesmo livremente para o transmitir aos seus descendentes. Era a questão decisiva que opunha os liberais (anarchistas) aos absolutistas. Entre a Anarquia e o Absolutismo muitos eram os que preferiram abertamente a primeira (22), mas o fantasma da “desordem” esteve sempre presente (23).

A verdade é que a primeira Constituição aprovada em 1822 tratou logo de excluir a esmagadora maioria da população do acesso aos direitos mais básicos de cidadania, como o direito de eleger e ser eleito. Sob os argumentos mais diversos foram excluídos os que não tivessem um rendimento que lhes permitissem viver autonomamente, os analfabetos, as mulheres, os membros de ordens religiosas, os mendigos, os criados, etc. O poder permaneceu confiado à vontade soberana de uma minoria, alegadamente representante do Povo. A participação política da maioria da população era vista como uma ameaça à ordem estabelecida. O rei deixara de ter direito de veto absoluto sobre as leis aprovadas nas Cortes. A liberdade de imprensa era consagrada, embora fosse vista por muitos como um perigo para a Autoridade do Estado.

A reação contra à Constituição por parte dos defensores da Ordem absolutista foi quase imediata. É verdade que D. João VI, após regressar do Brasil jurou a Constituição, mas a nobreza e a Igreja católica passaram a conspirar para a derrubar. Muitos foram os que se recusaram a jurar a Constituição, como o fez o Cardeal Patriarca, manifestando publicamente a sua discordância com a mesma. Para os liberais não estava em causa a religião e sim a Igreja como Instituição, o fanatismo e as superstições. Foi nesse sentido que extinguiram a Inquisição (31/03/1821), criticaram as congregações religiosas, os privilégios eclesiásticos ou defenderam a redução do número de conventos (24). Era um movimento de secularização que a Igreja não podia aceitar. A oposição foi violenta. Na propaganda da Igreja, um dos temas mais frequentes era que as mudanças que haviam sido introduzidas na sociedade portuguesa iriam conduzi-la para a Anarquia. A Igreja contou na sua luta com um apoio de peso: O Infante D. Miguel.

Após a morte de D. João VI, a Constituição, em 1826 foi substituída por uma Carta Constitucional imposta por D. Pedro IV. O rei voltava a ser a figura central do Poder e a

Igreja Católica a religião do Estado. No entender dos liberais era o compromisso possível com entre os defensores da Constituição e os Absolutistas. Na prática um retrocesso nos princípios revolucionários.

Em 1828 D. Miguel e seus apoiantes tomara o poder e restaurou a monarquia absoluta, promovendo o culto da figura do rei como o salvador, respeitador das tradições e de um passado mitificado. Os opositores foram perseguidos, presos e assassinados. Reinava o terror (25). A liberdade foi suprimida. A imprensa era vista como um veiculo de difusão do ateísmo, das injustiças e das revoluções (26).

No Brasil, a partir de 1821-23, os "anarquistas" aproveitaram a liberdade de imprensa para defenderem abertamente a independência atacando os militares e a corrupção das autoridades fieis à coroa portuguesa (27). Contra estes se ergueu em 1824, José da Silva Lisboa (1756-1835), visconde de Cairu, com o seu folheto *Pesca de tubarões do Recife em três revoluções dos anarquistas de Pernambuco, com apêndice de conta oficial e memória pública da lealdade da província.* Em defesa do poder absoluto do Imperador D. Pedro I (D. Pedro IV de Portugal) publicou, em 1825 e 1826 o jornal *Triunpho da Legitimidade Contra Facção dos Anarquistas* do Rio de Janeiro. O que pretendiam os anarquistas? Um projecto liberal radical: um regime republicano federalista, com amplas liberdades, a participação directa da população na política e o fim da escravatura (28). A revolta que conduziram de forma permanente acabou por conduzir à queda do primeiro imperador do Brasil em 1831 (29). Na revolta de cariz republicano de 1837, conhecida por *Sabinada*, o *Diário do Rio de Janeiro* atribuía a sua autoria ao "Partido Anarquista". O anarquista era sinónimo do revolucionário que lutava contra a ordem estabelecida guiado pelos princípios da revolução francesa. A palavra vinha adquirindo significados que ultrapassavam o liberalismo. Disso dá conta o padre Justiniano da Cunha Pereira (1798-?), em 1838, na comédia *Club dos Anarchistas* quando procurou ridicularizar os "anarchistas" envolvidos no derrube da monarquia brasileira com ideias inspiradas na revolução francesa e nas repúblicas americanas.

O padre Joaquim Pinto de Campos (1819-1887), em 1860, no folheto, publicado no Rio de Janeiro com o titulo *Os Anarchistas e a Civilização, Ensaio Político sobre a Situação por um Pernambucano* afirma que os anarquistas mais radicais defendiam a emancipação da mulheres, a abolição da monarquia, da religião cristã, da herança e da propriedade; o fim de todos os privilégios, sem excepção, e a criação de uma sociedade baseada no principio a cada um segundo as suas capacidades." Segundo ele "Dos anarquistas brotaram outras correntes revolucionárias mais moderadas como os "phalantérios, communismos, fourierismos e socialismos".

Revoltas Populares

A partir de 1828 quando começa a guerra civil que opõs os Liberais aos Absolutistas, os termos "anarquia", "anarquista" (30) ou "anarquismo" passaram a ser largamente aplicados para nomear a facção mais radical dos liberais (31) que incentivam as revoltas populares antiestatais e contra os valores tradicionais em nome da Liberdade. Finda a guerra civil, em 1834, os anarchistas foram acusados de prosseguir a guerra contra os absolutistas, através de actos de vingança ou ajuste de contas (32), retomando as promessas da revolução de 1820. O própria termo "anarquismo" (sic) foi aplicado para designar a vivência nas localidades sob o domínio de anarquistas como ocorreu no Barreiro em 1835 (33). Os anarchistas foram igualmente apontados de conspirarem e lutarem contra facções de liberais que acusam de "devoristas" e corruptos.

Os liberais que haviam voltado ao poder, em 1834, não tardaram a aliarem-se a absolutistas para iniciarem o saque dos bens nacionais (património da Igreja nacionalizado, baldios, etc) (34), num processo que conduziu a uma enorme concentração da propriedade. A população igualmente foi sobrecarregada de impostos para criar e manter um Estado centralista ao serviço de uma minoria parasitária. Os "anarchistas" constituíam a facção mais radical de uma nova guerra civil, ainda que não declarada, opunha várias facções armadas (miguelistas, vintistas, setembristas, etc).

Solano Constâncio no seu "Novo Dicionário…", em 1836, ignora o termo "socialismo" ou "comunismo" mas não "Anarchia" ou "Anarchista", não se afastando da definição de 1789. Dando conta das mudanças em curso, não deixa de acrescentar no seu dicionário a palavra "revolucionar", definindo-a como "operar uma revolução política", a que acrescenta: "Os franceses revolucionarão a Itália he (é) termo moderno e indispensável", numa clara mensagem política.

Embora vagos estes conceitos assustavam os governos liberais, sobretudo se fossem abraçados por funcionários públicos. Neste sentido, para o seu recrutamento passou a exigir-se a obediência cega à lei e a ausência de ideias e práticas anarquistas (35), o que se revelou impossível de cumprir. A revolução liberal de 9 de Setembro de 1836, com forte apoio do povo de Lisboa, impôs o regresso à Constituição de 1822, restabelecendo o principio da soberania popular. Entre os clubes que mais conspiraram para esta reclamação estava o do Arsenal, conhecido pelos *maltrapilhas da Ribeira*, formado de "elementos anárquicos" (36). A reação não se fez esperar, no que contou com o apoio da Grã-Bretanha e da Bélgica, e a Carta Constitucional fora de novo restabelecida, numa defesa agressiva do poder da minoria de privilegiados. A situação era de uma guerra civil não declarada, os miguelistas prosseguiram com a guerrilha no Alentejo e Algarve até 1840. Em Lisboa, a guarda nacional (37), expressão da vontade popular, foi massacrada no Rossio a 13/03/1838 de cuja ações foram acusados "certos anarquistas" (38) e os motins de 14 de Julho foram esmagados. Tentando apaziguar a revolta latente foi aprovada a Constituição de 1838, uma versão minimalista da Constituição de 1822.

Depois de 1842, quando Costa Cabral tomou o poder, restabelecendo a Carta Constitucional, os anarchistas, segundo o próprio e o marechal Saldanha, continuaram a liderar as revoltas populares que levaram à guerra civil de 1846-47 (39), tendo suscitado a composição de um hino contra a "anarchia" (40). A novidade destas revoltas populares era a forma como combatiam um Estado que nada lhes dava, mas retirava à maioria da população meios de subsistência e a ameaçava nas suas crenças (41). Paulo Midosi em 1846 compôs a letra do hino evocativo desta revolta onde está bem patente os anseios libertários (42).

As ideias anarquistas ao longo do século XIX aparentemente não tinham em Portugal um terreno fértil para se desenvolverem. Lutava-se pela Liberdade e o poder local (municipalismo). O conceito de indivíduo autónomo com capacidade e possibilidade de intervir politicamente, base da cidadania, dificilmente podia vingar numa sociedade onde o que predominava eram relações de poder entre senhores e súbditos. O acesso à cidadania era negada sob múltiplas formas. O que continuava a imperar era a longa tradição do regime monárquico avesso a modelos democráticos igualmente combatidos pela Igreja Católica. Ao longo do século, o antigo modelo de soberania-punição foi sendo substituído pelo da vigilância omnipresente do Estado, num processo violento marcado por guerras civis, golpes de estado e sangrentas ditaduras. Apesar disto, os grandes movimentos revolucionários internacionais nunca deixaram de ter reflexos quase imediatos no país.

1848 - 1870: Mutualismo e Federalismo. Proudhon

"Ser governado é ser espiolhado, inspecionado, vigiado, dirigido, legislado, regulado, certificado, doutrinado, influenciado, controlado, tributado, pesado, censurado, ordenado, por homens que não têm nem direito nem conhecimento, nem virtude para o fazer. Ser governado significa ser, em cada operação, em cada transacção, em cada movimento, anotado, registado, patenteado, licenciado, autorizado, endossado, admoestado, impedido, reformado, indeferido, detido. É ser, sob pretexto geral, taxado, manobrado, preso como refém, explorado, monopolizado, exortado, enganado, roubado, depois, à menor resistência, a menor palavra de queixa, reprimido, multado, abusado, molestado, seguido, intimidado, batido, desarmado, garrotado, preso, metralhado, julgado, condenado, deportado, esfolado, vendido, traído e, finalmente, escarnecido, ridicularizado, insultado, desonrado. É isto o governo, é esta a sua justiça, é esta a sua moral!". Pierre-Joseph Proudhon, in *A Ideia Geral da Revolução no Século XIX*.

Difusão das Ideias Proudhon

As ideias de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) (1) surgem em Portugal a partir de 1849, após um período de grande conflitualidade social. Em 1842 a Carta Constitucional de 1826 foi restaurada, dando-se inicio a um processo de centralismo estatal, concentração da riqueza que beneficia a alta burguesia financeira e de proprietários, através de movimentos especulativos. Sucederam-se reações populares e eclodiu uma guerra civil (Maio de 1846 a Junho de 1847), marcada por uma humilhante intervenção estrangeira (Patuleia).

Nesta altura a Europa era varrida por revoluções democráticos e de libertação nacional. A monarquia francesa era acusada de se colocar ao lado das forças que combatiam estes movimentos, nomeadamente na Polónia, Suíça, Itália, Espanha ou Portugal. Foram recebidas com grande entusiasmo as noticias da Revolução de Paris, que em Fevereiro de 1848 derrubou a monarquia de Luis Filipe e instaurou a IIª. república (2), tendo o operariado assumido um papel determinante nos acontecimentos. Esta revolução simbolizava para muitos o retomar dos princípios da revolução de 1793 - Liberdade, Fraternidade e Igualdade. Houve manifestações em Lisboa, e em Coimbra formou-se a Carbonária Académica com o objectivo de libertar também o país da tirania.

Nos meios mais avançados, logo em 1848 multiplicaram-se as publicações que defendem os valores de 1793, no quadro de um cristianismo laico, tendo como horizonte uma futura república universal e a soberania do Povo.

Custódio José Vieira (1822-1879), por exemplo, no seu opúsculo "*Um, Alguns e Todos ou a História de um Absurdo*" (1848) numa visão escatológica da civilização, indica que o seu termo será uma república universal ("Todos"). Autores de inspiração cristã como Lamennais, Saint-Simon, Pierre Leroux, Bûchez, Charles Fourier, Robert Owen eram conhecidos e estudados em Portugal. Entre os menos divulgados estava Louis Blanc; Proudhon era ainda um desconhecido.

A presença e a participação de centenas de portugueses e espanhóis na revolução de Paris, como foi o caso de Sousa Brandão, facilitou a difusão das ideias de Proudhon, que partir de 1850 se tornou na principal referência dos revolucionários em Portugal. Muitos foram os que comungavam das suas ideias, apesar de não o nomearem. A ação política que era preconizada era individual e não devia ser enquadrada por nenhuma organização política.

Na rescaldo da revolução de Paris, Sousa Brandão (3) acabado de regressar de Paris, em Novembro de 1849 no jornal *Revolução de Setembro* começou a divulgar as ideias de

Proudhon (3.1). No ano seguinte com António Pedro Lopes de Mendonça fundou em Lisboa o primeiro jornal socialista: *Eco dos Operários* (1850-1851), a que se juntou depois o tipógrafo Francisco Vieira da Silva Júnior. O objectivo do jornal era promover o associativismo dos operários para a construção de uma nova sociedade.

O ideário anarquista desenvolvido por Proudhon foi sendo exposto e adaptado por Sousa Brandão à realidade portuguesa. A anarquia pressupunha uma organização política federalista, não hierárquica. A dignidade do trabalho estaria no centro da organização social que devia ser estruturada de modo a propiciar aos trabalhadores o acesso à propriedade dos meios de produção e aos frutos do próprio trabalho. O associativismo seria a expressão da fraternidade e força dos operários. A educação seria chamada a desempenhar uma importante função na socialização, formação moral e capacitação profissional dos trabalhadores, contribuindo para a sua libertação social. Apelava-se de forma contundente à revolta social contra o capitalismo e a exploração dos trabalhadores.

Sousa Brandão declara-se anarquista, seguidor e estudioso de Proudhon. No seu longo artigo "Auctoridade e Anarchia" (*Eco*, 16, 15/08/1850) a identificação com as suas ideias acarretou-lhe a acusação de plágio do jornal *Voix du Peuple* de Proudhon (*Eco*, 19/09/1850). Na polémica que então se abre continuou argumentar com base em Proudhon, revelando uma das suas obras que andava a estudar: *Sistema de Contradições* (*Eco*,22,26/09/1850). Sousa Brandão não se ficou por considerações gerais estabeleceu um vasto plano de organização de Portugal segundo a "Anarchia, isto é, o pleno triunpho da soberania popular", começando pela base a "administração de uma freguezia" (*Eco*, nº33, 14/12/1850 a nº41, 1/03/1851). A freguesia, esclareceu depois, correspondia à comuna na sua concepção anarquista.

Lopes de Mendonça (4), adoptou um claro estilo proudhoniano na denúncia do capitalismo. Definiu assim o socialismo: " Um meio de melhorar as condições de trabalho, e de distribuir a riqueza segundo as leis da Justiça, e como um princípio de organização e desenvolvimento para a indústria. Não se trata só de emancipar as classes laboriosas, mas de engrandecer e fecundar o trabalho, de aumentar a quantidade de produção e da riqueza, de prevenir a tirania do capital, pela facilidade do crédito, e pelo espirito de Associação." (*Eco*, nº2, 7/05/1850). Em situações limite de miséria social aceitou a colectivização da propriedade, preferindo todavia a gratuidade do crédito para o acesso à propriedade e aos meios de produção pelos trabalhadores. Como Proudhon recusava encarar a sociedade futura como um sistema fechado (*Eco*,21,19/09/1850), definida previamente a "regra e esquadro" por um qualquer "génio".

Lopes de Mendonça e Sousa Brandão para darem corpo a estas ideias criaram a Associação dos Operários (1850) que pretendia reunir todas as pessoas de qualquer arte ou ofício. Assumia-se como defensora do Direito ao Trabalho, propunha um banco operário para transações e ou a criação de novas indústrias, conservatórios (instrução profissional) , bibliotecas, museus, etc. O ambicioso projecto não tardou a ser proibido, mas não tardaram também a criar outras associações similares.

Numa linha de oposição do trabalho contra o capital, o *Eco dos Operários* promovia uma "emancipação anárquica de todas as classes operárias" (*Revolução de Setembro*, 2585). Em Fevereiro de 1851, por exemplo, saúda a ocupação e gestão pelos trabalhadores da Fabrica do Bicalho, no Porto (*Eco,* 40, 22/02/1851), apelando que os trabalhadores tivessem em conta os ensinamentos da Revolução em Paris de 1848.

No Porto após o arranque da industrialização na década de quarenta, assistiu-se entre 1852 e 1856 à criação de várias associações mutualistas (tipógrafos, tecelões, alfaiates, sapateiros, etc), mas também ao aparecimento de uma renovada imprensa operária: *A Esmeralda* (1850) por iniciativa de Marcelino de Matos e onde colaborou entre outros Custódio José Vieira; *Jornal dos Operários* (1852) e a V*oz do Operário* (1853-1873). A linguagem é de denúncia da miséria em que viviam os operários, as medidas preconizadas eram conciliatórias.

Em Lisboa surgiu uma nova e importante organização promotora do associativismo operário e das ideias socialistas: o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas (1852-1873) (4.1). Os seus estatutos foram elaborados por Sousa Brandão, a presidência até 1863 foi confiada ao liberal António Rodrigues Sampaio, e na ficou vice-presidência Francisco Vieira da Silva Junior. Em 1854 afirmavam ter 2.114 associados em torno de 17 associações de Lisboa, Porto e Coimbra. Na capital entre 1856 e 1866 publicou o jornal *A Federação*. O Centro associava operários e patrões, não questionava a propriedade privada ou o regime, mantinha boas relações com o governo e o parlamento. Um dos pontos altos da sua atividade foi a realização, em 1865, do Congresso Social onde estiveram presentes 71 associações. A partir de 1870, como veremos, entrou no Centro uma nova geração que abriram uma rotura com a sua orientação reformista.

Proudhon nas Cortes Liberais

As ideias anarquistas foram-se disseminando na sociedade portuguesa. Na década de cinquenta eram frequentes as referências aos perigos que a leitura de folhetos de Proudhon provocavam (5). Na Câmara dos Pares, por exemplo, em 1855 um Par afirmava " de que em certos quartéis se liam tais folhetos de Proudhon, e (...) além de incendiários, e que excitam à desobediência e à insubordinação para serem lidos nos quartéis aonde não deveriam ser permitidos semelhantes e tão perigosas leituras" (6).

Não era fácil citar Proudhon ainda que as suas ideias fossem seguidas. Proudhon era um perigoso demolidor das ideias que sustentam a sociedade burguesa, capitalista. Atacava os seus fundamentos na Justiça, Democracia Representativa, Economia, Religião, Moral, Educação ou na Arte. Os ataques de Proudhon à propriedade (*O Que é a Propriedade ?*, ou *Investigações sobre o Princípio do Direito e do Governo*, 1840) horrorizavam a burguesia tanto em França como em Portugal. A propriedade era apresentada como um direito absoluto e sagrado, base da ordem e da prosperidade capitalista. Nesta obra anuncia uma teoria do valor, do salário e da apropriação capitalista. O capitalismo apropria-se da força colectiva: a riqueza criada pelo trabalho organizado colectivamente. A colectividade é roubada dos trabalhos produzidos. Os operários explorados são desapossados dos valores que produzem e que são acumulados pelos capitalistas. Neste sentido só existe ordem social se a igualdade estiver garantida. A **propriedade** é portanto um roubo, geradora de desigualdades, privilégios, conflitos sociais, minando a sociabilidade.

Proudhon defendia uma revolução social que acabasse com as injustiças, o poder de uns sobre outros, o que só seria possível se os oprimidos, os excluídos se emancipassem. Enuncia a divisão da sociedade em dois grupos antagónicos: os patrões e o proletariado. Apelava a que os operários dentro da sociedade capitalista criassem formas organizativas alternativas sobre bases livres e igualitárias (autogestão).

Apesar de apenas uma obra de Proudhon ter sido editada em Portugal até 1971 - *Do Princípio da Federação* (Lisboa, 1874) , a sua influência foi enorme na cultura portuguesa no século XIX. Os seus leitores e comentadores liam-no noutras línguas. As suas ideias inspiraram importantes combates, nomeadamente quanto à organização federativa do país.

"Estado Anarquista"

Proudhon negava a necessidade muitas de instituições que formam o Estado, não o Estado. Opõe-se firmemente à existência das instituições que garantem e reproduzem o poder de uns sobre outros (privilégios, injustiças, acumulação da propriedade). A sua principal preocupação política era como descentralizar o mais possível as instituições sociais e o poder dos grupos sociais de modo a evitar a concentração e monopolização do poder, garantindo a cada indivíduo a máxima liberdade e igualdade na capacidade de decisão sobre o colectivo.

Proudhon denunciava o capitalismo, como o modelo económico que assenta na acumulação da propriedade e na concentração do poder político. A mesma crítica aplicava ao comunismo de Karl Marx. Neste sentido apelou à revolta contra autoridade (poderes centralizados) e apelou à constituição de formas alternativas de organização administrativa local e de produção.

a) **Federalismo**. O conceito de federalista de Proudhon é expansivo, apela à federação tanto de associações como de comunas (municipios) de modo a substituir a organização social existente por outra livre e igualitária. Advertia que sem este movimento federalista a energia revolucionária estava condenada a estiolar.

Esta ideia de federalismo era inspiradora no contexto português. O estado liberal criado a partir de 1834 procurava acabar com os focos de regionalismo impondo-se uma burocracia centralista e única no país, administrada a partir de Lisboa. Foi contra este modelo centralista que pugnou Alexandre Herculano (7). O centralismo prosseguido na Ditadura cabralista (1842-1846) conduziu o país para uma nova guerra civil (1846-1847). Os municípios e freguesias quando não foram suprimidos foram esvaziados de poder, as liberdades restringidas e instaurada uma oligarquia financeira. Como se tudo isto não bastasse, em apuros a Ditadura solicitou em seu apoio a intervenção de forças militares estrangeiras (Inglaterra e Espanha) para combater os revoltosos, numa atitude de manifesta impotência.

Henriques Nogueira (1825-1858), em 1851 publicou *Estudos Sobre a Reforma de Portugal*, uma obra a que não foram alheias as ideias anarquistas de Sousa Brandão no *Eco dos Operários.* Trata-se de um vasto programa federalista de combate ao centralismo estatal, onde defende a organização do país com base numa federação de municípios, advoga a universalização do associativismo, especialmente de raiz local, para assegurar finalidades assistenciais e educativas. Defende um regime republicano e a federação dos povos do mundo (8). O seu "iberismo" foi influenciado pelos movimentos de unificação na Itália e na Alemanha e não se confina apenas à União Ibérica, aponta para uma federação de todos os povos europeus (9). Os republicanos federalistas passaram a apoiar-se em Proudhon para fundamentarem as suas posições políticas (10).

Eram ideias que tinham eco, um pouco por todo o país, à natural nostalgia pelos antigos concelhos que foram sendo extintos pelo liberalismo, mas também a um gosto romântico pelo regional e local. O federalismo permitiria articular as multiplicidade das comunidades

locais num ordenamento político que preservaria a identidade de cada comunidade. Ao longo do século XIX as ideias municipalistas acabaram por ser identificadas com o ideário republicano e o centralismo com a monarquia. O Federalismo de Proudhon ajudou a estruturar uma corrente radical do republicanismo que irrompeu a partir de 1868 e que se prolongou até à implantação da República.

O Federalismo era entendido como a consagração de uma revolução social que acabaria com as tiranias, hierarquias sociais, superstições religiosas e a exploração do homem pelo homem. Nesta luta as questões sociais tinham prioridade sobre a luta eleitoral, daí a posição abstencionista.

Em Espanha, em 1868, Isabel II é destronada em Espanha seguindo-se um período de enorme agitação política que culminará numa efémera República (Fev.1873- Dez.1874). Os reflexos destes acontecimentos foram imediatos em Portugal. Antero de Quental publicou o folheto - *Portugal perante a Revolução em Espanha. Considerações sobre o Futuro da Política Portuguesa no Ponto de Vista da Democracia Ibérica*, onde concluiu que a revolução espanhola partia dos mesmos problemas que Portugal enfrentava e que só tinham solução numa "republica federal" peninsular (11). O ideal político deste país seria o mesmo de Portugal: a democracia e o federalismo. " A democracia é a queda do reinado burguês, e a *federação*, o renascimento da vida local e a ruína da unidade centralizadora" *(Prosas II, p.47-82).*

Oliveira Martins publicou na mesma altura o romance histórico *Febo Moniz*, opondo à união ibérica dos monárquicos a federação peninsular. No capítulo XI, ataca a autoridade, a teocracia cristã, o direito divino dos reis, e tudo o que provocava a pobreza, ignorância, o crime, as desigualdades, a existência de exploradores e explorados, etc. No meio de um palavreado plagiado de Proudhon advogava igualmente como solução milagrosa uma República Federal. Este conteúdo messiânico atribuído ao federalismo foi apropriado, como dissemos, pelos republicanos. Em 1869 Felizardo de Lima iniciava a publicação do jornal *República Federal dos Estados Portugueses*. Após a sua proibição , reaparece em Abril de 1870 com o título de *República Federal*, estando já articulado com o republicano federalista em Espanha, liderado por Emilio Caster e Francisco Pi y Margall. Neste ano surge em Coimbra, *O Trabalho*, juntando federalistas de ambos os países, defendendo uma federação ibérica. Nesta corrente surgiu também em 1870 o jornal *A Republica-Jornal da Democracia Portuguesa*. Em plena República espanhola o federalismo encontrou em Teofilo de Braga, Nobre França, Azedo Gneco, Latino Coelho, Cecilio de Sousa, Silva Pinto, Eduardo Maia os seus mais ativos propagandistas, embora com perspectivas diversas sobre a questão social e o abstencionismo.

O movimento republicano foi captando para o seu seio proudhonianos, como Augusto Manuel Alves da Veiga (1850-1924). Em 1872 escreveu *Estudos de Filosofia Política.* Na linha de Proudhon-Sousa Brandão defende a abolição do Estado, substituindo-o por uma uma organização administrativa baseada na federação de municípios. Foi o grande obreiro do republicanismo federal no Porto e chefe dos civis na insurreição republicana do 31 de Janeiro de 1891 (12). Após a implantação da República, em 1911, publicou *A Política Nova: Ideias para a Reorganização da Nacionalidade Portuguesa*, mas nesta altura os republicanos já tinham esquecido tudo aquilo que haviam apregoado durante décadas. Francisco José Teixeira Bastos (1856-1901) foi outros dos republicanos federalistas influenciado pelas ideias de Proudhon. Na sua obra *Catecismo Republicano Para Uso do Povo* (1880), em colaboração com Carrilho Videira, mas sobretudo no *Projecto de Um Programa Federalista Radical para o Partido Republicano* (1886), chegou de forma contraditória, a defender o fim da exploração capitalista.

b) **Associativismo**. O regime liberal implantado em 1820 defendeu a libertação dos trabalhadores das antigas corporações profissionais, mas não deixou de negar aos mesmos o direito de associação (13). Queria-os livres para trabalhar e submissos na sociedade.

Proudhon tinha a clara noção do carácter revolucionário do associativismo e das dificuldades de o realizar. Neste sentido, empenhou-se na construção de um programa emancipatório dos operários, articulado com a necessidade de dar resposta aos problemas imediatos da sua própria sobrevivência quotidiana (mutualismo). O associativismo operário era o primeiro passo a empreender, sem a sua união nada seria possivel. A sua revolução social proudhoniana era pacifica e gradual.

O liberalismo, a industrialização e a urbanização, como temos referido, alteraram os modos de sociabilidade e as formas de associação tradicionais desligando-as da religião (14), embora com variações de país para país. Malgrado todos os constrangimentos o crescimento do associativismo foi constante e acompanhou as diferentes fases de transformação social. Um fenómeno que preocupou os poder político pelo impacto que poderia assumir esta dinâmica. O seu grande receio não estava na proliferação de associações comerciais, associações filantrópicas, recreativas e de instrução, filarmónicas ou outras similares, mas na constituição de associações profissionais. A união dos trabalhadores era geradora de potenciais focos que podiam perturbar a sua exploração. O anarquismo, neste contexto era uma ameaça, enquanto corrente política de natureza urbana que emergiu ligado à critica das condições que trabalho que se impôs com a industrialização.

Portugal ao longo de todo o século XX continuou a ser caracterizado pelo predomínio da ruralidade e uma mentalidade que lhe está associada. Fora de Lisboa e Porto era dificil falar de vida urbana. Apesar deste “atraso” na urbanização e industrialização o desenvolvimento das associações foi-se fazendo, conhecendo um importante incremento nas décadas de 1830 e 1840. Depois da destruição das “corporações de ofício" a 7 de Maio de 1834, proclamada a liberdade de trabalho, foi-se assistindo à lenta criação de associações que foram substituindo num novo contexto social as antigas irmandades e corporações. A primeira associação de tipo novo foi a Sociedade de Artistas Lisbonenses (1838). O ideário cristão de Lamennais ou Saint-Simon predominou entre 1836 e 1852, depois desta data só o segundo resiste algum tempo (15).

A industrialização que despontou a partir de 1851 ligada à "Regeneração" era incipiente. Os capitalista portugueses estavam mais interessados na especulação financeira e comercial do que na indústria. Assistiu-se todavia a uma forte concentração da propriedade e implantação de algumas fábricas que foram esmagando as pequenas oficinas. O saque e a venda dos bens da Igreja Católica continuaram a alimentar o processo de acumulação capitalista. Apesar deste panorama industrial a dimensão dos problemas sociais avoluma-se impondo-se a necessidade de maior protecção (socorro) e instrução dos operários. Os que fugiam dos campos para as zonas urbanas ficavam entregues à sua sorte, sem nenhuma protecção. Numa população que em 1854 atingia os 3,923 milhões, a elevadissima mortalidade que se registava traduzia as condições de indigência em que vivia grande parte da população.

As décadas de 50 e 60, em que a influência de Proudhon já se fazia sentir foi marcada pela criação do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas (1852) e de associações mutualistas.

O crescimento do associativismo que então se regista, levou o governo a introduzir novos mecanismos de controlo, proibindo que sem a sua autorização prévia se pudessem organizar assembleias com mais de vinte pessoas para tratar de assuntos políticos, religiosos, literários ou quaisquer outros (Código Civil de 1852, no seu artigo 282º).

As novas associações que emergem a partir da década de 70, sob a influência de de movimentos revolucionários como a Comuna de Paris e da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), inauguram uma nova fase nas associações operárias. O governo tratou logo as tratou de regulamentar as associações e proibir as greves (1872). A imprensa operária difundiu novos horizontes de luta e estimulou uma nova mentalidade emancipatória. Os chamados "trabalhadores industriais" de que se falava no século XIX correspondiam todavia às categorias profissionais das antigas artes, como os tanoeiros, serralheiros, marceneiros, alfaites, tipografos, etc. Não se tratam de operários de tarefas repetitivas e pouco qualificadas.

c) **mutualismo**. Foi num contexto de ausência de respostas do liberalismo às condições miseráveis de vida dos trabalhadores que se difundiu nos meios avançados o mutualismo de Proudhon. Defensor intransigente da independência e da liberdade opõem-se a todo o tipo de autoridade humana ou divina. A completa liberdade implica uma organização social à margem do Estado. Neste sentido postula, como dissemos, uma organização comunitária livre, assente no princípio da mutualidade, que anulava não só a autoridade mas também o individualismo estéril. A associação segundo o mutualismo é um sistema de forças livres, onde os direitos e obrigações são iguais, e se compensam livre e mutuamente. Estas comunidades mutualistas se organizam federativamente de modo a criar um sistema político mais vasto, eliminando toda a autoridade, o domínio de uns sobre outros.

O mutualismo de Proudhon, como modelo social e económico alternativo ao capitalismo, desenvolve-se em três direcções distintas: socorro, crédito, consumo e produção.

- Socorro. Proudhon concebe estas associações operárias como manifestações de uma postura ativa e de entre-ajuda de seres livres e autónomos em pé de igualdade, respondendo aos infortúnios da vida. Uma vez federadas poderiam constituir a base de uma organização social mais vasta.

Em Portugal, as associações mutualistas resultavam da evolução natural das antigas confrarias e irmandade adaptadas a uma sociedade liberal e secular. Entre as suas funções estavam a assistência na doença, desemprego, alimentação, invalidez, na velhice, socorro a orfãos e viúvos, empréstimos, distribuição de refeições, assistência farmacêutica, aperfeiçoamento profissional, assistência. A partir de 1848 registou-se um crescimento extraordinário destas organizações. Em 1871 contavam-se 225 associações abrangendo mais de 67 mil membros. Era uma forma de solidariedade operária que rapidamente foi apadrinhada pelos governos e o patronato. Na maioria destas associações mutualistas a discussão de ideias políticas estava ausente, também não manifestavam tendência para se federarem. A maioria acabou por desaparecer devido à concorrência que entre si exerciam e aos benefícios que disponibilizavam sem receitas suficientes para o fazerem.

As ideias de Proudhon, pela ampla difusão que tiveram em Portugal, influenciaram certamente os elementos mais ativos deste movimento mutualista.

Fruto da pressão que exerciam sobre o governo, em 1863 foram publicadas as primeiras leis de protecção e salvaguarda dos trabalhadores. A 21 de Outubro era publicada a lei de 5 de Julho que regulamentava as condições de salubridade dos locais de trabalho, seguindo-se lutas infindáveis para serem aplicadas.

- Crédito. Era um instrumento fundamental para assegurar, no seio de uma sociedade capitalista, o desenvolvimento das organizações operárias. As mesmas representavam todavia dois perigos reais para a revolução: os juros e os rendimentos que os associados pudessem auferir que não decorressem do seu trabalho. Uma situação que poderia recompor as relações capitalistas em organizações que as pretendiam eliminar. Neste sentido Proudhon advogou a criação de um Banco de Câmbios, o célebre **Banco do Povo**, para atribuição de crédito gratuito que permitiria, por exemplo, que os trabalhadores rurais pudessem adquirir terras de proprietários ociosos.

Em Portugal, as "caixas económicas" surgiram a partir de 1844, sendo a primeira a Caixa Económica de Lisboa. Sob a aparência filantrópica destinaram-se na realidade a suprir as dificuldades de crédito por parte de capitalistas. Só quando o movimento operário se estruturou na década de setenta é que começaram a surgir Caixas Económicas, cuja ação se estendia para além do crédito aos trabalhadores, abrangendo apoios no domínio cultural (instrução) e cooperativo (16).

- Consumo-Produção. Proudhon na sua obra *Solution du Problème Social* (1848) advogava a criação de duas instituições: o Sindicato Geral da Produção e o Sindicato Geral do Consumo que completavam as finalidades do Banco do Povo. Admitia a produção colectiva na Industria e preferia o trabalho individual na agricultura.

É notória influência das ideias de Proudhon nas cooperativas de consumo e produção que registaram entre 1871 e 1875 um rápido crescimento. José Fontana (17), à semelhança de outros revolucionários, encaravam estas organizações criadas pelos trabalhadores à margem do Estado como os embriões de uma futura sociedade. As críticas que se faziam a estas organizações cooperativas eram idênticas às do crédito**.**

O remédio liberal para a miséria que polulava pelas cidades revelou-se um fracasso. Alexandre Herculano, defensor do liberalismo económico, embora algumas das suas ideias o aproximem de Proudhon, como as Caixas Económicas ou a distribuição da propriedade rural através da enfiteuse (emprazamento, foros, etc.), revela uma limitada compreensão da natureza do capitalismo. Proudhon viu com clareza que as contradições do capitalismo conduziam a uma concentração da propriedade, a uma contradição entre o patronato e os trabalhadores que não podia podia ser resolvida pela consciência individual que acabaria esquecida na livre e indefinida concorrência económica, ideal do liberalismo (18). Defendeu por isso a auto-organização dos trabalhadores, como expressão embrionária de uma futura organização social. Os revolucionários portugueses, tendo em conta as condições concretas do país, não procuraram romper com a ordem vigente. Não se lançaram de denunciar a "escravidão moderna" que ocorria nas fábricas, a destruição das industrias artesanais e a concentração da propriedade. Procuraram sobretudo de forma pacifica promover a criação de associações de apoio mútuo cujo objectivo era minorar os problemas económicos e sociais dos trabalhadores.

As greves foram muito raras até 1872, e quando ocorreram foram frequentemente reprimidas pela policia. Não estamos ainda perante de associações operárias de resistência, mas formas associativas diversas dos trabalhadores que aceitavam uma conciliação com o patronato.

Filosofia

As ideias de Proudhon geraram no meio académico português múltiplas aproximações e rejeições. Uma das suas ideias centrais, desenvolvida na obra *Filosofia da Miséria ou Sistema das Contradições Económicas* (1846) era a existência de uma Justiça universal em nome da qual é inadmissível o domínio de uns sobre outros, ou de uma sociedade sobre outra. As contradições que em Hegel se resolviam através de uma síntese, nele mantém-se numa permanente tensão, contradição (antinomias), procurando novos equilíbrios. Proudhon não acreditava em sociedades perfeitas, mas em sociedades em constante renovação, onde a independência e liberdade individuais devem ser valores permanentes.

Herculano, por exemplo, aproxima-se de Proudhon na rejeição da tríada hegeliana e a noção de justiça, mas com ressalvas. Proudhon negava a transcendência da Justiça, Herculano admitiu-a (19). É também obrigado a reflectir sobre a legitimidade da propriedade. Escritores insuspeitos de ideias libertárias como Filiciano de Castilho não deixaram de se apoiar em Proudhon quando abordam a questão da propriedade (20).

No Porto, em 1852 publica-se na *A Península* (1852-1853), o primeiro estudo de uma obra de Proudhon: *Análise das "Contradições Económicas" de Proudhon* (21) da autoria de Pedro Amorin Viana (22). Procura compreender as bases filosóficas em que assentava o pensamento de Proudhon. Em Coimbra, em 1853 José Júlio de Oliveira Pinto, nas páginas da revista *O Instituto* surge o artigo "Proudhon e a Economia Política"(23) e no ano seguinte João da Silva Ferrão de Carvalho Mártens publicam a obra "Proudhon, as Leis Económicas e a Propriedade". Refira-se ainda, neste domínio, o importante trabalho de J.J.de Oliveira Vale - *Proudhon e o Imposto* (1866).

Entre 1858 e 1873 Proudhon começou a ser ensinado pelo lente Joaquim Maria Rodrigues de Brito na Universidade de Coimbra na Cadeira de Filosofia do Direito (Teoria da Mutualidade), cuja filosofia procurou conciliar os ensinamentos de Krause com Proudhon (24). A sua obra *Philosophia do Direito (*1969), assente no conceito da Mutualidade dos Serviços" desencadeou durante anos uma longa controversa. Entre os que ensinavam direito e procuraram fazer a mesma conciliação sobressaí Manuel Emídio Garcia (autor da *Filosofia do Direito*, 1869) que influiu na formação proudhoniana de Eça de Queirós em Coimbra (25). Obras que demonstram a influência de Proudhon na renovação do pensamento em Portugal no século XIX.

Antero e Eça, discípulos de Prouddhon

Antero de Quental (26) e de Eça de Queiróz (27), duas figuras maiores do pensamento e da literatura portuguesa fizeram uma síntese criativa das ideias de Proudhon, centrando a sua ação social na reforma dos costumes e da moral numa sociedade marcada pelo conservadorismo e indiferença cívica.

Antero assumiu-se como um admirador e discípulo de Proudhon, cuja obra começou a estudar por volta de 1865. Desde logo a tornou na principal referência das suas ideias sociais, incluindo da sua poesia. Na nota final sobre a "Missão Revolucionária da Poesia" nas *Odes Modernas* (1865) escreve: "A Poesia que quiser corresponder ao sentido mais fundo do seu tempo tem que forçosamente ser revolucionária" numa clara evocação proudhoniana. Depois de se formar em Coimbra foi para Paris, decidido a aprender tipografia como Proudhon !

Ao longo da vida procurou manter-se fiel a um conjunto de valores anarquistas que o tornaram no mentor da "geração 70" (28) . Três ideias centrais do seu pensamento libertário:

Evolução. A história da Humanidade (numa perspectiva europocentrica) mostrava que se caminhava para uma consciencialização progressiva individual e colectiva. O século XIX foi marcado por esta tomada de consciência do Povo. As "falsas promessas de melhoramento, que nunca se realizavam, da parte dos reis, dois sacerdotes e dos poderosos, (o povo) convenceu-se finalmente que não era dessas classes interessadas na sua miséria que deveria esperar o livramento, mas só de si, do seu esforço, da sua virtude e união!" (29). Esta evolução no sentido de uma maior consciência da injustiças sociais não é brusca, mas gradual.

Revolução moral. A chave desta evolução da Humanidade era de natureza moral, entendida como maior autonomia, liberdade e dignidade de todos. Neste sentido, o domínio de uns sobre outros, os privilégios, tiranias, injustiças, a servidão e a ignorância deviam ser banidas tendo em vista uma sociedade mais livre e igualitária.

Organização Social. A liberdade devia de ser "o princípio organizador e director da sociedade, com exclusão de qualquer princípio anterior ou exterior ao direito individual, de qualquer autoridade que não seja a da própria liberdade sobre si própria "(30). Com base neste principio defendia, como Proudhon, que o trabalho era a única base justa do valor. Só o trabalho valoriza as coisas, só ele tem direito a todo o lucro e retribuições. Condena por isso a existência de capitalistas e proprietários que vivem do trabalho de outros, sem nada produzirem. O mutualismo e o federalismo era, por último, o modelo de organização social que permitia conciliar a liberdade, igualdade e fraternidade.

Eça contactou com a obra de Proudhon ainda na Universidade de Coimbra, cujo estudo que prosseguiu em Lisboa. Nas *Notas Contemporâneas* (cap.VII e VIII) dá-nos um vivo testemunho da influência de Antero neste estudo: "Antero, que desembarcara em Lisboa como um Apóstolo do socialismo, a trazer a palavra aos gentílicos, em breve nos converteu a uma vida mais alta e fecunda. Nós fôramos até aí, no Cenáculo, uns quatro ou cinco demónios, cheios de incoerência e de turbulência. Sob a influência de Antero, logo dois de nós, que andávamos a compor uma ópera-bufa, contendo um novo sistema do Universo, abandonamos essa obra de escandaloso delírio, e começamos à noite a estudar Proudhon nos três tomos da Justiça na Revolução e na Igreja, quietos à banca, com os pés em capachos, como bons estudantes."

Em 1871 interveio nas célebres Conferências Democráticas do Casino Lisbonense com a conferência - *A Nova Literatura (O Realismo como Nova Expressão da Arte)*, onde defendeu a missão social e moralizadora da arte, retomando ideias desenvolvidas por Proudhon e que aparecem sistematizadas na sua obra póstuma - *O Princípio da Arte e seu Destino Social* (1875). A conferência inscreve-se no mesmo pensamento revolucionário de Proudhon. Eça considera a revolução como um facto permanente, uma manifestação do eterno devir do universo que se manifesta na arte como progresso ou decadência das sociedades. A grande obra da revolução está na reforma dos costumes. A sua tarefa enquanto romancista é escalpelizar os costumes, mostrá-los com minúcia de forma a provocar reacções que os possam modificar, daí a dimensão revolucionária do realismo (31), uma arte comprometida com o seu tempo. Pouco tempo depois publica duas das suas obras mestras onde a influência anarquista é consensual: *O Crime do Padre Amaro* (escrito em 1871, publicado em 1874) e *O Primo Basílio* (1878)".

Em Portugal as ideias de Proudhon embora largamente disseminadas nos meios mais avançado não se traduziram num movimento organizado com características revolucionárias. Eram ideias que podiam ser abraçadas por trabalhadores como por pequenos proprietários. Apontavam para a criação de uma sociedade municipalista, uma nova mentalidade livre de preconceitos e avessa à moral burguesa. Apelava à revolta dos oprimidos, os excluídos da sociedade burguesa. Nesta dimensão preparou o caminho para a ruptura que ocorreu em Portugal nos anos setenta do século XIX.

1871- 1885: Impulso Internacional. Bakunine

No final da década de sessenta ocorreu uma importante mudança nas ideias sociais em Portugal para a qual concorreu o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, em Lisboa, principal ponto de encontro e de debate sobre as questões sociais.

Apesar do carácter conciliador do Centro, a revolução em Espanha de 1868, o Congresso da AIT (1) em Barcelona (1870) e a Comuna de Paris (1871) tiveram um forte impacto nas ideias que eram discutidas nas suas assembleias. O tempo era de mudança.

É conhecida a história desta mudança. Entre 9 de Junho e 21 de Agosto de 1871, Antero de Quental e José Fontana e outros revolucionários portugueses (2), reuniram-se em Lisboa com parte do Conselho Confederal Espanhol (3) delegados da AIT: Francisco Mora (sapateiro), Anselmo Lorenzo (tipógrafo) e Tomaz Gonzalez Morago (gravador). Tinham como objectivo organizar uma secção da **AIT** em Portugal e outra da **Aliança da Democracia Socialist**a de Bakunine (1814-1876) (4). A criação da Aliança em Espanha e Portugal resultava da necessidade de separar as aspirações socialistas das republicanas criando uma associação revolucionária (secreta) destinada a impulsionar a AIT e a revolução social.

O Programa da Aliança (5) pode ser sintetizado em sete princípios essenciais: Liberdade, Igualdade, Trabalho, Educação, Federalismo, Solidariedade e Internacionalismo.

A **Liberdade** é um direito absoluto e constitutivo dos demais direitos. Exclui a autoridade divina ou humana, a exploração, o domínio de uns sobre outros. Ninguém pode considerar-se livre enquanto existirem outros cuja liberdade lhes seja negada, indivíduos ou povos. A Liberdade implica a destruição do Estado, enquanto sistema opressivo; As relações e uniões entre os seres humanos são inteiramente livres, para se formarem ou desfazerem; os castigos são proibidos e deviam ser substituídos por educação; os funcionários públicos quaisquer que sejam as suas funções devem serem votados; completa liberdade religiosa, mas não a existência de uma casta parasitária que se alimente da crendice.

A Liberdade é inseparável da **Igualdade** económica, social, de género, entre povos, etc. O fim de todos todos os privilégios e poderes baseados no ter, ser ou saber; Advoga a colectivização da propriedade e o fim da propriedade hereditária, herança;

O **Trabalho** é a condição necessária para o reconhecimento dos direitos sociais. Ninguém pode explorar ou viver à custa do trabalho de outrém. Todos são livres de não trabalharem, mas nenhuma sociedade é obrigada a sustentar e a ter no seu seio ociosos e outros que nada produzem, a não serem que sejam crianças, inválidos, doentes, etc. O Trabalho deve ser acompanhado de ócio para que todos, e não apenas uma minoria, possam ter tempo para desfrutar de prazeres intelectuais;

A **Educação** é uma fonte de liberdade e deve ser assegurada a todos, sem nenhuma distinção de etnia ou género, desde que nascem até serem autónomos (maioridade). As crianças não pertencem aos seus pais, nem sequer à sociedade, mas somente à sua liberdade futura. Deve ser uma educação integral tanto teórica como prática. Exclui-se a possibilidade de a educação poder ser ministrada por instituições religiosas;

O **Federalismo** é a estrutura básica da organização: federação de municípios livres e autónomos, federação de associações de produtores, federações de povos, etc. O Federalismo é criado a partir da base e por ela sempre controlado, de forma a criar tampões ao nascimento de estados unitários, centralistas muito propensos à tirania. Permite também grande diversidade de modelos organizativos de povo para povo. A diversidade é uma riqueza;

A **Solidariedade** é o elemento que une toda a sociedade. A sua base é a consciência individual e a reciprocidade. É um sentimento que levou à associação de produtores, como à luta pela libertação de povos oprimidos;

Internacionalismo. A revolução é mundial, longa e permanente. Opõe-se ao "direito de conquista", ao colonialismo e opressão de outros povos. Estes como os indivíduos devem ser livres para decidirem o seu destino, pouco importa o seu passado em comum. Não são propriedade de nenhum outro. Defende a criação de tribunais internacionais e até um governo internacional para resolver conflitos ou combater tentações hegemónicas.

Bakunine ao contrário de Marx afirmava que após a revolução o Estado deveria ser abolido e a propriedade colectivizada e confiada a "associações de trabalhadores". O abstencionismo defendido pela Aliança separava os anarquistas dos republicanos, mas também dos marxistas que apostavam na disputa eleitoral. Antero e outros são inteirados das teses que estavam em confronto na AIT, as de Karl Marx e as de Mikhail Bakunine.

As ideias de Bakunine terão agradado mais aos revolucionários em Portugal do que as de Marx. Este episódio marca o início de uma nova fase no movimento emancipador que abre uma rotura a visão conciliadora protagonizada do Centro Promotor com o regime liberal e que conduziu à sua extinção. Sobre o Programa Político da AIT, Antero esclarece que se resume a uma palavra: abstenção. Um princípio adoptado pela maioria das associações de trabalhadores (*O Que é a Internacional ?*" Lisboa, Typ. do Futuro, 1871).

Aliança da Democracia Socialista

Bakunine ao contrário de Proudhon defendia que os anarquistas deviam possuir uma organização própria para concretizarem o seu programa político.

Em Lisboa terá ocorrido uma cisão entre os três delegados espanhóis, repetindo-se o que já ocorrera em Espanha. Mora e Lorenzo mantiveram uma posição conciliadora com o Conselho de Londres da AIT, ligado a F. Engels, e sairam de Portugal a 21 de Agosto. Morago ficou em Lisboa a organizar uma segunda Aliança (6), depois da primeira se ter desfeito.

Em Junho de 1871, em Lisboa foi constituída uma Aliança da Democracia Socialista da qual faziam parte José Fontana, Nobre França, Eduardo Maia (7), António Soares Monteiro e outros (8). Na carta que Nobre França escreveu a Magalhães Lima em 1892, acrescentou mais os nomes de Tedeschi, Tito Soares e Gonçalves Lopes. Afirmando o seu carácter secreto, os seus estatutos eram moldados pelos de uma organização idêntica criada por Bakunine e existente em vários países (Espanha, Suiça ou na Bélgica).

Em Lisboa esta Aliança esteve na base da criação da Fraternidade Operária (19 de Janeiro de 1872) que editará *O Pensamento Social* (Fevereiro de 1872). Como já foi citado, uma parte da redação deste jornal, com ideias anarquistas bem definidas, publicou uma nota critica a um artigo de Antero de Quental sobre " A Política do Socialismo", no

qual este defendia que o Estado é a expressão e ponto de equilíbrio dos interesses colectivos. Nesta nota diz-se: “Parte da redação deste jornal não aceita e não defende alguma doutrina expendida no artigo que se leu. A política para alguns de nós nada é mais do que a supressão do Estado e a forma das suas relações. Não só concebemos uma Sociedade sem Estado, mas afirmamos que não pode existir sociedade perfeita, justa e moral, existindo o Estado que, para nós, como o confirmam os factos contemporâneos e anteriores, é o resultado da imperfeição, da injustiça e da imoralidade sociais” (9).

Esta reação revela claramente as tensões existentes na Fraternidade Operária, agudizadas pela decisão tomada no Congresso da AIT em Haia (Setembro de 1872), no qual Bakunine e os aliancistas foram expulsos. Um ano depois a Aliança já não existia. As diferenças ideológicas entre os seus membros contribuíram para este desfecho.

Por iniciativa de Morago, como dissemos, tinha-se constituído uma segunda Aliança depois da sua demissão do Conselho Espanhol da A.I.T (16 de Agosto de 1871). Morago queria que a Secção da AIT em Portugal fosse independente da AIT e não subordinada às suas decisões. Um dos membros desta Aliança era João Bonança (1836-1924) (10), republicano proudhoniano que não tardou a mostrar a sua faceta reformista, avessa à AIT. Esta organização esteve na base da fundação em Alcântara da Associação Protectora do Trabalho Nacional - APTN (1871), editora do jornal *O Trabalho* (Janeiro - novembro de 1872). A manobra dos republicanos não tardou em ser denunciada levando à extinção desta Aliança (1873). A prioridade dada pelos anarquistas às questões sociais sobre a luta eleitoral abria uma clara ruptura com os republicanos. Como assinalava Teófilo Braga, em 1880, esta posição abstencionista se reforçava o socialismo enfraquecia a luta pela implantação da República e o próprio “Partido Republicano Português”. Desta situação acusou em particular José Fontana e Antero Quental (11).

As ideias dos membros destas Alianças anarquistas, como se constata, eram muito ecléticas. Antero mantinha-se fiel a Proudhon como José Fontana. Nobre França e Eduardo Maia eram os mais próximos do ideário de Bakunine. Na mudança de Nobre França para o reformismo socialista terá pesado a passagem por Lisboa de P. Lafargue (Julho-Agosto de 1972), assim como o voto da Secção Portuguesa no Congresso de Haia.

O "colectivismo" de Bakunine não passava todavia de uma vaga referência ideológica. Eduardo Maia, um dos raros anarquistas antes de 1886, na sua brochura "**Da Propriedade**" (Lisboa, 1873), deu ao termo colectivização um sentido diferente de Bakunine, para o qual esta assentaria numa apropriação revolucionária colectiva dos meios de produção, o consumo manteria provisoriamente características individuais e o salário ainda subsistiria. No Congresso da AIT em Bruxelas (1868) os “proudhonianos” sustentaram que a colectivização da propriedade deveria seria gradual. No Congresso de 1869, em Basileia, o único em que Bakunine participou, foi discutida e aprovada a sua proposta de abolição do direito de herança. Os marxistas defenderam que a primazia devia ser dada à abolição da propriedade privada que seria socializada pelo Estado. Bakunine opôs-se a esta medida, pois isso significava o reforço do poder do Estado e a manutenção das desigualdades sociais, com a criação de um novo grupo de privilegiados. O objectivo de Bakunine era manter a centralidade do trabalho, acabando com os que viviam apenas de rendimentos herdados. A questão do papel do Estado na revolução social abriu uma ruptura entre anarquistas e marxistas.

Eduardo Maia depois de resumir as decisões dos congressos da AIT, reafirmou que o programa da AIT se resumia a duas palavras - Anarquia e Colectivismo, passando a descrever a colectivização segundo os princípios mutualistas de Proudhon. Como este, sustentava que a concentração da propriedade conduz ao despotismo, fome generalizada e a guerras. Onde ela se acha repartida o luxo é menor, a miséria desaparecia, a liberdade aumentava e o bem-estar chegava a mais indivíduos. Afirmava que a doutrina da internacional assentava na **progressiva colectivização da propriedade**, cuja gestão e manutenção seria entregue a grupos de individuos organizados em cooperativas de consumo e produção. Deixava uma nota de esperança quanto à evolução futura das sociedades: "Por toda a parte o Povo se constitui em sociedades cooperativas de consumo, de produção, de ensino e outras.", através das quais se estava a dar um processo de colectivização da propriedade. À ideia de Bakunine de uma expropriação revolucionária dos meios de produção abstém-se de a comentar.

Antero de Quental, no folheto "**O Que é a Internacional ?**" é mais claramente fiel a Proudhon. As mudanças de propriedade deviam assentar na sua progressiva democratização através do desenvolvimento de cooperativas (sobretudo de consumo) e do crédito mutualista. Defendia que seria a melhor forma de evitar a concentração da propriedade e corrigir as injustiças sociais. Em coerência com esta visão, privilegiava as capacidades de iniciativas individuais e uma organização social federalista, potenciadora das iniciativas locais. A sua ideia de igualdade pouco se afastava de um mundo de pequenos proprietários e industriais, autonomizados pelo trabalho próprio, cidadãos exemplares, com uma mentalidade livre muito diferente dos seus antepassados. Antero para que não restassem dúvidas da sua filiação anarquista concluir que o "programa político da Internacional é a abstenção."

Nos meios avançados formaram-se três grandes correntes: os socialistas proudhonianos, os republicanos e os monárquicos progressistas. As ideias de revolta social inspiradas por Bakunine, mas combinadas com ideias de Proudhon adquiriam cada vez mais adeptos.

Secção Portuguesa da AIT

A Secção Portuguesa manifestou oficialmente a sua existência a 10 de Março de 1872, quando pediu a sua adesão à AIT. Era uma pequena estrutura federativa com poucas centenas de membros. Na sua direção surgem dois nomes: Nobre França (secretário) e José Tedeschi (secretário das relações externas). F. Engles surge como seu representante por "correspondência" na AIT, o que facilitou as manobras controleiras dos marxistas.

A publicidade que foi dada à Secção Portuguesa conferiu-lhe uma dimensão exagerada. Não passava de um pequeno grupo de pessoas ligados à Fraternidade Operária. Foi só em Outubro de 1873 que se fundou a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa.

Sindicalismo

Na década de setenta as associações operárias começaram a abandonar a sua orientação exclusivamente mutualista e assumiram-se como verdadeiros sindicatos, lutando por aumentos salariais e melhores condições de trabalho e vida. Ao fazê-lo passaram então a ser encaradas com desconfiança pelos governos monárquicos.

A grande mudança, como dissemos, ocorreu em Novembro de 1871 quando foi constituída a Associação Fraternidade Operária (FO) em Lisboa. No início contava com apenas 31 associados e rapidamente se confundiu com a Secção Portuguesa da A.I.T, a tal ponto que é difícil distinguir uma da outra. Era uma associação federativa de seções. Depois de Secção de Lisboa, surgiram outras: Almada, Marvila, Campo de Santa Clara, Porto, Poço do Bispo, Barreiro, Bucelas, etc. Para além de uma ação sindical, era também uma sociedade de socorros e uma caixa económica. Entre os elementos organizadores destacavam-se José Fontana (secretário-geral), Eduardo Maia, Tedeschi, Felizardo Lima, Soares Monteiro, Gonçalo Lopes, Nobre França. Em 1873 já contava com 10 mil filiados em Lisboa e 8 mil no Porto, e muitos outros milhares nos arredores destas cidades, tendo um papel destacado na dinamização das greves de 1872 e 1873. O seu êxito foi também o motivo da sua extinção, os cofres da FO rapidamente ficaram vazios devido ao apoio que dera às greves.

Apesar de todas as manobras de Marx, Engels e Lafargue, a orientação ideológica tanto da secção portuguesa como da Fraternidade Operária, segundo os testemunhos dos seus principais mentores, continuou a ser anarquista e a seguir o programa da Aliança da Democracia Socialista. Nobre França, numa carta a F. Engels, apontava como meta da luta dos trabalhadores portugueses a Anarquia e não o Comunismo, enfatizando que a mesma deveria orientar a organização e ação da secção portuguesa da Internacional: “Quanto à anarquia, ela não pode ser a desorganização e se ela é o resultado da liberdade absoluta: organizar a anarquia, organizemo-nos para ser anárquicos” (carta 28/08/1872)(12). Azedo Gneco, numa carta também dirigida a Engels, identifica Nobre França como anarquista, atribuindo aos anarquistas a responsabilidade pelo movimento grevista de 1872 -1873 (10/04/1876), acrescentando que o procurou combater (13).

Congresso de Haia

Paul Lafargue (genro de Karl Marx) veio a Portugal e após conversar com elementos da secção Portuguesa da AIT, conseguiu o mandato para representar os operários portugueses no Congresso da AIT em Haia ((2 a 7 de Setembro de 1872), onde, sem os consultar, tomou decisões em seu nome. Neste congresso, Karl Marx conseguiu que Bakunine e James Guillaume não pudessem participar e fosse aprovada a separação entre a luta económica de a luta política, a qual deveria ser conduzida por um partido politico. O Conselho Federal foi transferido para os EUA, onde a AIT era muito frágil. Estas manobras que visavam evitar um retrocesso nestas decisões que tinham sido tomadas. Como resposta a esta manobra, foi realizado pouco depois um Congresso em Saint-Imier à margem da AIT onde estiveram representadas a maioria das secções e Federações e foram aprovadas as teses de Bakunine. A verdade é que a ruptura na AIT estava criada e o movimento operário internacional fora dividido.

No caso da secção portuguesa, o "seu" voto favorável constituiu uma evidente contradição só explicável pela sua ausência no congresso. Bakunine (antiautoritário) opunha-se a Marx (autoritário) defendendo que cada secção devia ter o seu próprio programa de luta, e não um único a nível internacional como pretendia Marx. Nobre França, na carta que escreve a Engels (28/08/1872) manifesta o mesmo entendimento de Bakunine. Como veremos, os elementos da secção portuguesa seguiram o seu próprio programa ignorando as orientações marxistas.

Devido às manobras que levaram à derrota das teses de Bakunine foi decidido constituir em Portugal um Partido Socialista destinado à luta política e a Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa (ATRP) para a luta **reivindicativ**a (sindical).

Em Lisboa, o processo foi lento devido à questão do abstencionismo. A ATRP absorveu a APTN e a FO, sendo os seus estatutos só aprovados em Outubro de 1873. As acusações de traição, expulsões e interdições de ingresso que marcaram a sua fundação coincidiram com uma crise no movimento operário. A repressão policial também se abateu sobre a ATRP contribuindo para a fuga dos operários. Os republicanos aproveitaram para captarem muitos dos descontentes.

No Porto a 29 de Outubro de 1873 surgiu a secção do norte da ATRP, com sede na rua de Santa Catarina, numa iniciativa de um grupo de operários entre os quais se contava uma refugiado francês da Comuna de Paris: Joseph Delarue.

A fundação do Partido Socialista (PS) foi ainda mais lenta. Como Azedo Gneco escreveu, a oposição foi enorme. O processo iniciado em fins de 1873 contou com uma forte oposição dos republicanos federalistas mas também dos anarquistas. Foi então nomeada uma comissão para elaborar o programa do partido composta por Antero, José Fontana, Silva Lisboa, Felizardo de Lima, J. Caetano da Silva e Azedo Gneco. Por um motivo ou outros todos foram afastados ou afastaram-se, ficando sendo a tarefa confiada a um aliancista: Nobre França. A questão do abstencionismo esteve sempre no centro da discórdia. A solução encontrada foi criar um partido tão abrangente que as ideias anarquistas eram nele incorporadas. O PS criado em 1875 era o produto desta amálgama ideológica.

O PS jogou também durante algum tempo na indefinição sobre a aplicação das resoluções do congresso de Haia. Quando foi convidado a participar no 8ª. Congresso de Berna (1876), o PS alegou falta de tempo para enviar delegados, apelando todavia à concórdia entre as facções anarquistas e marxistas. Na resposta que deu à carta que lhe foi enviada assinada por P. Brousse, Malatesta, Cafiero e Guilhaume apelava que o "equivoco" que dera origem à divisão se desfizesse (Novembro de 1876). Num evidente sinal de apaziguamento, aquando do funeral de José Fontana, os discursos à beira da sepultura foram feitos por Eduardo Maia (anarquista) e Azedo Gneco (dirigente do PS).

No II Congresso Nacional Socialista de 1 a 4 de Fevereiro de 1878 foi decidido dissolver a ATRP e o PS numa única organização, o Partido Socialista dos Operários de Portugal. O PSOP passou a ser constituído por centros políticos, cooperativas e associações de classe e continuando a afirmar-se como uma organização abstencionista, posição que não tardou a ser traída.

Programa do PS

O programa do PS assentava numa matriz próxima do anarquismo de Proudhon, com algumas ideias (colectivistas) de Bakunine e excertos reformistas (13.1). As ideias de Karl Marx - F. Engels debatidas desde 1847, como o papel do Estado na transição para o comunismo ou a ditadura do proletariado não constavam no programa, nem nas decisões dos congressos do PS (1877, 1878, 1879, 1880 ou na conferência de 1882).

A estratégia que preconizava era uma transição pacífica para o colectivismo através da criação de um conjunto de organizações operárias (cooperativas, associações de classe, caixas de crédito, etc) que controlariam a economia, e a federação de municípios livres que assegurariam a administração do país. Estes seriam os embriões de um futura sociedade colectivista. A organização política que defendiam para o país seguia à letra as ideias federalistas e municipalistas expostas por Sousa Brandão no *Eco dos Operários*:

"Eís em poucas palavras esta organização política:

Livre instituição e completa autonomia dos municípios, legislados diretamente pelo povo;

Federação municipal, baseada no auxílio mútuo, constituindo o país;

Legislação nacional para uma câmara de delegados municipais responsáveis para com os seus municípes;

Eleição anual do Governo do País pela Câmara, e responsabilidade deste para com ela." Manifesto eleitoral do PS publicado a 14 de Setembro de 1879.

A serem concretizadas, como era proclamado, significava a abolição do Estado e a criação de um sistema de democracia directa. Não era possível ser-se mais libertário, a razão que terá motivado Ermelindo António Martins do Porto a concorrer às eleições legislativas em Lisboa, onde obteve 44 votos, a maior votação de todos os candidatos do PS em Lisboa e no Porto.

Sobre o programa do POSP *O Protesto Operário* nº. 17, em princípios de 1884 escrevia que o corpo de doutrinas que formava o credo dos socialistas portugueses era "a reunião de todas as conclusões positivas, obtidas pelas diferentes escolas socialistas, e portanto, também eles podem pôr à cabeça do seu programa as sacramentais palavras: Atheísmo, Anarchismo e Colectivismo".

O PSOP a todo o custo procurava manter-se ligado ao campo libertário. O jornal O Operário (1879-1882), orgão da ATRP no Porto publicava regularmente textos de anarquistas, noticias do movimento em Espanha, Itália ou na Rússia (14). Os ataques contra os anarquistas por parte de José Ribeiro, em 1881, neste jornal procuraram sem grande êxito separar as águas. O PSOP em 1889 mandou pela primeira vez delegados a um congresso internacional socialista. Em Paris realizavam-se então dois congressos, um marxista e outro possibilista. Era uma corrente reformista defendida por Paul Brousse, Benoît Malon e outros da Federação dos Trabalhadores Socialistas de França. Os delegados de Portugal significativamente preferiram participar neste congresso e não no marxista.

Proudhon, Bakunine e Marx

Apesar destas mudanças em Portugal, as ideias de Proudhon continuaram a manter-se bem vivas. Antero no texto que escreve sobre *O que é a Internacional ?* (1872) propõe que na luta contra o patronato os trabalhadores criassem "associações de classe" e "associações mutualistas" sobretudo de consumo. A transformação social seria lenta desempenhado a educação um papel fundamental. No jornal *O Pensamento Social* (nº16, Junho de 1872) escreveu: "O Estado autoritário e capitalista é o nosso inimigo, e desejamos vê-lo destruído. O Estado mutualista, a federação livre do trabalho de todos, esse é o nosso ideal, amamo-lo como a expressão da verdade no seio da sociedade". A sociedade ideal seria no fundo constituída por pequenos proprietários e industrias autonomizados pelo trabalho próprio. Seguia o principio federativo e mutualista de Proudhon e não o colectivo de Bakunine. Em 1874 é publicado "O Princípio Federativo" de Proudhon. Kropotkine, como veremos, retomou esta ideia de apoio-mútuo conferindo-lhe um lugar central na sua filosofia anarquista (15). Quando em 1886 foi realizado o Congresso Social de Lisboa constatava-se que as associações mutualistas estavam difundidas por todo o país.

Bakunine, seguidor de Proudhon continuou a opôr-se a toda a limitação da liberdade dos indivíduos, combatendo o estatismo e a religião. O seu princípio fundamental assentava numa concepção universalista da igualdade da natureza humana e dos respectivos direitos. Segundo Bakunine todo o ser humano é possuidor de duas dimensões que definem a sua natureza: uma "fixa" e outra "social" (cultural), numa dualidade entre o inato-adquirido, biológico-cultural. A igualdade da sua natureza torna artificial e condenáveis os privilégios, a desigualdade, a escravatura, o domínio de uns sobre outros. A Desigualdade é fruto da cultura, história e não da natureza. Daí que sustente que todo o ser humano, e não apenas alguns, deve dispor dos meios materiais e morais para desenvolver a sua humanidade. A sociedade deve organizar-se para proporcionar este desenvolvimento acabando com todos os privilégios, injustiças, desigualdades e o domínio de uns sobre outros. Neste sentido aponta como ideal a atingir a criação de uma sociedade onde a propriedade dos meios de produção fosse colectivizada e gerida por organizações de trabalhadores, livremente confederados, respeitando sempre a liberdade e igualdade entre todos.

Algumas das suas ideias estavam longe de serem aceites, como a constituição de uma organização secreta e a colectivização revolucionária da propriedade para ser entregue aos trabalhadores, organizados sob a forma de federações livres. Um dos que reagiu as estas ideias foi Oliveira Martins que em 1873 publicou dois livros: *Teoria do Socialismo - Evolução Política e Económica das Sociedades na Europa; Portugal* e o *Socialismo. Exame constitucional da Sociedade Portuguesa e a sua Organização pelo Socialismo*. Em ambos recusava as ideias de Bakunine como "monstruosas", vindas de um "mundo eslavo primitivo, quase selvagens" impróprias para um "mundo moderno."

As ideias de Karl Marx embora fossem conhecidas em Portugal desde a década de cinquenta do século XIX eram recusadas, e assim continuaram a ser durante muitas décadas. O marxismo só começou a ter alguma expressão depois da Revolução Russa de 1917, sobretudo durante a ditadura salazarista.

Não deixa de ser significativo que os principais divulgadores da figura e obra de Marx tenham sido os anarquistas. Qual a razão para a nula receptividade às suas ideias em Portugal?. Os historiadores marxistas têm elencado uma infinidade de razões, a principal de todas foi a aceitação de Proudhon (16). Num país cuja história está repleta de longos períodos de de tirania, o primado dado à Liberdade por Proudhon era infinitamente mais apelativo do que as ideias marxistas de submissão a um Partido Político, Estatismo da propriedade e da vida comunitária, Ditadura do Proletariado, transformação dos trabalhadores em massas arregimentadas às ordens de uma vanguarda do proletariado. Nenhuma destas ideias convenceu os revolucionários em Portugal, mesmo apresentadas como um "socialismo científico”.

Uma revolução Impossível?

Nobre França, numa carta que escreve a Engels em Junho de 1872, afirmava claramente que com excepção dele e de Eduardo Maia mais ninguém acreditava numa revolução social em Portugal, nem viam grande utilidade na Internacional. A razão evocada seria ao longo de décadas repetida: a mentalidade dos trabalhadores portugueses. Escreveu: “A classe trabalhadora, totalmente *behind in ideias* (atrasada), sem iniciativa, desconfiada, possuída do preconceito do isolamento, que confunde com a independência, não sabendo ler a maior parte, tendo instintos de sociabilidade quase apagados, possuindo ideias confusas do Estado e da Autoridade, cujos nomes a humilham, não está apta para compreender a ideia de emancipação. Supondo viver em absoluta dependência do estado

e da propriedade, estes são sos dois únicos poderes que a dominam. Ideias políticas não possui nenhumas também a vida política n`este país é degradante. Os proprietários e industriais agricolas e fabris, os administradores de concelhos maiores e regedores é quem são os eleitores; os operários são simples rebanhos guiados por aqueles.” Face a este panorama a solução era uma mudança gradual da sociedade, onde a instrução teria que ter um papel importante.

Dispersão, Rupturas e Compromissos

Depois do Congresso de 1872 os anarquistas dispersaram-se por três grupos fundamentais:

Um pequeno grupo, no qual incluímos Eduardo Maia, Sousa Brandão ou José Fontana aproximou-se ou aderiu ao radicalismo republicano de raiz federalista. Alguns mantiveram-se numa aparente independência como foi o caso de Eduardo Maia (médico, ?-1897) que liderou um pequeno grupo de libertários: Cecílio de Sousa, António Policarpo da Silva Lisboa, Miguel Mendes e outros. Em 1873, numa conferência dedicada à AIT realizada na Federação Académica afirmava: "As duas mais importantes afirmações do socialismo operário, que resumem toda a doutrina da Internacional são: em economia, o colectivismo, e em política, a anarquia" (*Da Propriedade,* 1873, p.22). As ideias anarquistas no seu entender continuavam a vigorar na AIT, apesar da expulsão de Bakunine. Em 1879 aderiu ao "anarco-comunismo" de Kropotkine. Em 1887 fez parte do Grupo Comunista-Anarquista de Lisboa de Lisboa e em 1894 do Grupo "Revolução Social" com J.M. Gonçalves Viana. Deixou-nos importantes textos, sobre a Comuna, a Propriedade, a Internacional e a Anarquia.

O segundo grupo, o mais numeroso, integrou-se na amálgama do POSP, mas os seus membros progressivamente foram manifestando o seu descontentamento. O principal motivo foi a crescente desvalorização das lutas laborais em favor da ida às urnas. No Porto, em 1878, os socialistas resolveram concorrer às urnas, propondo Nobre França e Oliveira Martins. Os resultados revelaram-se um total fracasso, apenas conseguiram umas dezenas de votos. Azedo Gneco, responsável por esta traição ao proclamado abstencionismo do POSP foi expulso da ATRP e da redação de *O Protesto*. O III Congresso em Março de 1879 confirmou a opção pelas urnas precipitando as cisões.

O POSP prosseguindo a sua vocação eleitoralista passou a envolver-se em atos públicos com o único objectivo de granjear votos, nomeadamente no campo republicano. No cortejo de 10 de Junho de 1880, comemorativo do terceiro centenário do falecimento de Camões caíram no ridículo. Era uma iniciativa de afirmação republicana. O POSP fez-se representar com uma grande delegação ostentando o estandarte vermelho da Associação do Trabalhadores que foi apreendido pela polícia. Os anarquistas que se haviam recusado a participar no cortejo ridicularizaram o POSP. A questão do abstencionismo residia neste ponto. As greves eram encaradas pelo POSP como perturbadoras da caça ao voto, mas não conseguiram impedir que as mesmas ocorressem.

Um terceiro grupo de anarquistas prosseguiu a luta dentro das associações de classe, lutando pela sua autonomia em relação aos partidos políticos.

Cisões no POSP

As primeiras cisões no PSOP ocorreram depois de Março de 1879 quando o III Congresso consagrou a disputa eleitoral. O epicentro da rotura foi a ATRP no Porto.

Em 1880 Pinto Barbosa, militante da ATP abandonava esta organização e criou a União Democrática Social - UDS (1880-1887), na Rua do Almada. Numa situação de compromisso aderiu ao programa transitório do IV Congresso do POSP. Não tardou a proibir a dupla filiação na UDS e no PSOP. O objectivo da UDS era a autonomia sindical, centrando as lutas nos locais de trabalho.

Em 1881 surgiu também no Porto, a Associação União dos Trabalhadores - AUT(1881-1884), numa iniciativa de Ermelindo António Martins (metalúrgico, ?-1884). Anarquista, membro fundador da ATRP e destacado dirigente do PSOP (17). Em Novembro de 1879 liderava um grupo que deu um sinal de rotura n`O Operário ao anunciar que pretendiam reorganizar a ATRP. Apesar disto em 1880 foi eleito para o Conselho Central do PSOP para pouco depois abandonar o partido. Na fundação da AUT em 1881 contou com o apoio do seu primo José Martins Gonçalves Viana (serralheiro) e a participação de outros anarquistas como D.G. Alecrim, Guedes de Oliveira (1865-1932, na altura aprendiz de litografia), António Joaquim Morais (latoeiro) ou Jerónimo Fernandes Neves (tecelão).

Viana afirmou que o único jornal que Ermelindo lia era a "Revista Social de Barcelona" (17). Tratava-se do periódico anarquista *La Revista Social* (1872-1884), editado em Barcelona, orgão oficioso da Federação dos Trabalhadores da Região Espanhola (FTRP) da AIT. A partir de 1881 passou a ser editado em Madrid, como orgão oficial da FTRP. Esta publicação assumiu um papel destacado na denúncia da brutal repressão de uma alegada organização secreta anarquista na Andaluzia e Extremadura - La Mano Negra (1882-1884) -, em virtude da mesma anarquistas espanhóis refugiaram-se em Lisboa e Porto. A Associação dos Trabalhadores de Lisboa, publica em 1883, um poema intitulado “A Mão Negra” de elogio à anarquia de Soto Maior Júdice, numa ação de solidariedade internacional contra a repressão.

A oficina de Ermelindo, na Rua das Carvalheiras, passou a ser o local de reunião desta organização assumidamente anarquista. Procuraram agrupar-se em grupos de dez elementos, seguindo o modelo das secções da antiga AIT. Uma parte dos seus membros participara na ATPP e estavam ligados a lutas operárias. Esta associação organizou no Porto, em 1882, uma manifestação contra os impostos e o tratado de comércio com a França. O falecimento de Ermelindo ditou o fim desta organização.

A ruptura entre socialistas e anarquistas não tardou a consumar-se. Esta rotura implicou o estabelecimento de contactos internacionais que foram decisivos para a emergência de um movimento anarquista.

1886-1910: Movimento Anarquista. Kropotkin

No princípio da década de 80, as ideias anarquistas surgem já amplamente difundidas em Portugal. Atribui-se a Elisée Reclus a sua difusão o que é manifestamente um exagero. Nas duas visitas que realizou a Portugal, na primeira em Abril de 1886 visitou Lisboa e o Porto e manteve encontros com José António Cardoso (caixeiro, 1868-?), membro em ruptura do PSOP (1). Na segunda em 1887 constatava que a difusão do anarquismo era impressionante: "A Anarquia progride em todo o lado (...). O ano passado havia um só (anarquista) em Lisboa. Hoje são já suficientemente numerosos para difundir milhares de brochuras e editar um jornal" (2).

Tudo leva a crer que no começo de 1886, os anarquistas em Portugal já tinham ligações com o principal jornal anarquista ao tempo - *Le Révolté* - fundado em 1884 por Kropotkine e Reclus. Este jornal a 28 de Fevereiro de 1886 dá conta de manifestações no país contra a concessão da companhia dos tabacos e a criação em Lisboa de um comité anarquista que anunciava a edição de jornal mensal com o título *A Centelha*. Indicava também que a correspondência para Portugal devia ser enviada para J. A. Cardoso em Lisboa. Os contactos internacionais estavam estabelecidos.

As ideias anarquistas estavam implantadas no país, mas faltava um impulso para gerarem um movimento. Foi isso que então aconteceu. Cardoso e José Martins Gonçalves Viana (metalúrgico) em dois importantes jornais da época - *O Protesto Operário* (Orgão do POSP) e *A Voz do Operário* - desenvolveram uma intensa campanha de propaganda anarquista (2.1).

O Protesto Operário, orgão do POSP, publicou em 1886 um manifesto abstencionista da secção anarquista-colectivista de Barcelona, com duras críticas. Cardoso defendeu nas páginas do jornal as ideias do manifesto e continuou a polémica no jornal *A Voz do Operário*, onde Gonçalo Viana prosseguia uma ativa campanha de propaganda. Face aos constrangimentos que encontraram, resolvem em 1887 lançar orgãos próprios de propaganda anarquista.

Em Lisboa Cardoso formou o grupo A Centelha, cuja declaração de princípios é atribuída ao próprio E. Reclus (3). Com José A. Guedes Quinhones cria o jornal *O Revoltado* (Abril de 1887).

No Porto, em Maio, J.M. Gonçalves Viana formou outro grupo anarquista-comunista e edita o jornal *Revolução Social* -"orgão Comunista-Anarquista".

Formou-se outro grupo na Figueira da Foz. Na Covilhã, em Dezembro constitui-se o grupo comunista-anarquista Os Vingadores e muitos outros se lhe seguiram. Começa a ser anunciada a criação de novos grupos anarquistas revelando que o movimento se tornara imparável.

Falar de anarquismo era agora reportar-se a "uma escola (...) um movimento de ideias e ações preciso" (J.M.Gonçalves Viana - *A Evolução Anarquista em Portugal*,1894). Reclus ao longos dos anos, como veremos, manteve uma ativa correspondência com os anarquistas em Portugal.

Reação do POSP

As cisões de anarquistas no POSP, em 1880 e 1881, obrigaram o partido a definir-se em termos políticos. Os ataques não tardaram (4). José Ribeiro n`*O Protesto Operário*, orgão do POSP, em 1883, iniciou as hostilidades acusando os anarquistas de serem uma " seita" ("objecto do socialismo", 21/02/1883) que depois do Congresso de Haia apenas quererem lançar a "desordem" e o "ódio" entre os trabalhadores (13/01/1884).

Numa tentativa de travar as cisões, o POSP convidou-os a apresentar propostas para reformarem o programa e o regulamento do partido (*O Protesto Operário*, 9/02/1884). Estes responderam no mesmo jornal com ataques ao eleitoralismo e reformismo do POSP (J.A. Cardoso, 25/4/1886 e 9/05/1886). As greves que sucederam foram encaradas com grande preocupação por parte dos dirigentes do POSP. Em 1890 trataram de expulsar da Associação de Trabalhadores destacados anarquistas, como Bartolomeu Constantino e Manuel Joaquim de Sousa.

Propaganda pelo Facto e Comunismo-Anarquista

O anarquismo que em Portugal irrompe em 1887 mostrava estar bem informado sobre as tendências do movimento internacional.

Adoptava o princípio comunista (a cada um segundo as suas necessidades) que desde 1874 em Itália Carlo Cafiero, Corelli, Andrez Costa, Errico Malalesta e outros vinham defendendo a partir da reformulação do colectivismo de Bakunine (a cada uma segundo o seu trabalho).

Seguia também outras ideias desenvolvidas em Itália: a Propaganda pelo Facto, individualmente ou através de pequenos grupos. Apelava a que todos os que se sentissem oprimidos e injustiçados, livre e autonomamente se revoltem e não esperem por nenhuma ordem que lhes seja exterior para o fazerem. A novidade introduzida pelos anarquistas italianos, sobretudo Errico Malatesta foi o conceito pedagogia pela ação. Através de ações, como manifestações, motins, sabotagens, levantamentos insurrecionais e uma infinidade de outras mais, os anarquistas destruíam formas de exercício do poder, despertavam os oprimidos para a luta e mostravam a possibilidade de mudanças sociais através de atos concretos. A ideia da propaganda pelo facto foi formulada em 1876 num artigo do boletim da Federação de Jura escrito por Cafiero e Malatesta. No congresso da AIT em Londres (1881), onde estiveram presentes Kropotkine, Malatesta e Louise Michel recomendava-se que os indivíduos tivessem em conta o estudo das ciências químicas como meio de ataque e defesa, numa alusão ao fabrico de bombas. A partir da década de oitenta sucederam-se os atentados contra reis, presidentes, capitalistas e todos os que corporizavam o domínio e a exploração de seres humanos.

A imprensa libertária em Portugal acompanha estas ideias. N´*O Revoltado*, nº.1 (Fevereiro de 1887) J. A. Cardoso escreveu um elucidativo artigo sobre o conhecido anarquista francês Clément Duval, defensor da propaganda pela ação.

Malatesta ao contrário de Kropokine entendia que a construção do comunismo dependia da vontade dos indivíduos em se libertarem, não era nenhuma inevitabilidade histórica. O "anarquismo científico" ou o "socialismo científico" eram duas falsidades.

As ideias de Piotr Kropotkine (1842-1921) rapidamente se divulgaram entre os anarquistas em Portugal. A primeira tradução de uma das suas obras surgiu logo em 1887: *A Anarquia na Evolução Socialista*. Muitas traduções se seguiram com destaque para a sua obra mais difundida - *A Conquista do Pão* (Porto, 1895), um programa construtivo de uma sociedade comunista libertária (5). Foi durante décadas o mais popular pensador anarquista no país, nomeadamente devido à defesa de uma concepção "científica" do anarquismo, baseada no conceito de "apoio mútuo" o grande motor da natureza e da história da Humanidade. Apoio-mútuo, Justiça e Moral são conceitos indissociáveis na sua filosofia. A sua moral exige o reconhecimento da Igualdade, com base qual deviam ser destruídas as ilusões que oprimem e alienam o ser humano. Recusa a violência e defende uma evolução gradual para a Anarquia.

Kropotkine deu ao anarquismo uma "dimensão de cientificidade" muito ao gosto do século XIX. Mesmo aqueles que combatiam o "anarquismo de Ravachol", como o conselheiro A. Serpa Pimentel (*O Anarquismo*, Lisboa, 1894) ou o visconde de Ouguella (*A Questão Social*, Lisboa, 1895) ou os evolucionistas como F. Martins de Carvalho (*O Socialismo Científico*, Lisboa, 1894) não deixam de apontar para o "outro" anarquismo, civilizado, científico que traçava os caminhos futuros da Humanidade.

Qual o lugar que Proudhon passou a ter no movimento anarquista? O colectivismo de Bakunine ou o comunismo de Kropotkine deixaram pouco espaço para o seu mutualismo. Embora Proudhon fosse sendo esquecido (6), o seu conceito de federalismo estava amplamente assimilado. Passou a ser o princípio anarquista para a estrutura de organizações qualquer que fosse a sua natureza, dado permitir um maior controlo e intervenção directa dos seus membros na tomada de decisões. Era também a base de entendimento de anarquistas e muitos republicanos sobre a organização federalista (municipalista) que preconizavam para o país.

Repressão

As primeiras prisões de anarquistas ocorreram em 1888, na sequência de célebre bengalada de Manuel Joaquim Pinto ao deputado Pinheiro Chagas. Pinto foi preso, assim como a sua companheira Júlia Adelaide, e também Albino Gomes de Morais e Manuel José Martins Vagueiro, José de Sousa (7) e José António Cardoso. Pinto só foi libertado em 1891 e voltou a ser preso em Julho de 1893 quando realizava em Santiago do Cacém uma conferência na associação de trabalhadores.

Em Fevereiro de 1894 foi preso Joaquim Raimundo dos Santos. Em Abril Manuel Silva Mendes é detido em Braga quando distribuía um manifesto anarquista, em Agosto acontece o mesmo a João Marques na cidade de Portalegre.

Em 1895 na sequência dos desacatos a 30 de Junho no Rossio durante a procissão comemorativa do Centenário de Santo António, nas rusgas que se sucederam foram presos Reynaldo Brandão, Mateus Rodrigues, Tirso Augusto dos Santos, Francisco Augusto Soares, Kader, Augusto da Costa e de novo Raimundo dos Santos. Em Setembro seguiram para São Tomé, Angola (Luanda), Moçambique e Timor uma leva de desterrados por três anos. Alguns jornais anarquistas foram proibidos, como *O Libertário* no Porto.

Em 1896 o regime monárquico durante a primeira ditadura de João Franco publicou a infame lei de 13 de Fevereiro destinada a aniquilar o movimento anarquista (8), cuja imprensa foi proibida.

As noticias internacionais sobre os atentados à bomba protagonizados por anarquistas como Ravachol (1859-1892) ou Emile Henry (1872-1894) assustavam a burguesia instalada no poder. Estas ações, como escreve Eça de Queiroz, difundiram-se rapidamente pelos motivos mais diversos, nomeadamente pelo desejo de notoriedade de alguns que as praticavam (9).

Alguns grupos em Portugal afirmavam-se também seguidores de Ravachol. *O Lutador* do Porto, em 1895 proclamava: "Não temais a polícia nem a guarda municipal, porque se janizaros têm sabres e revólveres, nós, os explorados, temos a dinamite." Os nomes de alguns grupos são indicativos da afeição por este meio de luta: G. Casério (Lisboa, 1894), G. Vaillaint (Belém, Lisboa, 1894) ou G. Pallas (Lisboa, 1893). Surgem vários jornais clandestinos como A *Sombra de Ravachol* que tinha como legenda : "Sendo a propriedade um roubo, a expropriação é uma necessidade" (*A Revolta*, nº31, 4/06/1893), *O Agitador* (Outubro de 1895), com a divisa "Aparecerá sempre que puder" ou *O Anarquista* (manuscrito, 1895); A Biblioteca d´*A Revolta* edita "A Minha Defesa de Jorge Etièvant, com as suas declarações para serem lidas no julgamento a que foi submetido no Tribunal de Versalhes. A Biblioteca Literária do Porto publica *Ravachol* (1893).

Face à brutal repressão que foram vítimas procuraram encontrar novas formas de propaganda, adoptar títulos menos identificáveis pela polícia ou veicular as suas ideias nas publicações de associações operárias.

No entanto, o que atemorizava mais o poder era combatividade demonstrada pelos anarquistas, muito distinta do conformismo dos socialistas ou dos subitamente apagados republicanos depois da revolta do 31 de Janeiro de 1891.

O pretexto do governo para a infame lei foram alguns atos isolados na maioria deles fabricados pela própria polícia. O primeiro atentado, como referimos, ocorreu a 7 de Fevereiro de 1888, quando Pinheiro Chagas (escritor, ministro, deputado, etc) ridiculariza a anarquista Louise Michel que acabara de ser vítima de mais um atentado em França. No Rossio foi-lhe dado um exemplar da *Revolução Social* e na escadaria do Parlamento Manuel Joaquim Pinto deu-lhe uma bengalada. A imprensa anunciava que em breve o país entrava no caos. Começara a repressão contra os anarquistas. Seguiu-se a morte de um industrial Cipriano de Oliveira e Silva (1888), e uma bomba junto do Governo Civil do Porto (Setembro de 1889); Prosseguiu com os atentados contra o administrador do concelho de Setúbal (fevereiro de 1890), uma bomba junto dos edificios do Ministério do Reino e da Câmara Municipal de Lisboa (1891), o Consulado Geral de Espanha como protesto pelas prisões em Jerez (Fevereiro de 1892) e ao Conde de Folgosa (Novembro de 1892). A que se seguiu a incursão na procissão de Santo António (1895) e uma pedrada de Luiz de Mattos contra o rei a 26 de Janeiro de 1896 e no dia seguinte uma bomba contra o médico que examinou o autor da pedrada, o Dr. Joyce (10). Estes pretextos justificaram a caça aos anarquistas em Portugal levando à prisão e deportação de centenas. A Monarquia assinava também a sua certidão de óbito.

A lei de 13 de Fevereiro condenava à prisão e à deportação para as colónias todo o indivíduo que tivesse ideias anarquistas ou as divulgasse. A imprensa também ficava proibida de qualquer referência aos seus atos ou doutrinas. Era um violento ataque contra a liberdade da imprensa, o que desencadeou muitos protestos. Foi na sequência desta lei que Manuel da Silva Mendes (1867-1931) publicou - *Socialismo Libertário ou Anarquismo* (1896). É uma obra singular no pensamento anarquista em Portugal, assente numa ideia fundamental: a crescente complexidade das sociedades humanas conduz à

inevitabilidade do anarquismo. A complexidade obrigaria à descentralização e dissolução do próprio poder.

Apesar da repressão o anarquismo tornou-se neste altura numa referência obrigatória em muitos domínios do país: sindicalismo, educação, arte, cidadania, mudança de mentalidades.

O protesto manteve-se ativo até ao fim da monarquia, contribuindo para a sua queda. O movimento anarquista entra numa luta clandestina, contando com a temível solidariedade internacional. Em 1898 ocorreu um dos momentos cruciais desta luta. A 24 de Abril no Monte Aventino às Antas no Porto, realizou-se um monumental comício contra a Lei, contando com uma vasta adesão de associações operárias. A polícia e o exército mobilizaram para o local um grande número de elementos. A mesa era formada por Guilherme Gonçalves Baptista, Serafim Cardoso de Lucena, Júlio Gabriel. Um estudante de Belas-Artes Christiano de Carvalho leu uma mensagem de solidariedade dos trabalhadores ingleses. A polícia acabou por prender todos e envia-os para o Aljube em Lisboa. Bernardo Lucas, o advogado dos detidos, com excepção de Christiano, elaborou um discurso de defesa dos detidos que foi publicado sob a forma do número programa de uma revista: *A Ideia* (*A Ideia*, Periódico Científico, nº. 1, Setembro de 1898).

Disposto a exterminar os anarquistas, o governo fez-se representar entre 24 de Novembro e 21 de Dezembro de 1898 na "Conferência Internacional pela Defesa Social contra os Anarquistas", promovida pelo governo italiano (11). As conclusões aprovadas pela maioria dos paises europeus, incluindo a Turquia, foram mantidas em segredo, embora fossem seguidas em Portugal com algumas limitações como a aplicação da pena de morte por força da legislação do país (12).

As prisões e deportações de anarquistas e outros que eram acusados de serem seus cúmplices tornaram-se uma prática permanente dos governos monárquicos. O combate pela Liberdade nunca desfaleceu.

Devido ao silêncio imposto e à forma sumária como eram aplicadas as penas é dificil quantificar entre 1896 e 1910 o número de deportados anarquistas. Em 1896 segundo fontes oficiais foram deportados 24, dos quais 10 destinados a Moçambique e 14 a Timor (13). Outra fonte oficial afirmou que depois de 1896 em Lisboa fora deportado um anarquista que fizera a apologia do atentado contra o rei de Itália. Fora de Lisboa mais cinco anarquistas: dois em Seia, dois em S. Tiago do Cacém e um em Olhão. Acrescentou que foram presos dois jornalistas, um a 29/10/1898 e outro a 3/08/1900. A minguada contabilidade oficial referia outras prisões (1899 e 1901) sem que ocorressem deportações (14). Não faltaram os que sabendo que seriam presos, como o caricaturista Leal da Câmara, fugiram do país.

Para Timor seguiram entre outros os seguintes: Joaquim Raimundo dos Santos (1896-1911), Luís António Nogueira (1896 a 21 de Julho de 1906); José Miranda (1896, faleceu em Timor neste ano); Arnaldo Agosto (1896-?), Sebastião dos Santos (1896 a 1906); Joaquim Marques (1896 a 1906); António Diniz (1896 a 1906); Gilberto Alves dos Santos (1896-1907, morreu em Timor); Cruz (morreu em Timor); Francisco Augusto Soares (1896 a 1905, morreu no regresso a Lisboa); Bernardino Henrique Caldas (1896, morreu em 1897 no Hospital de Dili em Timor); José Dias Loureiro (1896 a 1898, morreu em Dili); Carlos Augusto da Fonseca (1896-1903, morreu em Dili); Rodrigo da Silva (1896-1900, morreu em Dili); José dos Santos (1896, morreu em Timor); João Manuel

Rodrigues (conseguiu fugir na África do Sul); Em 1906 alguns regressaram a Portugal amnistiados.

Para Macau sabemos que foi deportado José de Carvalho e Manuel Coelho Traficante e aqui tentaram constituir um grupo anarquista. Foram descobertos e deportados para Timor (1908). Neste território ocorreu em 1907 uma situação inesperada: Um grupo de marinheiros da guarnição da canhoeira Rio Lima promoveram a constituição de um grupo anarquista "Alvorada da Liberdade" com militares da Guarnição local. Para além de intensa propaganda através de cartas, bilhetes, dedicatórias em retratos e textos diversos, promoveram uma subscrição destinada a auxiliar a Escola Livre de Campos Lima em Coimbra (15). Como já ocorrera em 1855 o anarquismo estava difundido dentro dos quartéis minando o regime monárquico.

Para Moçambique foram deportados entre outros Luiz Bernardo de Mattos, preso a 26/01/1896, para cumprir uma pena de 16 anos de degredo, faleceu em 1898; Cruz (1896); Justo (1896); Vieira; Patrício Luis Ferreira Leão (operário metalúrgico); Francisco Augusto Soares, por se recusar a ouvir a missa no presidio foi desterrado para Inhambane, onde trabalhou como carpinteiro. Faleceu em São Tomé, a 9 de Junho de 1905, quando regressava a Portugal; José Estevam foi libertado pela Republica mas logo a seguir foi preso por constituir uma Liga Revolucionária em Moçambique.

Para Angola foram deportados Francisco José Frias; Mateus Rodrigues; Firmino José Faias; João Dias d`Oliveira; Manuel Caldeira Feio foi preso a 22/09/1905 em Vila Viçosa, deportado para Angola onde se evadiu. Regressou a Lisboa e voltou a ser deportado agora para a Guiné (*Germinal*, 24/09/1905; *O Mundo*, 26/09/1905);

Na Guiné entre 1896 e 1905 esteve desterrado Manuel Augusto Oliveira.

Muitos outros foram deportados para partes incertas em África como José Ricardo Osório, Loureiro, Antero, António Domingos. Para S. Miguel, nos Açores foi enviado Francisco dos Santos (16) e possivelmente outros.

Anarquistas e Republicanos

A perseguição aos anarquistas acabou por os aproximar dos republicanos, que arrastaram os socialistas possibilistas para um ódio comum à monarquia.

Maçonaria e Carbonária. A repressão levou muitos anarquistas e republicanos radicais a constituirem em Agosto de 1896 uma organização secreta para combater a lei de 13 de Fevereiro e a própria monarquia. Na base desta organização parece ter estado uma loja maçónica - *Obreiros do Futuro* (1896-1907), ligada ao Supremo Conselho Geral Ibérico.

Era longa a lista de conhecidos anarquistas maçons, como Proudhon, Bakunine, Fanelli, Stirner, Reclus ou Kropotkine. Em Portugal contavam-se, entre outros, Emílio Costa, Campos Lima ou Manuel Joaquim de Sousa. O que os atraia parece ter sido a ideia de uma **fraternidade universal**, que na promessa de E. Kant fundaria uma Paz Perpétua.

A loja secreta denominada *Bonfim*, tinha a sua sede na Rua 24 de Julho, próximo da Rocha Conde de Óbidos. A sua novidade estava no facto de ser constituída por libertários, com grande experiência nas lutas operárias e alguns no fabrico de engenhos explosivos. A Biblioteca Nova Aurora procurou lançar o debate sobre estas maçónicas com a publicação de um brochura justamente intitulada - A *Maçonaria e o Proletariado*.

Em 1900, registou-se uma forte aproximação aos republicanos, quando foi criada a Carbonária Lusitana, mais conhecida por Carbonária Anarquista (19) que em 1908 se fundiu com a Carbonária Portuguesa. As ações da carbonária eram independentes da maçonaria e do Partido Republicano, embora pontualmente pudessem estar articuladas. A ideia da sua subordinação a um diretório republicano é contrariada pelos testemunhos dos seus participantes (20).

Esta união contra a Lei de 13 de Fevereiro não deixou de preocupar a policia. Um crescente número de anarquistas apelavam à colaboração ativa com os republicanos. Em 1896, Ernesto de Sousa que fora o principal apoiante de Azedo Gneco no Partido Socialista adere publicamente ao anarquismo e passou a defender esta colaboração. A mesma posição assumiu, José do Vale quando em 1898 integrou a redação do jornal *A Obra*. Em 1900, um espanhol infiltrou-se no movimento anarquista - Julio Monzó (1882-1943), lançou no jornal socialista *A Luta* uma campanha contra a lei do 13 de Fevereiro, contando desde logo com o apoio da Liga Académica Republicana. A comissão executiva da campanha era constituída por Helidoro Salgado, Teodoro Ribeiro, Ernesto da Silva, Nunes da Silva, Severiano de Carvalho, José de Macedo, Jaime Tavares e Pinto Malheiro. Julio Monzó acabou por ser desmascarado e saiu do país.

Entre os muitos anarquistas que fizeram parte da Loja Obreiros do Futuro e da Carbonária Anarquista, embora nem todos façam parte de ambas, contavam-se José do Valle (jornalista), Bartolomeu Constantino (sapateiro), Brito Benttencourt (professor), Ribeiro de Azevedo (-1904, jornalista), Francisco Veríssimo (serralheiro mecânico), José Jesus Gabriel (torneiro mecânico), Adão Duarte (esteotipador do jornal O Mundo), Manuel Vaz Rebordão (funileiro), Jaime Tavares (farmacêutico), José Vidigal (arsenalista), Benjamim José Rebelo (brochante), Júlio Dias (carpinteiro), Sebastião Eugénio (corticeiro), Carlos Antunes (torneiro mecânico), António Alcochetano (caldeireiro de cobre), Manuel Domingos (electricista), Hilário Marques (caldeireiro), João Policarpo (marceneiro), Alvaro dos Santos (emprego bancário), Paulo Tavares (canalizador), Venceslau Dinis Araújo (comerciante), José Nunes (21) e outros.

Face à crescente contestação à lei de 13 de Fevereiro de 1896, o governo empreende a sua revisão a 21 de Novembro de 1907, relegando os crimes de difusão das ideias anarquistas para o julgamento do juiz de instrução. A repressão continuou numa crescente escalada. Nos últimos anos do regime monárquico foi particularmente violenta, sucedendo-se as perseguições, prisões e assassinatos. Não admira que a reação fosse idêntica: **à bomba !** (22) As bombas foram empregues na tentativa de golpe de estado de 28 de Janeiro de 1908, sendo decisivas no golpe de 5 de Outubro de 1910. Não raro ocorriam acidentes no seu fabrico ou manuseamento. Um destes aconteceu a 6 de Agosto de 1907, no bairro da Estrela, rua de Santo António em casa do Manuel Vaz Robordão do qual resultou vários feridos graves: o seu irmão Luiz (cabo da marinha de guerra), Britto Bettencourt (professor de línguas), autor do “Catecismo do Ateu”. A polícia apressou-se a falar de “complots” anarquistas, seguindo-se uma onda de prisões e deportações. A imprensa republicana denunciou as arbitrariedades policiais. Numa onda de solidariedade no dia 19 de Dezembro de 1908 foi levado à cena no Teatro do Principe Real, a peça de Manuel Laranjeira “Amanhã” em beneficio de Manuel Robordão que havia perdido uma das mãos.

O caso mais mediático deu-se a 17 de Novembro de 1908 com a explosão num prédio da Rua do Carrião, no quarto de Aquilino Ribeiro (23), tendo morrido dois carbonários

libertários António Gonçalves Lopes (médico) e José Martins Belmonte de Lemos (comerciante), a que seguiu nova vaga de prisões (Germinal, nº212, 1/03/1907).

José do Valle, jornalista, editor dos jornais *O Petardo* e *o Dinamite* (24) tornou-se no símbolo do anarquista-bombista pelo emprego que delas fazia e da forma desabrida como justificava o seu emprego (25).

No dia 31 de Janeiro, o governo aprovou mais uma lei para exterminar os anarquistas. A resposta foi rápida. No dia 1 de Fevereiro de 1908 o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro Luiz Filipe foram assassinados no Terreiro do Paço. O objectivo era supostamente matar o ditador João Franco, mas as circunstâncias ditaram outro desfecho (26). O dedo foi apontado aos anarquistas, e em particular a um - **Alfredo da Costa** (27). Augusto Machado resumia mais tarde o acto nas seguintes palavras: "A violência provoca a violência, e enquanto a organização social em que vivemos, subsistir , os casos como o de 1 de Fevereiro terão infelizmente de surgir, pois são o reflexo de violências muito mais criminosas e infames" (*Guerra Social*, nº11, 30 de Janeiro de 1911). É muito significativo que no enterro dos regicidas tenham estado presentes mais de 20 mil pessoas, revelando a falência do regime monárquico.

A 5 de Fevereiro de 1908 após a demissão do João Franco, o governo liderado pelo almirante Ferreira do Amaral declarou nulos os decretos de 21 de Novembro de 1907 e de 31 de Janeiro de 1908, mas manteve as leis de 13 de Fevereiro de 1896 e 21 de Julho de 1899. Os anarquistas continuavam a ser o alvo a abater.

Federação Socialista Livre. Em fins de 1901 foi lançado um manifesto em Lisboa, promovido entre outros por Ernesto da Silva, para a criação de uma "aliança revolucionária" dos anarquistas com os republicanos. É neste contexto que foi criada a *Federação Socialista Livre* - FSL (1901-1906), tendo como orgão o jornal *Germinal* (nº1, 5/10/1902)(28), fundado José do Valle, Dias da Silva e Bartolomeu Constantino. As "bases" da Federação foi publicadas pel´ *O Amigo do Povo* (Nº. 34, 3/08/1902). José do Valle assumiu as funções de secretário.

A FSL possuía ramificações em Lisboa, Porto, Almada, Setúbal, Covilhã, Funchal e outras localidades. Em 1902 anunciava a formação de núcleos em São Paulo e Rio de Janeiro… Os seus militantes muitos dispersos colaboravam em vários orgãos de propaganda, como *O Germinal (*Setúbal*), O Rebelde*, *O Amigo do Povo* (Portalegre), *O Trabalhador*, *A Propaganda, A Revolta, A Obra ou A Era Nova* (Coimbra). A FSL assumia como um dos principais objectivos lutar contra a Lei do 13 de Fevereiro e o derrube da monarquia. Não registou nenhuma atividade relevante. Em Março de 1902 em aliança com os republicanos organizou uma Conferência Contra a Guerra Sul-Africana. Em Abril de 1904 participou, através de José do Valle, num protesto anarquista internacional relacionado com a prisão dos trabalhadores rurais envolvidos na insurreição de 1 de Agosto de 1903 em Alcalá del Valle (Espanha), e pouco mais. A dispersão dos seus membros por muitas organizações era a sua força, mas também a sua enorme fraqueza quando a coordenação não existia.

Os republicanos depois de 1903 passaram a colaborar mais activamente na propaganda contra a lei de 13 de Fevereiro de 1896, denunciando a barbárie e as arbitrariedades praticadas pelos monárquicos, numa hábil estratégia de condenação pública da Monarquia. Na imprensa republicana destacou-se um jornal nesta campanha: *O Alarme*, diário republicano da tarde no Porto, cujo redator principal era **Helidoro Salgado**. Entre as denúncias e iniciativas que promoveu sobressai a campanha nacional contra a lei, cuja

adesão foi enorme em todo o país (nº.19, 22 de Novembro de 1904). Segundo este jornal (7/12/1904) cinco anarquistas desterrados em Timor haviam falecido até à data. A polícia servia-se de todos os pretextos para os prender: em São Bartolomeu de Messines, em 1904 foram presos Gregório, José Jerónimo, Amadeu da Silva e Filipe. Estavam a conversar na beira da estrada quando foram acusados de partirem vidros num comboio (*O Alarme*, 30/12/1904). O caso mais grave foi todavia a prisão de Bartolomeu Constantino em Junho de 2004, contra o qual a imprensa burguesa no Algarve movera uma enorme campanha. Foi condenado a 3 meses de prisão correcional, seguidos de deportação perpétua para Timor, sendo transferido para a cadeia do Limoeiro em Lisboa. A "Liga de Combate Contra a Lei do 13 de Fevereiro ", constituída a 20 de Dezembro, sob a direção de Augusto José Vieira, lançou por todo o país uma intensa campanha de protesto. Um dos maiores protestos que foram realizados ocorreu a 29 de Janeiro de 1905 no Porto, a que assistiram cerca de 7 mil pessoas (*O Alarme*, nº76, 30/01/1905). A Associação de Classe União dos Operários Manipuladores de Tabaco do Porto, por exemplo, na sessão que organizou de protesto contra a lei, denunciando ao mesmo tempo a repressão em geral: "Considerando que a lei é uma rede para caçar nas suas malhas todos os liberais sem distinção de partidos, quando os governos assim o entenderem e que já o número dos mártires sobe a mais de 1500 de diversas classes e partidos" (*O Alarme*, nº87, 13 de Fevereiro de 1905). Perante a onda de contestação que se gerou, Bartolomeu Constantino acabou por ser libertado em Junho de 1905, mas as deportações continuaram. Benjamim José Rebelo foi desterrado para a Guiné.

A FSL que desaparecera em 1905, foi no ano seguinte reconstituída em Lisboa, acentuando agora que privilegiava a ação directa e repudiava a agitação politica e parlamentar (*A Era Nova,* nº1, 3/02/1906). Em fevereiro de 1906, com o Partido Republicano lançava um protesto contra o imposto de consumo, o que desmentia a sua proclamada independência. Bartolomeu Constantino aparece como secretário e elemento de ligação à carbonária. A imprensa anarquista divulgava regularmente comunicados desta organização (cfr. *A Era Nova*, 5/05/1906). A FSL não tardou a desaparecer.

O jornal *A Era Nova*, nº15, a 19 de Maio de 1906, contornando a censura publicava o seguinte anúncio: "IMPORTANTE - O Reino de Portugal muda-se para Timor. Continua a receber encomendas e agradece a visita dos seus estimados fregueses ao seu estabelecimento. Toca a preparar as malas."

Era longa a lista dos anarquistas desterrados para Timor, Moçambique, Angola, São Tomé ou Guiné durante a monarquia. A simples acusação de anarquista servia para prender e deportar todos os que pudessem incomodar o poder.

José Miranda faleceu em 1907 desterrado. Neste ano os deportados de Timor foram amnistiados, com excepção de Raimundo dos Santos, acusado de ter participado no atentado ao Dr. Joyce (1896): só em 1911 teve permissão para regressar a Portugal.

Críticas. Esta aliança de anarquistas e republicanos não era pacífica, embora, como vimos, tivesse antecedentes históricos. A revolta republicana do 31 de Janeiro de 1891 no Porto, contou com a participação de anarquistas e o jornal *Revolução Social* foi proibido. A aproximação era facilitada pela existência dentro do movimento republicano de uma **corrente federalista e municipalista**. Uma propaganda sustentada por republicanos como Magalhães Lima, grão-mestre da maçonaria (1907-1928), uma personalidade querida dos anarquistas (29). O termo federalismo a partir de 1891 passou a designar-se por descentralismo, afastando-se de possíveis associações ao federalismo ibérico (iberismo). Do lado dos anarquistas temia-se que o movimento fosse arrastado para a

luta parlamentar. Em 1903, José Bacelar no jornal *A Obra* atacou esta união. Emílio Costa publica então a brochura *É Preciso a República?* definindo as linhas de entendimento entre anarquistas e republicanos (liberdade, municipalismo, descentralização...).

Alfredo Pimenta, no jornal da Guarda *O Combate* (5 de Abril de 1905) escreve também sobre o tema, repetindo igualmente o que da República esperavam: liberdade e descentralização, em síntese uma republica federativa. A separação de águas revelou-se difícil de manter. O jornal *Germinal* de Setúbal, por exemplo, a 12 de Fevereiro de 1905 apoiava as listas republicanas. José do Vale, o mais conhecido anarquista do tempo promovia as listas republicanas.

Campos Lima n`*A Era Nova* (nº4, 24/02/1906) a respeito do intervencionismo chama à atenção que nos países onde a República foi implantada as promessas estavam longe de serem cumpridas. Noutro artigo (nº16, 26/05/1906) escreve que os republicanos "querem fazer dos anarquistas portugueses uma dependência do Partido Republicano" e acrescenta "A tal não chegaremos nunca felizmente".

A verdade é que aliança de anarquistas e republicanos para derrubar a monarquia nunca desapareceu. As próprias ações armadas para a implantar a República passaram contar com anarquistas, como foi o caso da tentativa de golpe de 28 de Janeiro de 1908. Entre os presos implicados no golpe contava-se José do Vale (A Sementeira, nº2, Outubro de 1908).

Muitos republicanos persistiam em assumir que tinham os mesmos objectivos que os anarquistas. Helidoro Salgado, nas páginas d`*O Alarme*, declara-se militante republicano, anarquista e idealista (nº. 96, 23 de Fevereiro de 1905). Nas páginas do *Germinal* - Theofilo de Braga afirma que a meta da República é uma sociedade anarquista (nº221, 17 de Maio de 1908). Uma “aliança revolucionária” que levou bastantes anarquistas a passarem para o campo republicano como constatava *A Sementeira* (Nº. 6, Fevereiro de 1909).

José do Vale e Bartolomeu Constantino eram idolatrados na imprensa republicana, que lhes dedicou longas páginas incluindo poemas. O primeiro acabará afastado em 1911 do movimento anarquista quando se candidatou pelo Partido Republicano às eleições constituintes pelo círculo 38º (não foi eleito). O segundo, manteve-se fiel ao ideário libertário (30).

Anarquistas e Socialistas

A permanência dos anarquistas no POSP, como vimos, não era pacifica. A sua saída era inevitável. A situação tornou-se ainda mais difícil a partir de 1896: os socialistas ficaram divididos entre o PSOP (possibilista, liderados por Manuel Luis de Figueiredo e Francisco Viterbo de Campos), controlando dois jornais (*O Protesto Operário* em Lisboa e *O Trabalho* no Porto) e o então criado Partido Socialista Português (PSP) de Azedo Gneco (marxista) que editou dois jornais (*O Revolucionário* e *A Federação*).

O PSP recusava qualquer entendimento com os anarquistas, embora o programa do PS nada tivesse de marxista. Azedo Gneco esteve presente como delegado no Congresso Internacional Socialista em Londres em 1896, onde foi votada a expulsão definitiva dos anarquistas dos Congressos da IIª. Internacional. Na sua concepção marxista, o socialismo era uma inevitabilidade histórica pelo que apenas restava aos operários esperarem por esse dia, mostrando pelo seu comportamento civilizado (ordeiro) que

estavam à altura da missão que no futuro lhes cabia: assumirem a gestão da nova sociedade.

A corrente possibilista do PSOP que privilegiava a luta económica à luta eleitoral, estabeleceu vários entendimentos com os anarquistas. Em Junho de 1897 colaborara na organização do Congresso Operário da Região Sul, uma iniciativa da Confederação Metalúrgica. Bartolomeu Constantino, em 1898, nas páginas do jornal *A Voz do Trabalho,* orgão dos possibilistas promoveu a criação de uma organização libertária a *União Socialista* (1899), com princípios muito amplos de modo a federar anarquistas, socialistas possibilistas e republicanos. Fruto da ação a 29 de Janeiro de 1899 reuniram-se em Lisboa elementos do PSOP e anarquistas. A moção então aprovada apelava à união de esforço, mantendo cada qual a sua autonomia. Publicações socialistas como *Questão Socia*l reflectiram na altura esta procura de entendimento. A prática mostrava que o mesmo era impossivel. O grande obstáculo era o reformismo dos socialistas, levando-os a condenaram o recurso à greve pelos trabalhadores, como no Congresso de Aveiro (6 a 9 de Dezembro de 1902) ou na Greve Geral do Porto em 1903 em que colaboraram na sua repressão.

As lutas internas dos socialistas entre o PSOP e o PSP prolongaram-se até 1907 quando as duas tendências se uniram, para fazer frente à subida dos republicanos e ao predomínio dos anarquistas no movimento operário.

1º. de Maio. A luta pelas oito horas de trabalho diárias, em 1886 foi marcada pelo acontecimento trágico em Chicago. Durante uma manifestação em prol desta reivindicação (4/05/1886) ocorreu a explosão de uma bomba. Oito anarquistas foram acusados de estarem envolvidos nesta explosão, quatro dos quais acabariam enforcados a 11 de Novembro de 1887. Nove dias depois a imprensa operária em Portugal protestava contra as execuções (*O Protesto Operário*, 20/11/1887), seguindo-se manifestações de repudio. O dia 11 de Novembro passou a ser recordado pelo anarquistas como um marco desta luta pela redução do horário de trabalho. No congresso da IIª. Internacional Socialista Internacional reunido em Paris (1889), foi decidido todavia assinalar esta luta no dia 1º. de Maio, como o Dia da "Festa do Trabalhador". Os anarquistas apesar de preferirem assinalar o dia 11 de Novembro, acabaram por aderir à iniciativa. Em 1890 o 1º. de Maio foi pela primeira vez comemorado em Portugal. Em Lisboa os socialistas limitaram-se a seguir instruções dadas pela polícia fazendo uma discreta romagem ao túmulo de José Fontana no cemitério dos Prazeres. No Porto, anarquistas e socialistas entenderam-se e realizaram uma monumental concentração no Monte Aventino em defesa das oito horas e outras reivindicações operárias. Os republicanos através do jornal *O Primeiro de Janeiro* fizeram circular uma mensagem enganosa que a concentração dos anarquistas seria na Praça D. Pedro, o que gerou alguns contratempos. Em Coimbra, os anarquistas em Outubro deste ano publicaram o primeiro jornal com o título "1º. de Maio", redigido por José Monteiro, Luis Teixeira, José Alves, José Pereira da Cruz, João Squilário, António Gurri e José Martins. Foi proibido após a revolta republicana do 31 de Janeiro de 1891 no Porto. A comemoração deste dia era distinta para anarquistas e socialista. Os primeiros encaravam-na como uma jornada de luta, os segundos como uma "festa popular", sem conteúdo revolucionário (31). Em Lisboa, por exemplo, passou a ser assinalada por um cortejo alegórico que começava na Praça dos Restauradores e terminava com os discursos alusivos à festa junto ao túmulo de José Fontana.

Sindicalismo Revolucionário

A traição do Partido dos Operários Socialistas de Portugal, em 1879, quando resolveu concorrer às eleições contrariando as decisões de anteriores congressos, desencadeou a revolta dos anarquistas no interior dos sindicatos. Em 1885, a Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas de Lisboa, contrariando as orientações do POSP promoveu o Iº. Congresso das Associações de Classe onde foi preconizado que fosse retomada a posição da AIT de 1872, isto é, o abstencionismo. A luta passou por autonomizar os sindicatos dos partidos políticos. O momento decisivo ocorreu no Congresso das Associações de Classe em março de 1892 no Porto. Os representantes das associações do sul abandonaram o congresso e convocaram um outro para Julho no mesmo ano. Neste congresso de Lisboa foi reafirmada a autonomia das associações operárias face aos partidos políticos e discutidas questões que afectavam directamente os trabalhadores. Foi uma importante vitória dos anarquistas.

O sindicalismo revolucionário em Portugal, para além da sua dinâmica própria, não deixava de reflectir o que acontecia no mundo. A ideia de uma Greve Geral era desde 1873 assumida como uma poderosa arma ao serviço da revolução social (Congresso da AIT de Verviers, 14/04/1873 e de Antuérpia (15-16/08/1873) . Em 1887 foi fundada em Paris outro importante meio revolucionário: a Câmara de Trabalho, um local de encontro de sindicatos e debate de ideias. Em 1892 constituiu-se uma Federação de Câmaras do Trabalho. Em 1894 para dirigir a Federação foi chamado um novo secretário, Fernand Pelloutier (1867-1901). Graças ao impulso deste anarquista, secundado por outros, estas Câmaras tornam-se poderosos organismos revolucionários em França. Em 1895 deu-se outro passo importante, a constituição da *Confédération Général du Travail* - CGT, sobre a base programática da greve geral e do sindicalismo revolucionário. Os anarquistas em Portugal assumiram a CGT francesa como o modelo de organização revolucionária do sindicalismo.

Entre 1893 e 1895 os anarquistas entram em força nas associações operárias, abandonando uma orientação centrada em ações individuais ou praticada por pequenos grupos muito dispersos. A imprensa socialista dá conta desta entrada e acusa-os de estarem a dividir os trabalhadores. Estes, por seu lado, acusam o POSP, na pessoa de Azedo Gneco, de inação e de estar apenas preocupado com as eleições. Neste período entre as dezenas de anarquistas que protagonizam esta intervenção nas associações sindicais, destacaram-se Albino de Morais, Martins Vageiro, João Alvares, Mateus Ruivo, Duarte Pinto Fernandes, Severiano de Carvalho, Gonçalves Viana, António Evaristo, José do Vale, Bartolomeu Constantino e Domingos Mautempo.

Em maio de 1894, o PSOP, sob a direção de Azedo Gneco, como resposta às críticas que lhe faziam, organiza um congresso nacional das associações de classe que deu origem à Confederação das Associações de Classe. Reforçou o seu poder, mas a inação manteve-se. Os anarquistas aliados aos socialistas críticos de Azedo Gneco, instalam-se na poderosa Confederação das Associações Metalúrgicas de Lisboa, cujo jornal *O Eco Metalúrgico* começou a divulgar uma nova concepção de ação sindical. Em várias situações ocorreram confrontos violentos, entre socialistas e anarquistas como os que ocorreram a 2/09/1894, durante uma conferência de Azedo Gneco.

Esta intervenção dos anarquistas nos sindicatos foi estimulada pelo próprio governo. Em 1895 resolvera expulsar do corpo eleitoral os analfabetos que representavam 80% dos eleitores. Os operários, sem representação social viram na estratégia anarquista de ação

directa (sem intermediários) o único meio que lhes garantia uma efectiva intervenção social (32).

Em 1896 consuma-se a ruptura internacional entre anarquistas e socialistas. Em Portugal, os socialistas dividem-se em dois partidos, e muitos dos seus militantes aderem ao anarquismo. A sua presença é cada vez mais significativa no movimento operário, na sua organização e nas lutas. No congresso operário de da região sul e da imprensa operária independente, em Junho de 1897, estiveram presentes 26 associações e 3 jornais, entre eles *A Liberdade,* anarquista. Bartolomeu Constantino ficou na comissão executiva. No ano seguinte estão já em grande número na Associação de Trabalhadores do Porto.

No início do século XX os anarquistas estavam à frente das lutas operárias (33). A greve geral no Porto, em 1903 (34), com forte impacto em todo o país, reforçou a ideia que havia necessidade de uma organização sindical nacional.

Preconizavam uma ação independente dos sindicatos dos partidos políticos e a organização de um Confederação Geral do Trabalho como escreve Emílio Costa (*O Amigo do Povo*, nº28, 22/06/1902), na linha do Congresso de Libertários em Liege.

Em 1906 a concepção de um sindicalismo revolucionário, base da organização de uma futura sociedade está já claramente assimilada na imprensa anarquista (*A Era Nova*, Coimbra, 10/02/1906). As conclusões do Congresso de Amiens (setembro de 1906) veio consagrar esta estratégia. Foram organizadas tournés para divulgar pelo país esta concepção de sindicalismo revolucionário. Em 1909, por exemplo, uma foi para o Alentejo e Algarve: João Baptista Otero e Acrácio Progresso contaram então com o apoio de grupos anarquistas locais (*Guerra Social*, nº11, 30/01/1909).

Em Julho de 1909 a Federação Operária de Lisboa, propôs ao Partido Socialista a realização de um congresso operário em duas secções: Lisboa e Porto. Na secção de Lisboa, cujos trabalhos ocorreram na Sociedade de Geografia estavam presentes representantes de 44 organismos diversos, 3 jornais e 119 delegados. Na secção do Norte, reunidos na Casa do Povo Portuense, estavam 130 delegados em representação de 51 associações. As divergências entre anarquistas e socialistas em Lisboa não tardaram, muita coisa os dividia. Uma das mais importantes era a participação de pessoas inscritas pelo PS, com direito a voto, mas que não estavam sindicalizadas. Era um expediente usado por este partido para controlar as decisões tomadas nos congressos operários.

Perante estas manobras, os anarquistas em Lisboa abandonaram o congresso e foram-se reunir na sede da Caixa económica, onde realizaram um novo congresso com 31 sindicatos. Entre eles estavam José do Vale, Constantino, Dinis Morais, Alfredo Ladeira entre outros. Neste congresso foi nomeada uma comissão executiva para a realização de outro congresso que visaria objectivos mais vastos: a constituição de uma confederação sindical. Uma das suas subsecções destinadas à propaganda sindicalista mandou vir de França folhetos, estatutos de sindicatos, de federações, de uniões e da Confederação Geral do Trabalho em França (CGTF), jornais, brochuras (35). Foi também aprovada a tese "Organização Social Sindicalista" que consagrava os princípios do sindicalismo revolucionário. A rotura estava consumada.

Propaganda Sindicalista

O avanço dos anarquistas nos sindicatos foi acompanhado de uma persistente divulgação das novas ideias que agitavam o sindicalismo revolucionário, sobretudo na CGTF. Em 1908 um grupo de tipógrafos tomou a iniciativa de propor a anarquistas e socialistas a edição de um jornal para difundir as novas ideias. Foi deste modo que surgiu *A Greve*, o primeiro diário sindical em Portugal. O jornal como diário não vingou, mas a julgar pelo número de associações de classe e cooperativas assinantes, a adesão sendo crescente.

Apesar do conteúdo do jornal estar ainda marcado pelo reformismo dos socialistas, era crescente o entusiasmo pelas novas ideias. Os anarquistas, como refere Alexandre Vieira (36), aproveitaram a ocasião e começaram editar uma série de brochuras sobre o sindicalismo revolucionário: *Acção Sindicalista* de Victor Griffuelhes; *A Confederação Geral do Trabalho*, de Emile Pouget; *O Sindicalismo* de H. Lagardelle, A. Labriola, B. Kritchewsky, R. Michels e Griffuelhes. As traduções eram de Emílio Costa que nesta altura exerciam uma ação de enorme relevo dados os seus contactos com o movimento anarquista e sindicalista em França. Para além destas brochuras foram editadas outras da autoria de Adolfo Lima (*O Contrato de Trabalho*), João Campos Lima (*O Movimento Operário em Portugal*) e do socialista Augusto César dos Santos (*A Questão Operária e o Sindicalismo*).

O ambiente era efervescente. No Porto, o Centro Biblioteca de Estudos Sociais inicia uma série de conferências e editou o jornal *O Libertador* (1908) de propaganda sindicalista. O movimento contamina a imprensa reformista: um grupo de manipuladores do tabaco rompe com *A Voz do Operário* e iniciou a publicação do jornal *A Defesa do Operário* (1909) apelando a uma mudança. A Biblioteca de *A Sementeira* publica de Paul Delessaule *A Confederação Geral do Trabalho*. Estas edições ganharam uma nova dimensão após a implantação da República.

Educação

Os anarquistas cedo perceberam que o seu ideal de sociedade só podia ser atingido com indivíduos capazes de livremente pensarem de forma consciente pelas suas próprias cabeças. Uma condição que exigia uma educação livre de todos os preconceitos. No final dos século XIX multiplicaram-se as iniciativas pedagógicas de anarquistas. O trabalho pedagógico de Paul Robin entre 1880 e 1894 no orfanato Prévost, em Cempuis foi um marco nesta pedagogia. Um trabalho prosseguido por Luigi Molinari (1866-1918) com a revista *L`Universita Popolare* (1901), a escola moderna de Francesc Ferrer em Barcelona (1906) e outras.

Em Portugal desde o início do século XX , os anarquistas estão envolvidos na criação de projectos educativos: bibliotecas, grupos de teatro, escolas, cursos, etc. No Porto, por exemplo, em 1902 fundam um Comité-Operário tendo como objectivo a criação de escolas. Uma ação em que os sindicatos de influência anarquista estão profundamente envolvidos.

A renovação em 1905 do corpo docente e da orientação da **Escola Oficina nº. 1**, no Largo da Graça em Lisboa constitui um marco neste processo. Os métodos pedagógicos de professores anarquistas aqui aplicarem e desenvolveram depois de 1910 tornaram-se numa referência internacional.

Campos Lima em 1906 desloca-se a Paris onde contacta com a Comuna Escolar "La Ruche", em Rambouillet, dirigida pelo anarquista Sébastien Faure. No regresso fundou em Coimbra um grupo de propaganda da Escola Livre de Ensino Integral, cujo primeiro boletim surgiu em Abril de 1907. O Núcleo de Educação Nova, nesta cidade, editou o jornal *A Era Nova,* no qual participam para além de Campos Lima um vasto número de entusiastas pela difusão de uma educação libertária.

Emílio Costa, em 1908 na cidade de Paris, entrou em contacto com o grupo de fundadores da Liga Internacional de Educação que editiva *L`École Renovée,* onde se destacavam Francisco Ferrer (Francesc Ferrer i Guàrdia), Charles Laisant, Max Nordeau, Alfred Naquet e outros. Em Portugal com idênticos propósitos constituiu-se a Liga de Educação Racional que editava *A Escola Nova* (37), e o Grémio de Educação Racional à frente do qual surgia Raul Pires e José Simões Coelho autor do folheto - "Quem é Ferrer".

Grupos anarquistas promoviam também cursos de alfabetização por todo o país. Em Elvas António José d´Avila e outros organizava cursos noturnos, segundo o método de João de Deus. Acabou na prisão do Limoeiro em Lisboa, pois usava como livro de leitura A Anarquia de Malatesta. Em Coimbrões, Gaia, na sede do Grupo Verdade e Luz, em 1909, António Teixeira Araújo (1888-1965), Serafim Cardoso Lucena, Clemente Vieira dos Santos, Viriato Alves Rente e António Alves Pereira mantinham uma escola de ensino livre.

Entre muitas iniciativas que então ocorreram, destacamos o lançamento a 1 de Junho de 1909, em Lisboa, da revista *Amanhã* - " Revista Popular de Orientação Racional" dirigida por Grácio Ramos e Pinto Quartim, virada para a intervenção no campo da pedagogia libertária (38). Entre o seu vasto leque de colaboradores destacamos Angelo Jorge, José Bacelar, Deolinda Lopes Vieira, Manuel Ribeiro, Emílio Costa, António da Costa Oliveira, José Carlos de Sousa, Lucinda Tavares entre outros.

A execução e Francesc Ferrer i Guàrdia (1859-1909) a 13 de Outubro de 1909, em Barcelona gerou uma onda de protesto pelo país e despertou muitos professores para a importância social da sua profissão. Este pensador e pedagogo anarquista, criador da Escola Moderna (1901) e da Liga Internacional para a Educação Racional da Infância (1907) foi acusado de instigar a revolta anti-militarista que se opôs à mobilização de tropas espanholas reservistas para conquistar o norte de Marrocos (26 de Julho a 2 de Agosto de 1909). Esteve em Lisboa no mês de Março, tendo visitado a Escola Oficina nº. 1 na Graça. Foi preso e expulso para Espanha. Após a sua prisão, em Setembro ocorreram em Lisboa grandes manifestações de solidariedade, numa ampla campanha que chegou inclusive às colónias em África. Em Moçambique (Lourenço Marques) os anarquistas editam ainda em 1909 o jornal "Pró-Martir", com uma dedicatória "A Francisco Ferrer, sublime apostolo da Luz, fuzilado em Montjuich". O produto da venda do jornal destinava-se às " Escolas Racionais de Lisboa". No Porto, o jornal da *A Vida* que já apelara à libertação de Ferrer e José Nakens Pérez (1841-1926) foi processado e o seu director levado a tribunal, e condenado a pagar uma elevada multa e as custas do processo. O jornal viu-se obrigado a suspender a publicação, após 117 números. A imprensa republicana acompanhou as manifestações de repúdio pelo fuzilamento de Ferrer. *O Norte*, diário republicano dedicou quatro páginas ao assunto, com um artigo do então anarquista Alfredo Pimenta (nº2572, 14/10/1909). A imprensa monárquica pelo contrário apressou-se a repudiar as manifestações de solidariedade, caluniando o pedagogo libertário (*A Barricada*, Mealhada, nº186, 30/10/1909).

Universidades Populares e Livres. A instrução dos operários em termos culturais e científicos gerou a partir de finais do século XIX várias iniciativas. Em Lisboa surgiu em 1889 a Academia de Estudos Livres, que em 1904 passou a denominar-se Universidade Popular, ligada ao republicanismo e maçonaria. Manteve-se em atividade até 1925. No Porto foram os anarquistas a promoveram a segunda iniciativa deste género: a Universidade Livre em 1902, pelo Comité Académico-Operário do qual faziam parte entre outros Pádua Correia (1873-1913) e Campos Lima. As suas sessões eram muito concorridas pelos trabalhadores. As divergências internas ditaram o seu fim mas o exemplo ficou. Em 1911, como veremos, ainda no Porto grupo de intelectuais com um passado anarquista iriam criar a Universidade Popular do Porto (39).

Ateísmo

O anticlericalismo no século XIX era uma questão que unia anarquistas, monárquicos liberais, republicanos e socialistas (40) dada a importância que a Igreja Católica possuía na mentalidade submissa do povo português e no funcionamento do próprio Estado. Sustentavam que o atraso de Portugal em relação aos países mais desenvolvidos da Europa se devia a esta mentalidade avessa à liberdade, democracia, educação, ciência e progresso. Os padres eram acusados de explorar a crendice da população rural, de práticas de pedofilia, violação e prostituição de jovens raparigas. Havia que romper com esta ligação, separando o Estado da Igreja de modo a libertar a população da obscurantismo em que vivia.

Ao contrário dos republicanos cujos ataques se dirigiam contra os clérigos, sobretudo os jesuítas, os anarquistas criticavam também a própria religião, a submissão a uma um entidade assumida como superior. Neste sentido as suas publicações eram frequentemente estudos sobre a formação histórica de tradições, ritos e crenças de modo a mostrar como as mesmas não passavam de invenções de domínio dos explorados.

O anticlericalismo emergiu em força a partir das Conferências Democráticas no Casino Lisbonense (1871), nas quais Antero acusou a Igreja Católica de promover a decadência dos povos peninsulares e Adolfo Coelho advogar a separação do Estado da Igreja. O movimento que então se criou assume como objectivo a secularização do Estado e da vida pública. Eduardo Maia participou neste combate. Em 1876 integra o grupo que fundou a Associação Promotora do Registo Civil cujo objectivo era retirar à Igreja Católica esta importante função. Pouco depois surgiu a Associação dos Livres Pensadores (1880). Estão na origem da Associação Propagadora do Livre Pensamento (1885), assumidamente anti-clerical, em cujo periódico - *O Livre Exame* são do divulgados textos de Bakunine por Helidoro Salgado: "A Religião" (nº1) e "Ou Deus, ou a Liberdade" (nº2). Bel-Adam traduz *A Peste Religiosa* de John Most (1885).

As primeiras ações públicas anticlericais ocorreram em em Junho de 1895: Foi organizado um Congresso Anticatólico pelos republicanos, mas onde os anarquistas marcaram presença (jornal *Propaganda*, editado por Francisco do Espírito Santo). Iniciou-se a organização Círios Civis de propaganda local, A principal intervenção foi todavia a que ocorreu durante o cortejo das Comemorações Antoneanas (28/06/1895). Um grupo de anarquistas ligado ao jornal *Propaganda*, liderado por Bartolomeu Constantino foi acusado de provocar distúrbios e lançar panfletos anticlericais onde se apelava à revolta dos trabalhadores contra a reacção (Cfr. *A Vanguarda*, 29/06/1895). Gerou-se um enorme tumulto na Rua do Ouro e na Praça do Comércio e a Polícia Municipal efectuou uma centena de prisões (41).

Este movimento conduziu à criação da Liga dos Livres Pensadores (1899), onde se destacou o temível anarquista José do Vale. Em 1900 esteve presente com outros companheiros no Congresso Anticlerical (29 a 31 de Julho de 1900), no qual foi aprovada uma mensagem ao Congresso Internacional do Livre Pensamento que se realizava em Paris. Nesta afirmava-se: "(...) Deus foi sempre o fundamento de toda a tirania, como o proclamou e provou Proudhon em face da História, nós julgamos que as noções religiosas são também incompatíveis, tanto tanto com a ciência como com a Liberdade".

Em Setúbal surgiu o jornal *O Germinal* (1903), dirigido por Martins dos Santos, assumindo desde logo uma linha anticlerical e intervencionista. Os textos que publicou de Bakunine foram peças fundamentais nesta campanha que continuou a advogar a separação do Estado da Igreja.

Muitos outros autores foram divulgados pelos anarquistas, como Elisée Reclus, Sébastien Faure, Max Nordau, Félix Le Dantec, Emilio Bossi, Pi y Margall, Émile Chapellier. Entre os portugueses destacaram-se: Tomás da Fonseca (1877-1969) depois da correspondência com Elisee Reclus (1902-1903) ao longo da sua vida concebe e concretizou um programa anticlerical (42). Artigos em jornais e revistas, livros e peças de teatro foram produzidos com esta finalidade; Fernão Botto Machado (1865-1924) publicou *A Confissão* (1908); Campos Lima entrou neste combate e publica *A Monja e os Católicos* (1899), *Os Reis Magos* (1900), etc; Helidoro Salgado, Benjamim Mota, Francisco Bettencourt, José Carlos de Sousa e Faustino Bretes prosseguiram este movimento (43).

Anti-Militarismo

A propaganda anti-militarista em Portugal remontava aos primórdios do anarquismo. Sousa Brandão, em 1850, defendeu a extinção do Exército. Era inconcebível que um país com tão grandes carências canalizasse tão importantes recursos humanos e financeiros para as forças armadas. As críticas posteriores alargaram-se à propaganda nacionalista, guerreira e colonialista.

Eduardo Maia prosseguiu o mesmo combate. O jornal republicano O Rebate (nº.5, 24/02/1889) publicou-lhe uma recolha de textos com o título: "Guerra às Instituições que Tornam Impossível a Paz aos Homens" sobre a "História de um Recruta". Depois de 1887 a imprensa anarquista passou a publicar regularmente textos anti-militaristas, a que juntava a edição de brochuras e livros, como: De A. Hamon publicam *A Psicologia do Militar Profissional* (1896), com prefácio do autor expressamente para a edição em Português, e *Pátria e Internacionalismo* (1900); *A Guerra não Findará?*, César Porto (1902), conferência na Liga Portuguesa da Paz; *O Que Penso da Guerra (Guerra Russo-Japoneza)*, Leão Tolstoi (1905); *Vítimas da Guerra*, Pinto Quartim (1906); *Carta a um Soldado* de Emílio Costa (1907), impressa em Liége (Bélgica), grande número de exemplares foram levados para Curitiba (Brasil) por um jovem polaco; *Perigo Militar*, José do Valle (1907) entre outros títulos.

Dentro dos quartéis constitui-se em Abril de 1895 o grupo A Luz Militar que reuniu militares anarquistas. Ao longo dos tempos muitos outros grupos se formaram nos quartéis.

Era uma propaganda sistemática num país, onde a guerras nas colónias era permanente assim como os discursos belicistas. A ameaça de uma grande guerra na Europa era constante. Não admira que assim que foi constituída a Associação Internacional Antimilitarista, em 1904, tenha surgido logo uma secção portuguesa. Em Julho de 1909

aparece a revista antimilitarista *Paz e Liberdade* (44) da qual fazia o refratário António da Silva, tendo sido logo perseguida. Em agosto surge o nº. 2 que proclama: “Nem soldados que nos fuzilem ! Nem pátrias que nos dividam! Queremos a Paz; Não a Paz com canhões e Mauser, com navios e casernas, mas a Paz sem exércitos, nem armadas, nem fronteiras; a reconciliação da Humanidade banhada, então, pelo ardente sol da Liberdade”. António da Silva, animador do Grupo de Camponeses Rebeldes de Carnaxide, participou num comité anti-militarista de Lisboa que reuniu militares e civis, acabou preso em Março de 1911, dando entrada no quartel de Mafra “entre baionetas”. Mantinha um intercâmbio epistolar com Henry Zisley (1872-1945), anarquista individualista e naturista, colaborador das publicações *La Nouvelle Humanité* e *La Vie Naturelle*.

Sexualidade

Amor livre, métodos anticonceptivos e propaganda neomathusiana eram bandeiras anarquistas desde o século XIX. A impressionante mortalidade infantil e de mulheres que morriam no parto de crianças, mas também as que eram abandonadas ou se amontoavam nos orfanatos eram realidades incontornáveis. O combate era polémico pois colocava em causa a moral religiosa, separava o prazer da procriação, mas também o capitalismo e o militarismo ao diminuir a mão-de-obra disponível e a carne para canhão. (45). Situações que haviam levado o anarquista Paul Robin (1837-1912) a criar em 1896 a Liga de Regeneração Humana influenciado pela teoria de Malthus. Um combate a que se juntou depois Emma Goldman. Em Portugal a propaganda iniciou-se a partir de 1902, quando Angelo Vaz defende a sua tese na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, e prosseguiu depois na imprensa anarquista ao longo dos anos. Ideias que foram desenvolvidas pelo jornal A Vida (1906-1907) no Porto, estabelecendo uma ativa colaboração internacional, que levou à criação da Secção Portuguesa da Federação Internacional de Regeneração Humana, da qual foi o primeiro secretário Amadeu Cardoso da Silva. Em 1909 já se destacava nesta propaganda a revista *Paz e Liberdade*, em Carnaxide, animada por António da Silva Junior, e depois da implantação da República com *O Agitador* (1911) e outras publicações anarquistas.

Entre as muitas publicações que editaram destaca-se "Greve dos Ventres" de Luis Bulffi (Porto, 1906) e "Mulheres, Não Procreéis!" de José Joaquim Teixeira Júnior (1911) e mais tarde "Procreação Consciente" (Lisboa, 1922). A propaganda, venda e distribuição de anticonceptivos integrava esta ação libertadora que foi duramente reprimida pelo regime republicano.

A esta propaganda devemos associar a que era feita com maior abundância para a libertação das mulheres. Uma questão constante na imprensa libertária, tendo sido editadas diversos livros e brochuras, como as seguintes: “As Filhas do Povo”, Ana Maria Manzoni (1897); “Libertai-vos!”, Pinto Quartim ou da conhecida feminista anarquista Soledad Gustavo (1865-1939): *À Mulhe*r (1900).

Artistas e escritores

A ação revolucionaria dos anarquistas em defesa de uma sociedade de seres humanos livres e iguais suscitou desde 1850 a simpatia e mesmo a adesão de muitos intelectuais, como Antero de Quental, Eça de Queirós, Afonso Lopes Vieira, Raul Brandão, Sampaio, Alfredo Pimenta, Aquilino Ribeiro, Gomes Leal, Angelina Vidal, Teixeira de Pascoaes, Tomás da Fonseca, Cristiano de Carvalho (pintor), Leal da Câmara (desenhador e

caricaturista), etc.. A maioria acabou por acomodar-se ou seguir um caminho contrário ao seu passado anarquista.

Desde o início do século XX que muitos anarquistas estiveram envolvidos na criação de grupos de teatro, mas também na escrita de peças. Era uma forma muito popular de convívio, entretimento e abordagem de temas sociais. Em Lisboa, por exemplo, estiveram na criação da Sociedade do Teatro Livre, no Teatro do Príncipe Real, introdutor do chamado teatro filosófico-social (1904), de que foi um ativo promotor Luciano de Castro (*Germinal*, nº6, Julho de 1916), cuja orientação social foi vincada em 1905 sob a direção de César Porto, Luís da Mota, Adolfo Lima (1874-1943) e Severiano de Carvalho (46).

Entre os primeiros dramaturgos anarquistas sobressaiu Ernesto da Silva (1868-1903), tipógrafo, destacado militante do Partido Socialista e redator de *A Federação*. Em 1896 abandona o partido para assumir publicamente um anarquismo de raiz proudhoneana (47). Para que não restassem dúvidas publica neste ano *A Ideia Federativa*. Dirigiu um grupo de teatro e escreveu várias peças: *A Capital* (1895), *Os Que Trabalham* (1896), *A Vítima* (1897), *Nova Aurora* (1900), *Os Vencidos* (1902) e *Em Ruínas* (1902). Outro anarquista que surgiu neste período foi Araújo Pereira (1871-1945), co-fundador do Teatro Livre e do Teatro Moderno (1905), divulgador do teatro naturalista de feição social. Foi ator, encenador e autor de várias peças: *Um Pai e Alucinação* (1916), *Um Conto de Gorky* (1914); *Amor e Economia* (1914); *O Lápis Negro* (1927), etc. José Simões Coelho (1880-1946), co-fundador do Teatro Moderno renovou e reflectiu sobre a encenação teatral. Não faltaram compositores de músicas para peças no teatro amador como foi o caso de António da Fonseca Alves (1892-1953).

Na literatura portuguesa muitas são as referências a anarquistas. Um desses romances deve ser citado - *Amanhã* (1901) de Abel Botelho que no quadro de uma "patologia social" descreve os trágicos acontecimentos que envolveram entre Novembro de 1894 e Junho de 1895 as comemorações do sétimo centenário de Santo António.

Mentalidade Libertária

O combate pela mudança de mentalidades foi dos mais importantes combates que os anarquistas travaram em Portugal. O país no inicio do século XX continuava a ser marcado por uma mentalidade fechada, onde as distâncias sociais entre ricos e pobres, patrões e trabalhadores eram enormes e assumidas como naturais.

Quando em Novembro de 1887 foi publicado, no Porto, o número-Programa d´*A Revolução Social* (1887-1891) a reação da imprensa foi imediata. O jornal foi acusado de estar a contaminar os trabalhadores com uma “terrível epidemia” (nº1, 15/01/1888). Para além dos exposição doutrinária do “comunismo anarquista”, o que este jornal evidenciava em várias notícias era falta de dignidade dos trabalhadores. “Aceitam passivamente serem humilhados, castigados e espancados pelos patrões, arriscavam trabalhar em perigosas condições que todos os dias aumentavam “uma legião de aleijados, de viúvas e órfãos por desastres” (Nº2, 22/01/1888) e maltratavam os aprendizes. Eram alimentados por uma imprensa que os transformava em “cretinos em vez de homens”. Sem dignidade e coragem, numa prova de submissão ao patronato contribuíam com os seus magros salários para pôr flores nas campas das famílias dos patrões. O governo carrega-os de contribuições, obriga-os a pagarem uma licença para trabalharem, e quando reclamavam pão para comer, o que recebiam eram balas (nº5, 12/02/1888). Era contra a mentalidade submissa dos próprios trabalhadores e do povo “indiferente” e “apático” que se propunha lutar este jornal, o primeiro assumidamente anarquista.

As concepções antropológicas, psicológicas e sociológicas, muito em voga no final do século XIX, davam uma cobertura "científica" à hierarquização social. A mentalidade e comportamento de cada indivíduo era definido pelo seu grupo de pertença, com base no qual se elaboravam um conjunto de esteriótipos identitários. Depois do “Ultimatum Inglês” (1890), em plena crise económica e financeira, emergiu uma nova vaga de intelectuais que procurou encontrar os “culpados” das crises e dos atrasos do país em relação à Europa. A novidade do diagnóstico estava nas análises “filosóficas” e “cientificas” que a maioria destes intelectuais proclamavam. O resultado era sempre o mesmo tendo em conta as características que atribuíam ao povo. Guerra Junqueiro, no seu conhecido poema *Pátria* (1894) e nas anotações finais, afirma que Portugal não passava de um cadáver de um louco sem alma, aguardando uma messiânica salvação. Pouco se podia esperar do povo português: “Um povo imbecilizado e resignado, humilde e macambúzio, fatalista e sonâmbulo, burro de carga, besta de nora…”, os muitos qualificativos que enumera deixam perceber que dele esperar nada se podia. António Nobre, também nada espera deste desgraçado país, cuja única esperança estava no regresso de D. Sebastião ! Sampaio Bruno que chegou a assumir-se como anarquista (48) prossegue na adjectivação do povo português: um povo cruel, feroz e fanatizado por uma religiosidade sem contemplação. A salvação da demência colectiva que afectava o povo estava numa evolução cósmica que inevitavelmente o havia um dia de arrastar para a transcendência (*O Encoberto*). O retrato psicológico traçado por Augusto Fuschini é também pouco animador: “ A sociedade portuguesa parece uma bando de escravos que, indiferentes, inertes e semi-nus, assistem a discussões do preço por que devem ser vendidos, pouco lhes importando ser propriedade deste ou daquele senhor, esperando apenas humildemente que lhes seja garantida a mínguada subsistência” (*O Presente e o Futuro de Portugal*,1899). Basílio Teles reduziu os portugueses à mediocridade: fracos, imprevidentes, privados de faculdades superiores, incapazes de produzirem filósofo. (*Do Ultimato ao 31 de Janeiro*, 1905). Adolfo Coelho descobriu no povo português elementos semítico negativos que combinados com outros resultam num povo onde falta quase tudo, como iniciativa, individualidade ou educação. O que provocava “retrocesso aos instintos gregários das sociedades animais, revelado na sujeição servil aos chefes que se impõem por um pouco de audácia e na convicção que se ouve exprimir tantas vezes de que só um despotismo pode salvar a nação” (*Obra Etnográfica*).

Nas artes figurativas muitos artistas procuraram fixar estas imagens do povo português. Rafael Bordalo Pinheiro deu expressão identitária ao povo português na figura pouco dignificante do "Zé Povinho", ignorante, atrasado e submisso ao poder instituído. O "Saloio", outra figura identitária muito popular, traduzia o que se poderia esperar dos camponeses dos arredores de Lisboa: estupidez, grossaria, próprios de uma raça inferior. O pintor José Malhoa, o mais apreciado por monárquicos e republicanos, procurou fixar os traços traços identitários de camadas mais pobres da sociedade portuguesa, para mostrar como assentavam na crendice e boçalidade. Face a um povo com estas características muitos afirmavam que nenhuma mudança social seria possível. A “salvação”, segundo muitos estes intelectuais, passava pela recusa do que era estrangeiro (xenofobia), um retorno a tradições e a um passado mitificado povoado de heróis para refundarem a perdida “identidade” do país.

O discurso ideológico dos anarquistas, pelo contrário, era cosmopolita, advogava uma ética universalista e uma sociedade aberta e igualitária. Dirigiu-se a todos os indivíduos, homens e mulheres, em pé de igualdade, apelava à insubmissão, ao fim dos preconceitos. A imprensa anarquista recusava esteriótipos regionalistas e identitários que inferiorizassem as camadas mais pobres da sociedade. Mostra-se mesmo indiferente

perante os "jogos de poder" que alimentavam a "choldra" nacional, como a definia Eça de Queiróz, ou a "corja" retratada por Camilo Castelo Branco. Nas publicações anarquistas as imagens do "pitoresco" correntes na imprensa da época davam lugar a imagens que nos remetem para cidades que ao tempo eram referências mundiais de cultura, ciência e tecnologia.

Era um combate que deliberadamente rompia como uma mentalidade fechada que monárquicos e a maioria dos republicanos assumiam como natural e patriótica, e que iria ter continuidade no discurso ideológico do Estado Novo.

Editoras

Para além de um crescente número de jornais, em pouco tempo os anarquistas criaram um conjunto de pequenas editoras (bibliotecas) sobre temas dia ideário acrata (49). Era um trabalho articulado com o movimento anarquista internacional. Não está feito o levantamento destas editoras e das brochuras que editaram, pelo que nos limitamos a referir o inicio de algumas delas e de títulos ilustrativos do seu labor editorial. Como se pode observar a quase totalidade estão situadas no Porto e Lisboa. A lei de 13 de Fevereiro de 1896 impediu o crescimento destas bibliotecas, mas não a edição de obras que passaram a ter os mais variados editores. Campos Lima e Emílio afirmaram-se como editores e tradutores.

Em 1887 surgiu as seguintes: Biblioteca do Revoltado (Lisboa), que editou “Estudos Filosóficos e sociais” de José Llunay Pujcls; a Biblioteca do Trabalhadores (Lisboa e Porto) que se estreou com uma obra de P. Kropotkine - “Anarquia na Evolução Socialista”;

Em 1888 o Grupo Anarquista editou o “Processo dos Anarquistas de Lisboa”;

Em 1889 os Operários Comunistas-Anarquistas (Porto) editou “Poesia Profética da Anarquia”;

Em 1891 surgiu a Biblioteca do Grupo Anarquista Revolução Social (Porto), J.M. Gonçalves Viena publica duas brochuras: *O Anátema. Filosofia e Critica Social* (aborda a repressão que se seguiu aos acontecimentos do 31 de Janeiro de 1891) e *A Derrocada*. Publicou *O Crime de Chicago,* de Hugo O Pentecost; A que se seguiu: *O Governo Revolucionário* de P. Kropotkine (1892), *Os Direitos Políticos* de Kropotkine (1892), *Os Mártires do Porvir* (1893); *A Evolução Anarquista em Portugal* (1ª. Parte), J. M. Gonçalves (1894); *A Autoridade e a Anarchia*, de Eduardo Maia (1894); A Biblioteca Primeiro de Maio (Coimbra) editou *A Sociedade Futura* de Jehan Levagre;

Em 1892 apareceu a Biblioteca do Grupo Anarquista Os Vingadores (Lamego) edita 11 de *Novembro (Aos Mártires de Chicago)*, Ricardo Mello, a que se seguiu: *10 de Fevereiro (Aos Garrotados do Gerez)* em 1893; *A Revolta* (Porto) publica *A Minha Defesa*, de Jorge Etiévant, seguiu-se *O Salariato*, de P. Kropotkine (1893), *A Lei e a Autoridade* (1893); A Biblioteca O Novo Mundo (Porto) edita *O Livro dos Rotos* de Anton Evar/ Bel-Adam;

Em 1893 a Biblioteca Emancipada de Estudos Sociológicos (Porto) editou *11 de Novembro*, de Edlitam; A Biblioteca Literária (Porto) edita *Ravachol*; *A Conquista da Pão* (1895); *A Psicologia do Militar Profissional*, A. Hamon(1896); *Aos Jovens*, Kropotkine (1896); *O Socialismo e o Congresso de Londres*, A. Hamon (1897); Biblioteca dos Grupos Anarquistas do Porto

Em 1894 surgiu a Propaganda Anarquista/G.Estudos Sociais (Lisboa) com *A Utopia Governamental* de P. Kropotkine. Seguiu-se *O Sentido em Que Somos Anarquistas*, M. Bakunine (1885);

Em 1895 surgiu a Boa Nova que editou *O 1º. de maio*, de Bel-Adam e *As Greves*, de Anton Evar. *A Anarquia*, Malatesta (1895); a Biblioteca Comunista Anarquista do Grupo A Propaganda (Lisboa), editou *As Nossas Convicções. Verdades Elementares*, de J. Illenatenon.

Em 1897 a Biblioteca Estudos Sociais (Lisboa), editou As Filhas do Povo, de Ana Maria Manzoni; A Sociedade Futura. Aos Deserdados de Hoje que comparem e Meditem, Jean Grave (1901), A Anarquia Perante os Tribunais. Defesa de Pedro Gori no Processo dos Anarquistas de Genova(1903); Mentiras Religiosas. Por uma Filosofia sem Deus. Contra um Deus sem Filosofia, Helidoro Salgado. Prefácio de Fernando Boto Machado (1906); Sociedade Moribunda, vol. I., de Jean Grave (1908), O Dia das 8 Horas, CGTF (1909) .

Em 1900 o grupo Humanidade Livre publicou *Pátria e Internacionalismo*, de A. Hamon. Uma conferência realizada em Nantes a 21 de Agosto de 1895.

Em 1904 surgiu Biblioteca Revolucionária (Porto) e editou *Um Século de Expectativa* (1789/1889), de P. Kropotkine; Biblioteca Amigos do Povo (Lisboa) editou *Aos Amigos do Povo*, F.T.M.;

Em 1906 o Grupo Ação Directa publicou *A Propriedade e o Socialismo*, de Claudio de Lisle, seguiu-se *Em Tempo de Eleições* (1906); Biblioteca Geração Nova, *O Espírito Revolucionário*, Kropotkine;

Em 1908 surgi a publicações Guerra Social que editou *Como Não Ser Anarquista?*, de José Chueca; Edições Novos Horizontes editou *A Anarquia e a Igreja*, E. Reclus;

Nos últimos tempos da monarquia surgiram algumas editoras que deram grande destaque a obras sobre anarquismo, tais como Editor Gomes de Carvalho - Livraria Central, Lisboa (*A Próxima Revolução*, Leão Tolstoi, 1908; *A Anarquia. A sua Filosofia e o seu Ideal*, Kropotkine, 1908; *A Anarquia. Fim e Meios*, João Grave, 1909;), Editores José Bastos & Cª, Lisboa (*A Confederação Geral do Trabalho*, Emile Pouget, 1909; *Sindicalismo e Socialismo*, H. Lagardelle e outros, 1909.), Ed. Almeida e Sá, sucessores, Porto (*As Theorias Anarchistas , Estudos Filosóficos-Sociais*, Charles Malato e Jean Grave, 1909)

Organização

A organização anarquista que se formou a partir de 1887 assentou numa estrutura informal constituída em três níveis:

O primeiro nível era constituído por um orgão de referência, cujas ideias serviam de guia ou orientação global ao movimento. O seu reconhecimento dependia da sua projecção sobre outros grupos, ligações internas e externas, e claro, pertinência das suas ideias. Neste período foram exemplo destes órgãos: *A Revolução Social* ou *O Germinal*.

Neste período, como vimos, houve também várias tentativas de criar organizações de coordenação com os respectivos orgãos de imprensa oficiais. A Aliança da Democracia Socialista de Bakunine não fez história em Portugal, mas a ideia não morreu. O grupo A União Anarquista, em 1895, tentou promover uma “conferência” para discutir, entre outros temas, a questão da organização dos anarquistas (*A Aurora*, 26/11/1911). Os anarquistas

intervencionistas, como vimos, foram os mais empenhados em criarem organizações: a Carbonária Lusitana (1896-1908), a União Socialista (1898-1901) ou a Federação Socialista Livre (1901-1906), em amplas frentes de luta com republicanos e socialistas possibilistas. A Aliança Libertária quando surgiu a 18 de Agosto de 1908, numa iniciativa de grupos de Lisboa e da "outra banda", foi logo acusada de ser mais uma tentativa para "arrebanhar" anarquistas, "sob a capa de um comité" (*A Sementeira*, nº5, Janeiro de 1909). A sua vida foi efémera.

No segundo nível temos os diferentes grupos, os quais com grande autonomia, desenvolveram ações especificas e publicaram (ou não) as suas ideias.

Dada a características do anarquismo, temos ainda um nível muito amplo e numeroso constituído por indivíduos que agiam autonomamente, sem ligações a nenhum grupo, inspirando-se nas ideias que eram divulgadas.

Implantação no país

No princípio do século XX o anarquismo estava difundido por todo o país, sobretudo nas localidades onde existia uma forte concentração de operários ou assalariados. Muitos dos seus militantes demonstravam uma larga experiência na organização e nas lutas dos trabalhadores que não raro se tornaram figuras míticas locais.

No Porto o movimento anarquista adquiriu em 1886 uma vertente organizativa, logo marcada por uma forte intervenção sindical, nomeadamente nas greves de 1886-1888. Estiveram na base da criação da Federação das Associações de Classe do Porto (1892) e lideram a greve geral de 1903, na qual o jornal *Despertar* desempenhou um papel importante.

Desde 1887 os grupos anarquista foram sempre numerosos. Em 1907 criaram uma estrutura federativa para melhorarem a sua coordenação. Dois anos depois fundaram o Comité de Propaganda Sindicalista do Porto que criou um centro e uma Biblioteca de Estudos Sociais e publicou o jornal O Libertador.

No **Porto**, o número de jornais e revistas não parou de aumentar. São exemplo: *A Revolução Social* (1887-1891), *A Revolta* (1889), *O Emancipador* (1892), *O Grito da Revolta* (1895), *O Libertário* (1895), *O Libertador* (1897), *A Ideia* (1890), *A Aurora* (1900), *O Proletário* (1991), *A Voz do Tanoeiro* (Gaia, 1901-1902), *O Agitador* (1901), *O Despertar* (1902-1905); *A Vida* (1905-1909), substituiu *O Despertar*; *Luz e Vida* (1905, revista, Angelo Jorge), *Livres* (1906-1907, revista, Oldomiro César), Nova Silva (1907, revista, Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão); *A Cidade Nova* (1908); *O Libertador* (1908); *O Clarão* (1909-1914, revista, Carlos Nobre) entre outras publicações portuenses.

Lisboa era na geografia anarquista desde 1850 o principal centro a partir do qual irradiavam muitas iniciativas para todo o país. Era nos bairros operários que se concentravam a maioria das organizações anarquistas, como Alcântara ou a zona da Graça. As numerosas editoras, publicações ou colecções que aqui existam nesta altura reflectiam esta ação. A partir de 1894 os seus redactores começaram a ser presos e as publicações proibidas.

Nas publicações destacaram-se: *O revoltado* (1887); *O Rebelde* (1889), substituído por *A Revolta* (1892-1893); *A Conquista do Bem* (1894),sairam quatro números, os seus redactores foram processados; *A Propaganda* (1894), publicaram pelos menos 61

números e foi apreendido pela policia; *Revista Contemporânea* (1894), *A Liberdade* (1897), *Almanaque Cosmopolita para 1900* (1899), *Germinal* (1902), orgão da Federação Socialista Livre; *Amor e Verdade* (1904-1905); *O Metalúrgico* (1904); *A Humanidade* (1905); *A Obra*, fundado em 1891, como orgão dos carpinteiros civis, em 1905 sob a direção de Guedes Quinhones adquire uma feição anarquista; *Novos Horizontes* (revista, 1906-1908); *A Sementeira* (Revista, Iª. Serie, 1908-1913, IIª. Serie 1916.-1919); *O Protesto* (1908-1909), substituído pelo *Guerra Social* (1908); *A Boa Nova* (Campos Lima, 1908); *Paz e Liberdade* (revista, 1909); *Amor e Liberdade* (revista, 1904-1905); *O Construtor*, orgão das classes de construção civil e do operariado em geral; *A Luta* (1908); *Amanhã* (revista, 1909, Grácio Ramos, Pinto Quartim); *A Gafanha* (Campos Lima, 1909); *Paz e Liberdade* (Carnaxide, Lisboa); *A Revolta* (1909); *A Ação* (1909), com o sugestivo subtítulo: "Não são os tiranos que fazem os escravos, são os escravos que fazem os tiranos"; *Nova Luta*, dedicado aos empregados do comercio (1909).

Eram também muito numerosos os grupos que se formaram. Nos primeiros tempos do movimento destacamos: A Centelha (1886/87); Grupo Comunista-Anarquista O Revoltado (1887); Grupo Os Rebeldes (1889); Grupo Anarquista do Poço do Bispo (1892); G. Os Invisiveis (1893); G. Anarquista Pallás (1893); G. Anarquista Sempre Avante (1893, com António Evaristo); G. Anarquista Caserio (1894); G. Comunista-Anarquista Vaillant (Belém, 1894); G. Estudos Sociais (1894); etc.

Em **Coimbra**, a partir do final do século XIX o anarquismo teve uma forte implantação entre os estudantes, mas também no operariado. Os primeiros grupos anarquistas conhecidos surgiram na década de noventa do século XIX com a suas publicações: *1º. de Maio* (1890), *Os Bárbaros* (Revista, 1894), foi substituída pelo periódico *A Conquista do Bem* de Lisboa; *O Caminho* (1896-1897), *Revista Livre* (1902, Campos Lima), *A Verdade*(1903); *A Plebe* (1904); *Arte e Vida* (revista, 1904-1906), *A Amanhã* (1905), substituiu *A Plebe*; *A Era Nova* (1906); etc. Fruto da influência dos anarquistas no meio operário em 1908 constituiu-se a Federação das Associações Operárias de Coimbra que edita *O Despertar* (Novembro de 1908).

Na Universidade lideraram a greve académica de 1907 contra a ditadura de João Franco, com destaque para António Quartim (expulso) e Campos Lima entre outros (50).

Setúbal no inicio do século XX passou de uma pacata comunidade rural e piscatória , tornando-se num importante centro da industria conserveira, registando desde logo uma forte implantação dos anarquistas (51). Na ação de organização e nas lutas sindicais e na mudança de mentalidades o jornal *O Germinal*, fundado em 1903, assumiu uma papel destacado ao abalar os brandos costumes do operariado local (52). Associado à corrente intervencionista combateu pela República intervindo em todas as questões na vida da cidade do Sado.

No **Algarve** o primeiro grupo anarquista surgiu em Faro - Germinal (1893), seguiu-se entre outros Os Invencíveis em Silves (1893) e G. Anarquista de Faro (1895). Em 1903 deve ser salientado o importante trabalho de Bartolomeu Constantino (1863-1916), sapateiro, destacado militante e brilhante orador. Figura mítica foi o grande organizador dos operários algarvio. Entre 1902 e 1905 registou-se um surto de novas associações em Silves, Olhão, Faro e Portimão, assim como de greves por melhores condições de vida (53). Em 1904 foi preso em Olhão acusado de incitar os marítimos à greve que durou dez dias. O seu julgamento, como vimos, desencadeou uma onda de protestos a nível nacional. Foi libertado em 1905. Contribuiu para dar ao anarquismo um forte impulso na região (*A Revolta*, nº11, 16/093/1913; nº14, 6/04/1913).

Alguns grupos e publicações em outras povoações do país: **Lamego**: Os Vingadores (1887); **Barreiro**: G. Anarquista (1892); **Gaia**: G. Solidariedade (1894); **Sines**: Os invisiveis na luta (1895), **Valença** (publicação: *O Petardo Anarchista,* 1897), **Braga** (publicação: *Ideal e Verdade*, 1895), **Portalegre** (publicação: *O Amigo do Povo*, 1901-1903), **Barcelos** (publicação: *Alerta*, 1905); **Covilhã** (Pubblicação: *Agitador*, 1905, jornal clandestino); **Montemor-o-Velho** (publicação: *A Ideia Nova*, 1905); **Funchal**, Madeira (publicação: *A Ideia*); **Évora** (publicação: *Avante*, 1909); **Gouveia** (publicação: *A Barricada*, substitui *A Evolução*); etc.

Os locais de reunião eram frequentemente nas sedes dos sindicatos, mas também existiam vários centros libertários espalhados pelo país.

Em **Paris** os anarquistas portugueses que aí residiam fundam, em 1908, um grupo denominado Os poliglotas (*A Sementeira*, nº1, setembro de 1908). Cerca de 20 depois os anarquistas exilados em França criaram uma Federação.

Brasil e Moçambique

Brasil. As contínuas vagas de anarquistas deportados para as antigas colónias, mas também a massiva emigração para o Brasil deram aí um forte contributo à expansão do ideário anarquista.

Durante a chamada República Velha (1889-1930) do Brasil assistiu-se neste país à entrada de enormes vagas de emigrantes portugueses, italianos e espanhóis. Muitos eram anarquistas, uns iniciaram-se no Brasil mas a maioria foi na Europa (54). Entre os primeiros anarquistas portugueses destaca-se Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos (1878 - 1920), conhecido por Neno Vasco. Foi para o Brasil em 1887. Em 1902 dirige já um jornal anarquista - *O Amigo do Povo*, lança a revista *Aurora*, fundou e dirigiu o jornal *A Terra Livre* (1905), foi também o autor da tradução do hino *A Internacional* (1909). Em Abril de 1911 fixou definitivamente a sua residência em Portugal, prosseguindo sem desfalecimento a mesma luta.

Outro dos pioneiros do anarquismo no Brasil foi J. Mota Assunção (operário gráfico), com uma ação libertária absolutamente notável (55). Emigrou em 1887 para o Brasil com o pai e dois irmãos, tendo assistido neste país ao fim da escravatura e à implantação da república. Não tardou a envolver-se na propaganda anarquista participando ou fundado vários jornais e revistas. No Rio de Janeiro, por exemplo, *O Despertar* (primeiro jornal anarquista da cidade), *O Protesto* (fundado por si em 1899) ou A Greve. Em São Paulo, destacamos entre muitas publicações que colaborou *O Amigo do Povo* e a *Terra Livre*. Participou na fundação da Confederação Operária Brasileira, e no seu orgão *A Voz do Trabalhador* de orientação sindicalista revolucionária. Publicou vários livros, traduziu e escreveu peças de teatro numa constante e intensa atividade. A chegada de novas vagas de emigrantes portugueses, como veremos, estruturaram uma poderosa corrente anarquista no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro.

Fruto destas ligações entre os anarquistas dos dois lados do Altântico não admira que o primeiro romance de Lima Barreto (Afonso Henrique Lima Barreto,1881-1922) - *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* -, sobre a vida de um jovem negro e os preconceitos culturais tenha sido editado em Lisboa, dada a recusa das editoras brasileiras.

Em **Moçambique** a imprensa anarquista remonta a 1896. Neste ano chegou a Lourenço Marques (Maputo) Patrício L. F. Leão deportado ao abrigo da lei de 13 de Fevereiro. A 17 de Março de 1897 iniciou a publicação do semanário *Vida Nova* e a repressão não tardou: a polícia espancou-o na via pública e o governador repetiu a mesma façanha. Um do colaboradores do jornal - Nascimento Ornelas foi deportado para o norte de Moçambique. Apesar das constantes perseguições, o jornal só deixou de ser publicado a 22 de Fevereiro de 1910, após mais um violento assalto (56). A partir de 1905 o jornal republicano *O Progresso* começa publicar também notícias sobre os anarquistas, revelando a enorme influência que tinham entre os operários.

Pouco depois da implantação da República surge *O Incondidicional* (8/11/1910) que afirma se a sua redação composta por anarquistas e republicanos. Os anarquista passam organizar os trabalhadores, afirmando claramente que o seu objectivo é melhorar as condições de vida da população e preparar a sua emancipação (57).

Ligações Internacionais

A partir de Abril de 1986 quando Elisée Reclus estabeleceu em Lisboa e Portugal contactos com vários anarquistas portugueses as ligações internacionais passaram a ser constantes. Cristiano de Carvalho (1874-1940), pintor, destacado militante, quando se vê forçado a exilar-se em França, em 1898, contacta diretamente com Kropotkine e E. Reclus, no regresso a Portugal desenvolve uma intensa propaganda anarquista. Tomás da Fonseca, como vimos, em 1902-1903 manteve um contacto permanente com Elisée Reclus. Emílio Costa, quando estudava na Bélgica, inicia em 1905 a sua colaboração no célebre jornal anarquista *Les Temps Nouveaux*, dirigido por Jean Grave, colaboração que se manteve até 1914. Em 1908 entrou para a administração do jornal *La Revolution*, onde colaborou com os principais vultos do sindicalismo francês como Georges Evetot, Victor Griuffuelhes, Pierre Monatte e Emile Pouget. A Imprensa anarquista tem nos principais centros operários de Portugal larga difusão.

A maior proximidade com Espanha facilitava a ligação ao movimento anarquista neste pais, nomeadamente na circulação da imprensa e literatura libertária, ações conjuntas ou apoio a refugiados. A repressão em Espanha provocava a sua fuga para Portugal e vice-versa (58). Fruto destas ligações foi a realização de congressos galaico-portugueses em Tuy (1901), Viana do Castelo (1902) e Braga (1903) procurando unir numa mesma luta internacional os operários de ambos os países.

1910-1926: Educação e Sindicalismo. Malatesta

A implantação da República a 5 de Outubro 1910, contou com a participação decisiva de centenas de anarquistas como José do Valle, José Maria Nunes, Hilário Marques (1878-1949), Hermano Neves, António Rodrigues Pires, João Borges, Sebastião Eugénio (-1926), João Humberto Matias (1893-1977), Raul Magalhães Coutinho (1), José Negrão Buizel ou Policarpo Luis Redondo, colaborador n`*A Sementeira* que morreu nas barricadas. Constantino Mendes, o "Norte" salientou-se nos combates contra a Guarda Municipal em frente da Redação d´*O Mundo* e no largo da Abegoaria, ao destroçar um piquete da cavalaria da guarda. José Joaquim Teixeira Júnior, farmacêutico no Hospital de S. José e na Escola Médica desviou medicamentos destes estabelecimentos para uma hospital improvisado na Rotunda (2). Bartolomeu Constantino em Cacilhas e Almada mobilizou a população e proclamou a República.

Ao contrário dos temerosos republicanos que se mantiveram na expectativa entre o balneário de São Paulo e o Hotel Central para verem qual o desfecho da revolução (3), os anarquista lançaram-se ao assalto de quartéis, depósitos de armas e munições, esquadras da polícia, sabotaram as linhas de comboios e pontes para impedirem o reforço dos monárquicos, atacaram as forças que defendiam a monarquia a tiro e à bomba, desceram a avenida da Liberdade, ergueram barricadas, enquanto isso Machado dos Santos e os seus soldados permaneciam acantonados na Rotunda (4). Não admira que a esmagadora maioria das vítimas mortais dos que se bateram pela Republica não fossem militares, mas civis. Face à ofensiva popular e à propaganda feita nos quartéis, muitos poucos foram os soldados que se mostraram dispostos a dar a vida pelo rei (5).

A implantação da República provocou um grande entusiasmo nos meios libertários. Na Universidade de Coimbra registaram-se manifestações de júbilo e estragos nos retratos dos reis que ornavam a Sala dos Capelos. “O principal papel coube à *Falange Demagógica*, composta por anarquistas, que tinham como expoentes os escolares de Direito Alfredo Pimenta, Orlando Marçal e Campos Lima, os quais, pela vida adiante, seguiram rumos opostos” (6). Muitos outros anarquistas pelo país participaram no derrube na monarquia esperavam que o novo regime acabasse com a repressão que eram vítimas e cumprisse as promessas que os republicanos haviam feito.

A "aliança estratégica" entre anarquistas e republicanos rapidamente se desfez, assim como a união entre os próprios republicanos que não tardaram a dividir-se em bandos, seguindo cada qual o seu cabecilha. A liberdade foi de imediato cerceada. Como mais tarde reconheceria o grão-mestre da maçonaria Magalhães Lima: “Todo o democrata é republicano, mas nem todo o republicano é democrata”(7). Grande número de republicanos tinham uma mentalidade avessa à própria democracia. Basílio Teles (1856-1923), proeminente republicano era um defensor das ditaduras. No seu entender o povo português era ignorante, indolente, crédulo em milagres o que o levava a seguir um qualquer ditador. A única solução política para um povo com estas características era impor-lhe uma ditadura, com um ditador capaz de lidar com um povo tão bárbaro. Durante a Iª. República manifestou-se sempre desiludido com a qualidade dos ditadores republicanos, pelo que se afastou da vida política (8).

Manuel Joaquim de Sousa não tardou a advertir que nada de essencial havia mudado (*A Aurora*, nº15, 30/10/1910). José do Valle chamou à atenção para o carácter burguês da República (*Germinal,* nº338, 5/11/1911). Nada disto impediu que alguns anarquistas intervencionistas abandonassem as suas convicções libertárias e aderissem à onda

republicana integrando as suas listas eleitorais, como foi o caso de Boto Machado (*A Aurora*, nº54, 30/097/1911) ou de Ramada Curto (*A Aurora*, nº83, Fevereiro de 1912). *A Sementeira*, nº33, Maio de 1911) chegou a falar de uma "debandada" de intelectuais para as hostes republicanas, embora não tenham sido os únicos. A maioria procurou encaixar-se no funcionalismo público. Alguns deles persistiam em reafirmar as suas convicções libertárias. Nesta debandada estavam intelectuais como Leonardo Coimbra (9), Jaime Cortesão, Alvaro Pinto (10), Borbom de Menezes, Alfredo Pimenta ou Homem de Cristo Filho (11). Alvaro Pinto, fundador e director da revista *A Águia* (1910) embarcou com outros na ideia de definir a "alma portuguesa", caindo numa poeirenta corrente saudosista, messiânica e ruralista que iria alimentar a chamada "filosofia portuguesa". A perspectiva universalista e libertária fora esquecida.

O Partido Republicano no poder, liderado por o bando de Afonso Costa procurou por todos os meios controlar o país. Esqueceu-se das ideias federalistas e impôs o modelo de um estado unitário, centralista propenso ao surgimento de ditaduras. As promessas de melhorias sociais feitas durante a monarquia foram rapidamente esquecidas. A maioria da população nunca se sentiu representada na República. As leis eleitorais republicanas limitaram drasticamente o direito de voto. Entre 1913 e 1925 o número de eleitores variou entre 397.038 e 574.206, um número muito inferior ao registado durante a monarquia. O sufrágio universal nunca foi aceite pelos republicanos que desconfiavam da população, em particular dos analfabetos (70%) e das mulheres. O parlamento, dominado pelo Partido Democrático não podia ser dissolvido, aprovando leis sem qualquer controlo. O único meio para mudar de governo era frequentemente através de golpes militares, um expediente que acabou por se banalizar. 24 governos foram derrubados por revoluções ou golpes militares.

Machado Santos. Depois da implantação da República este antigo chefe da carbonária fez uma ativa oposição a Afonso Costa, envolvendo-se em várias tentativas de golpes de Estado para concretizar as promessas de uma "república social", no que contou com a colaboração de libertários. Jaime de Castro (farmacêutico), editor de *Terra Livre* aparece envolvido em dois dos seus golpes militares, ambos contra Afonso Costa: a 27 de Abril de 1913 e a 13 de Fevereiro de 1916 (12). *O Intransigente*, jornal que fundou, contou com a colaboração de muitos anarquistas como Adolfo Lima ou Emilio Costa desde 1912 com o cargo de redactor.

Violência Republicana

Os republicanos rapidamente se entrincheiraram no Estado e trataram de se armarem contra a população, os monárquicos e as facções internas do Partido Democrático Republicano. Substituíram a famigerada Polícia Civil do tempo da monarquia, por uma não menos sanguinária Polícia Cívica repleta de delinquentes. Em Lisboa e Porto criaram a Guarda Nacional Republicana, um corpo militarizado, igualmente integrada por facínoras para reprimirem os conflitos sociais, mas que não tardaram a participarem em assassinatos e golpes de estado. Para execuções selectivas de jornalistas e sindicalistas criaram a terrível "Formiga Branca". Pretenderam criar umas forças armadas, segundo o modelo suíço, publicando uma ampla reforma em 1911, mas rapidamente desistiram. A ideia do "povo em armas" era incompatível com um "Império Colonial". Neste sentido foi mantido um corpo permanente praças e de oficiais que na sua maioria eram monárquicos. A república ficou deste modo nas mãos de um corpo de oficiais conservadores e hostis ao próprio regime (13). No ano seguinte, tropa passou a ser usada em acções contra os trabalhadores, o que contribuiu para o seu descrédito junto da população. Foi montada

uma poderosa máquina repressiva que procurou sufocar a revolta, através de prisões e deportações em massa.

Neste contexto de enorme violência as **bombas** artesanais tornaram-se na principal arma de defesa dos cidadãos contra a repressão do Estado. José Maria Nunes, em 1912, edita mesmo um manual dedicado explicar o seu fabrico e emprego: *A Bomba Explosiva.* Acrescenta testemunhos do seu emprego desde a tentativa de golpe republicano de 28 de Janeiro de 1908 ao de 5 de Outubro de 1910. No Porto, no mesmo ano foi lançado o jornal de caricaturas - *A Bomba* - que tinha na direção artística Cristiano de Carvalho e na literária Alvaro Pinto. Eram publicações de libertários que contribuíram para os associar a bombistas.

O movimento operário foi reprimido de forma violenta pelos republicanos. O primeiro ato de hostilidade foi a regulamentação das greves (Dec.- Lei 6/12/1910). O governo exigia que as mesmas fossem comunicadas com 8 a 12 dias de antecedência, e reconhecia aos patrões o direito de fazerem Lock-Out, de forma retirarem qualquer eficácia às greves. A lei acabou por não ser respeitada, o que servia de argumento para a brutal repressão dos grevistas. Em Setúbal durante uma greve, Mariana do Carmo Torres e António Mendes, ambos anarquistas, foram assassinados no Largo do Carmo a 13 de Março de 1911 pela GNR, recém constituída (14).

Estas ações repressivas tem uma resposta imediata. A 6 de Agosto foi organizado um grande comício operário no Terreiro do Trigo, onde marcaram presença como oradores destacados anarquistas (*O Intransigente*, nº265, 7/08/1911). No dia 22 de Agosto em Almada numa ação de protesto pela violência policial foram presos entre outros anarquistas Bartolomeu Constantino, Sá Júnior, Inácio Pereira, Jaime de Castro e Teixeira Barbosa (*O Intransigente*, nº281, 23/08/1911 e seguintes).

O ano de 1912 foi marcado por uma forte agitação dos trabalhadores rurais. Os latifundiários do Alentejo desrespeitaram as tabelas salariais que haviam meses antes acordado com os trabalhadores. Estes protestaram junto do Governo Civil de Évora. A resposta do governo republicano foi imediata: o sindicato dos trabalhadores rurais foi encerrado, e os que se destacaram presos e enviados para Lisboa (Inocêncio Vermelho, Artur Nogueira, Manuel Tomás e José Martins). Declarou-se então uma greve geral dos trabalhadores rurais (12/01/1912). A repressão da GNR foi brutal, registando por todo o distrito de Évora espancamentos, prisões e pelo menos uma vítima mortal. Em Lisboa, a 28 de Janeiro foi declarada uma greve geral de solidariedade com os trabalhadores rurais que se estendeu a outras localidades (Setúbal, Barreiro, Moita, Montijo). O governo volta à repressão violenta: No dia 30 de Janeiro a Casa Sindical foi cercada e forma presas cerca de 700 pessoas que aí se encontravam. As mulheres e crianças forma para os calabouços da Governo Civil. Os homens distribuídos entre o navio "Pero de Alenquer", a Penitenciária e o Forte de Sacavém. Os republicanos manifestavam a firme vontade de esmagar pela força o movimento operário. A 30 de Janeiro numa greve em Aldeia Galega (Montijo) foram presos duas dezenas de trabalhadores, entre eles vários anarquistas.

A violência fazia-se sentir no quotidiano, onde eram frequentes os atos arbitrários da polícia. Em Agosto de 1912 o anarquista Manuel de Azevedo quando passava junto ao coreto na Avenida tocava nesse momento o hino da República. Não tirou o chapéu e acabou linchado, hospitalizado e preso durante dois meses. A ruptura entre anarquistas e republicanos estava consumada (15).

No princípio de 1913 estavam presos 113 operários, muitos dos quais rurais (16). No dia 19 de Janeiro o Dr. José Negrão Buizel por participado numa ação de propaganda sindical em Portimão foi preso, e remetido para a cadeia do Limoeiro em Lisboa, onde permanece durante vários meses encarcerado sem culpa formada (*A Revolta*, nº. 3, 19/01/1913). Uma prática habitual durante a monarquia e prosseguida na República. A 23 de Fevereiro em Almada foi a enterrar Alípio Fernando Dinis, operário anarquista corticeira que fora assassinado pela policia (*A Revolta*, nº8, 23/02/1913). Estiveram presentes largos milhares de pessoas, quando começou mais um brutal repressão policial (*A Revolta*, nº9, 2/03/1913).

A ruptura dos anarquistas com a República ocorreu neste ano. Durante o Cortejo Camoniano de 10 de Junho, o anarquista Valério Benjamim Ferreira segurava uma bandeira negra onde estava escrito "Pão ou Trabalho", não tarda a ser agredido mas não largou o estandarte. Na Rua Nova do Almada foi lançada uma bomba, provocando várias vítimas (17). O governo liderada por Afonso Costa aproveita o pretexto e desencadeia uma brutal repressão dos anarquistas declarando o movimento sindical inimigo da República. Só no Forte da Graça, em Elvas, terão sido encarcerados cerca de 130 presos políticos, sem culpa formada. Pinto Quartim foi expulso para o Brasil e o jornal *Terra Livre* proibido (18). A Federação Anarquista da Região Sul foi desmembrada e o seu principal impulsionador Bartolomeu Constantino teve que fugir para Trás-os-Montes e depois para Espanha. Valério Benjamim Ferreira acabou por falecer no Limoeiro. Durante o Congresso do Livre do Pensamento em Lisboa, a 5 de Outubro de 1913, com a presença de delegados de vários países, Aurélio Quintanilha (1892-1891) e a sua esposa Suzana distribuíram um manifesto assinado pelos sindicalistas presos denunciando a brutal repressão do governo.

O descontentamento com a República era generalizado. A situação agravou-se como início da Grande Guerra. Cerca de 100 mil soldados sem instrução nem equipamento militar considerado adequado foram atirados contra as tropas alemãs, primeiro em África (1914) e depois nos campos da Flandres (1917), e o desastre foi completo. Humilhados, os militares revoltaram-se contra o regime. Face à deriva dos republicanos no poder sucederam-se os golpes de Estado promovidos pelos próprios republicanos, a que se juntaram as tentativas dos monárquicos para restabelecerem a monarquia, no que contavam com o apoio da Igreja Católica. Algumas destas intentonas contaram também com o apoio de alguns anarquistas, numa resposta a perseguições que lhes faziam os políticos como Afonso Costa.

Sidonismo. O golpe militar de 5 de Dezembro de 1917 que instaurou a ditadura de Sidónio Pais (1917-1918) foi recebido por alguns anarquistas com certa condescendência e até colaboração (19). A razão imediata era simples, neste dia foram libertados 63 presos políticos, entre eles José Gonçalves Tormenta que estava preso desde Janeiro de 1912, quando assassinou o administrador do concelho da Moita, por ocasião da greve dos trabalhadores rurais. *A Batalha* (nº1, 23/02/1919) referindo-se a este golpe procurava encontrar uma resposta para a questão: “Porque colaborou o operariado no movimento revolucionário de 5 de Dezembro”: o golpe assumiu o “carácter dum movimento de libertação” das violências que, sob a direção de Afonso Costa, vinham sendo cometidas. A verdade é que em pouco tempo as prisões voltaram a ficar cheias. Muitos anarquistas que combateram a nova Ditadura foram presos e barbaramente espancados como António Casimiro da Silva, Francisco Rodrigues Franco (1879-1953), José Artur Quaresma (1875-1957), José dos Reis Couto, Norberto Valido (1883-1960), João Maria Major, etc.

A ditadura de Sidónio, o “presidente-rei”, apoiada por monárquicos, católicos, largos sectores de republicanos e até do PS, colocou rapidamente em prática um vasto programa proto-fascista que seria mais tarde consagrado em 1933 na Constituição do “Estado Novo”: Um Estado forte e centralizado, apoiado numa vasta máquina policial e militar de vigilância, repressão e de propaganda, nomeadamente no culto do próprio Sidónio; Um Estado protector dos grandes latifundiários e proprietários agrícolas, apostado no controlo dos sindicatos e na diminuição dos salários reais na industria; Colaborante ativo com a Igreja Católica e na difusão de valores tradicionais (Ordem, Deus, Pátria, Família).

Após a morte do ditador, da qual foram logo acusados os anarquistas (20), ocorreu um golpe militar que, sob o pretexto de resgatar a ditadura de Sidónio, pretendeu restaurar a monarquia. Apesar da desilusão com a República os anarquistas nunca abandonaram a defesa da Liberdade e do próprio regime republicano.

A tentativa foi iniciada no norte, sendo liderada por Paiva Couceiro (19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919), seguindo-se dias depois em Lisboa (22 a 24 de Fevereiro de 1919).

Em Lisboa, perante a indecisão do governo republicano, os anarquistas saíram em defesa da República (*A Batalha*, nº1, 23/02/1919), organizaram manifestações, exigiram armas e com elas atacaram as tropas monárquicas acantonadas no Monsanto. Aurélio Quintanilha, que não quis ser militar, uniformizou-se de alferes de artilharia e foi comandar uma bateria que se instalou na Quintinha e atacou os monárquicos. A recompensa pela ação dos anarquistas foi a libertação de António José de Ávila que se encontrava preso na cadeia do Monsanto desde o tempo da ditadura de Sidónio País.

No Porto foi constituído um comité que organizou e armou treze grupos anarquistas para junto com os republicanos derrotarem os monárquicos, num combate em que se destacaram militantes como Afonso Guimarães (?-1925) (*A Batalha*, nº3, 25/02/1919).

Na Cadeia do Limoeiro, Gonçalves Correia não deixou de escrever um texto para *O Rebelde* (nº13, 14/02/1919), cujo título diz tudo: “Viva a República !”. Apesar do desvario dos republicanos havia que defender República.

Numa altura em que o movimento anarquista organizava grandes manifestações de repudio pela condenação à morte de Sacco e Vanzetti, os republicanos realizaram em Lisboa uma chacina. No impasse provocado de mais um golpe de estado, na noite de 19 para 20 de outubro de 1921, um bando de militares assassinou cinco pessoas: António Granjo (primeiro ministro), Machado dos Santos e Carlos da Maia (heróis republicanos do 5 de Outubro), Freitas da Silva e Botelho de Vasconcelos, tendo fracassado outras tentativas de assassinato. A república entrara num processo de auto-destruição. No dia 10 de Março de 1922, mais de uma centena de jovens libertários foram enviados presos para os fortes de Sacavém e S. Julião da Barra sem culpa formada, um processo que se tornou habitual.

Apesar disto, quando muitos republicanos resolveram substituir a Primeira República por uma Ditadura, em 1926, os anarquistas uma vez mais vieram para a rua para a defenderem.

Sindicalismo

A implantação da República, marcou o predomínio do sindicalismo no movimento anarquista. A maioria dos militantes concentrou a sua acção nos sindicatos operários, concebendo-os como embriões de uma futura organização (sindicalismo revolucionário). Ideia já apontada por Bakunine e depois desenvolvida por outros teóricos sindicalistas. A acção dos sindicatos ultrapassou o domínio das questões laborais, assumiam uma relevante actuação na promoção da cultura e da educação do operariado.

Desde o inicio do século que se prosseguia o objectivo de fundar em Portugal uma confederação geral de sindicatos. A cisão ocorrida entre anarquistas e socialistas no Congresso Nacional Operário de 1909 impôs a necessidade de um novo congresso apartidário, sendo eleita para o efeito uma "comissão executiva". Em simultâneo a imprensa anarquista desenvolvia uma intensa propaganda sobre o "sindicalismo revolucionário".

A 13/11/1910 era lançado o jornal *O Sindicalista* (21), semanário defensor da classe trabalhadora. Uma muito dinâmica imprensa sindical informava e formava os trabalhadores.

Apenas a 7 de Maio de 1911 foi possível realizar um congresso de sindicatos, na sala da Associação dos Compositores Tipográficos, na Rua de S. Bento, contando com a representação de 91 sindicatos, abrangendo 35 mil associados. Devido à repressão policial reconheceu-se que não havia condições decidir sobre a confederação sindical, sendo eleita uma nova "comissão executiva para preparar um congresso constitutivo. No Porto não se esperou e constitui-se a União Geral dos Trabalhadores da Região Norte (1911-1913), com uma orientação sindicalista revolucionária.

O Partido Socialista (PS), por intermédio do seu deputado, juntava-se ao governo no ataque aos sindicalistas e condenação das greves (*Lumem*, Outubro de 1912). Acusaram os trabalhadores rurais de Évora, de na greve de Janeiro de 1912, que "atingiu extraordinárias proporções devido ao carácter revolucionário que foi revistada" de terem seguido os "elementos sindicalistas" e não as ordens do Partido (*A Batalha Socialista*, nº. 8, 20/06/1913). A onda repressiva atingiu na altura dimensões nunca vistas. Todos os membros da "comissão executiva" estavam presos em 1913. O PS tentou tirar partido destas prisões e avançou para a realização de um congresso operário nacional sob o seu controlo (*O Socialista,* 25 e 26 de Setembro de 1913). A Federação Operária de Lisboa ligada a este partido marcou a data do congresso de 30 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1914, na cidade de Tomar. A maioria das associações e a imprensa operária defendia o adiamento. "Na verdade, estando encerradas mais de 20 associações proletárias e presos no Forte de Elvas os mais inteligentes e dedicados propagandistas da organização dos trabalhadores, não achamos oportuna a realização desse Congresso enquanto essas associações não estiverem funcionando novamente. A não ser que haja ocultos motivos políticos, que tendem a desorganizar aqueles operários que não são partidários da desacreditada acção parlamentar, não atinamos com o motivo porque não é adiado para o 1º. de maio, como já foi alvitrado, o Congresso Operário" (*O Despertar*, nº2, 18 de Janeiro de 1914). Apesar de desmascarado, o PS insistia na data. Entretanto ocorrera duas greves de ferroviários (Janeiro e Fevereiro) que obrigaram ao adiamento do congresso e o governo libertou os sindicalistas presos, muitos deles sem culpa formada. A manobra do PS caiu por terra.

No I Congresso Sindical de Tomar (14 a 17 de Março de 1914) deu-se mais um passo com a fundação da União Operária Nacional (UON), onde estiveram presentes 103 sindicatos e 7 federações, com uma população de cerca de 90 mil sindicalizados. As manobras politiqueiras do PS continuaram e foram sendo desmascaradas. Na primeira sessão do congresso foi retirado o direito de voto a destacados militantes do PS que se apresentaram como "delegados" de associações mas que não participavam na vida das mesmas e nem sequer eram sindicalizados (22). O passo seguinte foi a realização de duas conferências da UON, uma no norte e outra no sul que uniu os sindicatos do país e reforçou a organização (1917).

A UON surgiu contexto de enorme desilusão, como dissemos, sobre as grandes centrais sindicais europeias. A esperada greve geral revolucionária não ocorreu. Clemente Vieira dos Santos escrevia a este respeito: "Quando o governo alemão falou na guerra, o povo alemão devia marchar não para a fronteira, mas sobre Berlim" (*A Aurora*, 17/09/1916). Por outro lado, a UON devido às sucessivas manobras do Partido Socialista acabou por assentar numa série de compromissos que limitaram a sua capacidade de ação. Por último, atravessou um período histórico terrível em que se salientam duas Ditaduras (Pimenta de Castro e Sidónio Pais), a Grande Guerra e a Pneumónica. O governo nunca reconheceu a sua existência.

A UON em Maio de 1918 iniciou a mobilização dos trabalhadores para uma Greve Geral contra a carestia de vida. Foi brutal a repressão que logo se abateu sobre o movimento operário. Apesar disto, nada disso a impediu de marcar, por exemplo, mais de 40 comícios de protesto, mas que logo foram proibidos pelo governo (16/09/1918). A Greve Geral que ocorreu a 18 de Novembro, acabou por coincidir com o pico da Pneumonia e o armistício da Guerra, retirando-lhe algum impacto. A repressão policial e militar foi de extrema violência, nomeadamente no Alentejo. A UON, em Dezembro de 1918 apresentou ao governo de Sidónio Pais uma série de reivindicações, comprometendo-se a abrandar as lutas operárias se as mesmas fossem satisfeitas (*A Batalha*, nº98, 2/06/1919). O governo ignorou-as.

Face à gravidade da situação em que se vivia no país, marcada pelo aumento da miséria e da violência, em Janeiro de 1919, uma comissão composta por Pinto Quartim, Raul Neves Dias, Francisco Cristo, José António de Almeida, Eduardo Freitas, Joaquim Cardoso e Hilário Marques propôs ao Conselho da UON a edição de um jornal diário, orgão do movimento sindical. A 23 de Fevereiro saía o primeiro número jornal, reflexo da extraordinária capacidade de decisão e realização que a organização dava mostras.

No II Congresso da UON que ocorreu entre 13 e 15 de Setembro de 1919 foi finalmente criada a Confederação Geral do Trabalho (1919-1964 ?) (23). Neste congresso fizeram-se representar 119 sindicatos com mais de 130 mil filiados (24), tendo nele sido aprovadas as teses do ideário anarquista para os sindicatos também designadas por "sindicalismo revolucionário".

Os sindicatos até 1919 assentavam numa estrutura essencialmente local: os trabalhadores organizavam-se numa dada cidade ou vila em sindicatos de ofícios, o que dificultava a sua união devido à sua excessiva pulverização. A CGT trouxe uma nova organização sindical: os trabalhadores passaram a organizar-se em sindicatos únicos por indústria, o que aumentou o seu poder reivindicativo. Por outro lado, como explicava Adolfo Morais (pseudónimo de J. Carlos Rates) n´*A Batalha* (nº37, 1/04/1919) era pensada tendo em vista uma futura organização social. Nesta organização sindical que seguia o modelo da CGT francesa, continuavam a faltar as organizações de base, como

as Câmaras Sindicais que integrassem elementos assalariados e não assalariados para intervirem nos problemas locais (habitação, educação, cultura, alimentação, preços, etc). Estas uniões locais de sindicatos seriam os embriões de uma municipalidade futura (*A Batalh*a, nº137, 13/07/1919), a questão foi retomada em 1923.

Para além desta estrutura sindical, depois da implantação da República surgiram as **uniões sindicais**, com o objectivo de promover a propaganda sindical, a solidariedade entre as diferentes profissões e sectores, estabelecer reivindicações comuns, etc. Difundiram-se por todo o país: Setúbal, Lisboa, Évora, Tomar, Braga, Guimarães, Coimbra, Porto, Lagos, Funchal, Olhão, Faro, Beja, Barreiro, Almada, Viana do Castelo, Vila do Conde, Aveiro, Seixal, Vendas Novas, Portimão, Vila Franca de Xira e Ponta Delgada, tendo adquirido grande importância depois de 1925 (25).

A 23 de Fevereiro de 1919 UON começou a publicar-se o diário ***A Batalha*** (26), inicialmente como orgão da UOP e depois da CGT. A intensa atividade de publicações do jornal e dos meios anarquistas, secundava uma ativa ação contra o patronato e as crescentes inclinações ditatoriais na República a que aderiam largos sectores republicanos, católicos e monárquicos.

A Batalha foi várias vezes proibida, mas logo de seguida se procurava encontrar publicações alternativas, como o *Avante !*, diário de tarde, que saiu em 1919, sob a direcção Carlos José de Sousa, ou a *Imprensa de Lisboa* (1921), orgão dos trabalhadores dos jornais, sob a direcção de Campos Lima, tinha duas edições (manhã e tarde).

No princípio dos anos vinte o movimento sindical somava muitas conquistas, mas que continuavam a exigir lutas permanentes para serem aplicadas, tais como: As compensações por acidentes de trabalho regulamentadas em 1913 (Lei 83, Junho de 1913) eram frequentemente recusadas por juizes corruptos; O horário de trabalho de 8 horas diárias foi consagrado em 1919 (Dec. 5516, 7/05/1919), mas as greves para o cumprir continuaram; Os seguros sociais que visavam abranger todos os trabalhadores, embora fossem regulamentados em maio de 1919, estavam longe de serem generalizados. Fruto da constante pressão deram-se alguns passos na construção de bairros operários. A ação sindical não se limitava à esfera reivindicativa, nomeadamente de aumentos salariais ou melhores condições de trabalho, prosseguia numa intensa obra da alfabetização e formação cultural dos trabalhadores.

As Juventudes Sindicalistas (JS) foram criadas em Janeiro de 1913, resultantes de anteriores organizações como a Juventude Libertária (1912). Em pouco tempo atingiram uma dimensão nacional, embora o seu apogeu ocorresse depois de 1919. A repressão policial procurava de forma sistemática aniquilá-las através de prisões e deportações. A 30 de Setembro de 1919, por exemplo, um comício das JS contra a Carestia de Vida foi disperso pela policia. Entre os que se refugiam na sede da CGT, 83 foram presos.

A 18 de Janeiro de 1920 foi publicado o primeiro número do jornal *O Despertar* , orgão da JS que declaravam que a maioria dos seus membros eram filiados na CGT.

Em 1921 realizou o seu primeiro congresso e em 1926 o segundo. Entre 25 e 27 de Outubro de 1924 realizaram no Porto uma importante “Conferência Juvenil”. A sua atividade, sem paralelo na Europa, foi muito intensa e diversificada (28). Manuel Viegas Carrascalão secretário das JS, por exemplo, em Outubro de 1926 foi preso e deportado para Timor.

Pluralidade de Correntes

Dentro do movimento anarquista a estratégia do sindicalismo revolucionário embora fosse predominante não era limitativa. Pierre Monatte e Malatesta no Congresso Anarquista de Amesterdão em 1907 evidenciaram um histórico confronto sobre esta questão.

Monatte defendia que os anarquistas se deviam diluir nas organizações sindicais, onde seriam criadas as estruturas necessárias à emancipação dos trabalhadores. Após a Revolução Social o Estado existente seria substituído, na excelente expressão de Campo Lima, por um "Estado Sindicalista" dirigido por sindicalistas, e nesse sentido deviam prepara-se para essa magna tarefa política. Uma "greve geral revolucionária" marcaria o fim do capitalismo e o princípio de um novo mundo. Os sindicatos eram um meio e um fim em si mesmo.

Malatesta defendia pelo contrário que a construção da Anarquia ultrapassava as lutas sindicais, enquadradas por um quadro legal e centradas em reivindicações laborais (contratos, salários, horários e condições de trabalho). Outras importantes lutas para a transformação social nem sequer convinha que fossem assumidas pelos sindicatos, pois podiam enfraquecê-los. Era sabido que quando os sindicatos decidiam lutar contra o parlamentarismo, militarismo ou nacionalismo afastavam muitos trabalhadores, pelo que optavam por manter uma posição "neutral" sobre estas questões. Eram combates que só podiam ser travados por organizações anarquistas fora dos sindicatos, embora neles pudessem e devessem ser discutidos. Eram questões que implicavam uma profunda mudança de mentalidades, entendimento sobre a natureza do poder, etc. Os sindicatos eram um meio privilegiado onde se exercia a ação revolucionária, mas não exclusivo. A revolução social era mais complexa do que os "sindicalistas revolucionários" conjecturavam. A insurreição armada seria indispensável.

Em Portugal a alegada divisão entre anarquismo e sindicalismo revolucionário era essencialmente tática, o que não impediu que durante décadas a questão fosse amplamente debatida (29). Um número considerável de obras foram publicadas sobre este assunto. De forma mais ou menos consistente podemos identificar alguns protagonistas destas duas posições.

Seguindo a posição de Monatte destaca-se Manuel Ribeiro incansável tradutor de obras como "O Sindicalismo" de F. Challaye (1912) onde defendia a ideia que o sindicalismo se bastava a si próprio. Nesta linha, em 1920, José Carlos Rates chegou ao ponto de defender a "Ditadura do Proletariado" pela CGT !. Adolfo Lima consagrou a tese da suficiência do sindicalismno nos Congressos da CGT na Covilhã e Santarém.

A posição de Malatesta era defendida por Neno Vasco que desde 1911 divulgava as suas ideias em Portugal, tentando conciliar o anarquismo com o sindicalismo (30). Pouco antes de falecer escreveu uma das obras mais consistentes do anarquismo em Portugal: *Concepção Anarquista do Sindicalismo,* publicada em 1923 pela *Editorial A Batalha*. Na mesma linha temos Manuel Joaquim de Sousa, Emílio Costa, Adriano Botellho ou Campos Lima.

Para além do sindicalismo muitas outras causas continuaram a serem abraçadas pelos anarquistas.

Malatesta

Durante décadas a imagem do revolucionário secundarizou a do pensador. Em Portugal, só a partir de 1910 é que as suas ideias começaram a ser conhecidas de forma sistemática (31), divergindo em muitos aspectos de Kropotkine, o mais popular pensador anarquista.

Ao contrario Kropotkine recusava a ideia do "anarquismo cientifico" ou de um "sistema filosófico anarquista". É arrasadora a sua crítica ao cientismo que pretendia extrair verdades universais e infalíveis aplicáveis a todos os seres humanos, com as quais antecipadamente se pudessem prever comportamentos individuais ou colectivos. O determinismo histórico, uma espécie de teleologia que conduziria a Humanidade para a Anarquia não passava de uma construção ideológica que escondia as aspirações e desejos que cada um formava da justiça, do progresso, etc. Malatesta considera que todas as verdades são provisórias, mas nada nos impede de agir contra as injustiças.

A Anarquia, como tal, é uma aspiração humana que não parte de nenhuma verdade, ou suposta verdade, ou necessidade natural, cuja realização depende unicamente da vontade dos seres humanos. O anarquismo assume assim uma dimensão iminentemente ética. É uma atitude antiautoritária e de solidariedade social, um objectivo a realizar por uma vontade criadora.

"Anarquista é, por definição, aquele que não quer ser oprimido e não quer ser opressor ; aquele que quer o máximo de bem-estar, a máxima liberdade, o máximo desenvolvimento possíveis de todos os seres humanos. As suas ideias, a sua vontade tem origem no sentimento de simpatia, **de maior…,** de respeito perante todos os seres humanos: sentimento que deve ser bastante forte para induzi-lo a desejar o bem dos demais como o seu próprio e a renunciar às vantagens pessoais que exigem, para serem obtidas, o sacrifico dos demais. Se assim não fosse, por que deveria ser inimigo da opressão e não procurar, ao contrário, converter-se em opressor?", Malatesta, *Volontá*, 15/06/1913.

Nesta perspectiva que recusa todo o tipo de fatalismos, para produzir efeitos anarquistas é preciso que se manifeste uma vontade anarquista. Esta pode ser formada, estimulada e difundida através de ações, valores, sentimentos. Neste campo, atribuiu grande importância à constituição de organizações anarquistas específicas para, no estrito respeito pelos princípios, proporcionar uma cooperação livre entre iguais na difusão dos ideais libertários. Não se trata de organizações para liderar as "massas", mantendo-as submissas à vontade de outros, mas para gradualmente proverem a sua tomada de consciência e uma vontade livre que leve os indivíduos a conceber e desejar a Anarquia.

Eram ideias inspiradoras que foram fazendo o seu caminho em Portugal, nomeadamente sobre a questão organizativa.

Educação

A educação ocupava uma posição central no pensamento e ação dos anarquistas na construção de uma nova sociedade, alicerçada sobre o esforço e aperfeiçoamento individual. Acreditavam que mudando os métodos e conteúdos de ensino podia-se criar pessoas mais livres e conscientes, verdadeiros cidadãos de um mundo novo (32). Deixaram a sua marca na Escola Oficina nº1 de Lisboa, em Universidades Populares (33), numa rede de escolas operárias, bibliotecas e em inúmeras iniciativas promotoras de uma cultura libertária. Entre 1917 e 1925 contabilizaram-se 41 escolas no país,

directamente controladas pelos sindicatos operários, rurais e de serviços, situadas sobretudo em Lisboa e no sul do país, sem contar com as da *Voz do Operário* (34). Funcionavam durante o dia para as crianças e à noite para adultos.

Os sindicatos ligados ao movimento anarquista desenvolviam um intenso programa de alfabetização e de cultura, criando cursos, escolas, bibliotecas, editando jornais, revistas e livros numa ação cuja verdadeira dimensão ainda está por estudar.

Entre os muitos anarquistas envolvidos nesta campo de ação destacaram-se Adolfo Lima (1874-1943), Campos Lima (1877-1956), César Porto (1873-1844), Faria de Vasconcelos, Mário de Oliveira (1892-1970)(35), Deolinda Lopes Vieira (1988-1993) (35.1), Lucinda Tavares, Augusto Carlos Rodrigues (1881-1956), Aurélio Quintanilha (1892-1987), António Manaças (36), Virgílio Santos, Francisco Quintal (1898-1987), João Vieira Alves (1904-1971), Severiano de Carvalho, Carlos José de Sousa entre muitos outros. Reclus nas suas notas sobre Portugal não deixou de registar que ficara surpreendido com a dimensão do analfabetismo em Portugal. No início do século XX atingia os 80%. Implantada a República os republicanos não tardaram a esquecer o que haviam prometido. Em 1926 haviam mais analfabetos que em 1909. Eram factos que justificavam a ativa militância anarquista neste domínio. O combate pela Liberdade, como afirmava Proudhon, passa também pela luta contra a ignorância.

Não se limitaram a organizar escolas e ensinar, produziram uma apreciável quantidade de publicações e traduções: William Heaford - *A Escola Moderna de Barcelona.* Lisboa: Guimarães & Ca, Editores (1910); Revista *Lumen* (1911-1912), *Educação*, Lisboa, nº1, 1913, revista da *Escola-Oficina*, e em 1918 saiu o *Boletim*; *Escola Moderna,* Aveiro, 1914; Lima, Adolfo (1914). *Educação e Ensino – Educação Integral*. Lisboa: Guimarães & Ca. Editores; Lima, Adolfo (1916). *Orientação Geral da Educação. Educação Geral e Especial: Educação Técnica*. Separata da "Revista de Educação Geral e Técnica". Lisboa: Casa Portuguêsa; Revista *A Educação Social*. Revista de Pedagogia e Sociologia (1924-1927), Direção de Adolfo Lima; revista *Escola Nova* (1924, Coimbra), orgão da Associação dos Professores de Portugal.Director: Almeida Costa.

Feminismo

Muitas mulheres anarquistas evidenciaram-se na luta pela emancipação feminina, mas a sua ação continua a ser pouco estudada. A imprensa libertária dava uma especial atenção à condição das mulheres trabalhadoras, igualdade de género, mortalidade infantil e das mulheres nos partos, contracepção, etc. Muitas das temáticas que abordaram só voltaram a ser tratados depois de 1974, quando ainda provocavam grande escândalo social… Combates em que se destacaram muitos jornais, como *O Germinal* de Setúbal, fundado em 1903.

Um trabalho recente sobre três publicações anarquistas entre 1908 e 1919, foram identificados os tópicos da abordagem libertária: a) a denúncia dos esteriótipos de género e a sua submissão à moral vigente; b) a crítica às diferentes condições de vida das mulheres trabalhadoras e das burguesas; c) a intima relação entre a dominação de género e a dominação de classe; d) a necessidade de uma emancipação feminina, constatando-se todavia que a mesma estava muito dependente da libertação de outras formas de domínio: política, social, religiosa, simbólica, etc. (37).

Como expressão deste movimento surgiram várias organizações como a União das Mulheres Anarquista formada em Lisboa (1912-1915) que desenvolveu uma intensa

propaganda emancipadora, onde se distinguiram Júlia Cruz (companheira de Bartolomeu Constantino) e Margarida Paulo. Federou-se na Federação Anarquista da Região Sul (1913-1914) e depois na União Anarquista-Comunista (1915). No Porto destacaram-se os Grupos Femininos Anarquistas Luisa Michel (1924-1926) e Carolina Micaelis composto exclusivamente por mulheres, a maioria das quais casadas com anarquistas e com militância nas Juventudes sindicalistas. Muitas outras mulheres anarquistas destacaram-se nomeadamente na organização sindical das trabalhadoras ou no apoio que deram a presos, como Laura Arrábida de Sousa ou Luisa do Carmo Franco.

Era uma ação vista com enorme desconfiança pelos republicanos que temiam a intervenção politica das mulheres, dado que as consideravam facilmente manipuláveis, nomeadamente pelos padres. Sendo a esmagadora maioria analfabetas eram encaradas como potencialmente inimigas da Liberdade, daí a recusa em lhes concederem o direito de voto. A grande prioridade das feministas republicanas era sobre o adultério, reclamando por uma equiparação neste domínio entre mulheres e homens. A grande excepção foi Adelaide Cabete (1867-1937), filiada na maçonaria adoptou o nome da anarquista Luise Michel. Muito próxima do anarquismo era uma assídua colaboradora d´*A Batalha* (38).

Ateísmo e Sexualidade

A crítica à moral vigente, como vimos, foi sempre um importante campo de batalha dois anarquistas. A religião e a libertação sexual estavam neste domínio interligadas e originaram a produção de uma extensa literatura por vários anarquistas: Neno Vasco: *O Pecado da Simonia,* 1920, comédia anticlerical; José Carlos de Sousa: *Missionários do Erro; etc.* Jornais anti-clericais como *A Lanterna* (1911), contavam com uma empenhada colaboração de anarquistas como Neno Vasco.

A religião católica até 1910 era a religião do Estado português. Apesar de proclamada a liberdade religiosa a verdade é que todo o sistema que estava montado negava esta liberdade. A custo, como vimos, foi possível o registo civil e os enterros civis para os não religiosos. A separação da Igreja do Estado, conduzida de forma brutal pelos republicanos foi um importante passo no sentido de uma maior liberdade.

O fenómeno de Fátima que emergiu a partir de 1917 e à volta do qual se agregou a Igreja Católica em Portugal, não parece ter interessado no início os anarquistas que o remeteram para o campo da religiosidade popular com a qual eram condescendentes. Não deixa de ser curioso referir que um dos primeiros negociantes a explorar o fenómeno de Fátima - Gilberto Fernandes dos Santos foi tido como “anarquista”. Foi ele que mandou fazer e ofereceu a imagem de Fátima (1920), dedicando-se durante anos a explorar a crença popular. Na panóplia do seus produtos não faltava a “´Água de Fátima”, postais e santinhos cuja aquisição garantia milagrosos resultados. No auge da exploração política pela Igreja e a Ditadura de Salazar, Tomás da Fonseca, em 1955, publica na editora libertária *Germinal*, no Rio de Janeiro, a sua conhecida obra: *Fátima. Cartas ao Patriarca de Lisboa*.

A moral religiosa vigente era profundamente conservadora dos costumes e castradora da sexualidade. Aquilo que os anarquistas propunham era uma rotura profunda nas crenças e a libertação da sexualidade dos portugueses.

O combate pela libertação da sexualidade, como vimos, desenvolvia-se em torno das teorias neomalthusianistas, mas também do amor livre. Ideias que afrontavam a moral

religiosa, mas também a visão republicana da mulher: mãe e procriadora. Neste combate em que se distinguiu Jaime Brasil (1896-1966), com vários livros editados entre 1931 e 1933 sobre sexualidade o que contribuiu para o seu exílio em Espanha e França.

Ao longo deste período destacamos edições como: *A Emancipação da Mulhe*r (1910), J. Novicow; *Mulheres, não procreeis !* (1911), de José Teixeira Junior; *O Amor Livre* (1915), de Charles Albert, numa tradução de Manuel Ribeiro; *Calvário da Mulher*, de Maria Feyo (1915); *Procreação Consciente,* ed. A Sementeira (1920); etc.

Antimilitarismo e a questão da Grande Guerra

Desde o princípio do século XX que se esperava uma grande guerra na Europa, daí a intensa propaganda antimilitarista. Em Portugal, a mentalidade autoritária de monárquicos e republicanos era profundamente belicista. Não admira que dias depois da implantação da República já o primeiro governo provisório encomendava ao Ministério da Guerra a organização da instrução militar nas escolas públicas e privadas. Contra esta medida insurgia-se a imprensa libertária. *A Sementeira* (Dezembro de 1910) adverte que a mesma criaria uma mentalidade conservadora, o "fanatismo religioso", a" deificação militarista" e o "patriotismos patético", abrindo o caminho a "qualquer aventureiro militar cezarista, ignobilmente ambicioso, ligando-se ao padre, à cruz, explore o filão sempre fecundo do misticismo guerreiro, patriótico e e deísta", destruindo a própria República, o que veio a acontecer.

Quando em 1912 rebentou a guerra nos Balcãs, era evidente que se caminhava a passos largos para uma nova guerra. Multiplicaram-se as iniciativas dos anarquistas a favor da Paz, realizando-se comícios em Lisboa, Porto, Setúbal e Évora. No dia 15 de Dezembro de 1912, por exemplo, foi organizado um grande comício no Terreiro do Trigo em Lisboa, onde foi aprovada uma moção onde se declarava: "O povo operário português resolve (…) impedir a mobilização do exército português se por acaso os nossos governantes tiverem a valeidade de pretender que Portugal tome parte da conflagração europeia". Sucederam-se também as prisões. Raul Magalhães Coutinho foi preso por afixar placares anti-militaristas (*A Revolta*, 9/03/1913).

Antes do inicio da Grande Guerra havia entre os libertários total unanimidade na condenação da guerra. Após a sua eclosão, a 1 de Agosto de 1914, criou-se uma ruptura no movimento anarquista internacional. Kropotkine, James Guillaume, Charles Malato, Jean Grave, Cornelissen entre muitos outros assumiam abertamente uma posição belicista contra a Alemanha. Esperava-se também que as grandes centrais sindicais operárias europeias proclamassem um greve geral revolucionária, o que não aconteceu. Foi uma desilusão marcada por acusações de traição.

Em Portugal cavou-se uma enorme divisão entre os que defendiam a intervenção contra a Alemanha e os que condenavam a própria guerra. Entre os primeiros estavam Emílio Costa, Augusto Machado, Lopes de Oliveira, Manuel Ribeiro, Campo Lima, Severiano de Carvalho, Bernardo Sá, Adolfo Lima e Sebastião Eugénio, contando na impressa libertária com o jornal *Germinal*. Entre os segundos sobressaiam Neno Vasco, Aurélio Quintanilha, Clemente Vieira dos Santos, Manuel Joaquim de Sousa, C. Rodrigues, Giordano Bruno, Magalhães Júnior e José Franco tendo como principal orgão de combate *A Aurora*. As acusações mútuas acabaram por ter reflexos negativos, como veremos, no desenvolvimento das organizações acratas.

As Juventudes Sindicalistas, criadas em 1914, à semelhança da sua congénere francesa, assumiram desde o inicio uma firme posição contra a guerra e o militarismo (*O Despertar*, "Em Tempo de Guerra, nº5, janeiro de 1915; idem, números 9 e 10, Setembro e Outubro de 1915), no que eram secundadas pelas Juventudes Libertárias, distribuindo comunicados dentro dos quartéis apelando à revolta e deserção.

No Congresso Internacional da Paz, em El Ferrol (Abril-Maio de 1915), os anarquistas portugueses fizeram-se representar: Manuel Joaquim de Sousa e Mário Nogueira pela União Operária Nacional, acompanhados de Serafim Cardoso Lucena, Ernesto da Costa Cardoso, António Alves Pereira (1885-1954) da revista A Aurora, e Aurélio Quintanilha em representação das Juventudes Sindicalistas de Portugal e de França. Foram todos presos e postos na fronteira. No regresso esta delegação inicia uma série de conferências pelo país, e em Viana do Castelo Quintanilha foi preso. Em Lisboa constitui-se um secretariado para elaborar e difundir comunicados anti-militaristas em várias línguas.

As consequências do inicio da guerra em 1914 rapidamente se fizeram sentir. Disparou a especulação dos preços dos bens alimentares, registando-se os primeiros assaltos a estabelecimentos comerciais, como ocorreu em março de 1915 quando aumentou o preço do pão. As padarias foram saqueadas. A luta contra o militarismo passou a estar associada à luta contra a especulação dos bens alimentares. O aumento da miséria fez disparar a revolta social duramente reprimida pelas forças policiais e militares. No dia 9 de março, José Francisco é preso em Faro quando discursava. Num Comício no Barreiro, a dia 17 de Outubro, promovido por uma "comissão de operários", a União Anarquista Comunista faz-se representar por Bartolomeu Constantino e Alfredo da Cruz, em mais um protesto contra a fome que se generaliza. Em fins de Outubro ocorre um motim das peixeiras de Lisboa, e na outra banda, em Cacilhas são assaltados depósitos de azeite, segue a repressão com novas prisões, incluindo de anarquistas. Face à barbárie, na *Comuna Livre,* Bernardino dos Santos, escreve sobre "A Bomba ao serviço de uma causa" (nº3, 29/11/1915). O apelo ao uso da bomba é claro.

Os apelos à revolta eram constantes. No dia 28 de Janeiro de 1916 foi distribuído em Lisboa, um manifesto que apelava à insurreição e formação da "comuna portuguesa" (*A Aurora* do Porto, transcreve-o). No dia seguinte desencadeou-se em Lisboa, sobretudo em campo de Ourique e Alcantara uma onda de assaltos e confrontos sangrentos com a polícia, com dezenas de presos. Segundo o director da polícia de investigação, a 9 de Fevereiro tratava-se de um insurreição organizada pelos anarquistas (*Germinal*, nº. 2, Março de 1916). A Casa Sindical de Lisboa e sedes de sindicatos foram assaltadas pela polícia.

Após a entrada de Portugal na guerra (9 de março de 1916) sucederam-se as prisões dos anarquistas opositores à intervenção como foi o caso de Emílio Freitas da Silva, António Casimiro da Silva, José dos Reis Couto ou Sabina Lopes Condeça (1888-1977).

Perante os protestos contra a guerra, a 4 de maio de 1916 foi publicado um decreto que sujeita à jurisdição militar actos e factos de natureza civil que "por qualquer meio de propaganda subversiva verbal ou escrita, pública ou clandestina, aconselhem, instiguem ou provoquem os cidadãos portugueses ao não cumprimento dos seus deveres militares , ou ao cometimento de actos atentatórios da integridade e independência da Pátria". Os anarquistas eram os visados. Apesar das proibições a luta prosseguiu contra a guerra-especulação-miséria. No dia 18 de Setembro os mineiros de S. Pedro da Cova invadiram a cidade do Porto , no "Cortejo da Fome". Um jovem anarquista - Alves da Silva que liderava o protesto acabou morto pela polícia. (*Luta Social,* nº.1, 20/03/10917). Ainda no

Porto, 9 de Outubro de 1916 foram assaltadas esquadras da policias, registando-se muitas prisões e alguns mortos. A partir de Setembro de 1916 sucederam-se a luta dentro dos quartéis (levantamentos de rancho, insubordinações, deserções..), assim como greves em estabelecimentos militares, incêndios ou recusas de embarques.

As lutas no ano de 1917 não foram menores do que no ano anterior. A revolta estendeu-se ao “Corpo Expedicionário “ em França.

Desde 1914 que a fome vinha a alastrar pelo país. Neste ano, assistiu-se no Porto, em Setembro, aos primeiros assaltos a estabelecimentos de víveres. Depois de 1916, este movimento adquiriu uma dimensão nacional, acompanhado do uso de bombas e confrontos com a policia. Em Setúbal, para além dos assaltos a estabelecimentos, as deserções foram muito expressivas. O Governo em março de 1916 desencadeou uma feroz repressão contra a UON. Em Lisboa, no ano seguinte, dispararam os assaltos a armazéns de alimentos (12 a 20 de Julho) e acentuou-se a ferocidade na repressão policial. A UON finalmente a 18 de Novembro de 1918, resolve promover uma greve geral de protesto.

Depois do armistício prosseguiu a propaganda anti-militarista. Era evidente que uma nova guerra mundial iria acabar por surgir. Em 1919 o soldado Roque foi preso por durante a greve geral dos ferroviários andar a distribuir panfletos anti-militaristas (*A Batalha,* nº148, 24/07/1919). António M. Peixe era preso em Almada pela mesma razão. O mesmo motivo em Setembro justificou a prisão de mais de cem jovens das Juventudes Sindicalistas.

O antimilitarismo afrontava directamente dois valores centrais dos republicanos: nacionalismo e militarismo.

O nacionalismo republicano apoiava-se também numa alegada missão transcendente que o país possuía: a criação de um "Império Espiritual", ideia cara à maçonaria e que iria ser tematizada pela chamada "filosofia portuguesa". Tratava-se no discurso ideológico que negava uma abordagem frontal dos atrasos estruturais do país. O internacionalismo e antimilitarismo dos anarquistas ao combater abertamente estes valores despertava o ódio dos republicanos e outras forças conservadoras. O medo de perder as colónias aumentou a onda nacionalista ganhando crescente apoio os discursos patrioteiros, xenófobos e racistas. Entre as publicações antimilitaristas deste período destacamos: *A Guerra*, S. Pinho (1912)

A Primeira República deu aos militares um enorme poder, através da militarização da sociedade, para o qual contribuiu o estabelecimento das serviço militar obrigatório, que durante a Grande Guerra levou à mobilização de um terço da população masculina com idade para combater. Durante os dezasseis anos que durou o regime tentaram também resolver os problemas sociais através de intervenções militares que não tardaram a banalizar-se. Neste período ocorreram **42 golpes militares**, incluindo as incursões monárquicas. O golpismo acentuou-se depois da Grande Guerra. Entregaram a administração das colónias aos militares. Depois de 1918 a sua presença nos diversos governos foi-se acentuando. Até 1926 doze dos vinte e seis Ministérios (46%) eram presididos por militares, no período anterior (1910-1918) o seu número foi muito inferior (15%) (39). A 28 de maio de 1926, como veremos, instauraram durante sete anos uma Ditadura Militar.

Anticolonialismo

Em Portugal, os anarquistas denunciavam a barbárie cometida pelos europeus nas colónias, assim como a sua independência. Emílio Costa, por exemplo, em 1902 num jornal anarquista de Portalegre, *O Amigo do Povo* desmonta a argumentação patriótica e civilizadora da posse destes territórios. Neste domínio a **rotura** dos anarquistas com as posições colonialistas dos socialistas e republicanos era completa.

Em Moçambique os anarquistas organizaram os operários do porto e dos caminhos de ferro, de forma a lutarem por melhores condições de vida, preparando-os para a sua emancipação e independência do território. Desde 1897 mantinham uma ativa imprensa, sendo de destacar neste período os seguintes jornais: *Os Simples* (1911-1913), a que se seguiu *O Germinal* (1914-1918), onde se sobressaíram militantes como Pedro de Melo (tipógrafo) e Eduardo Carlos Pereira (electricista dos caminhos de ferro). Sucedeu-lhes *O Emancipador* (1919-1937) que seguia os mesmos princípios do jornal *A Batalha* da CGT (39.1).

Em 1917, por exemplo, a 2ª. Conferência Socialista Interaliada em Londres, contou com a presença de representantes do Partido Socialista (PS). Um dos temas em debate era a questão das colónias. O representante do PS que estivera em Londres, numa reunião em Lisboa relatou a forma empenhada como o partido havia defendido as colónias de Portugal (40). *A Sementeira* arrasou esta posição hipócrita dos socialistas, num artigo intitulado "Liberdade dos Povos":

"Independência dos povos, direito dos mesmos a disporem de si próprios, guerra pela liberdade, pela democracia… Isto, porém, não se aplica às colónias, ao "império além-mar", ao "património colonial", cujos povos ainda menores e incapazes de se governar, devem continuar sujeitos à autoridade paternal… que não tem pressa de os emancipar, nem de os habilitar a isso." Prossegue a revista anarquista: nesta conferência, a delegação portuguesa esqueceu-se da democracia, do socialismo, da independência dos povos. "Foi (a Londres) para defender o que é "nosso", a "herança dos nossos maiores", a nossa propriedade…", *A Sementeira*, Novembro de 1917.

Carlos Rates, primeiro-secretário do PCP, num dos seus decretos para a Ditadura do Proletariado em Portugal, aceitava a escravatura dos povos da colónias e a possibilidade das mesmas serem vendidas para saldar a dívida pública portuguesa. Não era caso único entre os comunistas: o Comité Executivo dos partidários da ISV" acusa a CGT de descurar a perda das colónias (*A Internacional*, nº53, 28/11/1925). A posição anticolonialista dos anarquistas nunca vacilou.

Mário Domingues, aderiu ao anarquismo em 1919, e desde logo começou a escrever para n´*A Batalha*, artigos sobre contra o colonialismo, o racismo e a emancipação feminina. Em 1922, lançou uma campanha de defesa da independência de Angola, Moçambique e outras colónias portuguesas (41). Participou ativamente na imprensa africana editada em Lisboa, chefiou a redação de *A Voz D`Africa*, e do *Tribuna D`Afric*a, e dirigiu *Africa Magazine*. Fundou em Lisboa uma organização de jovens para pugnar pela descolonização. No Congresso da CGT, em 1925, a questão da escravatura em África, a necessidade de uma organização dos negros para a sua libertação é amplamente discutida, sendo aprovada uma revolucionária moção estratégica para a sua revolta nas colónias portuguesas. Mário Domingues publicou importantes obras literárias onde era denunciando o racismo, como *O Preto do Charleston* (1930) e *Má Raça* (1932) (42).

Mário Castelhano nos três anos que viveu deportado em Angola (1927 - 1930) deixou-nos um retrato, que tem sido injustamente ignorado, sobre a condição dos negros neste

território, e o que devia ser feito para a sua emancipação e independência. A obra - *Quatro Anos de Deportação* foi escrita em 1931, mas só foi publicada em 1975. Ainda sobre o colonialismo de Angola. Arnaldo Simões Januário, em plena Ditadura Militar conseguiu publicar na revista *Aurora* (1930) uma série artigos sobre a brutalidade do colonialismo neste território, os quais infelizmente não puderam ter continuidade. A revista foi proibida e as suas instalações assaltadas pela polícia.

Esperanto

As posições cosmopolitas e pacifistas dos anarquistas levou-os a abraçarem desde muito uma língua universal que se dera a conhecer em 1887. Em 1909 surgiu no Porto a primeira publicação esperantista *Portugala Revuo*, e logo de seguida o Grupo Novos Horizontes de Algés, dinamizado por Augusto Machado estava a editar a revista Universal em língua de Zamenhof. O crescimento do movimento após a implantação da Republica foi acompanhado de um enorme entusiasmo pela difusão do esperantismo. Multiplicam-se os cursos e os meios de aprendizagem. A. Pimentel e Alberto Pedro da Silva editaram uma livro destinado à aprendizagem desta língua. Em 1919 foi criada a Federação Esperantista Operária (*Portugala Laborista Esperanto- Federacio*), cujo orgão "Laboro" (Lisboa, 1920) era animado entre outros por Abílio Ribeiro e Adolfo Nunes. Entre os muitos grupos anarquistas esperantistas por todo o país, registamos "La Vero" que procurava difundir esta língua no meio operário, publicou o jornal *La Vero* (nº1, janeiro de 1922).

A neutralidade assumida pelo esperantismo foi cedendo lugar a movimentos comprometidos com a luta contra os nacionalismos e a emergência de regimes ditatoriais. O Partido Comunista da União Soviética não tardou também a procurar controlar as organizações esperantistas. Em 1923 surgia na Russia um planfleto onde se afirmava que os anarquistas e os sociais-democratas eram mais perigosos que a burguesia declarada (43). As divisões entre os esperantistas não tardaram a acentuarem-se, contribuindo para o crescente declínio. Dado o carácter internacionalista, mas também anti-militarista deste movimento tornou-se um alvo a abater. A Associação Esperantista foi oficialmente proibida em 1936. Apesar da proibição, o ensino do esperanto continuou na clandestinidade e ainda nos anos quarenta os anarquistas editaram um jornal esperantista clandestino.

Vegetarianismo, Naturismo e Defesa dos Animais

Defensores de uma relação harmoniosa com a natureza, muitos foram os que se envolveram na propaganda por novos hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis, prefiguradoras de uma sociedade mais livre e pacifica (44). Era notória a influência do anarquismo de Leon de Tolstói.

Entre os militantes que abraçaram a causa do vegetarianismo destacou-se Ângelo Jorge, diretor de *O Vegetariano* (1909-1935), Amilcar de Sousa e Luciano Silva.

Ângelo Jorge (1883-1922), em 1912, publicou um dos raríssimos textos “utópicos” da literatura em Portugal: *Irmânia*, uma “Novela Naturista”(45).

Entre os militantes defensores do Naturismo, destacaram-se Manuel Rodrigues, Celso Ferreira Xavier, José Peralta e Gonçalves Correia que participou no I Congresso Vegetariano e Naturista da Península, que ocorreu em Lisboa em Junho de 1919, com a comunicação "Naturismo e Comunismo: uma aliança sagrada". A Costa da Caparica era um dos locais de eleição de encontro de libertários e da prática de nudismo até ao final

dos anos quarenta. Pugnando por uma vida saudável não é de estranhar que no edificio da sede da CGT funcionasse a Associação Anti-Alcóolica Operária.

Apostados numa mudança de mentalidade advogavam uma outra relação com a natureza, incluindo os animais. Neste sentido opunham-se também ao sacrifício e morte de animais para diversão, como as touradas. Prova disso foi a publicação do texto da conferência intitulada “A Acção Dissolvente das Touradas” proferida na Associação de Classe de Empregados de Escritório por Vitória Pais Freire de Andrade em 1925. Um vasto número de apoiantes (grupos anarquistas, CGT, sindicatos, universidades populares) apelaram à sua ampla difusão, como veio a acontecer.

Urbanismo e Inquilinato

Élisée Reclus e P. Kropotkine na esteira de Pierre Joseph Proudhon criticaram as condições degradantes em que os trabalhadores viviam nas cidades e a destruição da natureza que a expansão desordenada das cidades estava a provocar. Preconizam uma nova concepção urbanística, assim como uma mudança na relação dos seres humanos com a natureza. Estão na base da chamada cidade-jardim defendida por Ebenzer Howars (46), cujos discípulos tiveram uma enorme influência sobre os primeiros urbanistas portugueses como Faria da Costa.

Um dos principais problemas com os operários se debatiam eram as degradantes condições de habitação, as rendas elevadíssimas relativamente aos salários que recebiam. A situação agravou-se depois da primeira mundial com o aumento da migração dos camponeses para as cidades.

A especulação imobiliária levava a violentos atos de revolta contra os especuladores, como foi o caso praticado pelo corticeiro José Manuel, autor em 1922 de um atentado contra o proprietário das barracas da Rua Tomás Ribeiro, em Lisboa. Homem solidário acolhia na sua modesta casa um dos filhos dos mineiros grevistas de Aljustrel. Não suportou assistir à expulsão de cento e cinquenta inquilinos por um senhorio que usava mandatos falsos para o fazer. Uma indignidade que o Estado não punia, mas para a sua consciência de anarquista era insuportável (47).

Esta questão era uma das preocupações dos anarquistas e do movimento sindical estando envolvidos na organização e na luta dos inquilinos, nomeadamente na criação da Associação dos Inquilinos Lisbonenses (1924).

Cooperativismo

A criação de cooperativas, nomeadamente de consumo, esteve sempre nas preocupações dos anarquistas desde os seus primórdios em Portugal. Desde o século XIX que as cooperativas eram encaradas como meios de libertação dos trabalhadores, ao criarem na economia de mercado formas alternativas de crédito, consumo e produção. Charles Gide sistematizou em 1889 no programa das três etapas (48) as ideias de transformação social pacifica através das cooperativas, concepção que teve a sua expressão na "república de cooperativas" (Ernest Poisson,1920). Estas ideias que foram adoptadas e difundidas por anarquistas como Daudé-Bancel (Antoine Doudé Achile, 1870-1963). A verdade é que as cooperativas raramente saíam da esfera reformista, forçadas a adoptar métodos de gestão próprios de empresas capitalistas para poderem sobreviver. O número de cooperativas rondava as quatro centenas, quando em Lisboa se formou a Federação Nacional de Cooperativas (1920) que editou o jornal *Ação*

Cooperativa (1922-1925). No Porto criou-se a Sociedade Cooperativa União Central de Abastecimentos (1922). Os socialistas mais do que os anarquistas estavam particularmente envolvidos neste movimento.

No entanto, a difusão da ideia que a organização sindical (vertical e horizontal) poderia gerir todo o consumo e produção numa sociedade futura acabou por secundarizar o papel revolucionário atribuído às cooperativas.

A sua função para uma transformação social foi abordada na obra de Campo Lima - *A Revolução em Portugal* (1925), onde repetia as criticas que eram feitas às cooperativas: a maioria não se distingue de empresas capitalistas no seu funcionamento, nomeadamente na distribuição desigual dos dividendos entre os associados, etc. Apesar destas e outras críticas não deixou de atribuir às cooperativas um papel importante, nomeadamente numa fase transitória de um processo revolucionário.

Comunas Anarquistas

As primeiras experiências de criação de comunidades livres de preconceitos e segundo princípios libertários remonta ao século XIX. Giovanni Rossi entre 1878 e 1891 publicou cinco livros intitulados *Une commune socialiste*, nos quais descreve uma imaginária comunidade libertária e coletivista. Em 1887 fundou uma Colónia Agrícola em Itália, mas a sua principal realização foi a célebre colónia Cecília (1890-1894) na cidade de Palmeira, estado do Paraná no Brasil. Theodor Hertzaka (1845-1924), numa altura que o anti-semitismo estava em crescendo na Austria sonha criar em Africa um colónia (1890). William Lane da partiu Austrália para o Paraguai com o objectivo de fundar uma comunidade denominada Nova Austrália (1896).

Em Portugal, o primeiro anuncio para a criação de uma comuna anarquista data de 1911, a instalar no sul de Angola (*Germinal*, 349, 4/02/1911). A ideia de vida em comunidade segundo princípios libertários ganhou raízes (49). A primeira tentativa foi uma "Colónia Anarquista Agrícola" fundada em 1913 por grupos de Chaves e de Vidago (1913) cujo principal dinamizador foi Carlos Nobre. Este, pouco depois com António Gonçalves Correia (1886-1967)(50) fundou a *Comuna da Luz* (1917-1918), numa área de 3km2 no Vale de Santiago, em Odemira. No jornal *A Questão Social* de Cuba, em 1916, revela que a mesma contava com “cinco dezenas de comunistas, entre mulheres, homens e crianças”. Possuía uma só cozinha, um grande refeitório, onde ele próprio era o cozinheiro (nº.6, 6/02/1916). Face a críticas que lhe foram colocadas por Miguel Correia sobre as “comunas livres” nesta sociedade, respondia era uma forma de “comunismo prático” e “como não há possibilidade de viver sem ideal, eu farei o que puder, dentro do campo que escolher para que esse ideal se realize.,” (nº8, 20/02/1916). A polémica persistiu Comuna ou Cooperativa? *O Rebelde* de Beja afirma que se tratava de uma cooperativa (nº.8,10/10/1918), n`*A Sementeira* Gonçalves Correia diz o contrário, acrescentando nela já nascera um “homem novo”: um filho.

Os latifundiários alentejanos acusavam a Comuna de ser um esconderijo de bandidos, uma campanha difundida pelo jornal *A Folha de Beja.* A partir de 1918, como veremos, foi acusada de ser um covil de bolchevistas. A comuna foi extinta neste ano e Gonçalves Correia preso.

Quando saiu da prisão envolveu-se com Jorge Campelo na aquisição de um vasto terreno em Albarraque (Sintra) para a criação da Comuna Clarão (1922). O projecto que fora

idealizado falhou, mas no local manteve-se até aos anos quarenta, sob diversas formas, a ideia de vida comunitária, livre e solidária (51).

Cultura Científica e Artística

A enorme influência de E. Reclus e Kropotkine, dois cientistas, no anarquismo em Portugal traduziu-se na crença que a difusão dos conhecimentos científicos constituía um importante contributo para a criação de novas mentalidades mais livres e insubmissas. A imprensa anarquista está repleta de biografias de cientistas e textos de divulgação científica. Reflectem uma crença no poder libertador da ciência que iria progressivamente desaparecer, depois da Primeira Guerra Mundial quando se constatou que muitos cientistas tinham estado envolvidos no fabrico de armas de destruição em massa. A cultura artística foi outro campo de acção muito valorizado pelo anarquismo. A arte e a educação artística faziam parte integrante do processo libertador do indivíduo.

A figura do anarquista revolucionário (Bakunine), bombista (Ravachol), sábio (Kropotkine) ou pacifista (Tolstoy) inspirou muitos romances, poemas ou canções nas primeiras décadas do século XX. Um livro saiu fora destes esteriótipos: O *Banqueiro Anarquista (1922)* de **Fernando Pessoa** (52). Trata-se de um exercício literário que procura explorar imaginárias contradições do anarquismo. Os seus textos sobre anarquismo revelam um observador atento da dupla dimensão universal e individual do anarquismo.

Raul Brandão após ter escrito o artigo “Anarchismo” (*Revista D`Hoje*, 1894) revelou-se sempre próximo do anarquismo, como uma “forma de sentir” as injustiças sociais, uma “ilusão” inspiradora, como aparece refletido em obras como *O Doido e a Morte*, *Os Pobres*, *Os Operários*, *O Gebo e a Sombra, Jesus Cristo em Lisboa* (em colaboração com Teixeira de Pascoais) ou quando escreveu sobre a Comuna alentejana de Gonçalves Correia (53).

Á semelhança do que acontecera durante o regime monárquico, muitos foram os intelectuais e artistas que durante pelo menos numa fase da sua vida, defenderam o ideário anarquista, como foi o caso de Lopes Oliveira, Manuel Laranjeira, Manuel António Ribeiro, Ferreira de Castro, Mário Domingues (1899-1977), Ângelo Jorge, João Vieira Alves (1904-1971), Aquilino Ribeiro, José Soares Lopes (1912-1962), etc.

A implantação da ditadura em 1926 levou alguns destes intelectuais e artistas a afastarem-se do movimento anarquista, sobretudo a partir do anos trinta quando a repressão se tornou particularmente sanguinária.

Na **pintura** e no **desenho** destacaram-se neste período Cristiano de Carvalho (1876-1940), Stuart de Carvalhais (1887-1961) entre outros. A influência do anarquismo não se fez sentir directamente no movimento modernista em Portugal. A explicação que já foi dada reside no facto de artistas como Amadeo de Sousa Cardoso ou Santa Rita Pintor terem apenas “captado as formas e o estilo” dos movimentos de ruptura internacional, mas não as ideias que os sustentavam. Apenas Fernando Pessoa que se aproximou dos anarquistas foi capaz de assumir em termos conceptuais um destes movimentos: o futurismo.

Os anarquistas cedo viram no **Fado**, como expressão urbana e popular, uma meio de luta social dos oprimidos, uma posição defendida por Avelino de Sousa, tipógrafo anarquista, na sua obra "O Fado e os seus Censores" (Lisboa, 1912). Entre os fadistas e letristas que se destacaram no chamado "Fado Anarquista" contam-se João Black (João Salustiano

Monteiro, 1872-1955) e Joaquim de Campos (1911-1981). Entre as publicações relevantes deste período destaca-se *Fado Livre Racional* (1914),

O movimento teatral libertário expandiu-se enormemente depois da implantação da República graças ao empenho das organizações sindicais. Em parceria com a Escola-Oficina nº1, dirigida Adolfo Lima, registe-se a criação da Escola-Teatro Araújo Pereira (1924-1926) que contou com a colaboração César Porto, tendo-se distinguido entre nós na renovação estética teatral.

Falta uma análise sistemática às peças de dramaturgos anarquistas, tais como: Ernesto da Silva; Adolfo Lima; Campos Lima; Manuel Laranjeira (?-1912), autor do célebre prólogo dramático *O Amanhã;* Teixeira Jorge Fernandes (1898-1975), autor das peças *Gatunos de Luva Branca* e *A Escumalha* (1923) entre outras.

Entre as diversas publicações registamos: *Cultura Popula*r (Março de 1919), boletim do Ateneu Popular em Lisboa.,

Stirner - Nietzsche

Os ecos das ideias de Nietzsche aparecem em Portugal, a partir do início dos anos noventa do século XIX. Foi desde logo associado ao anarquismo e depois a Max Stirner (54). O seu primeiro texto publicado no país um extracto de *O Anticristo* apareceu numa revista anarquista: *A Vida* em 1907. O vasto grupo de intelectuais em finais da monarquia fizeram nesta corrente o seu "tirocínio revolucionário", como Sampaio Bruno, Ângelo Jorge (1883-1922), Alfredo Pimenta(1882-1950), Leonardo Coimbra (1883-1936), Jaime Cortesão (1884-1960), Manuel Laranjeira (1877-1912) e divulgaram-no no seio do anarquismo individualista. O seu discurso era particularmente sedutor para os meios libertários pela sua apologia do indivíduo livre que não se assume nem como mestre, nem como escravo, numa negação radical dos valores sociais, da moral tradicional (cristianismo), do Estado e de tudo o que o impede o indivíduo de manifestar a sua energia vital. Conhecidos anarquistas como Rudolf Rocker ou Ema Goldman salientaram-se igualmente na divulgação da filosofia nietzscheana.

Apesar de um melhor conhecimento que foi sendo adquirido da obra de Nietzsche, manteve-se ligação ao anarquismo individualista de Stirner. Em 1921 surgiu no Porto o primeiro jornal desta corrente que se reclama de Stirner e Nietzsche: *Refractários (* nº1, 12/11/1921) (55), quinzenário individualista - anarquista, com o lema "fora da lei de deus e de leis dos omens." Era animado por José Franco (-1951), Juliano José Ribeiro, Délio Vouga, Luciano do Rio, mas indicam-se também outros colaboradores: Luiz Casanova (Dr.), Costa Iscar, Cristiano de Carvalho, André Lorulot (1885-1863, francês) e Henry Zisley (francês). O jornal, contrariando o discurso habitual nos jornais libertários, ataca as multidões, embrutecidas e gregárias, onde afirma "os reacionários encontrarão as suas maiores energias" para a ascensão dos ditadores. Acusa o comunismo "bolchevista" ou o da "Batalha" de ser uma "nova escravidão", ao prometer impor uma igualdade económica, um modelo estático. O único principio aceitável seria a defesa da liberdade individual. Apoiando-se em Nietzsche, os seus redactores, recusam estar a defender uma nova "aristocracia". O "super-homem" nietzscheano era somente aquilo a que todos os homens deviam aspirar: superarem-se a si próprios, ultrapassarem tudo aquilo que os impedia de serem únicos, plenamente livres. O individualismo de Proudhon foi acrescentado a um discurso inspirado em Nietzsche e Stirner. O movimento libertário recebeu com indiferença este jornal.

Direitos Humanos

A afirmação que todos os seres humanos possuem um conjunto de direitos naturais invioláveis está na base do anarquismo. John Locke raramente é citado nos textos anarquistas, o que não acontece com os princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que se tornaram referências fundamentais nos textos teóricos. Bakunine, como vimos, procurou fundamentar os direitos na natureza dos seres humanos retirando-lhe toda a carga mística, tornando-os em armas na luta contra a tirania e arbitrariedades dos governos.

O primeiro obstáculo a ultrapassar foi desligar estes direitos do quadro do direito de cada Estado particular ao qual estavam confinados, dando-lhes uma efectiva dimensão universal e radicalidade que ultrapassava os quadros jurídicos nacionais. Contra esta expansão se insurgiam as forças conservadoras. No Congresso da Juventude Católica, um jovem e futuro ditador - Oliveira Salazar - proferiu a 22 de Abril de 1914, uma conferência sobre "A Democracia e a Liberdade", convertendo-se foi líder dos estudantes católicos (56). Considerava que os Direitos Humanos estavam "falidos, eram inúteis e ultrapassados. A "Liberdade" era definida por cada Estado e ao mesmo subordinada. A "Igualdade" devia ser substituída pela "Desigualdade" porque esta estimulava a competição. A "Fraternidade" um vago sentimento religioso e pouco mais. Um ataque aos direito humanos idêntico ao que será feito nos anos vinte, como veremos, pelo Partido Comunista Português.

O segundo obstáculo era legitimar, em nome dos direitos humanos (universais), o dever ético de intervir contra as injustiças independentemente do país onde as mesmas eram cometidas, acabando com a indiferença com que eram encaradas. Uma indiferença justificada muitas vezes em nome do "respeito" por uma dada cultura (costumes, tradições). Uma intervenção fundada no seguinte princípio: "Não deixes fazer aos outros aquilo que não querias que te fizessem". Uma dimensão revolucionaria que Kropotkine fundamentou e enfatizou na sua moral. Combates que continuam a ser travados e que norteiam o movimento anarquista atual.

Não é pois de estranhar que os anarquistas em Portugal estivessem ligados à criação da Liga do Portuguesa de Defesa dos Direitos do Homem (1907) e depois à Liga Portuguesa dos Direitos do Homem (Abril de 1921) que contava entre os seus membros como Manuel Joaquim de Sousa.

Anarquistas e Socialistas

Desde 1896, como vimos, os socialistas liderados por Azedo Gneco para conseguirem chegarem ao parlamento afastaram-se progressivamente do movimento operário, acabando por condenar as greves. Enquanto nos comícios atacavam os governos monárquicos, nos bastidores andavam com os mesmos envolvidos. Azedo Gneco em 1900 foi acusado de receber dinheiro do Conde Burnay. Após a proclamação da República foram encontradas cartas de Alfredo Aquiles Monteverde no Palácio Real onde relatava encontros de conluio com o líder dos socialistas (57).

Depois da implantação da República, o PSP procurando algum reconhecimento internacional passou a cumprir ordens vindas do Partido Social-Democrata Alemão. Quando em Fevereiro de 1912 em Lisboa foi declarada uma greve geral de solidariedade com os trabalhadores de Évora, o PSP atacou os grevistas.O partido recebera ordens de Berlim para o fazer (58). Pouco antes do início da Primeira Mundial o partido alemão

reforçou o seu controlo do PS, com a presença de destacados dirigentes em Lisboa. Financiou a campanha eleitoral de 13 de Junho de 1915, na qual conseguiu eleger um deputado pelo círculo do Porto (59). A participação de Portugal na guerra contra a Alemanha quebrou esta ligação. Procurando arduamente lugares para as suas clientelas, em 1918, os socialistas passam a fazer parte de um governo burguês. Uma participação que contrariava o regulamento interno do partido, provocando a saída de muitos militantes.

Num completo desnorte, no Congresso da Figueira da Foz (1919) e no congresso extraordinário (1920) consagrou a participação nos governos burgueses, aprovou também a adesão à IIIª. Internacional para se colocar às ordens de Moscovo. Uma posição servilista que se apressou também a tomar o PCP (1921), para se assumir durante décadas como o mais fiel dos partidos às ordens do Partido Comunista da União Soviética.

A estratégia do PSP depois da criação da CGT foi aliar-se a outros partidos políticos, como o PCP ou o PRP para destruir esta central sindical criando outra sob o seu controlo. Um objectivo que aumentou a sua irrelevância.

Não era fácil o combate travado pelos anarquistas dada a confusão provocado pelos socialistas no movimento operário, conduzindo ao descrédito das ideias socialistas e à apatia.

Anarquistas e Comunistas

A revolução Russa de Outubro de 1917 (45) foi saudada com enorme entusiasmo pelos anarquistas, porém um grande número estava equivocada sobre a natureza do novo regime. Os "sovietes" eram entendidos como unidades autónomas autogestionárias, livres e igualitárias. Um equivoco que durou alguns anos. Foram muitas as manifestações de solidariedade com a revolução russa até à rotura definitiva em 1922 (61).

Os governos republicanos, o patronato e a Igreja Católica rapidamente perceberam que podiam usar usar o pretexto dos sovietes para reprimirem os anarquistas e o movimento sindical. Tratava-se de impedir a sua manifestação no país.

A *Folha de Beja,* a 19/12/1918, num artigo intitulado "Os Sovietes do Vale" descrevia e apoiava a brutal repressão dos trabalhadores rurais do concelho de Odemira, por parte de milicias armadas de latifundiários com militares. Os trabalhadores haviam aderido à greve geral decretada pela UON a 18/11/1918 contra carestia de vida. Por todo o concelho os trabalhadores e os seus familiares foram espancados, presos e 30 dos mais ativos degredados para Angola, sem culpa formada: 12 de Odemira, 18 da Aldeia do Vale de Santiago e do lugar da Parreira, o seu regresso só ocorreu a 8/09/1919, tendo falecido Romão Farrapo (62). Gonçalves Correia embora estivesse em Beja também foi preso na estação dos caminhos de ferro. O jornal *O Rebelde* de Beja (nº11, 0/12/1918), amplamente censurado sobre esta prisão conclui: “Enfim, seja tudo levado em conta da sua paciência evangélica e santa” (63).

A Igreja Católica não tardou também a difundir a ideia que os anarquistas eram no fundo "bolchevistas" e pretendiam fazer em Portugal aquilo que estes faziam na Rússia. Em Braga, a cidade dos arcebispos, em 1919 ocorreu a primeira "caça" aos "bolchevistas". O operário Manuel Martins, por falar em greves, acabou preso durante 32 dias, sem nenhuma outra acusação que não fosse a de ser bolchevista. A "caça " era praticada

pelos padres nas homilias durante as missas, fomentando o ódio contra as ideias revolucionárias (64). Na greve de 1921 de jornalistas, tipógrafos e distribuidores de jornais que ocorreu em Lisboa, a imprensa de direita sustentou o mesmo tipo de associação: os anarquistas eram bolcheviques. A greve pretenderia acabar em Portugal com a Liberdade de imprensa como os bolcheviques haviam feito na Rússia. Para provocar divisões no movimento libertário relatavam a execução de anarquistas na Rússia pelo Partido Comunista Soviético. Argumentos que justificavam a repressão dos grevistas (65).

Federação Maximalista Portuguesa. É neste contexto de confusão ideológica que um grupo de anarquistas entusiasmados pela Revolução Russa, entre os quais se destacavam Manuel António Ribeiro (1878-1941)(66) e António M. Peixe, fundaram em 1919 a Federação Maximalista Portuguesa (FMP), "dentro dos princípios anarquistas e sindicalistas que os seus militantes sempre professaram e continuam a professar", como declaram no número 1 no jornal *A Bandeira Vermelha* (5/10/1919-19/06/1921) (67), orgão da FMP. Defendem que não existe diferenças entre o sindicalismo revolucionário e o sovietismo (*A Bandeira Vermelha*, 1/11/19019). A futura organização social após a tomada do poder assentaria numa república federativa de conselhos operários e camponeses. A FMP a par da propaganda sobre a Rússia dos sovietes divulgava igualmente as ideias anarquistas. *A Bandeira Vermelha* era distribuída e vendida por todo o país por militantes anarquistas. Muitos foram presos, como foi o caso de Pedro de Assunção e José de Almeida do Núcleo Anarquista de Coimbra quando distribuíam nesta cidade o jornal (*A Bandeira Vermelha*, 7/10/1919). Organizavam festas e reuniões para angariar dinheiro para publicar o jornal (68). O Esta confusão era alimentada por artigos traduzidos de jornais como o *Pravda*, onde se afirmava que na Rússia "o comunismo-anarquista realizava-se à sombra das instituições sovietistas" (*A Bandeira Vermelha*, 1/02/1920).

A FMP através do seu orgão de imprensa cumpria a missão de divulgar e defender a revolução russa e outras revoltas como a espartaquista (5/01/1919), na qual foram mortos Rosa Luxemburgo e Karl Liebjknecht entre outros.

Este jornal não tardou a reflectir a separação de águas entre anarquistas e comunistas, quando começou a publicar em Maio de 1920 uma série de artigos traduzidos da imprensa comunistas internacional em que se atacava o anarquismo. O apoio prestado ao jornal pelos anarquistas desapareceu. O grande ponto de discórdia era a **Ditadura do Proletariado**. Os acontecimentos da Rússia mostravam que não passava de uma nova tirania exercida por um partido político em nome dos operários e camponeses. Carlos Rates ainda publicou nesta ano a sua conhecida obra "Ditadura do Proletariado" , na qual sustentava que a Ditadura do Proletariado seria dirigida pela CGT ! Uma Ideia não tardou a abandonar depois da fundação do PCP.

Revolução Imediata. O exemplo da Revolução Russa em que ocorreu uma rápida mudança de poder, entusiasmou a maioria dos membros da FMP a defender uma "**revolução imediata"** em Portugal. Estaria a CGT à altura de a fazer? De organizar uma greve geral revolucionária capaz de operar uma mudança social tão imediata como a que ocorrera na Rússia ? A experiência da CGT em França mostrava que estas centrais sindicais se revelavam insuficientes para esta tarefa.

A questão de fundo era todavia outra: Poderia ocorrer em Portugal uma revolução independente do contexto internacional?. A antiga concepção, apoiada em Kropotkine, era que a revolução social teria que começar num país de grande dimensão, e a partir deste alastraria a outros de menor dimensão. Caso contrário as insurreições estariam condenadas ao fracasso.

Os membros da FMP, pelo contrário, defendiam a ideia de que era possível fazer uma "revolução imediata" Portugal. **Sobral de Campos**, em 1919, critica aqueles que sustentavam que se devia apenas preparar os trabalhadores para darem continuidade à grande revolução que um dia chegaria ao país vinda do exterior. E se em Portugal houvesse uma insurreição movida pela fome e a miséria? Teriam que esperar ? (artigo *A Revolução da Fome*, *A Batalha*, nº. 57, 21/04/1919. **António Peixe** respondia aos cépticos advogando uma revolução ibérica (*A Bandeira Vermelha*, 23/11/1919), procurando ultrapassar a questão da pequena dimensão do país. **Clemente Vieira dos Santos**, atacava todos os que não acreditavam numa revolução imediata: "Não é verdade que há revolucionários que discordam da revolução em Portugal, só porque ele é pequeno e corre os riscos dum bombardeamento da esquadra inglesa e d`uma invasão das tropas espanholas? Nem que o revolucionário estivesse a discutir esses assuntos. O revolucionário, quando se lança na luta, é com fé e com a esperança de que ganhe a partida, de que alcance a vitória; é com a fé e com a esperança de que o povo o secunde, de que seus exemplos sejam apoiados pelos nacionais e pelos internacionais. Em 93, a França fez a revolução na esperança de que o mundo a seguisse. Nos nossos dias, a Rússia faz a revolução, na esperança de que a Europa a secundam, para quem apelou" (*A Bandeira Vermelha*, nº34, 20/06/1920). No ano seguinte, o jornal nega o "preconceito do figurino exterior", isto é, que a revolução em Portugal tinha que vir de fora (*A Bandeira Vermelha*, nº55, 17/04/1920).

A questão prosseguiu mas num outro contexto. Após um período interregno, *A Bandeira Vermelha* ressurge a 17/04/1921 (nº55), e noticia a constituição do Partido Comunista Português e que desde logo desencadeia um combate feroz contra os anarquistas e a CGT.

O **Partido Comunista Português** (PCP) foi fundado a 6 de Março de 1921 na sua maioria por ex-militantes anarquistas que continuavam entusiasmados com a revolução russa. O comunismo-marxista continuava a ser apresentado era uma nova versão atualizada do anarquismo corrigido nas suas "insuficiências", como os acontecimentos na Rússia, na Ucrânia e em Berlim tinham mostrado ser necessário. A Ditadura do Proletariado uma necessidade histórica. Na sua fundação foi beneficiado por uma cisão no Partido Socialista, liderada por José Pires Barreira que trouxe para o PCP toda a Juventude Socialista da qual era dirigente. José de Sousa, secretário das Juventudes Sindicalistas, aderiu também ao PCP levando consigo muitos jovens adeptos da "Revolução Imediata".

A questão da revolução em Portugal continuou a estar no centro dos debates. Era possível ? Teria que vir de fora? **José de Sousa** (69) sem hesitações defendia a revolução imediata num só país, como Portugal, evocando em sua defesa Bakunine (*O Comunista*, 13/11/1921). Neste debate que se arrastou por vários anos, interveio também o secretário-geral do PCE R. Marino Garcia. Defendeu todavia que para a revolução vitoriosa a mesma teria que ser ibérica, nem Espanha vou Portugal isoladamente o poderia fazer com êxito, daí propor a formação de um Partido Comunista Ibérico (*A Bandeira Vermelha*, nº 55, 24/04/1921).

Carlos Rates que aderira ao PCP, como membro fundador, opunha-se à ideia da revolução em Portugal isolada de um contexto internacional, defendendo que seria um "desastre", uma "quimera" (*A Bandeira Vermelha*, 55, 24/04/1921). Afasta esta hipótese de forma ainda mais explicita: "A questão duma revolução isolada de carácter proletariano em Portugal, deve ser posta absolutamente de parte por insustentável. Porém, o Estado

de agitação crescente da Europa, tornam perfeitamente viável uma ação combinada com os camaradas espanhóis" (*O Comunista,* 2, 10/06/1923).

O PCP afastava-se assim das posições defendidas pela FMP e adopta a posição da maioria dos anarquistas. A maioria dos anarquista continuava a defender que a revolução em Portugal só seria possível num contexto revolucionário internacional favorável. Uma posição sustentada por Campos Lima na sua obra *A Revolução em Portuga*l (1920, 1925).

No Iº. Congresso do PCP, em Novembro de 1923, Humbert-Droz, delegado da III Internacional veio a Portugal impor a direção de Carlos Rates (1922 - 1925) e recordou duas diferenças **essenciais** entre os comunistas e anarquistas:

- Os sindicatos para os comunistas eram instrumentos na luta económica conduzida pelo partido, e uma vez conquistado o poder político nem para isso serviam.

- A estratégia comunista só funcionava se fosse criado um corpo disciplinado de militantes às ordens do partido, suprimindo-se toda a individualidade (*O Comunista*, nº. 7, novembro de 1923). Os termos que utiliza para caracterizar a disciplina necessária eram idênticos aos aplicados na instrução militar. A disciplina partidária no PCP não foi uma tarefa fácil. O processo exigiu a constituição de um corpo de funcionários pagos pelo partido e dele dependentes para subsistirem (revolucionários profissionais).

Estatismo, Frentismo e Parlamentarismo. No PCP sob a liderança de Carlos Rates, definiram-se algumas orientações programáticas essenciais:

A futura organização social seria baseada no **capitalismo de Estado.** No nº1 d´*O Comunista* (Maio de 1923) foi publicado um artigo de Lenine intitulado: "O Que é o Capitalismo de Estado!". Para que não restassem dúvidas esclarecia-se: "Sem a técnica do grande capitalismo todo o socialismo é impraticável". Concluindo sobre a superioridade do mesmo dado que nada tinha de perigoso, pois "no Estado Sovietista, o poder se encontra nas mãos dos operários e dos camponeses." Nesta linha, no nº.4 (15/07/1923), no programa de "um governo operário e camponeses" defendia-se a estatização de toda a sociedade (através de uma completa nacionalização em todos os sectores). O objectivo passava a ser o crescente reforço do poder do Estado através de **nacionalizações**, colocando-se numa posição nos antípodas dos anarquistas mas em sintonia com os regimes totalitários que emergiam na Europa.

Dada a reduzida dimensão do PCP, para impulsionar estas mudanças na direção que apontara, o partido devia concentrar-se na constituição de **frentes políticas** com outros partidos que pretendessem a constituição de um Estado forte e interventivo na sociedade. Carlos Rates elegeu o **Partido Republicano Radical**, embora considere que era uma força "conservadora", nada impedia os comunistas de afirmarem que "com muito prazer veríamos o PRP no poder e não o há de ser pela nossa oposição" (*O Comunista*, nº22, 12/07/1924). Ideias repetidas na primeira página d`*O Comunist*a, nº23 (27/07/1924). O PCP, como veremos, participou nas intentonas do PRP para a instauração de uma ditadura em Portugal.

Sem revolução no horizonte o PCP não descartava a **luta eleitoral**. Afirmava Carlos Rates: "Declarou o Partido Comunista ao constituir-se o seu anti-parlamentarismo. É um disparate que precisa de ser emendado" (A Bandeira Vermelha, 55, 24/04/1921).

Legião Vermelha. A concepção revolucionária da FMP e depois do PCP assentava em ações violentas contra a burguesia e os seus defensores. Um guerra social que haveria de conduzir um dia à conquista do poder e a instauração de uma "ditadura do proletariado". Estas ações que marcaram a história do PCP até 1939, não deixaram de atrair muitos anarquistas seguidores de Bakunine ou Malatesta.

A própria ideia de "revolução social" anarquista era para muitos insatisfatória porque exigia um longo processo preparatório: a nova sociedade seria construída de baixo para cima, num processo em que os trabalhadores iam adquirindo uma nova consciência e se auto-organizavam para a gerir. A transformação social implicava uma mudança de mentalidade dos oprimidos e explorados, condição essencial para o êxito da revolução internacional.

Acontecimentos internos mostravam a necessidade de uma organização armada dos anarquistas. O golpe militar de Paiva Couceiro no Porto, em 1919, quando restaurou durante 25 dias a monarquia mostrou que os anarquistas tinham que se armar para defenderem a República e defenderem os republicanos. As **Juventudes Sindicalistas** neste ano criaram os chamados **Comités de Defesa Sindical**. Em França também se defendia a formação de uma "legião popular" para os trabalhadores responderem a todo o tipo de ameaças (cfr. *A Batalha*, nº.255, 10/11/1919).

Algumas explosões foram atribuídas às Juventudes Sindicalistas, mas nem todas foram assumidas, com excepção de uma em 1920. Neste ano o país foi varrido por uma sucessão de greves de fome, assaltos a estabelecimentos, violência policial e petardos. A explosão de um deles ocorreu a 29 de Dezembro de 1920 no edifício da CGT e matou 3 camaradas - Jaime de Figueiredo, Joaquim Estrela e Armando Santos, dois dos quais sindicalistas. Ficaram feridos 4 jovens: Raul dos Santos, Castro Simões, José Agostinho e Matias Sequeira que ocasionalmente haviam ido ao local, pois constava que nessa noite ocorreria um novo golpe de Estado (*O Despertar,* nº13, 24/02/1923).

A 19 de Março de 1920 explodiram alguns petardos em Lisboa e logo se seguiu a prisão de jovens sindicalistas e vários jornais foram proibidos, como *Luz ao Povo* de Coimbra, *A Batalha*, *A Bandeira Vermelha* de Lisboa, *A Vida* do Porto, etc. Na vaga prisões foram encarcerados entre outros José de Almeida (Coimbra), Costa Coelho e Julião Ribeiro no Porto.

A “imprensa burguesa” fazia então uma campanha para a eliminação das Juventudes sindicalistas e da própria CGT, acusando os sindicalistas de bombistas.

Foi neste contexto que em 1920 foi criada a Legião Vermelha (LV) por membros da FMP, contando no início com a participação de vários anarquistas. Para a sua fundação terá contribuído a passagem de José de Sousa das Juventudes Sindicalistas para a Federação Maximalista Portuguesa (70). A LV tinha como objectivo através de ações diretas (atentados) destruir os inimigos de um revolução social semelhante à que ocorrera na Rússia. Manteve-se muito ativa até final da década de vinte.

O primeiro atentado foi a 18 de Fevereiro de 1920, quando foi lançado um petardo contra a porta da residência do director da companhia dos telefones, na Calçada das Necessidades, 4 c/v. O governo reagira e criou em Maio um Tribunal de Delitos Sociais para julgar criminosos e bombistas. A 4 de Junho foi assassinado o primeiro juiz (Pedro de Matos) e a 20 de Agosto registava-se o atentado ao segundo (Félix Horta).Não faltaram verdadeiras encenações. No Porto inventou-se a existência de uma “fabrica de

bombas" o que serviu de pretexto para a prisão de David de Sousa Ramos (*A Batalha*, nº757, 13/05/1921). Os núcleos das Juventudes Sindicalistas estavam disseminados por todo o país. O seu ideário libertário deixava inquietos os governos republicanos: "A Federação agrupa cerca de 4 mil jovens, que combatem tenazmente o princípio da Autoridade, não excluindo o Partido Comunista" (*O Despertar*, nº17, 21/04/1923). A 12 de Setembro a sede da CGT é ocupada pela policia.

As Juventudes Sindicalistas desde 1921 condenavam estes atentados e atribuem-nos à LV que persistia na mesma prática bombista. Registe-se o atentado de 9 de Setembro de 1922, em Lisboa, contra o presidente da Confederação Patronal (Sérgio Principe, um antigo anarquista). No Porto, a 22 de Outubro de 1922 ocorre um atentado contra a Companhia Industrial Portugal & Colónias foram acusados três "anarquistas": António Augusto Guedes Pinto (ourives), Américo Pereira Dias (Padeiro), e Luis Fernandes Laranjeira (pasteleiro, 1903-1983) antigo militante das Juventudes Sindicalistas. Foram condenados no Tribunal de Defesa Social em Lisboa e deportados em 1924 para Angola. Luis Laranjeira fora já preso em setembro de 1920 por fazer parte do Comité Niilista do Norte tendo-se ligado depois à LV, que não tardou a abandonar; encontramo-lo em 1925 na fundação da UAP.

Em Maio de 1923 aquando da explosão de uma bomba na Rua da Imprensa morria um elemento destacado da LV - António Alves Monteiro, que em fins de 1920 saíra da Juventudes Sindicalistas com José de Sousa para ingressar na Federação Maximalista Portuguesa. Era um defensor da "revolução imediata". O jornal *O Despertar* (19/05/1923), afirmava que a LV era uma organização comunista e recordava vítimas deste tipo de ações, como Jaime de Figueiredo, Armando Santos, Estrela, Vilaça, José Manuel…(71)

Sobre uma cilada policial nos Olivais para apanhar membros da Legião, o jornal *O Comunista* (nº20, 7/06/1924) escrevia sobre os três jovens assassinados: "Um deles Domingos Silva, o único filiado no PCP, teve baixa em combate, morreu matando". Os dois outros que o acompanharam Jorge Pinheiro e Ezequiel Seigo foram friamente assassinados pela polícia. *O Correio da Noite (*31/05/1924, entrevista um comunista da legião).

A legião não tardou a transformar-se num grupo infiltrado de criminosos envolvidos em ações de retaliação contra a policia, roubos, assaltos ou atentados por encomenda. Estas ações criavam um clima geral de insegurança, naturalmente aproveitado pelos defensores da "Ordem" para incentivarem uma intervenção militar.

Confrontos

A relação entre anarquistas e comunistas alterou-se profundamente quando em Março de 1921 foi criado o PCP. Os confrontos violentos não tardaram entre os defensores do "comunismo libertário" e os do "comunismo marxista".

A 31 de Janeiro de 1922, *A Batalha*, publicava as resoluções do Congresso Anarquista Internacional em Berlim em que foi refundada a AIT. Declarou-se "contra toda a ditadura quer seja ela exercida pelos de "Direita" quer pelos de "Esquerda", manifestava-se a favor de um sindicalismo livre e independente e denunciava a Internacional Sindical Vermelha (ISV) como uma fachada da Internacional Comunista. A confusão terminara.

Um grupo de 51 defensores do comunismo libertário, presos políticos na Cadeia do Limoeiro, no dia 1 de Novembro de 1922, publicou um "Manifesto Aos Trabalhadores

Conscientes", dando conta da forma sectária de funcionamento do PCP. Manuel Maria, um camarada "incauto" iludido pela propaganda comunista, filiou-se neste partido. Ao constatar o erro quis regressar ao "campo sindicalista revolucionário" o que ocasionou o seu assassinato. Tratava-se de um "procedimento ignóbil se assemelha aos "fascistas" italianos, pois o seu fito não é outro senão o desmantelamento da organização operária". De acordo com os signatários, o PCP estava repleto de "indivíduos de caracter duvidoso" que se caracterizavam pelo seu sectarismo e propensão para a violência.

Os comunistas ripostavam acusando as juventudes sindicalistas do Porto e Gaia, por exemplo, de os difamarem ao andarem a distribuir manifestos que concluíam : "Fascismo e Bolchevismo são as duas maiores calamidades sociais existentes, contra elas cumpre agir" (*O Comunista*, nº2, 10/06/1923).

À medida que aumentou o conhecimento do que se passava na União Soviética dirigentes do PCP com um passado anarquista também acabaram por abandonar o PCP ou foram expulsos, como foi o caso de Manuel Ribeiro ou Carlos Rates.

Ofensiva contra a CGT

Grande parte da sua ação do PCP nos anos vinte e princípio dos anos trinta foi destinada a enfraquecer a CGT, criando uma organização sindical paralela. Quando sentiu que não o podia fazer, apostou nas "frentes antifascistas" e na delação à polícia dos militantes anarquistas.

A primeira manobra do PCP ocorreu em 1921, quando de forma fraudulenta, através da CNT enviam um convite à CGT para se fazer representar em Moscovo no Congresso fundador da **Internacional Sindical Vermelha** (ISV). A CGT enviou então um delegado que não chegou a tempo de assistir às sessões. Este sindicalista (Perfeito de Carvalho) (72) não apresentou depois o relatório que ficara incumbido de realizar, e publicou depois uma cópia das conclusões do Congresso feitas pelo delegado do PC Francês.

O PCP iniciou uma ativa campanha para a adesão da CGT à ISV. No III Congresso Operário Nacional (II da CGT) na Covilhã, em Outubro de 1922, a questão da adesão à ISV foi colocada e amplamente rejeitada. Em meados de 1923 procuraram criar "núcleos revolucionários nos sindicatos, mas sem grande êxito. A 3 de Novembro iniciaram a publicação do jornal *A Internacional que* fez uma guerra aberta contra a CGT, tendo como alvo Manuel Joaquim de Sousa. Perante as insistentes manobras e propaganda do PCP para a subordinação movimento operário às ordens de Moscovo, a CGT a 28 de Setembro de 1924 realizou um referendum a 28 de Setembro de 1924 sobre a adesão à AIT ou ISV: 104 sindicatos pronunciaram-se a favor da AIT e 6 pela ISV, 5 abstiveram-se.

Face à necessidade de clarificar o posicionamento internacional da CGT, em 1925, no IIº. Congresso da CGT em Santarém a esmagadora maioria dos delegados presentes aprova a adesão da CGT à AIT. Os comunistas conseguem que alguns sindicatos e as associações de classe dos **alfaiates** de Lisboa e Porto abandonassem a CGT para ingressar na ISV. A partir daqui estava consumada a ruptura entre o PCP e os seus apêndices sindicais e a CGT.

O **Partido Socialista Português** (PSP) depois de 1919 abriu uma guerra aberta contra os anarquistas. Ramada Curto, lider do PSP, em 1922 inscrevia no programa do partido o combate aos anarquistas e a substituição da CGT pelas "Trade Unions" inglesas, num completo delírio (República Social, IIª série, nº52, 24/12/1922). Impotentes, em 1923

resolveram formar uma **frente** com o PCP para desarticular a CGT. Neste ano, anunciavam que estava em marcha a constituição de uma nova central - ***Fraternidade Operária. Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa*** -, inspirada numa congénere belga, apresentando a sua receita para as lutas sindicais: "Ter Dinheiro equivale a ter força, ter força equivale a ter vitória, mesmo antes de estabelecer luta" (*República Social,* nº84, 12/08/1923). Prometiam grandes somas de dinheiro. Esta **frente PCP-PSP** alargou-se às juventudes de ambos os partidos, tendo as juventudes socialistas rapidamente desaparecido.

Em 1925, o PSP com grande entusiasmo, afirmava que estava em marcha a organização de um congresso ou conferência dos sindicatos dissidentes da CGT (*República Social,* nº196, 18/10/1925). A conferência nunca se realizou, no entanto as manobras continuaram.

A frente do PSP com o PCP, como o primeiro viria a reconhecer só serviu para fortalecer o PCP. Manteve-se a tensão entre anarquistas e comunistas. `A medida que aumentava o conhecimento do que se passava na União Soviética muitos dos militantes comunistas com um passado anarquista acabaram por abandonar o PCP ou foram expulsos, como foi o caso de Manuel Ribeiro ou Carlos Rates. Luís Fernandes Laranjeira (pasteleiro), entre 1913 e 1923 militou nas juventudes Sindicalistas, ingressando depois nas juventudes comunistas. Não tardou a abandonar o PCP, pois em 1927 já militava na UAP actuando ao longo dos anos em Setúbal, Porto, Chaves e Vila Real.

No meio destes ataques a CGT lançou em 1925 uma importante publicação: *Renovação*, revista quinzenal de *Arte, Literatura e Atualidade*s (73). Foi proibida depois do golpe militar de maio de 1926. Era uma das muitas iniciativas para abranger um público mais vasto, nomeadamente muitos intelectuais que estavam fascinados com o fascismo.

Transformação do Estado

O combate contra o "Capitalismo de Estado" implicou uma revisão do posicionamento dos anarquistas face a uma revolução social (73.1) e próprio Estado. É profundamente redutora a ideia de que os anarquistas apenas queriam destruir o Estado. Na verdade estavam atentos à sua transformação e actuavam no sentido da sua "transformação socializante". Campos Lima, em duas obras - *A Revolução em Portugal* (1925) e *Teoria Libertária ou Anarquismo* (1926) sistematizou mesmo um programa mínimo para a sua transformação, nomeadamente em colaboração com outras forças políticas.

Para os anarquistas, em termos gerais, o "Estado (como existe) é uma instituição de opressão para manter a exploração exercida pela classe dominante" (*Teoria*, p.33), nesse sentido deve ser abolido. O Estado todavia é constituído não por uma mas muitas instituições, algumas das quais são absolutamente necessárias ao bom funcionamento de uma sociedade. A questão seria saber quais deviam ser eliminadas ou transformadas de modo a acabar com a sua função autoritária e reprodutora de relações de poder e privilégios.

Para Campos Lima havia dois princípios essenciais na organização social que qualquer a transformação do Estado devia obedecer:

a) Um Estado só seria tolerável desde que garantisse a maior liberdade e autonomia individual (*Revolução*, p.19), assegurando as liberdades básicas (expressão, reunião, associação, etc) incluindo o direito à greve .

b) Um Estado só seria tolerável se evoluísse no sentido da maior autonomia dos corpos administrativos, descentralização dos serviços, do municipalismo segundo uma estrutura federativa. Cada mudança no Estado deveria ter reflexos na descentralização das decisões colectivas, de modo a conferir crescente poder aos cidadãos. Esta evolução no sentido da desagregação da autoridade do Estado Central, implicava a responsabilização dos políticos, dirigentes e funcionários do Estado de modo a acabar com as arbitrariedades e a falta de transparência da coisa pública.

Nesta luta em múltiplas frentes, atribuir um papel central à ação revolucionária sindical, e em particular do sindicalismo dos funcionários públicos. Destacava a importância das lutas locais, a criação de formas alternativas de produção e gestão económica, e a força da opinião pública incluindo a dos consumidores.

Os grandes inimigos desta luta de libertação eram as forças políticas e económicas que apostavam no centralismo, no reforço do poder do Estado e na acumulação da propriedade. Campos Lima, embora optimista em relação ao futuro, apontava como uma perigosa ilusão o centralismo que se estava implantar na Rússia. Era a negação do movimento de emancipação dos trabalhadores, e contrariava uma evolução histórica no sentido da descentralização, na qual os cidadãos vinham progressivamente a adquirir maior liberdade e capacidade de intervenção política.

Implantação no país

Durante a Primeira República a população rondava os seis milhões de habitantes no continente, Açores e Madeira. A grande maioria habitava o campo, e apenas 20% era de condição urbana, metade da qual vivia em Lisboa e Porto. Os anarquistas estavam difundidos por todo o país, embora naturalmente a sua presença se fizesse sentir sobretudo nas regiões urbanas ou onde predominavam rurais assalariados. A imprensa anarquista refletia esta expansão em contextos sociais e económicos muito diversos. Cada uma destas publicações está frequentemente ligada a histórias de repressão policial e de censura, num período de alegadas liberdades democráticas. Alguns notas desta implantação que carece de um estudo aprofundado.

Vidago (Chaves). A implantação em Trás-os-Montes muito ficou a dever a Bartolomeu Constantino quando se refugiou em Chaves e aqui trabalhou na organização do operariado. Em 1914 começou a publicar-se o jornal *Agitador,* tendo como directora a sua companheira Júlia da Cruz, editor José Bernardino Oliveira e gerente José Augusto Ferreira. Em Janeiro de 1915 foi eleito para a direção da União Operária Transmontana, organização que se faz representar em 1919 no II Congresso Operário.

Braga. A implantação dos anarquistas entre os pequenos agricultores foi muito limitada. A questão da socialização da propriedade e a influência da Igreja Católica, eram fortes obstáculos à receptividade da sua mensagem em regiões de minifúndio. A enorme emigração registada no Minho, Douro Litoral e Beira Litoral retirava destas regiões muitos dos seus elementos mais dinâmicos. Não deixa de ser curioso constatar que muitos anarquistas expulsos do Brasil eram justamente oriundos destas regiões. Apesar disto, o anarquismo não deixou de estar presente na cidade dos arcebispos. Imprensa libertária em Braga: *Luta Social*, saiu em Março de 1917, tendo como director Julio Cruz e editor José Gomes da Rocha Amorim.

Viana do Castelo. A presença anarquista fazia-se igualmente sentir nesta cidade, destacando-se duas publicações: *A Voz do Faminto* (1914-1916), director Jerónimo Pinto

Moreira e editor António J. M.Vidal; *A Voz do Produto*r que saiu a 11 de Janeiro de 1917, cujo primeiro número foi dedicado a Bartolomeu Constantino. Director Manuel F. Jr, editor José R. Reboredo. Registemos em **Rio Tinto** a publicação *O Clarão* (1913, Carlos Nobre e Maria Damasceno, e em **Vila do Conde** a *A Plebe* (1924-1925), tendo cManuel Candido Machado como redator e administrador.

O **Porto**, era segunda cidade do país, tendo registado durante a República um modesto crescimento populacional: 194.000 (1911), 203.000 (1920) e 232.000 (1930). Desde fins do século XIX que o movimento anarquista possuía na cidade uma sólida organização. Alguns dos seus centros de estudos ficaram celebrizados não apenas como pontos de encontro, mas também como promotores de uma cultura libertária: o Centro e Biblioteca de Estudos Sociais (Rua das Antas, 218) fundado em 1908 manteve uma atividade regular até 1924; Núcleo da Juventude Sindicalista do Porto, criado em 1914 funcionou até 1926; Centro Comunista Libertário, fundado em 1919 funcionou pelo menos até 1927; Centro e Biblioteca de Estudos Sociais "Filhos de Visco" de Gaia, fundado em 1920 funcionou até 1927; Escola e Biblioteca de Estudos Sociais (Rua dos Vanzelleres, nº. 28) fundado em 1923 funcionou até 1927; Escola e Biblioteca da Foz, fundada em 1927 funcionou até 1929. Muitos outros centros foram fundados pelo país mantendo uma importante atividade cultural (74)

Destacamos na imprensa libertária portuense: *A Voz do Proletário* (1910); *A Aurora* (Porto, 1910-1919 e 1922-1923, António Alves Pereira, Manuel Joaquim de Sousa, Anthero de Brito, Leopoldo Banafulla); *Os Tempos Novos* (1911, Joaquim A. Ferreira, Anibal Moreira, Anselmo Martins de Oliveira, Amadeu Santos); *A Luz do Provir* (1911, Manuel Joaquim de Sousa); *Comuna Livre* (1915-1916), *A Comuna* (Porto, 1920-1927, Serafim Cardoso Lucena, António Teixeira); *Refractário*s (1921, José França), individualista; *Aurora* (Porto, 1929-1930) entre outros títulos.

Aveiro. *O Petardo Anarquista*, publicado clandestinamente em 1896, marca o início de uma significativa presença libertária em Aveiro. Durante a primeira República, diversas publicações reflectem o seu envolvimento com o movimento operário, como *O Grito do Povo* (1913) ou *O Proletário* (1913).

Viseu. *A Oficina* (maio de 1922), periódico libertário.

Coimbra. A cidade pelas suas características era mais rural do que urbana. O crescimento na terceira maior cidade do país foi modesto: 62.872 (1911), 62.870 (1920) e 76.484 (1930).O corpo docente da Universidade mantinha-se profundamente conservador, avesso inclusive à República. Apesar disto, os anarquistas mostraram sempre grande vitalidade. Imprensa: *O Clarão* (1910, Ruy Delphim Gomes, Augusto Luiz d`Albuquerque); A Conquista do Bem (1910); *Vida Livre* (1911, Alexandre Sobral de Campos, Narciso de Azevedo); *A Revolução Social* (1911); *A Anarquia* (1913), orgão das Juventudes Anarquistas, direção de Miguel Martins; *O Rebelde* (1913), diretor Augusto Quintas e editor José de Azevedo; *A Revolta* publica-se nesta cidade a 11 de Outubro de 1913. No ano seguinte surge como propriedade da ***Aliança Libertária***, tendo como director J. Teixeira, editor António Tavares e administrador A. da Silva; *A Batalha Anarquista* (1914), propriedade das **Juventudes libertarias** tinha como redator principal Oscar Mausdslay, administrador Virgilio Marques e editor António Tavares; *Anarquista* (1920), publicação do Núcleo Juventude Anarquista de Coimbra e do grupo libertário "Novos Tempos" do Porto. Amadeu das Neves era o director e José de Almeida o editor; *Luz ao Povo* (1920-1921), orgão do Núcleo da Juventude Anarquista. Entre os centros

libertários destacamos “Regeneração Social” que contou entre os seus animadores, Afonso de Moura que faleceu deportado em Cabo Verde (1931).

Leiria. Imprensa: *O Rebelde* (Novembro de 1910) homenageia Tolstoi.

Lisboa. A população de Lisboa cresceu bastante neste período: 435.000 (1911), 486.000 (1920) para quase 600 mil em 1930. Esta forte crescimento, levantou enormes problemas na habitação e na integração da população oriunda dos campos. A imprensa anarquista era muito diversificada, plural, tendo as publicações durações muito diferenciadas. Pelas suas características libertárias, onde se apelava à formação consciência critica individual, foi sempre uma verdadeira escola de jornalistas e escritores. A censura e a repressão policial levaram os seus promotores a mudarem muitas vezes o nome das publicações para continuarem a sua ação social (75).

Na imprensa libertária destacamos: *A Sementeira* (1908-1919, Hilário Marques, Ismael Pimentel, Neno Vasco); *O Agitador* (1911, Virgilio de Sá, Silva Junior, José Teixeira Junior, João Martins do Rego, Santos e Silva), como muitas outras publicações libertárias foi vitima da repressão policial (*O Porto*, 3/09/1911); *Lumen* (Lisboa, 1911-1913, Adolfo Lima, Severino de Carvalho); *O Anarquista* (1913, Silva Junior, Martins do Rego); *A Terra Livre* (1913, Pinto Quartim); *Germinal* (Lisboa, 1915-1917, Emílio Costa); *A Regeneração (*1915, Artur Figueiredo, Adolfo Nunes, Joaquim Nogueira); A Voz da Razão (1915); *Germinal* (1916-1917, Emilio da Costa); *A Revolta* (1918, Alfredo Cruz, Ferreira d`Almeida); A Nova Aurora (1919, Manuel da Silva, José dos Santos); *A Anarquia* (1919, José Franco), mensário individualista; *Amanhã* (1922, Campos Lima), “revista quinzenal de intuitos sociais para Portugal, Colónias e Brasil”, entre outras publicações.

Setúbal. Na Península de Setúbal, emergiam nesta altura, quatro importantes centros industriais: **Almada** (cortiça, conservas, moagens, têxteis, químicos, etc), **Seixal** (cortiça, vidros, texteis), **Barreiro** (complexo da CUF, caminhos de ferro) e **Setúbal**, onde predominava a industria conserveira que atingiu o apogeu durante a Guerra: 188 unidades fabris, empregando 14.679 trabalhadores (1917) (76). Os anarquistas tinham na cidade desde o inicio do século XX, um dos seus principais centros de implantação no país. Para além dos centros libertários, alguns locais eram especialmente conhecidos pela sua presença e os debates que neles ocorriam como lojas, oficinas, cafés ou até residências. Em Setúbal um dos casos mais celebrizados foi a barbearia de José Artur Quaresma (1876-1957), onde se vendia a imprensa libertária e marcava presença muitos militantes e a polícia, em frequentes rusgas. A Sociedade Promotora de Educação Popular ou o Grupo de Teatro Social eram duas outras referências libertárias na cidade. Imprensa: *O Semeador* (nº1, maio de 1915), boletim do Centro de Recreio e Propaganda Livre, tendo como colaboradores Emílio Costa e Nobre Cid; *O Indivíduo Livre* (1918), pugnava pelo anarquismo individualista (77).

Alentejo. É notável a ação dos grupos anarquistas nas organização dos **trabalhadores rurais alentejanos**. Ao longo de todo o século XIX as lutas dos assalariados passavam quase despercebidas, eram essencialmente de origem individual, ameaças, roubos, fogo posto e outras ações de banditismo (78). A grande propriedade e o absentismo eram duas chagas que mantinham a população na miséria. No distrito de Portalegre mais de um terço dos prédios rústicos estavam nas mãos de proprietários ausentes, muitos dos quais viviam em Lisboa. No Concelho de Évora, por exemplo, mais de 94% da sua área, pertencia à grande propriedade: No Baixo Alentejo, os concelhos onde a propriedade estava mais dividida (Cuba, Vidigueira e Beja) os pequenos proprietários não possuíam mais do que 24% da sua extensão total.

A ação anarquista foi a de associar os trabalhadores rurais e traçar objectivos comuns. Nesta notável ação destacou-se o Grupo Anarquista "Avante!", fundado em Évora (1908) e editor de um jornal com o mesmo nome (1909). Participou no derrube da monarquia nesta cidade, promoveu e coordenou a criação de dezenas de sindicatos de trabalhadores rurais no Alentejo e na constituição da sua federação, numa ação impressionante. Em 1910 não existia nenhuma associação, as únicas que existiam de eram de pequenos e médios proprietários rurais. Em 1912 já existiam 32 sindicatos rurais, no ano seguinte 94, e em 1914 eram 110. A Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais constituiu-se em 1912, quando se formou também a Casa Sindical de Évora (1912) e se organizou o I Congresso Sindical dos Trabalhadores Rurais de Évora, e outros congressos se seguiram (1913, 1918, 1920, 1922, 1925). Criaram cooperativas de consumo (S. Tiago do Escoural), possuíam tipografias, etc. Apesar de todos os esforços este movimento organizativo dos trabalhadores rurais não conseguiu ultrapassar as regiões a norte de Santarém e Castelo Branco.

Os anarquistas estiveram na linha da frente das movimentos grevistas, como o de 1911, 1912, 1918 e outros. Na luta por melhores condições de vida centenas de trabalhadores foram presos e muitos deportados para as antigas colónias (79). Curiosamente até aos anos quarenta foram raros os trabalhadores alentejanos a aderirem ao PCP.

Gonçalves Correia tornou-se numa figura lendária destas lutas. Em 1916 editou em Cuba o jornal *A Questão Social* cujo primeiro numero mostra a sua crença: “Somos libertários (…) Somos naturistas, queremos dizer: amamos a natureza, mãe duma sublimidade encantadora, senhora absoluta de tudo que se creou”. Os redatores e proprietários Gonçalves Correia e Luis Godinho, editores J. F. Borralho Lucas, Luis Godinho e Alves Jorge, e colaboradores Fazenda Jorge e Neves Anacleto

Os anarquistas destacaram-se igualmente na organização e nas lutas dos mineiros (80). Nas Minas de S. Domingos ou em Aljustrel no baixo Alentejo a sua influencia manteve-se muito ativa até ao fim dos anos quarenta, apesar das constantes prisões de militantes.

Imprensa: *A Federação*, orgão defensor do povo trabalhador em geral (Estremoz, 1911, João Maria Farinha); *Avante !* (Evora, 1911); *O Rebelde* (Beja, 1916 -1920, Mário A. Correia, Pedro Joaquim da Luz, F. Perpétua, Gonçalves Correia); *O Homem Livre* (Evora, 1918, Alvaro J. Dinis, Joaquim Candieira); *Aurora* (Cercal do Alentejo, 1925), orgão da Federação Anarquista da Região Sul (?).

Portalegre. Imprensa: *O Semeador* (1912-1914), tendo como director Fernando Costa, e diversos colaboradores, como Emílio Costa, Manuel Maria Ceia ou Luis Gomes.

Algarve. Apesar da enorme repressão, os anarquistas deram uma forte impulso à organização dos trabalhadores nesta região em vários sectores de atividade. Entre elas destacamos a Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Silves (1923), que em 1924 sustentou uma greve de três semanas pelas oito horas. Neste concelho, os anarquistas tinham uma sólida implantação, nomeadamente nas associações de corticeiros (81). De São Bartolomeu de Messines, Correio Pires deixou-nos o seu testemunho.

Imprensa: semanário *O Libertário* (Faro, 1912- 1913), orgão da União Anarquista do Algarve, tendo como director António de Sousa Palma e editor António Pedro da Cruz; *A Ideia* (Faro, 1916), director Raul Duarte, editor António Pedro Cabeleira, administrador Neves Anacleto, e secretaria Rita Seixas.

Madeira. Imprensa: *O Rebelde*, o número 1 saiu a 30 de maio de 1910 e o número 2 a 15 de setembro, com morada no Campo da Barca, 8, no Funchal. Era propriedade de uma futura denominada "Tipografia Ferrer". Foi impresso na tipografia Minerva Comercial em Évora, mas a policia atenta intimou o dono da tipografia a deixar de o fazer, dificultando deste modo a difusão do "vírus" anarquista na Madeira (82). Nos anos vinte começou a publicar-se o jornal *A Batalha* que teria um papel de relevo na Revolta da Madeira em 1931.

Açores. A ligação de Antero Quental ao anarquismo pouca influência registou nos Açores. Francisco Soares Silva, pintor da construção civil, entre 1908 e 1912 publicou, em Ponta Delgada, o que terá sido o primeiro jornal anarquista na região: *Vida Nova.* Durante a Iª. República *a*nimou uma escola para analfabetos, envolveu-se nas lutas sindicais e participou na fundação da Sociedade Micaelense Protectora dos Animais. Como outros anarquistas ficou seduzido por Machado dos Santos, bandeou-se para o republicanos e em 1921 lançou uma versão insular de *O Intransigente*. Outra publicação tem que se referida, nesta breve síntese: *A Lanterna*, o número 1 saiu a 10 de Julho de 1915, na Ilha Terceira, tendo como redactor principal Aurélio Quintanilha e editor João Ávila (83).

Organização

A base da organização anarquista eram os "grupos de afinidade", em geral constituídos por dez elementos, que se federavam entre si para criarem organizações mais amplas. Cada grupo tinha o seu próprio programa de ação e sempre que possível meios de propaganda. Após a implantação da República acelerou-se a criação destes grupos, como tem sido assinalado, assim como o crescimento da imprensa especificamente anarquista.

Aproveitando a liberdade que passaram a dispor no regime republicano rapidamente iniciaram um amplo processo federativo. O jornal *O Corticeiro* foi dos primeiros a defender a necessidade da criação de uma organização anarquista (*A Sementeira*, nº29, Janeiro de 1911).

Entre 11 e 13 de Novembro de 1911 decorreu em Lisboa um congresso anarquista que contou com a presença de 37 grupos, tendo sido constituída a **Federação Anarquista do Sul** (1911), seguindo-se **formação de federações a norte** (1912) e da **União Anarquista do Algarve** (1912). A Federação do Sul desde 1 de Janeiro de 1913 passou a editar o jornal *A Revolta (83.1)*, no qual publicou as bases desta federação a 26 deste mês.

Nesta altura foram igualmente constituídas as **Juventudes Libertárias**, as quais começaram a dissolver-se nas Juventudes Sindicalistas depois de 1914. Tinham a sua sede na Travessa d´Agua da Flor, 55, 1º. Em 1915 surgiu A *Voz da Razão*, quinzenário da Juventude Libertária (Carlos José de Sousa era o redactor principal, Manuel Soares Andrade Cadete o editor). Até inícios dos anos vinte persistiram elementos muito ativos desta organização juvenil na cidade de Coimbra.

O crescente envolvimento dos anarquistas nos sindicatos voltou a colocar a questão se o sindicalismo revolucionário se bastava a si próprio. Em Espanha, após a formação da CNT (1910) gerou-se um forte movimento que defendia a exclusividade da ação anarquista nos sindicatos. Em 1913 nas páginas do semanário *Terra Livre* Emílio Costa nega esta concepção, sustentada por Manuel Ribeiro n`O *Sindicalista*, Carlos Rates, Neno Vasco entre outros. A estratégia sindicalista colhe apesar das críticas maior adesão entre os participantes no debate.

Em 1914 organizaram-se quatro importantes conferências regionais: Lisboa - 27-28/06, Algarve -21/06, Coimbra -14/06 e Porto - 21/06.

A questão da intervenção na Guerra provocou, como vimos, uma profunda divisão no movimento, o que se reflectiu logo na dificuldade de escolher um delegado para enviar ao Congresso Anarquista Internacional que se pretendia a realizar em Londres.

Procurando superar as divergências em 1915 procurou-se reorganizar o movimento. Em Fevereiro de 1915 constituiu-se a **União Anarquista Comunista da Região Sul (**cuja sede ficou instalada na Travessa d`Agua da Flor, 55, 1º). O comité era constituído pelos seguintes elementos: Bernardino Santos (secretário geral), Augusto Valdez (adjunto), Adolfo Nunes (Externo), Manuel campos (arquivista), Alberto Júlio das Neves (tesoureiro) e tinha como objectivo unir a "família anarquista" (Germinal, nº5, 7/02/1915).

O movimento anarquista em 1917 foi agitado pela ideia da criação de um "partido avançado" centrado na defesa do "municipalismo revolucionário". Dois jornais republicanos - O Primeiro de Janeiro e o jornal Portugal trataram de dar grande destaque à ideia, promovida por dois anarquistas: Campos Lima e Sobral de Campos. A reacção negativa não se fez esperar e a ideia foi abandonada (*A Aurora*, nº19, 29/07/1917). O primado dado ao local de trabalho e ao trabalhador como portador de uma missão histórica de libertação da Humanidade secundarizava a comunidade local.

A criação da CGT, em 1919, provocou um refluxo das organizações e publicações especificamente anarquistas. A prioridade passou a ser a militância sindical. Não plano dos princípios discutiu-se a questão se os anarquistas nos sindicatos deviam ou não afirmarem as suas convicções e ocupar cargos de direcção.

Contra esta ação centrada nos sindicatos surgiam constantes críticas. O reformismo era inevitável, como constata o jornal *Luz ao Povo*, publicação do Núcleo da Juventude Anarquista de Coimbra (nº1, Março de 1920) que tinha como diretor Amadeu das Neves e editor José de Almeida.

Na Iª. Conferência Anarquista da Região Portuguesa, a 18 de Março de 1923, em Alenquer, foi criada a **União Anarquista Portuguesa** (UAP). Devido à repressão policial a conferência decorreu de forma discreta. Nela estiveram presentes representantes de 45 grupos e muitos a título individual. Entre os participantes conhecemos os nomes de Jorge Campelo que cedeu a casa (grupo O Semeador), António José Ávila, José Carlos Sousa, Augusto Carlos Rodrigues, Virgilio de Sousa, Alfredo Marques, Francisco Quintal, Manuel Perez (espanhol), Manuel Joaquim de Sousa, António Altavila, Luna de Carvalho, Francisco Costa, António Barreira, José Agostinho das Neves entre outros. Uma das medidas aprovadas foi o reforço das relações com os anarquistas em Espanha. A situação política assim o exigia para fazer face à repressão. Em junho realizou-se um encontro em Évora, entre uma delegação Portuguesa (Santos Arranha-CGT, Manuel Joaquim de Sousa -UAP) e uma delegação espanhola (Sebastian Clarà -CNT e outro), e em Dezembro um novo encontro em Sevilha (Manuel Joaquim de Sousa-UAP, Silva Campos-CGT) interceptado pela polícia que prende os negociadores portugueses. Apesar disto os contactos mantiveram-se.,

Em abril de 1924 realizou-se em Lisboa uma conferência regional na qual foi constituída a Federação Regional do Centro da UAP, durante a qual foi colocada a questão de uma Federação Anarquista Ibérica. Em Coimbra surgia a revista *Claridade,* ocupando o espaço da *Luz ao Povo* que fora proibida. A UAP publicou uma brochura de Elissé Reclus

intitulada “A Anarquia e a Igreja”, num altura que se fazia sentir a propaganda da Igreja Católica a favor de uma Ditadura. Ainda neste ano registou-se o lançamento do jornal *A Plebe* (86), em Vila do Conde, que no seu primeiro número traçava um retrato desolador de 14 anos de regime republicano. Os republicanos não haviam cumprido nenhuma das suas promessas que fizeram quando combatiam a monarquia, mas sobretudo revelaram-se mais brutais para com os trabalhadores.

Em 1925 foi lançado o jornal *Aurora*, mensário da *Federação Anarquista da Região Sul de Portugal,* na sequência de um decisão tomada na Conferência Anarquista de Aljustrel (87).

Em 1926 foi decido criar um orgão da UAP- *O Anarquista* (28/2/1926 -8/8/1926) (88), onde se debateram: o fim da República e o Sindicalismo Revolucionário. Manuel Joaquim de Sousa depois de participar em Paris numa conferência da AIT, deslocou-se a Marselha para representar a UAP no Congresso que a Federação Grupos Anarquistas de Língua Espanhola em França realizava neste país. A difusão das ideias fascistas e os apelos a um ditadura eram tais que, uma vez mais a República implantada em 1910 estava em perigo. *O Anarquista* no nº.1 (28/02/1926), interrogava-se sobre o que os anarquistas deviam fazer face à enorme influência que exerciam no país as ditaduras de Primo Rivera e de Benito Mussolini. Deviam ou não socorrer a República como o haviam feito no passado? Recordavam os deportados que continuavam na Guiné e os presos que enchiam as prisões em Portugal. A paga foi sempre novas prisões, como acontecera no combate ao golpe militar de 18 de Abril de 1925. Os golpistas foram amnistiados e integrados, os que os combateram foram reprimidos. A posição era “Não!” O nº. 3 (28/03/1926) escrevia que os anarquistas estavam face a um graves dilema: Apoiarem um governo que os reprime de forma tirânica ou reunirem todas as forças contra o fascismo que um vez no poder os irá igualmente reprimir.

A UAP interroga-se sobre o “sindicalismo revolucionário”. Um grupo onde sobressaia Francisco Quintal e Fernando Almeida Marques criticam abertamente a “Ideologia Sindicalista” (nº1). O sindicalismo não se podia assumir como o embrião de um “futuro Estado proletariano, com um comité confederal a fazer o papel de presidente da República”. O movimento geral revolucionário não podia esquecer outras lutas sociais, como a dos estudantes e o feminismo. Criticam abertamente a posição de Diego Abad de Santillán (1897-1983) e Emilio López Arango que defendiam que os anarquistas deviam militar exclusivamente nos sindicatos. Mais tarde, Luis Fernandes Laranjeira, no artigo “O Anarquismo na Luta Sindical - Um Esforço Inútil” (*Germinal*, nº1, 5/08/1929), resume a posição que muitos manifestavam em relação ao sindicalismo.

Após o esperado golpe militar de 28 de maio de 1926, *O Anarquista* acusou a CGT de não ter dado a resposta devido aos golpistas. Depois da Espanha foi também instaurada em Portugal uma ditadura militar.

Em Janeiro de 1927 realizou-se o seu primeiro congresso, registando na altura 50 grupos e 30 aderentes individuais, com a presença de um delegado espanhol (J.R. Magriña). Neste ano, Francisco Quintal em representação da UAP participou em Julho, na conferência anarquista de Valência onde foi criada a FAI - Federação Anarquista Ibérica. No regresso a Portugal foi preso (Setembro) e deportado para Angola, onde se encontrou outros anarquistas igualmente deportados (Arnaldo Simões Junior, Álvaro Ramos e outros).

Editoras. Durante a primeira República foram muitas as editoras libertárias. O aparecimento do jornal A Batalha provocou uma mudança no campo editorial libertário. A editorial *A Batalha* desenvolveu um vasto programa de publicações como livros, brochuras, a série *Novela Vermelha*, periódicos como o *Suplemento Literário e Ilustrado* (1923-1926), a revista *Renovação* (1925-1926) e o *Almanaque de A Batalha* (1926). Esta dinâmica editorial associada à difusão do jornal acabou por condicionar o aparecimento de novos jornais e editoras libertárias. A *Sementeira* deixou de publicar a revista com o mesmo nome (1919), para se dedicar à edição de brochuras. A editora *Spartacus*, fundada em 1924 por Campos Lima, editou obras suas e de Ferreira de Castro.

Grandes editoras mostraram igualmente interesse em editarem obras sobre temáticas e anarquistas. Augustin Hamon (1862-1945) neste período reuniu a preferência de várias editoras, como se constata pelas obras publicadas: *Determinismo e Responsabilidade* (1910), *Socialismo e Anarquismo* (19…), *As Lições da Guerra Mundial (*1918), O *Movimento Operário na Grã-Bretanha* seguido do *Socialismo em França* (1920), *A Crise do Socialismo* (1921) e *Psicologia do Anarquista-Socialista* (1925).

Ligações Internacionais. Desde o século XIX que a principal referência dos anarquistas em Portugal era o movimento em França. No entanto, durante a República aumentaram os contactos com os anarquistas espanhóis. Em 1915 no Congresso Internacional Pro-Paz em Ferrol (Espanha) participaram e acabaram presos Manuel Joaquim de Sousa, Serafim Cardoso Lucena (1872-1943) ou António Alves Pereira (1885-1954). No Congresso da CNT, em Dezembro de 1919, a CGT fez-se representar através de Manuel Joaquim de Sousa.

A situação começou a alterar-se depois da Primeira Guerra Mundial, sobretudo quando se instala em Espanha a ditadura do General Primo Rivera (1923). A CNT foi proibida e assistiu-se a uma feroz repressão dos anarquistas. A situação foi olhada com grande preocupação em Portugal, o que está bem reflectido nas páginas do jornal *A Batalha*. Neste ano, realizou-se em Évora uma conferência das organizações operárias de Portugal e Espanha, com a presença de Manuel Joaquim de Sousa (CGT) e de Manuel Perez (CNT). Perante a situação política no dois países, marcados pela ascensão das forças autoritárias foi debatida a questão de ações conjuntas das duas organizações confederais. Em Dezembro uma delegação da CGT constituída por Manuel Joaquim de Sousa e Manuel da Silva Campos deslocou-se a Sevilha para conversar com elementos da CNT tendo em vista coordenarem as suas ações, sendo então presos.

No Congresso da CGT em 1925 a AIT fez-se representar através de Armando Borghi e a CNT de Avelino Gonzalez e Segundo Blanco. Neste ano, ocorreu em Barcelona um encontro clandestino de anarquistas portugueses e espanhóis para debaterem a questão de ações conjuntas contra a crescente onda repressiva. A onda totalitária parecia imparável em todo o mundo.

Em Maio (8 a 12) de 1926, Manuel Joaquim de Sousa representou a CGT na Conferência da AIT em Paris, o que motivou uma acesa polémica. A instauração da ditadura militar neste mês em Portugal, acabou por aumentar os contactos e ações de solidariedade com os anarquistas em Espanha. Os dois países viviam agora sob ditaduras militares.

Fruto destes contactos internacionais, como dissemos, foram vários os anarquistas de renome internacional como **Jean Grave** que participavam em publicações editadas em Portugal.

Anarquistas Portugueses no Brasil

Durante os 16 anos que durou a Primeira República largas centenas de anarquistas foram presos, deportados ou mortos. Muitos fugirem de Portugal, nomeadamente para o Brasil onde prosseguiram a sua atividade revolucionária. Com os anarquistas italianos e espanhóis criaram as principais organizações brasileiras, como a Confederação Operária Brasileira ou a Federação Operária de São Paulo, constituindo a maioria dos dirigentes sindicais. A partir de 1892 desenvolveram um intenso trabalho no lançamento de publicações sindicais e doutrinárias. Estão na linha da frente nas lutas operárias, como a Greve Geral de 1917 e a greve insurrecional de 1918. Por este motivo a polícia moveu-lhe uma feroz perseguição com vista à sua expulsão.

O primeiro anarquista português expulso foi António da Costa Borlindo, em 1901, acusado de estar envolvido na greve dos condutores de veículos no Rio de Janeiro. Dada a dificuldades legais foi embarcado secretamente para Itália como um "perigoso" anarquista (89). Muitos outros se lhe seguiram, nomeadamente no Rio de Janeiro onde eram maioritários. Entre 1909 e 1930 devido ao seu envolvimento nas lutas operárias dezenas foram expulsos do Brasil, como foi o caso dos seguintes: Abel Ribeiro dos Santos (natural de Trás-os-Montes, expulso 1921), Albino Silva (1921), Alexandrino Valente Coutinho (Beira Alta, expulso duas vezes 1921 e 1924), Alvaro Duarte Cerdeira (Castelo de Paiva, 1920), António Alves Pereira Junior (Porto, 1920), António da Costa Coelho (1920), António Fernandes Leite (Ovar, 1920), António Francisco Lopes (Viseu, 1927), António Inácio Barbosa (Almeida, 1921), António Pereira Magalhães (Vila Real, 1930), António Ramos (Vila do Conde,1919), Armindo de Assunção Ferreira (Guarda, 1921), Artur António da Silva (Beja, 1920), Augusto Frias (Mochagata, 1920), Bento Santos ou Bento Pinto (Figueira da Foz, 1920), Herculano Correia (Caminha, 1920), João Oliveira (Pedrogão Grande, 1921), João Marques Melo (Figueira, 1920), Joaquim José Rodrigues (Vila da Feira, 1924), Joaquim Monteiro (1911), Joaquim Morais (1920), Jorge de Almeida (Aveiro, 1920), José Chaves (Gaia, 1921), José Fernandes Figueiredo (Guarda, 1921), José Gonçalves Brito (Ilha da madeira, 1921), José Maria Esteves (viseu, 1919), José Martins Ruas (Viana do Castelo, 1921), José Rosa da Silva (Beira Alta, 1919), José Maria de Carvalho (duas expulsões 1918 e 1927), José Urbano de Paiva ou Joaquim Rodrigues (1924), Júlio César Leitão (Vila Nova de Foz Coa, 1927), Luiz Lourenço (1921), Manuel Barbosa (1921), Manuel da Rocha Pires (Trás-os-Montes, 1927), Manuel Fernandes Gomes Amorim ou Manuel Fernandes Santa`Anna (Porto, 1919), Manuel Rocha (1921), Sebastião Lourenço (Viseu, 1920), António José Vaz (1924), Elisio do Nascimento (1924), José Marques da Costa (Joaquim, Rodolfo..)(1924), José Madeira (1919), Ricardo Correia Perpetuo (1919), Adriano pinto da Costa (1919), Galiano Testões (1919) (90).

Em São Paulo as expulsões de anarquistas foram igualmente significativas, dado o seu ativismo sindical, como foi o caso de António Candeias Duarte (Coimbra 1881-?) na greve de 1917. Foi preso diversas vezes (1917, 1931, 1939 e 1947). Participou na fundação do PC do Brasil na sua feição anarquista.

Em Pará, José Marques da Costa (Matosinhos,1898 - Lisboa, 1964) fundou em 1919 o jornal *A Revolta* e *O Trabalhador*, orgãos das Federação Operária, e no ano seguinte *O Semeador*, jornal de propaganda sindicalista. Fixou-se neste ano no Rio de Janeiro, onde ingressou no diário anarquista *Voz do Povo*, para além de colaborar para vários jornais locais anarquistas, mas não só. Fundou o semanário *O Trabalhado*r e a revista mensal *Renovação*. Contrariando ordens da policia discursou no comício do 1º. de Maio e é expulso para Lisboa, onde foi de novo preso. Integrou-se rapidamente no movimento sindical.

Um grande número destes anarquistas mal chegavam a Portugal eram presos, sendo a polícia informada das suas atividades revolucionárias (91). Em Setembro de 1919, um grupo de 11 anarquistas expulsos do Brasil assim que chegaram a Lisboa foram logo presos na esquadra do Caminho Novo. Em Outubro com mais 4 também expulsos do Brasil estavam a caminho de Cabo Verde para onde foram deportados (*A Bandeira Vermelha*, 10/1919). As prisões não pararam. Alguns dos que presos foram deportados para o norte do Brasil, como foi o caso, em Julho de 1925, do Abílio Lebre (natural de Setúbal) do jornal anarquista *A Vanguarda* de São Paulo.

Á semelhança do que aconteceu em Portugal os marxistas no Brasil ignoraram ou omitiram a ação dos anarquistas nomeadamente os vindos de Portugal.

Depois do golpe de 1930, à semelhança do que ocorreu em Portugal, o movimento sindical brasileiro sofreu uma brutal repressão. O Estado intervem nos sindicatos e exclui deles os estrangeiros. O PCB aproveitou a situação para contribuir para a desagregação do sindicalismo de inspiração anarquista, enfraquecendo o movimento operário brasileiro.

Solidariedade

Desde que o século XIX que eram organizadas ações de angariação de fundos para apoio a deportados, presos, grevistas e outras situações de grande necessidade, como desemprego ou doença. Esta ações de recolha de fundos, como vimos, ultrapassavam fronteiras: 31 libertários radicados em New Bedford (EUA), por intermédio de Alfredo Gaspar, enviam dinheiro para apoiarem os camaradas presos no Monsanto (1924), numa ação de solidariedade que se prolongou até meados dos anos trinta. Perante a dimensão e gravidade destas situações, a CGT possuía um Secretariado Nacional de Assistência Profissional, Jurídico e de Solidariedade que socorria não apenas os operários confederados. Esta estrutura desdobrava-se noutras organizações, como a Comissão de Solidariedade aos Presos por Questões Sociais (1923). A 30 de Janeiro de 1927 foi organizada a Conferência Regional do Comité Pró-Presos, com a presença de delegados da CGT, Juventudes Sindicalistas e grupos anarquistas, tendo sido constituídos a Federação Portuguesa de Solidariedade a Presos e Perseguidos por Questões Sociais, integrando o Comité Executivo e o Comité de Lisboa.

Os **deportados do Brasil** desde 1919 eram objecto de uma atenção especial, nomeadamente pela forma desamparada como chegavam a Portugal. Durante a República as prisões estiverem quase sempre repletas de **operários e presos políticos**, que nelas permaneciam longos períodos sem culpa formada. *A Batalha* dedicava um largo espaço aos apoios destinados a **deportados** em Angra do Heroísmo (Açores), Guiné, Cabo Verde, Angola e Timor. Os **refugiados**, nomeadamente em França e Espanha não deixavam também de ser apoiados.

Os **filhos dos grevistas** eram acolhidos por outros operários em Lisboa e Porto, como aconteceu durante as greves dos mineiros de Aljustrel (1922-1923), nos têxteis da Covilhã (1923), dos mineiros de S. Pedro da Cova (1923) ou dos corticeiros de Silves (1924). Este último caso é ilustrativo da brutalidade do regime republicano. Durante a greve os filhos dos grevistas foram acolhidos por famílias de operários desde Vila Real de Santo António a Lagos. No dia 22 de Junho de 1924, um grupo delas regressou de comboio a Silves, tendo sido recebidas com grande alegria pelas suas famílias. Quem não gostou foi a GNR que resolveu a tiro acabar com a “festa”, matando Francisco dos Santos Gonçalves e ferindo 14 pessoas, entre os quais 9 crianças. Fruto da revolta que se gerou surgiram dois grupos anarquistas: Grupo Libertário “Mártires 22 de Junho” de Silves e o Grupo Libertário

“Os Unificadores” de S. Bartolomneu de Messines. Estas ações de solidariedade não se confinavam apenas a Portugal. Foram também organizadas ações de apoio a crianças, por exemplo, da Alemanha (1924).

As **campanhas internacionais** na tradição internacionalista eram constantes, verificando-se protestos e manifestações contra expulsões, prisões ou mortes de revolucionários noutros países, como os massacres na Rússia e na Ucrânia, a prisão, julgamento e morte de Sacco e Vanzetti (1920-1927), a morte de Mateu e Nicolau em Espanha (1924), a expulsão de Paulo da Silva de França (1926), etc.

A vaga de prisões que sucedeu ao golpe de fevereiro de 1927, como veremos, obrigaram a uma reorganização nesta estrutura.

1926-1974: Resistência às Ditaduras. Rudolf Rocker

No final dos anos vinte, muitos pensadores anarquistas, como Rudolf Rocker, apontavam para uma a ascensão de Estados totalitários, explorando o filão do nacionalismo. Na sua obra "Nacionalismo e Cultura", escrita na Alemanha em 1933, colocou em evidência este fenómeno. As grandes potencias mundiais, assentes numa cultura nacionalista e políticas centralistas estavam a enveredar por políticas aniquiladoras da diversidade cultural e lançarem-se em movimentos expansionistas. O resultado seria a extinção de minorias, controlo e absorção de pequenos estados vizinhos sob o mais variados pretextos. O resultado seria o crescente armamento, a guerra e o extermínio de povos. Com uma visão surpreendente previu a II Guerra Mundial e os seus horrores. Descreveu com enorme detalhe a constituição dos Estados totalitários e os seus processos de domínio e manipulação de grandes massas. No prefácio à edição inglesa (1946) descreveu a emergência da chamada "Guerra Fria", o expansionismo da Rússia e dos EUA e as tarefas do movimento anarquista internacional na defesa da liberdade. Portugal, na sua pequena escala, não foi uma excepção antes contexto mundial.

Em Portugal, o golpe militar de 28 de maio 1926 que instaurou mais uma Ditadura, acabou por marcar a história do país até aos nossos dias. A resposta do movimento anarquista foi a possível num contexto interno e externo que lhe era adverso, nada mais ridículo do que a reduzir a um conflito entre os jornalistas de *A Batalha* e a CGT. O golpe militar gerou uma natural tensão interna na CGT provocando a sua reorganização. Em 1926 deu-se a entrada de Mário Castelhano (1896-1940) e Manuel Henriques Rijo (1897-1974) para o Conselho Confederal e depois para o Comité Confederal, a direção de *A Batalha* foi confiada ao primeiro (1).

A Primeira República (1910-1926), como vimos, foi marcada por conflitos de poder entre os republicanos, que procuravam resolver os problemas do país através de contínuos golpes de estado, mudanças de governo e assassinatos. Criaram um sistema eleitoral que garantia a continuidade do mesmo partido no poder, gerando permanentes conflitos e divisões entre eles. Os problemas sociais eram resolvidos através da sistemática repressão dos trabalhadores, destruição das suas organizações, perseguições, prisões e deportações.

O patronato desde o princípio dos anos vinte envolveu-se numa ampla conspiração para derrubar a República e instaurar uma Ditadura, semelhante às que existiam em Espanha ou Itália. Os principais jornais, com destaque para o *Diário de Notícia*s e *O Século* de João Pereira Rosa (envolvido numa tentativa de golpe de estado em 1925), defendiam abertamente esta solução. Desde 1919 a instauração de uma Ditadura era também defendida pelos monárquicos vendo nela a possibilidade de um retorno à monarquia. Católicos e monárquicos, em guerra aberta com a República, mitificavam a ditadura de **Sidónio Pais**. Nas palavras de João de Castro fora um enviado de Deus:

"Era o arcanjo libertador. Quando ele ajoelhava diante Deus nas Igrejas a multidão inteira caia de bruços a ouvir a conversa de Deus com Portugal por intermédio do seu filho amado", "Discursos e Alocuções de Sidónio Pais. Um ano de Ditadura", 1924.

Discursos similares alimentavam uma profusa literatura reacionária que apelava à emergência de um novo Ditador. Grande número de intelectuais estavam igualmente fascinados com o ideário "enérgico" dos fascistas italianos.

Depois de 1922 o **fascismo italiano** passou a ser defendido como uma solução para a instabilidade da Republica, multiplicando-se os artigos de divulgação na imprensa e sobre a figura de Mussolini, como os escritos por António Ferro. Foi com agrado que a imprensa noticiou em Setembro de 1923 a instauração da ditadura militar de Primo Rivera em Espanha. O jornal *A Batalha* foi o único jornal que se mostrou abertamente crítico e prosseguiu sozinho, remando contra a maré (2). Apregoava-se para breve também uma ditadura militar em Portugal, a qual era apresentada como uma inevitabilidade em 1926. O contexto internacional era favorável à implantação de ditaduras. Por toda a Europa se assistia à ascensão de regimes autoritários, e ao esmagamento das "forças democráticas" (3).

A imprensa libertária procurava contrariar uma onda que muitos começavam a pensar ser imparável. *O Despertar,* orgão das Juventudes Sindicalistas, em 1923, escrevia: "Perigo a esconjurar: O Fascismo em Portugal. Trama-se na sombra o aniquilamento das organizações revolucionárias e a eliminação dos seus militantes impõem-se a resistência" (nº22, 21/07/1923). Foram muitas as advertências e as iniciativas contra esta vaga. Em 1926, por exemplo, a revista *Renovação* (nº13, 1/01/1926) interrogava-se sobre "Que é o fascismo ?". Em Abril era organizada "A Semana Anti-Fascista", no salão da Construção Civil na Calçada do Combro (*Renovação*, 19, 1/04/1926).

Após o golpe militar de 28 de maio, o republicano Agostinho de Campos, passava em revista os regimes que existiam na Europa e concluía que o golpe era um ajustamento do país ao panorama politico internacional, onde predominavam as ditaduras. As democracias estavam em extinção. Por isso a aceitação do golpe foi "o mais geral e unânime que se tem visto", não tendo sido sequer necessário "desengatilhar uma espingarda" (Crónica da Quinzena, *Revista Ilustração*, nº13, 1/07/1926).

Os **comunistas** sob a liderança de José Carlos Rates, secretário-geral do PCP, deram um importante contributo para a instauração de uma ditadura em Portugal. Para além dos atentados da **Legião Vermelha** que deu contínuos pretextos para uma brutal repressão policial e da forma sistemática como procurou enfraquecer a CGT, dois outros contributos devem ser retidos: a aliança com "partidos golpistas" que pretendiam derrubar a Republica e os ataque à "liberdade e democracia burguesa" defendidos pelos anarquistas.

Carlos Rates antes e depois do seu regresso da URSS (verão de 1924) envolveu o PCP com dois dos partidos golpistas que emergiram da Noite Sangrenta (19 de outubro de 1921): o **Partido Republicano Radical** (PRR) e o **Esquerda Democrátic**a de José Domingos dos Santos. Assumiam-se como partidos "esquerdistas" que pretendiam refundar a república, que acusavam de ter soçobrado à corrupção, injustiça social e à religião. Afirmavam combater as ditaduras mas estavam envolvidos em conspirações armadas.

Entre os dois partidos, as preferências do PCP centravam-se no PRR, dada a sua maior influência nos militares da guarnição de Lisboa. A mudança de governo, como vimos, fazia-se preferencialmente através de golpes militares. Os socialistas eram mais esclarecedores, e em 1923 denunciavam que no Centro Republicano Radical, na Av. Saraiva de Carvalho, no Porto, o que ali abundava eram bombas, espingardas e outro

material de guerra (República Social, nº89, 16/09/1923). Na explosão que ali ocorreu morreram três militantes do PRR tendo sido outros presos (4).

Neste ano ocorreu o primeiro golpe do PRR em que o PCP esteve se envolvido, mas foi logo abortado (cfr. *República Social*, nº. 92, 7/10/1923). Outras participações se lhe seguiram: a 29 de Agosto (assalto ao Quartel de S. Jorge) e 12 de Setembro de 1924 (assalto ao Ministério da Guerra, Central de Correios e Telégrafos), secundado por grande actividade da Legião Vermelha (LV). A situação era de enorme instabilidade, esperando-se golpes militares a todo o momento.

A Função dos Legionários. Desde o princípio de Abril de 1925 que a LV, infiltrada de criminosos, lançava o terror na cidade de Lisboa. Um grupo de criminosos, entre os quais Carlos Frederico Bacelar e Sousa (5), fabricava cédulas de 20 centavos e estampilhas falsas. Outros bandos assaltavam "clubs", cobradores de estabelecimentos comerciais, etc. Redobraram a sua atividade nos atentados e explosões de bombas. Não faltavam protestos da população, comerciantes e outros exigindo uma intervenção policial.

Os "legionários" procuravam associar estas ações a lutas sindicais, o que era vivamente repudiado pela CGT. Sobral Campos e Jaime Fonseca, secretário da organização Presos Sociais -Combatentes em Prol da Emancipação Humana, não se cansavam de denunciar estas manobras dos "legionários", vendo nas mesmas um pretexto para a perseguição que era movida aos sindicalistas, tendo por objectivo destruir a CGT e instaurar uma ditadura militar (*Diário de Lisboa*, 11/04/1925). Sindicalistas presos no Limoeiro recusaram receber da LV parte do produto dos seus roubos. Neves Anacleto, ex-membro do PCP e da LV, numa carta publicada no jornal *Moca* de Faro (nº142, 7/06/1926), afirmava que esta organização se havia constituído para assassinar o secretário-geral da CGT (Manuel Joaquim de Sousa) e o secretário-geral da Federação da Construção Civil (Joaquim Cardoso). A destruição da CGT era um objectivo comum do PCP e da Polícia.

A 18 de Abril de 1925, ocorreu um novo golpe militar, cujo objectivo era implantar uma ditadura militar. A CGT respondeu com a proclamação de uma greve geral de protesto. O governo aproveitou o pretexto para uma nova vaga de prisões de sindicalistas.

O atentado da Legião Vermelha, a 15 de Maio, contra o comandante da polícia João Maria Ferreira do Amaral foi o pretexto que as forças policiais esperavam para lançarem mais uma vasta onda de prisões e deportações, com a qual prenderam decapitar o movimento anarquista, a CGT e as Juventudes Sindicalistas. A simples acusação de legionário feita pela polícia permitia-lhe perseguir, prender e deportar todos os anarquistas e sindicalistas sem culpa formada.

A imprensa em conluio com a polícia, promoveu uma campanha de intoxicação da população de modo a justificar dezenas de prisões arbitrarias, muitas vezes com o simples objectivo de intimidação. Noticiava-se, por exemplo, que a legião se estava a desdobrar em outras organizações, como uma legião vermelha feminina, criada pela amante de José Gomes, o Avante.

A 29 de Maio de 1925, a bordo do cruzador Carvalho Araújo, seguiam 18 deportados de para a Guiné, entre quais os quais se contavam militantes anarquistas como Alfredo dos Santos (1899-?). A CGT através d`*A Batalha* realizou uma intensa campanha de denúncia destas prisões. Uma ação secundada pela Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa. Indiferente às mesmas as prisões prosseguiram.

A Polícia a 5 de Julho afirmava estar concluída a investigação do atentado da LV, incluindo outras ações bombistas. Entre os habituais cabecilhas da Legião, indicava vários anarquistas, apontando o dedo ao Sindicato dos Descarregadores de Mar e Terra, assim como ao Sindicato dos Padeiros, cuja Caixa de Auxílio alegadamente financiara as ações dos legionários (*Diário de Lisboa*, 6/07/1925). O ataque aos sindicalistas continuou. O *Diário de Lisboa* de 28/07/1925 noticiava que a policia tinha presa cerca de 60 pessoas acusadas de participarem no atentado de 18 de Maio, as quais aguardavam a sua deportação para a Guiné. Os presos eram mantidos incomunicáveis e sem julgamento. A Câmara do Trabalho de Lisboa e uma comissão pró-presos que se formara (dirigida por Alfredo Lopes), organizou uma importante ação de protesto no dia 21 de Dezembro. Cerca de 2 mil manifestantes foram alvejados quando se dirigem ao parlamento para apresentarem o seu protesto, denunciando falsidades e ausência de provas na maioria dos casos.

Muitos dos membros da LV continuavam a ter uma forte ligação ao PCP, encontrando na propaganda comunista uma justificação "social" para o banditismo. Em Junho de 1925 era assassinado pela polícia Domingos Pereira, manipulador do pão, membro do PCP e chefe da Legião (cfr. O *Comunista*, nº25, 20/06/1925). Em Agosto de 1925 morria na Guiné Manuel Tavares, barbeiro, filiado no PCP e membro da Legião (*O Comunista*, nº38, 15/08/1925). Em 1926 o governo português pedia a extradição dePaulo da Silva refugiado em França. Era membro do PCP e segundo a polícia participara no atentado ao comandante da polícia (*O Comunista*, nº46, 1/05/1926). A maioria dos membros da Legião eram apontados como aderentes ao PCP. *O Despertar* (nº8), orgão das Juventudes Sindicalistas não tinha dúvidas em afirmá-lo.

Outra das ligações eram com o PRR e a Esquerda Democrática, ambos apostados num golpe militar. O jornal *A República Radical* nº.1(28/11/1924) editado no Barreiro definiu o perfil do homem necessário para liderar o golpe à democracia: uma mistura menos "sofrida" de Lenine com Mussolini, um ditador-salvador. Um ano depois, o jornal *A Republica Radical*, nº5, (1/11/1925) informava orgulhosamente os seus leitores da adesão do general Gomes da Costa ao PRR.

Em fins de 1925 Carlos Rates estava insatisfeito com a participação do PCP nas alianças com os golpistas, e decidiu aproveitar os seus contactos e influência pessoal para acelerar o fim da República. Nas eleições de 8 de Novembro de 1925, Carlos Rates e mais sete membros do PCP integram a lista de candidatos da Esquerda Democrática. A magra votação que obteve, obrigou Carlos Rates a uma nova mudança. Tornou-se jornalista n´*O Século* de João Pereira da Rosa, um dos principais conspiradores contra a democracia (6). Este, instaurada e consolidada a Ditadura vem a público em Julho de 1931 enaltecer Salazar e a Ditadura, afirmando que havia aderido à União Nacional (*Diário da Manhã*, 16/7/1931), deixando duas recomendações aos ditadores: preservem a autonomia sindical e defendam o municipalismo. Ironia?

O PCP, em parceria com o PRR foi formando com outras forças políticas uma ampla frente para derrubar a República (7) e eliminar a CGT. Em Fevereiro de 1926, ocorreu uma nova tentativa de golpe. Várias datas foram inclusive anunciadas publicamente para o desfecho fatal, num clima que lhe era favorável: sucessivos escândalos gerados por corrupção endémica e o descalabro das finanças públicas.

Em suma, na propaganda comunista só haviam duas alternativas: o fascismo ou o comunismo. O regime democrático era uma ilusão. A partir de 1923 O PCP lançara um ataque contra a "Liberdade Burguesa" e a Democracia que considerava desacreditada. À

Democracia só restava os “sindicalistas da Calçada do Combro a defender-lhes os sagrados princípios” (O Comunista, nº8, 20/12/1923). Estes ataques levaram à saída de Lima de Carvalho do PCP. O jornal aproveitava para anunciar aos menos avisados que “A Internacional Comunista não se constituiu para ressuscitar a defunta “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (*O Comunista*, nº10, 12/01/1924). Os direitos fundamentais dos seres humanos eram desta forma negados. Os fascistas e depois os nazis assumiriam a mesma posição.

Reacção

A 28 de maio de 1926 ocorreu o golpe militar, liderado por Gomes da Costa, membro do PRR, e alguns meses depois era instaurada uma ditadura militar. O golpe, embora não tenha apanhado ninguém de surpresa, não deixou de provocar alguma hesitação. O debate entre os anarquistas dividia-se entre uma resposta imediata (Greve Geral) ou uma resposta mais demorada e ampla que pudesse agregar outras forças. A Ditadura não esperou e começou de imediato a repressão. Sucederam-se as prisões e deportações para as antigas colónias. Alberto Moniz da Silva foi desterrado em 1926 para Angola e Amilcar Ferreira Dias (1878-1943) para a Guiné. José Marques da Costa, preso em Fevereiro deste ano foi acusado de pertencer à "Legião Vermelha", e desterrado para a Guiné conseguiu fugir em 1928 para Dakar, e daqui para França, onde participou no apoio e organização dos exilados anarquistas de Portugal.

A falta de uma resposta da CGT ao golpe de maio de 1926 adensou a polémica sobre a ida neste mês de Manuel Joaquim de Sousa à conferência da AIT em Paris. Embora a escolha no Comité Confederal tenha sido por votação secreta rapidamente foi questionada por um grupo ligado a José da Silva Santos Arranha (1890-1962), director d´*A Batalha*. O assunto foi discutido na imprensa da época, onde era notório o excesso de protagonismo de Santos Arranha, no que era apoiado por elementos socialistas e comunistas, interessados na divisão da CGT. O jornal *O Anarquista* entrou também na liça e fez uma série de acusações, nomeadamente sob o desvio reformista d`*A Batalha*. No centro das acusações estava uma reunião no Quartel do Carmo, entre o general Costa Gomes, Henrique Galvão, o almirante Mendes Cabeçadas e representantes da CGT, entre os quais se contava Santos Arranha. Os militares prometeram-lhes que não tomariam uma orientação fascista, o que foi veiculado pelo jornal. Tratou-se todavia de uma iniciativa sem a aprovação da CGT. Menos de dois meses depois, como é sabido, Costa Gomes foi derrubado pelo general Óscar Carmona. A ditadura militar tinha agora um novo chefe militar que se iria manter no poder até falecer em 1951, defendendo sempre um regime totalitário.

O conflito interno da CGT prosseguiu. Ainda em 1926 Arranha foi substituído por Manuel Joaquim de Sousa, como director interino, dando lugar pouco tempo depois a Mário Castelhano à frente do jornal. Para o Comité Confederal entram também Alberto Dias (secretário das federações) e Adriano Botelho (secretariado das uniões).

Após o golpe militar, *A Choldra*, orgão da Esquerda Democrática que tinha como alvo privilegiado as Juventudes Sindicalistas, a CGT e os anarquistas fez um rasgado elogio à Legião Vermelha (*A Choldra*, nº21, 19/06/1926). Graças à sua ação desestabilizadora os militares finalmente haviam decidido tomar o poder.

A primeira grande ação contra a Ditadura ocorreu em 1927, a 3 de Fevereiro no Porto e a 7 em Lisboa. Foi uma confrontação violenta, na qual participaram militares insurretos e civis. Os militares que assumiram o poder em maio de 1926, lançaram o país à beira da

bancarrota, pretendendo contrair um empréstimo externo. O caso foi aproveitado para se criar uma ampla frente contra o empréstimo e a restauração das liberdades. A CGT e os anarquistas participaram ativamente neste movimento.

No **Porto**, o golpe foi comando pelo general Sousa Dias com escassas forças militares. A maioria das forças armadas manteve-se fiel à Ditadura. Perante a frágil situação, militares insurretos e civis prepararam-se para resistir às ofensivas e montaram barricadas em Campanhã, Bonfim, Marquês de Pombal, Santa Catarina, Praça da Liberdade, Cordoaria, Monchique, tendo como centro a Batalha. Os combates foram violentos, contando-se dezenas de mortes. Faltaram alimentos e a cidade foi bombardeada. No dia 6 de Fevereiro, Sousa Dias rendeu-se.

Em **Lisboa**, persistiu a agitação e as prisões, mas a maioria do exército manteve-se fiel à Ditadura. No dia 7 de Fevereiro, o tenente da marinha Agatão Lança, em Alcântara lançou uma revolta militar, secundada por civis, com o apoio da CGT e avançou para o centro da cidade, concentrando-se no Principe Real. O Depósito de Material de Guerra e a Fábrica de Armas foram assaltadas. O Arsenal da Marinha aderiu à revolta. A área entre o Rato, Bairro Alto e o Arsenal foi controlada pelos revoltosos. Erguem-se barricadas. O *Diário de Notícias* e um suplemento de *A Batalha* apelaram à revolta contra a Ditadura. Apesar das muitas ações, não apenas em Lisboa, a revolta acabou por confinar-se ao Bairro Alto, sendo a população bombardeada, nomeadamente pela aviação. Contabilizam-se centenas de mortos. No dia 9 de Fevereiro, os militares revoltosos renderam-se, apesar disso a revolta continuar nas ruas. Na sequência desta revolta a CGT e todos os organismos federativos sindicais foram proibidos. *A Batalha* foi suspensa e as suas instalações na Calçada do Combro destruídas. As Juventudes Sindicalistas desaparecem na vaga de prisões. Quase todos os membros do Comité Confederal foram presos.

As prisões estavam repletas de anarquistas que se opuseram ao golpe de 18 de Abril de 1925, alegadamente pertenciam à Legião Vermelha ou porque haviam participado na revolta de Fevereiro de 1927.

A 13 de Abril de 1927 cerca de 200 presos foram deportados para Timor a bordo do navio Pêro d`Alenquer. O navio fez escala em cabo Verde, Guiné, Moçambique e Macau onde houve entradas e saídas de prisioneiros. As colónias funcionavam como grandes presídios. O navio chegou a Timor a 26 de Setembro com 75 deportados (presos políticos). Dada a sua formação profissional foi enorme o seu impacto na economia, em obras públicas, na administração local e até na defesa de Timor aquando na invasão japonesa (8). Sem meios para os sustentar o governador permitiu que cada um procurasse os próprios meios de subsistência. Muitos acabaram por se fixar, criar família e nunca regressaram a Portugal.

Entre os deportados anarquistas contavam-se Manuel Viegas Carrascalão (tipógrafo, secretário-geral das Juventudes sindicalistas, preso em 1925 e condenado 6 anos de prisão, 1901-), Manuel dos Santos Quintas (1902-), Raul Pereira dos Santos (1902-)(9), Álvaro Damas (metalúrgico, 1903-1958), Alfredo Pereira Vaz (calceteiro, 1906-?), Amadeu Carlos das Neves, o mocho (1900-?), Alfredo dos Santos (1899-?), António da Conceição Pereira (operário da construção civil), Domingos Paiva (metalúrgico, 1902-1955), Francisco Ureña Prieto (espanhol, 1903-?), José Castelo, João Maria Major, Manuel dos Santos Quintas, Amândio Pinto, José de Almeida Figueiredo, José Lopes (1906-1950), Luis Ferreira da Silva (?-1942, assassinado pelos japoneses), Mário dos Santos Fontainhas (?-1935), Abel Venâncio da Silva (1905-?), Albertino Abrantes Castanheira (1899-?), António Dias (1884—1942, assassinado pelos japoneses), Carlos Saldanha

(1902-?), Elpídio Duarte Pedroso da Silva, Eugénio Augusto Ribeiro, João Fernandes Pinto, Joaquim Manuel Cardoso, José Caetano Castela, José Rodrigues d`Almeida, o Silva Padeiro (1905-?), Mário Gonçalves (?- 1942, assassinado pelos japoneses), Pedro de Jesus (1901-?), Pedro Guia de Oliveira (1905-?), Raul Honório (1907-1976), António Francisco dos Santos, António Francisco Serra, António Teixeira, o António Ilhéu (?-1942, assassinado pelos japoneses), Calisto Gonçalves Pinto da Silva, Eurico Lino Gonçalves Marques de Oliveira, Francisco Fernandes, Francisco Fernandes Camacho, João Abílio Ferreira, João de de Sousa, Joaquim Espírito Santo da Mota Vasconcelos, João Fernandes Lopes, Rodrigo Rodrigues (1898-?), António da Conceição Pereira (1900-?), António Gonçalves, o Pirinéu (1896-?), Celso Pinto Marques dos Santos, Francisco da Silva Gomes, o Chico Belezas, Francisco Ramos da Graça (1904-1942, assassina do pelos japoneses), Jacinto Estrela (1908-), Jaurés Américo Viegas, João dos Santos, o João Algarvio, João Gomes (1903-), João Maria Major (1893-), João Clemente, o Agarra, Joaquim da Silva, o mirolho (1902-1963), Joaquim Luís Carriquico (1901-), José Filipe (1906-1964), José da Silva Godinho, o Gordinho (1899-1948), Manuel Pereira, o Pereirita (1901-?), Mizael Dias Macedo, o Brasileiro (1879-1933), Paulo Soares, o Paulino (1900-), Raul da Silva Dias Monteiro, o Orelhas (assassinado, em 1942, pelos japoneses), Sebastião da Graça (?-1968), Severino Faria Coelho (1902-1942, assassinado pelos japoneses), Vanzelino dos Santos Costa.

Entre os membros da Legião Vermelha deportados em Timor, contavam-se naturalmente antigos militantes anarquistas, que aderiram depois de 1921 ao PCP. Muitos regressaram ao movimento, sendo todavia difícil de determinar esta ligação (10). Em todo o caso a dimensão destas deportações afectou significativamente a ação do movimento anarquista e da própria CGT.

No dia 15 de Novembro Mário Castelhano, Manuel Henriques Rijo, Domingos Lopes Bibi, os irmãos Marques Pereira (Armando e Alfredo) foram deportados para Angola, onde iriam encontrar Francisco Quintal, Álvaro da Costa Ramos, Arnaldo Simões Januário e António Inácio Martins (1901-1965). Aproveitaram a ocasião para desenvolver uma ativa propaganda neste território colonial.

As prisões em Portugal, como o Aljube, encheram-se de presos anarquistas como José Viegas Samurrinho, Raul Elias Adão, Manuel da Cunha Estrela, Adolfo Lima, César Porto, António Alves Pereira, Emídio Santana, Faustino Bretes, José Pires de Matos, etc.

A 26 de Fevereiro de 1928 a vaga de prisões a foi particularmente devastadora. José Agostinho das Neves foi preso, neste ano, quando andava a distribuir propaganda. Deportado para a Guiné (Maio de 1929), conseguiu fugir para o Senegal. Em 1935 já estava em Espanha sendo expulso para França.

Depois dos sangrentos acontecimentos de Fevereiro de 1927, que se saldaram por centenas de mortos, os anarquistas percebem que não estavam perante mais uma curta ditadura como a de Pimenta de Castro (1915) ou a de Sidónio Pais (1917-1918). Grande parte do exército estava apostado numa Ditadura semelhante às que se estavam a espalhar pela Europa, tendo como referência a de Mussolini em Itália e a do general Primo de Rivera em Espanha (1923-1930). Uma vez mais os anarquistas aliaram-se aos republicanos em Portugal ou no exílio para defenderem a liberdade e a República. Não era uma posição fácil de aceitar.

Perante a brutal repressão que se abateu sobre o movimento, muitos militantes, intelectuais e artistas, como Stuart de Carvalhais, Manuel da Conceição Afonso (11) afastam-se do movimento.

Reorganização

Depois do 7 de Fevereiro de 1927 a **UPA** ficou desarticulada. Em 1928 só restavam em liberdade Carlos Teixeira da Silva e Adriano Botelho que contaram com o apoio de António Rodrigues dos Santos. A vaga de assassinatos e prisões que se sucederam levou que muitos anarquistas fugissem para França.

Em Portugal para apoiar presos foi criada, como vimos, a Federação Portuguesa de Solidariedade com os Presos e Perseguidos Políticos, cuja sede era na Calçada do Combro, 38, 2º. andar. Esta e outras organizações libertárias angariavam dinheiro para pagarem a advogados, multas e outras despesas com os camaradas presos, socorro às suas famílias, campanhas de denúncia, edições, etc. Alguns militantes em Portugal destacaram-se no apoio direto aos presos. Em França, como veremos, foi criada a Federação Anarquista dos Portugueses Exilados (FAPE) em 1930.

Os períodos de abrandamento da repressão policial foram rapidamente aproveitados para o lançamento de jornais e outras publicações, com o aviso: "visado pela comissão de censura". No Porto, apesar da censura, conseguem publicar *Germinal* (quinzenário, 1929) (12), a revista *Aurora* (1929-1930)(13), a *Vanguarda Operária* (1929-1930)(14) e Campos Lima a revista *A Cultura* (15). Em Coimbra editava-se "Igualdade" (1928-1929)(16). No Barreiro surgiu o jornal a *Terra e Liberdade* (1930-1931) (17). Em Lisboa apareceu *A Batalha*, como orgão da "Comissão Inter-Confederal", numa edição semanal de 13/09/1930 a 6/12/1930 (13 números).

Aproveitando o facto da edição de livros não ter censura prévia foram criadas duas editoras: **Edições do Pensamento Acrata**, numa iniciativa de Álvaro da Costa Ramos e Emídio Santana, nesta editora foram publicados de Adriano Botelho *A Conquista do Poder* (1932), de Max Netlau *Cooperação entre Sindicalismo e o Anarquismo*, e de Mário Castelhano, *Os Organismo de Transporte na Revolução Social* (1932). A **Editorial *O Argonauta***, numa iniciativa de vários sindicatos, editou a importante obra de Pierre Besnard- *Os Sindicatos Operários e a Revolução Social* (1931). Outras obras relevantes editadas neste contexto: Emílio Costa: *Karl Marx* (1930), *Sindicalismo Independente* (1931), J*ean-Jaurés* (1931); Manuel Joaquim de Sousa: *O Sindicalismo em Portugal* (1931). A repressão acabava por cair sobre os autores e distribuidores: Gonçalves Correia quando reeditou em 1931 "A Felicidade de todos os seres na Sociedade Futura", texto apresentado na Conferência no V Congresso dos Trabalhadores Rurais (1922) foi preso em 1932. A Polícia política considerava-o um perigoso revolucionário em todo o Alentejo.

No início dos anos trinta os anarquistas reorganizavam-se e prepararam-se para novos combates contra a Ditadura (18). Em 1931 cria-se a **Aliança Libertária Portuguesa** (ALP), que se desdobrava em três federações regionais: Norte (Porto, Coimbra), Centro (Lisboa, Setúbal) e Sul (Alentejo e Algarve). Com excepção do Porto, onde persistiu uma organização baseada em grupos de afinidade, a estrutura adoptada passou a ser agrupamentos locais muito alargados. A maior de todas as alianças era a Aliança Libertária de Lisboa, com sede na Travessa Água da Flor onde tiveram papel destacado Francisco Melo Ramos, Manuel Joaquim de Sousa, José António Correia de Sousa

(1895-1969, jornalista), António Albuquerque, António Costa e Bernardino Dias, Emídio Santana, Manuel Joaquim e Germinal de Sousa e muitos outros. Foi lançado o jornal *A Aliança Libertária de Lisboa*, mas a repressão não tardou, atrasando a saída do nº.2 (novembro de 1931) como dá conta o editorial.

FARP. Na conferência realizada em Junho de 1932, no Grupo Dramático de Belém, foi decido transformar a ALP na **Federação Anarquista da Região Portuguesa** (FARP) passando a integrar a Federação Anarquista Ibérica (FAI) e enviar Correia de Sousa como delegado da FARP ao Plenário de Regiões da FAI que se realizou entre 31 de Julho e 3 de Agosto em Madrid. No regresso foi preso, tendo vindo a ser condenado a um ano de prisão. Os anarquistas em Portugal procuravam unir forças para derrubar a Ditadura, contando com o apoio da FAI e da CNT, possibilitando-lhes criar uma retaguarda em Espanha (19). Esta estratégia acabou por ser revelar uma continua desilusão.

A ALP (FARP) estava intimamente ligada à CGT, participando na organização das suas ações. A greve que a CGT declarou a 12 de Outubro de 1932 nas Minas de São Domingos foi conduzida pela Aliança Libertária Alentejana, apoiada pelo Grupo anarquista de Mértola e pelo sindicato dos trabalhadores rurais desta localidade. Nestas localidades é de destacar a ação de José Vaz Rodrigues, Francisco Mestre Valadas Ramos Junior, Valentim Adolfo João, Florival Graça, Francisco Ximenes, António Moura (espanhol), Adolfo Valentim João (1902-1970, presidente do sindicato dos mineiros) e outros. Uma ação que se prolongou até meados de Dezembro. Na vaga de prisões que ocorreu neste mês foram presos, entre outros, Francisco Quintal, Miquelino Santos e Luís Laranjeiro o que afectou a ação da ALP (FARP). Apesar disto, no Plenário peninsular da FAI, reunido em Madrid (Outubro de 1933), o relatório do delegado português referia a existência de 40 grupos com cerca de 1000 filiados, um número redondo certamente exagerado. A FARP, apesar da intensa repressão que era alvo, continuou a sua ação.

Juventudes Libertárias. Em meados de 1932, numa reunião na Sociedade Esperantista Antawen foi decido criar formalmente as Juventudes Libertárias- Região Portuguesa, integrada na Federación Ibérica de Juventudes Libertárias (FIJL), cuja organização no terreno foi sempre muito difícil dada a sistemática repressão policial. O *Jovem Anarquista*, era então o porta-voz das JL -Região Portuguesa**,** cujo nº.1 saiu em Novembro de 1934 e o nº. 3 em janeiro de 1935.

FAPE

A seguir à revolta de Fevereiro de 1927, como dissemos, sucedeu-se uma enorme vaga de prisões o que levou muitos anarquistas a exilarem-se, nomeadamente em França (Leal da Câmara, Vasco da Fonseca, Jaime Brasil, Agostinho das Neves, etc), mas também em outros países, atirados para fora de Portugal pelas sucessivas vagas de perseguições.

Na costa leste dos EUA, em New Bedford, Fall River, Newark, Newport, Rhode Island, Cambridge, Ossining ou Boston existiam nos anos vinte e trinta importantes comunidades de emigrantes e exilados portugueses. Nas duas primeiras cidades, cerca de um quatro da população era de origem portuguesa. os anarquistas tinham o seu principal núcleo em New Bedford. Em 1924, como vimos, três dezenas enviavam dinheiro para apoiarem camaradas presos em Portugal. Em 1926 António Alves Pereira, Diamantino Teixeira e António da Costa foram novamente julgados em *Providence* por fazerem propaganda da Anarquia (20). Estavam empenhados nas lutas operárias, nomeadamente na greve de 1928, da industria algodoeira, que durou seis meses. Dois nomes destacaram-se nesta

greve que envolveu mais de 309 mil trabalhadores: Eulália Mendes (Gouveia, 1910-2004), que virá a aderir ao PC dos EUA, e Augusto Pinto, deportado para Portugal. A polícia política portuguesa fê-lo desaparecer durante a viagem. Publicam *A Luta (1927-1929)*, um "jornal de combate às religiões" (21). A fundação do Ateneu de Estudos Libertários, cuja iniciativa se deveu a militantes como Alfredo Gaspar é significativa da ação destes libertários. Apesar da censura e da distância mantiveram sempre uma forte ligação ao movimento em Portugal. No jornal *Terra e Liberdade* editado no Barreiro (nº.3, Outubro de 1930) M. Martins iniciava uma crónica a partir de New Bedford. Em 1934 participam na criação de Aliança Liberal Portuguesa nesta cidade, uma ampla frente que reunia elementos da "extrema esquerda republicana até às teorias filosofico-sociais de Tolstoi." (22), editava o jornal *A Liberdade*. Os seus membros como era corrente na época em Portugal, não se livraram por parte de seus inimigos salazaristas do rótulo de "comunistas", o que os tornou alvos a abater pela policia local. O Ateneu libertário fundado em 1929 na cidade de Newark, graças a militantes como de Guilherme Pereira é outro marco desta ação internacional.

Em Paris organizam em 1930 a FAPE (Federação Anarquista Portuguesa Exilada) sob a coordenação José Marques da Costa. Foram estabelecidas ligações com núcleos de anarquistas portugueses exilados em Espanha, Argentina, Brasil, EUA, e com os deportados em África e Timor (*Vanguarda Operária*, nº49, 31/08/1930). Em 1931 a FAPE desenvolveu uma campanha internacional para evitar a extradição de três anarquistas italianos - Giuseppe Volunté, Giovanni Bidoli e Cesare Cuffini de Espanha para Portugal. Não o conseguiu impedir e os mesmos acabaram às mãos de Mussolini.

Depois da implantação da República em Espanha (1931) estavam criadas as condições para a instalação da FAPE neste país, o que veio a acontecer quando Marques da Costa foi expulso de França, em 1932, por estar envolvido no movimento sindical. Em Espanha foram constituídos núcleos de exilados para além de Madrid, em Barcelona, Valência, Sevilha e Vigo. A partir de Espanha tornou-se mais fácil editar propaganda, nomeadamente manifestos para serem difundidos em Portugal. Em Sevilha em 1931, por exemplo, José Maria de Almeida Júnior, co-fundador do Centro Republicano Radical e conhecido bombista, colaborou na edição de um panfleto dirigido "Aos Soldados, Marinheiros e ao Povo Portuguese em Geral" (Foi deportado para o Tarrafal em 1936). Começou a publicar-se o jornal *A Rebelião* (1ª. serie, 1932), porta-voz da FAPE.

A Espanha foi o país onde pela sua proximidade, se refugiaram muitos anarquistas como Manuel Gomes de Matos (mecânico naval), Adriano Pimenta (corticeiro do Barreiro), Jaime Rebelo (marítimo de Setúbal), Manuel António Boto (ferroviário, Barreiro), Manuel Firmo, Roberto das Neves (1931) e José Rodrigues Reboredo (pasteleiro, 1891-1952) o que deu uma vida nova ao núcleo de Vigo (1932-1933). Na Argentina formou-se em 1933 um grupo anarquista português que editou o jornal *A Ação Anarquista*. José Lopes Soares que havido sido deportado para Timor, em 1933 foi transferido para Moçambique onde organiza um núcleo da FAPE. Após regressar a Portugal, ajudou a reorganizar a FARP depois da greve geral do 18 de Janeiro de 1934 (23).

Este grupos de imigrantes e exilados tiveram um papel muito relevante no incentivo à luta contra a Ditadura em Portugal.

Ligações Internacionais. A Ditadura do general Primo Rivera em Espanha (1923-1930) e a Ditadura Militar em Portugal (1926-1933) exigiram um reforço do entendimento dos anarquistas nos dois países. Em maio de 1926 ocorreu entre eles um encontro em Marselha (França) onde foi aprovado a constituição da **Federação Anarquista Ibérica**,

ficando sediado em Lisboa o respectivo comité constitutivo. A revolta de Fevereiro de 1927 e as prisões que se seguiram impossibilitaram a ação do comité. No dia 24 e 25 de Junho deste ano, organizou-se em Valência, o Congresso fundacional da Federação Anarquista Ibérica (FAI), onde estiveram presentes Germinal de Sousa e Francisco Quintal da UAP, cuja participação foi muito discreta. Em Portugal pouco ou nada se avançou. Na conferência da FAI, em Junho de 1931, ficou evidente que a FAI era uma organização espanhola, não prestando o apoio que dela esperavam os anarquistas portugueses. Maior apoio obtinham da rede de exilados em França e Espanha. A constituição da FARP, em 1932, pouco melhorou a situação.

A CGT fez-se representar no Congresso da AIT em Madrid (1931) por Manuel Joaquim de Sousa e João Miranda, e no Congresso da CNT em maio de 1936, em Saragoça através de Emídio Santana.

Os contactos com os anarquistas espanhóis e as crescentes adesões à CNT geravam entre os militantes em Portugal a convicção de uma possível Revolução Social em Espanha.

Prossegue a Resistência. Em Portugal a luta contra a miséria e a ditadura não abrandou. A **CGT** estava desde 1927 na clandestinidade e tinha grande número dos seus militantes presos e deportados. Reagindo contra as manobras do PCP para destruir a CGT, em 1930 foi criada uma **Comissão Inter-federal de Defesa dos Trabalhadores** (*Vanguarda Operária*, nº43, 20/07/1930) e iniciou-se a publicação *A Batalha* (24), e não passou muito tempo até que fosse proibida. Novos militantes faziam-se à luta, como Luisa do Carmo Franco (1914-1999), eleita delegada do Sindicato Único Conserveiro. A custo a imprensa operária ligada à CGT ia procurando furar o cerco policial. São exemplo, como vimos, a edição de publicações como o *Argonaut*a, orgão do Sindicato dos Marinheiros Mercantes; *Solidariedade Mineira e Metalúrgica*, dirigido por Emídio Santana (Dezembro de 1931 - Maio de 1933).

A luta contra a Ditadura prossegue, assim como as prisões. Em Setembro de 1930 os padeiros e distribuidores de pão de Lisboa entraram em greve, na sequência da qual foram presos os dirigentes e delegados do Sindicato dos Manipuladores de Pão (anarquista). O impacto desta greve foi enorme. Afonso de Moura (1898-1931), ceramista e ativo militante em Coimbra foi preso a 23 de Dezembro, por conspirar contra a Ditadura Militar, deportado Cabo Verde a 6 de junho de 1931. Morreu a 7 de Dezembro deste ano nesta antiga colónia.

1931 foi um ano de revolta generalizada no continente, nos Açores, na Madeira e na Guiné. Em Setúbal declara-se uma greve de pescadores que durou 92 dias. Entre os anarquistas que lideraram a greve e foram presos destacaram-se Jaime Rebelo (1890-1975), Luis Branco ou João Atanásio (deportado para Cabo Verde). A prisão de Jaime Rebelo constituiu um exemplo paradigmático do drama vivido pelos presos políticos. Temendo não poder suportar as torturas de que eram vítimas e trair os seus companheiros, entre a planta do pé e a meia levou para a prisão uma lâmina de barbear escondida. Pegou na lamina e cortou a língua, tendo sido hospitalizado. Jaime Cortesão ao saber deste acto escreveu um belo poema de louvor à coragem e verticalidade do anarquista (25). Após sair da prisão foi para Espanha, onde lutou contra o franquismo nas fileiras da CNT/FAI.

A Ditadura procurava dispersar os deportados por Portugal e colónias de modo a isolá-los, o que nem sempre conseguia. Em Agosto de 1930, um grupo de deportados em Angola

tentou organizar uma revolta, levando a que a Ditadura retirasse todos os deportados políticos deste território. Nas várias mudanças para isolar os presos políticos, um grupo quinze anarquistas deportados acabaram por serem transferidos para a Ilha do Pico nos Açores, para depois serem levados para Cabo Verde: Castelhano, Rijo, Bibi, Domingos da Silva, Anibal Dantas (1897-1963), Fernando Barros e a sua esposa Margarida Barros, Manuel Portules Saraiva, Sebastião José Valoroso, Miguel da Silva, António Carvalho, Manuel João, Raul de Sousa, Anastácio Ramos, José da Silva, António Nunes e José Júlio Ferreira.

Quando o barco que os transportava para Cabo Verde, o paquete "Carvalho Araújo", chegava chega à Madeira, deu-se a eclosão da **Revolta da Madeira** (4 de Abril a 2 de Maio de 1931), chefiada pelo general Sousa Dias (26). De imediato os anarquistas deportados com outros que aqui viviam, apoiam a revolta contra a Ditadura. Castelhano assumiu então a direção do jornal *A Batalha* do Funchal, apelando à revolta. Este jornal, em tudo idêntico ao orgão da CGT publicou-se entre 8 de Maio de 1926 e meados de 1935 (27). O movimento contou com ações de solidariedade, dirigidas por deportados nos Açores (São Miguel e Terceira) a que se juntou uma revolta na Guiné. Muitas outras ações se seguiram, como o movimento armado de 26 de Agosto de 1931, na sequência do qual José Severino Melo Bandeira foi preso e deportado para Timor. Fracassada mais esta revolta fogem para o Continente. Fernando Barros e Anastácio Ramos sequestraram um vapor e obrigam a tripulação a trazê-los para o continente, onde conseguem fugir para Espanha, fixando-se em Barcelona, integrando-se na CNT. Castelhano e outros ficam na clandestinidade em Portugal.

Estas ações na Madeira foram secundadas por manifestações de revolta dos estudantes universitários de Lisboa que solicitaram o apoio da CGT que lhes foi dado, seguindo-se numerosas prisões. Roberto das Neves foi ferido a tiro pela polícia. O jornal comunista *O Militante* relatou a reunião dos estudantes com a CGT dando desta forma informações à polícia para apanhar anarquistas. Emídio Santana foi um dos presos na altura, tendo sido confrontado com a informação divulgada pelo jornal do PCP.

Deportações

Desde 1896 os anarquistas que eram deportados para prisões nas antigas colónias portuguesas como Timor (Campo de Okussi), Guiné, Angola ou Moçambique. Nada mudou durante a Iª. República nem na Ditadura. As prisões da Madeira, Açores (Angra do Heroísmo, Forte de São João Baptista), Aljube, Peniche, Limoeiro, Penitenciária de Lisboa ou de Coimbra e outras estiveram quase sempre ocupadas com anarquistas presos.

Em 1931 seguiram para Timor cerca de 500 presos políticos em duas levas, uma em Junho e outra em Setembro. Muitos destes “presos políticos” eram republicanos que haviam estado envolvidos nas conspirações no ano anterior (28). Entre os deportados contavam-se vários anarquistas como Bernardino de Oliveira Dias (1908-?), Bernardino Maria dos Santos (1877-1958), J Victor da Conceição (preso em 1930); César Augusto de Castro (serralheiro, 1901-1980), Joaquim da Silva (trabalhador da indústria conserveira, morreu em Timor), Melo Bandeira, Fernando Augusto Mariz (assassinado em 1942 pelos japoneses), Fernando Martins (assassinado em 1942 pelos japoneses), Francisco Guedes Palmeiro, etc.

Arnaldo Simões Januário mal chegou, em 1931, abriu uma barbearia, organizou a **Aliança Libertária de Timor** e editou clandestinamente um boletim da Aliança Libertária distribuído por toda a ilha. Descoberto o boletim, vários anarquistas foram condenados a

trabalhos forçados. Os anarquistas conseguiram publicar na imprensa internacional notícias prisões, deportações e lutas dos trabalhadores em Portugal (29). Raul dos Santos, por exemplo, escrevia para o jornal anarquista de Buenos Aires - *La Protesta,* onde denunciava o regime colonial e as condições em que viviam os deportados. Numa rusga policial foi descoberto um destes artigos, com o testemunho de Francisco Ramos Graça que foi sujeito a maus tratos. A amnistia decretada em 1932 a todos os deportados, não se aplicou em Timor aos considerados "mais perigosos", uma centena. O governador temendo não conseguir controlar a situação mandou regressar a Portugal, em 1933, quatro anarquistas: Arnaldo Simões Januário, Raul dos Santos, Manuel dos Santos Quintas e João Maria Major.

Em 1932 prosseguiram as prisões: Abílio Augusto Belchior (1898-1937), acusado de um atentado bombista neste ano, acaba em 1936 no Tarrafal, onde faleceu no ano seguinte. Luís Joaquim Portela foi preso na mesma altura, condenado a 14 anos de degredo, foi deportado para os Açores, seguiu-se Peniche de onde conseguiu fugir para o Brasil. Luís Fernandes Laranjeira foi preso em Dezembro e deportado para os Açores; António Inácio Martins é novamente preso, desta vez no Forte de Peniche, até 1934; António Pimentel foi preso em 1932 e depois em 1933; Manuel da Cunha Estrela foi preso em Peniche.

Entre as muitas revoadas de prisões, a que ocorreu em meados de 1933 foi particularmente devastadora. Em Janeiro no Bairro de Alcântara numerosos anarquistas foram presos. Seguiram-se prisões por todo o país. Entre os presos contavam-se José Augusto de Castro (deportado para os Açores); Zacarias de Lima (1901-1967) veio do Porto para a Penitenciária de Lisboa, e ainda em 1938 aguardava julgamento; Francisco Melo Ramos (16 de Maio), José Vaz Rodrigues (militante anarquista das Minas de São Domingos, Mértola**)**. Da Aliança Libertária do Barreiro foram presos, entre outros, Alfredo José da Costa, José António Machado, Manuel Cardoso, Fernando Pedro Cândido, Manuel Ramos Billot. A 21 de Agosto em Lisboa, por exemplo, foram presos na Travessa da Água da Flor, 16, 1º., entre outros, Jaime de Oliveira e Castro, Homero de Virgilio de Azevedo Freitas Sampaio, Francisco Cunha Vicente, José Augusto de Castro e Germinal de Sousa. Dois dias depois foi preso Manuel Joaquim de Sousa (secretário-geral da CGT desde Julho de 1931).

Comunistas e Socialistas

Os anarquistas eram o alvo a abater para os comunistas e socialistas. A frente única que havia construído em 1923 não tardou a desfazer-se, motivando mútuas acusações de traição e vingança. Os Socialistas estavam descredibilizados e inoperantes. Os Comunistas reduzidos a um bando de sectários, apostados em ações violentas. Acusavam os anarquistas de fazer o jogo da burguesia ao denunciar o regime tirânico que se havia instalado na Rússia e os crimes praticados na Ucrânia. Os anarquista respondiam na revista *Aurora* que nada os demoveria da denuncia da tirania onde quer que existisse. O II Congresso do PCP (Maio de 1926) confirmou esta orientação sectária provocando uma debandada de militantes. Num relatório enviado em 1928 à IC afirmaram que estavam reduzidos a 70 militantes, 50 em Lisboa e 20 no Porto. A principal célula era a do Arsenal da Marinha. O Congresso do PCP em 1929, com o apoio da União Soviética, conduziu à reorganização do partido e criação de um **corpo de funcionários**, cuja ação de propaganda se revelou mais eficaz. Seduzidos por esta mudança vários anarquistas aderiram ao PCP.

As dificuldades de coordenação do movimento sindical pela CGT depois de 1927 foram aproveitadas pelo PCP para promover a criação de uma nova central sindical (*Vanguarda*

Operária, 34,15/05/1930 e nº37, 5/06/1030). Desencadeou uma intensa campanha de difamações e manobras interior dos sindicatos.

Estes ataques do **PCP** obedeciam a orientações aprovadas no IIIª. Congresso da Internacional Comunista, a conhecida linha política de "Classe Contra Classe" (1928). *O Proletário*, orgão do PCP centrou-se em ataques pessoais contra elementos da CGT, sobretudo Manuel José de Sousa rotulado de "Anarco-Fascista". Apregoou adesões que nunca existiram (*Vanguarda Operária*, nº42, 13/07/1930). Combatendo os desvios à linha traçada, o *Avante* (nº5, junho de 1931) relembrava de forma sintética o significado da mesma, escrevendo que não era tolerada "a mais insignificante colaboração com qualquer outro partido político, o que daria lugar a um degenerescência dos seus princípios puramente classistas e revolucionárias". O resultado foi o aumento exponencial de ataques pessoais, purgas internas, conflitos nos sindicatos, delações na policia para desmascarar os falsos revolucionários.

Estando a CGT ilegalizada, os comunistas numa reunião dos sindicatos de Lisboa, a 19 de Setembro de 1930, na sede da Associação de Classe dos Descarregadores do Porto de Lisboa, avançaram para a criação de uma **Comissão Intersindical de Lisboa (ISL)**, tendo como secretário-geral um antigo anarquista (José de Sousa).

O **PSP** logo após o golpe militar de 28 de maio de 1926 rompera a frente com o PCP, acusando este partido de estar a fazer o recrutamento dos seus militantes para os colocar ao serviço da Rússia, usando de expedientes como os peditórios a favor do Socorro Vermelho (*República Social*, nº245, 2/10/1926). Uma manobra que a própria CGT, anos depois, também denunciou (30).

O PSP que fora poupado na repressão entre 1927 e 1929, aproveitou este período para atacar e denunciar os anarquistas e comunistas à policia. *O Proletário* e a *República Social* (orgão do PSP) trocavam acusações e prosseguiam as delações. Face à iniciativa dos comunistas, o PSP avança no Porto, em 1929, para a criação da **Federação das Associações Operárias (FAO)**, inicialmente com apenas três associações (manipuladores de tabaco, artes metalúrgicas e ofícios de ourives). O *Germinal* (nº3, 209/11/1929) escrevia que havia caído a máscara aos socialistas. Uma vez que não tinham conseguido "empalmar" a CGT através do "canto das sereias" da Frente Única, avançavam agora para a criação da FAO.

Em 1930 tentou formar a **Federação Operária de Lisboa** (*República Social*, nº.458, 20/12/1930), mostrando-se de imediato pronto a colaborar com a Ditadura Militar nas questões laborais.

O PSP continuou a denunciar os comunistas, nomeadamente as suas manobras para desagregar a CGT: fraudes cometidas, delações, agressões, insultos, etc. Publicita igualmente as sucessivas purgas internas de militantes acusados de serem fascistas (*República Social*, nº.471, 21/03/1931). Fez queixas à policia do roubo de fundos dos sindicatos por parte de membros do PCP (*República Social*, nº519, 20/02/1932). Em detalhadas notícias sobre as acções dos comunistas forneceu à Polícia Política nomes de militantes deste partido, mas também de anarquistas.

Os resultados destas lutas e vinganças foi o enfraquecimento do movimento operário na resistência à Ditadura.

Para muitos anarquistas a experiência na Intersindical e outras organizações comunistas revelavam-se frequentemente uma desilusão. Eurico Pinto Mateus, por exemplo, depois de estar no conselho da Intersindical abandonou-a e retornou ao campo anarquista. José de Sousa acabaria em 1939 por abandonar o PCP.

A **Intersindical** era uma correia de transmissão do PCP procurando afirmar-se no meio sindical através de reivindicações e ações pontuais. Em 1932, decretou para o dia 29 de Fevereiro de 1932, uma Greve Geral contra a imposição do governo de um desconto de 2% no salário dos trabalhadores para a criação de um fundo de desemprego. Apesar da propaganda nada aconteceu nesse dia, nem sequer nos locais onde se dizia o PCP tinha forte implantação. Apesar disto nunca ter existido, a "Greve Geral" foi apregoada na XII Reunião Plenária da Internacional Comunista por José de Sousa como uma grandiosa ação revolucionária. Embora possuísse um corpo de funcionários ao seu serviço, o PCP continuava a não ter uma efectiva implantação no operariado.

A CGT, por sua vez, em Maio de 1932 promoveu um protesto nacional reclamando a abolição dos 2% sobre os salários. Em muitas empresas houve paralisações, nomeadamente na Carris e nas Minas de S. Domingos. Entre os anarquistas preso regista-se António Teixeira de Araújo (1888-1964). Nas comemorações do 1º. de maio de 1933 as Minas de São Domingos voltaram a paralisar. A prisão de anarquistas prolongou-se por vários meses (30.1).

Fascização dos Sindicatos

Ditadura passou a ser dirigida por Salazar (5/07/1932) quando começou a construção do então chamado "Estado Novo": uma nova Constituição (plebiscito em Abril de 1933), reorganização da polícia política (PVDE), o Secretariado de Propaganda (SPN) e uma vasta estrutura corporativa, de que faziam parte os novos "sindicatos nacionais únicos" controlados pelo governo. As associações operárias foram proibidas (1933). Constituíram-se também poderosos grémios do patronato. O Partido Socialista auto-dissolveu-se, tendo feito um elogio aos novos “sindicatos nacionais”. Abreu Vieira, num artigo com este título, revelou a adesão total dos socialistas às formulas corporativistas e a toda a orgânica corporativa (*O Protesto,* nº561, 26/03/1934). Era o culminar de anos de delação na imprensa socialista. Os comunistas desistiram da **Intersindical** e resolvem militar nos sindicatos corporativos. Os anarquistas procuravam manter clandestinamente os antigos sindicatos e a CGT.

A maioria dos sindicatos preferiu a dissolução à subordinação ao Estado (30.2). A Ditadura proclamou que a quotização seria facultativa, mas rapidamente se impôs a sua obrigatoriedade, sendo a mesma descontada nas férias (31). A polícia não tardou a assaltar os sindicatos onde suspeitava haver resistência, apropriou-se de bens, incluindo das contas bancárias. António Soares (1908-1955) e Júlio de Campos do Sindicato dos Chapeleiros do Porto foram presos e barbaramente espancados quando procuravam retirar do sindicato o que só aos trabalhadores pertencia.

A CGT preparou-se para dar uma resposta ao fim do sindicalismo livre e independente em Portugal, procurando unir nesta resposta todas forças antifascistas possíveis. O Conselho Confederal incumbiu o Secretariado de lançar as bases de uma greve geral, o qual era constituído na altura por Mário Castelhano, Manuel Henriques Rijo e José Francisco.

O PCP após o fracasso das suas ações de protesto durante o 1º. de maio de 1933 veio também propor à CGT uma reunião para criar uma frente comum antifascista. A reunião

ocorreu a 24 de Junho de 1933 no Sindicato do Pessoal do Depósito do Arsenal do Exército. Seguindo a habitual prática, os comunistas embora fossem minoritários, trataram de manobrar a reunião tendo em vista ocuparem a maioria dos cargos num Comité de Unidade Sindical Antifascista. Face a esta situação os delegados da CGT, assim como os sindicatos autónomos abandonaram a reunião. Ao ficarem isolados, os comunistas acabaram por recuar.

A CGT em Julho de 1933 incumbiu Rijo de formar um Comité de Ação, formado por Acácio Tomaz Aquino, Custódio da Costa e Serafim Rodrigues. Muitos outros anarquistas colaboraram ativamente com este comité como Jorge Mateus, António Conrado, Manuel Augusto da Costa, Bernardino Xavier, Soares Lopes, Tarcísio de Sousa, Alvaro da Costa Ramos, Eurico Pinto Mateus, João Serra, Joaquim Montes, Manuel Vilanova / Manuel Rodriguez Vilanueva (padeiro de nacionalidade espanhola), Romão dos Santos Duarte e outros.

O Secretariado ficava com o trabalho de organização e propaganda. Mário Castelhano estabeleceu as cifras e códigos. Por todo o país foram sendo criadas comités regionais e eleitos os coordenadores.

Foram convidados a colaborar os sindicatos autónomos (COSA), socialistas (Federação das Associações Operárias - FAO) e comunistas (Intersindical), a que se associou um grupo de republicanos que preparavam mais uma ação armada. Desta forma surgiu uma Frente Única Antifascista. O PCP mostrou-se dividido entre José de Sousa e Bento Gonçalves e, por não terem meios, limitou-se a organizar comités locais onde haviam alguns militantes.

As fugas de informação para a polícia durante a preparação da greve geral foram constantes, assim como as prisões. Em Novembro de 1933 uma vaga de prisões afastou os republicanos. A 11 de Novembro foi preso Acácio Tomás Aquino e a 16 do mesmo mês José Francisco (32). Mário Castelhano substituiu Acácio e ficou com as ligações em código. A 14 de Janeiro de 1934 era preso, por denúncia, Mário Castelhano. A custo os que eram presos eram substituídos por novos elementos.

Depois de vários adiamentos a greve geral foi marcada para o dia 18 de Janeiro de 1934. A Polícia estava informada da preparação da greve geral, só desconhecia o dia e a sua possível dimensão. Na noite do dia 17, na Estrada de Chelas deflagrou uma bomba, lançada pelo comunista José Ribeiro. A policia e os militares montaram um rápido cerco à cidade de Lisboa e iniciaram as prisões (33).

Apesar desta traição a Greve Geral acaba por acontecer, tendo-se registado ações de grande impacto em muitos pontos do país: Lisboa, Coimbra, Leiria, Barreiro, Almada, Martingança, Silves, Elvas (Vila Boim, Terrugem)(34), Algoz-Tunes-Funcheira, Marinha Grande e outros pontos. Em Silves a greve prolongou-se até ao dia 22, tendo sido presos 35 operários corticeiros, 23 dos quais eram anarquistas. O PCP através do jornal *O Proletário* apressou-se a atacar a CGT, reclamando os “louros” dos acontecimentos na Marinha Grande, onde participara um dos seus funcionários. O que foi prontamente desmentido pela Batalha (Nº3, Junho de 1935) que aproveitou para denunciar outras manobras comunistas (35).

Após a greve a CGT não tardou a apelar aos trabalhadores para não desarmarem. O Comité de Relações Sindicais de Almada, em Novembro de 1934, num comunicado apela à formação de sindicatos clandestinos. O mesmo apelo foi dirigindo em Dezembro aos

trabalhadores de Torres Vedras. O Grupo Sindicalista *O Provir* manifestou-se através de um panfleto, apoiante do Sindicalismo Revolucionário. Estes são alguns dos sinais de organização clandestina que se reorganizava na luta contra a Ditadura.

Tornou-se evidente que não era possível manter sindicatos clandestinos, pelo que foi decidido constituir em cada ramo grupos de militantes responsáveis e determinados para a ação e a propaganda. A sua natureza passou a ser marcadamente ideológica (36).

Nova Vaga de Prisões

Na sequência da revoltado 18 de Janeiro de 1934 seguiu-se uma vaga de prisões, sobretudo de anarquistas ou simpatizantes. Prisões como a do Aljube, Peniche ou presidios, como o da Trafaria ficaram sobrelotadas. A Batalha (clandestina , nº. 2, maio de 1934) relatava as terríveis condições em que estavam os presos na Trafaria, o assassinato de Manuel Vieira Tomé, operário ferroviário, na cadeia do Aljube pela polícia. Noticiava igualmente a morte de Victor da Conceição em Timor para onde fora deportado. A tortura de Jorge Mateus Junior (pedreiro), na prisão do Aljube, atirado para o Hospital do Rego, temendo-se então pela sua vida (A Dor, nº1, junho de 1934).

Em Setembro de 1934 seguiu para a Angra do Heroísmo uma nova leva de presos, uma parte dos quais foi depois enviada para o Tarrafal.

Em Peniche onde se encontrava preso Manuel Joaquim de Sousa, foram encarcerados destacados militantes, como José Francisco (1933-1936), Júlio da Purificação, António Augusto Quaresma, Tarcísio de Sousa (1935-36), Barnabé Fernandes (foi depois para Angra), Sebastião de Almeida ou José S. Lopes. Em Angra do Heroísmo ficou preso, entre outros, Jorge José da Silva (1903-1995), depois de passar pela prisão em Lisboa e Peniche. José N. Buísel (1875-1954), conhecido militante e professor em Portimão, foi vítima de brutais torturas no calabouço 8 do Governo Civil, e solto em Agosto de 1937 (36.1) .

Alguns anarquistas conseguiram fugir, como foi o caso Adélio Gaito (-1975), corticeiro que se refugiou nos EUA. Eurico Pinto Mateus fugiu para Espanha, mas acabou preso em 1937 e deportado para o Tarrafal.

Para o terrÍvel campo de concentração do Tarrafal (Cabo Verde), desde 1936 foram deportados os seguintes anarquistas: Pedro de Matos Filipe (1905-1937), morreu no Tarrafal; Mário dos Santos Castelhano (1896-1936), morreu no Tarrafal; Acácio Tomás de Aquino (1899-1998), José Correia Pires (1907-1976); Custódio da Costa; Arnaldo Simões Januário (1897-1938), morreu no Tarrafal; Alvaro da Costa Ramos; Manuel Firmo (1909-2005); Manuel Francisco Rodrigues (1902-1975); Abílio Augusto Belchior (1887-1937), morreu no Tarrafal; Manuel Henriques Rijo; José Reboredo; Joaquim Montes (1912-1943), morreu no Tarrafal; José Manuel Alves dos Reis (1894-1943), morreu no Tarrafal; Manuel Augusto da Costa (1887-1945), morreu no Tarrafal; António Enes Faro; José Ricardo do Vale; António Augusto Russo; Júlio Mascarenhas; José Severino Melo Bandeira; Abílio Guimarães; Américo Martins Vicente; João Gomes; Joaquim Pedro; José de Almeida; Carlos Pereira Ribeiro; Manuel Boto; Bernardo Casaleiro Pratas (1899-1989); Joaquim Duarte Ferreira; Américo Fernandes; José Ventura Paixão; José Bernardo (1907-1987); Francisco Domingues Quintas (1889-1937), morreu no Tarrafal; Abílio Gonçalves (1901-2004); José Alexandre; António dos Santos Marcelino Mesquita (1912-1986); Eurico Pinto Mateus.

FAPE

As repressão que se seguiu à Greve Geral levou à fuga de um numeroso grupo de anarquistas para Espanha, entre os quais se contavam Alberto Dias, Tarcíso de Sousa, Eurico Pinto Mateus e Custódio Bresce de Lima. Foi então constituído um novo secretariado da FAPE que passou a contar, para além de Marques da Costa, com Eurico e Custódio. Em Março de 1935 o secretariado passa a ser formado por Reboredo, Correia Pires e Pedro Boaventura. Em Agosto, a sede da FAPE foi obrigada a transferir-se para Sevilha, ficando a coordená-la Germinal de Sousa e dois membros do grupo *Humanidade Livre*. Conflitos internos sobre a orientação a seguir só foram ultrapassados em Junho de 1936 quando a FAPE, tendo à sua frente Reboredo, voltou a Madrid. A segunda série do jornal *Rebelião* surgiu em 1935 terminando em 1938.

A FAPE que tinha desempenhado um importante papel na ligação entre os exilados e na propaganda contra a ditadura em Portugal, perdeu a sua autonomia durante a guerra civil espanhola. Muitos foram os que deram o seu contributo para a sua ação como André Adam Ribas ou José Lousada. Em Madrid formaram também o Núcleo Cultural Português que editou o boletim *A Voz do Núcleo*, que se ramificou depois por Barcelona, Valência e na Galiza.

CGT

Manuel Henriques Rijo, Alberto da Conceição Dias, Eurico Pinto Mateus e Melo Bandeira formavam o comité confederal da CGT depois da greve geral. As prisões não pararam e Rijo foi preso meses depois, obrigando a uma nova reorganização. Em fins de 1934 o movimento anarquista estava naturalmente afectado, e a sua reorganização foi sendo cada vez mais lenta.

A tipografia que os anarquistas possuíam na Ramada foi transferida para a Rua Fidé, ao Pote de Água por José Severino Melo Bandeira e Alvaro da Costa Ramos. *A Batalha* voltou a ser publicada na segunda quinzena de Abril de 1934 (3ª. série) e o 2º. número saiu um mês depois. Aqui se imprimiram outras publicações clandestinas e tarjetas. Com a prisão de Melo Bandeira a 30 de Maio de 1934, por denuncia de um indivíduo da Covilhã, a tipografia foi apreendida (37). Foi suspensa também a publicação do jornal *O Eléctrico Libertário* e do *Eco Metalúrgico*. A CGT divulgou então um panfleto de exortação aos trabalhadores para que apoiem a imprensa clandestina: *Vozes Clandestinas de Portugal*.

A vaga de prisões de 1934 desarticulou não apenas as estruturas da CGT, mas também as da FARP, obrigando a uma constante reinvenção. As duas organizações estavam cada vez mais interligadas. Em Outubro de 1934, por exemplo, ocorreu em Ponte de Sor, na oficina de Sardinha, um plenário de militantes ligados aos sindicatos rurais. Um dos militantes presentes José Dias Póvoas tornou-se fotógrafo ambulante, passando a funcionar como elemento de ligação entre grupos e militantes isolados.

Em 1935 deram-se importantes avanços na reorganização da CGT. O comité confederal passou a ser constituído por Emídio Santana, Adriano Botelho, Joaquim Miquelino da Silva (do grupo *Terra e Liberdade* do Barreiro), Manuel da Silva Campos. Sem uma

tipografia recorre-se à publicação de boletins de que são exemplo os seguintes: "*Sindicato Metalúrgico. Boletim Informativo do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa*. nº6, Janeiro de 1935; *Operário do Mobiliário. Boletim do Sindicato Único do Mobiliário*, nº4. 1935 (?). Do Boletim da CGT foram publicados sete números. Em Março de 1935 iniciou-se a sua publicação da 4ª. série d´*A Batalha* por Joaquim Manuel da Costa, numa cave da Rua Carvalho Araújo, só sendo possível publicar três números, devido a um assalto da polícia. Arranjada uma nova tipografia, foi a mesma instalada na Venda Nova, uma operação auxiliada por Carlos Cruz (38); apenas se conseguiu publicar um número. A feroz repressão policial obrigava a continuas mudanças.

A Revolução em Espanha no Horizonte

Os acontecimentos em Espanha deram aos **anarquistas** em Portugal um novo ânimo. Apesar da feroz repressão iniciou-se uma guerra aberta em várias frentes.

As **Juventudes Libertárias** (JJLL) mantinham-se com grande dinamismo, e registaram uma expressiva atividade clandestina depois do verão de 1935, e em particular durante a Guerra Civil de Espanha. O entusiasmo era enorme entre os jovens. Apesar das sucessivas prisões dos seus membros, como veremos, mantiveram-se bastante ativas até aos anos cinquenta. Editaram em Maio de 1936 *O Despertar,* como orgão da Federação das Juventudes Libertárias da Região Portuguesa (39). Em Lisboa, a base da organização estava sediada na Sociedade Esperantista Antawen, na Rua da Costa, em Alcântara. De forma regular continuaram a organizar debates, excursões e encontros na Mata da Caparica e em Albarraque.

A **FAI-FARP** redobrou o esforço editorial. Em Dezembro de 1935 começou a publicar-se o *Boletim Acrata* da FAI-FARP, cujo último número data de 1939. Ainda em Lisboa surgiu, em Abril de 1936, o nº.1 (2ª. série) de *Acção Anarquist*a, do Comité de Relações Anarquistas, nº. 2 sairia em Junho. O grupo Os Fieis, em Dezembro de 1937, publicou "ABC do Revolucionário" e logo avisa que "Sai Quando Pode". A constante vaga de prisões exigia, como dissemos, um continuo recomeçar de todo o processo com novos elementos.

A Batalha volta de novo a ser publicada numa tipografia clandestina na Rua Lopes apoiada por Avelino (1936), onde se conseguiu imprimir o número do 1º. de Maio de 1936. Correia Pires deixou-nos um impressionante testemunho desta tipografia. Estando na clandestinidade, a organização Confederal arranjou-lhe nesta rua uma casa, prestes a estrear, para se alojar com a mulher e cinco crianças seus filhos, partilhando o local com a tipografia (40).

Seguiu-se Terramotos e após novas prisões, a tipografia foi instalada numa furna na Serra do Monsanto, à entrada da Rua Feliciano de Sousa. Nas publicações aqui impressas, como *O Libertário* ou *O Despertar* participou o então jovem José António Machado do Barreiro. Em Setembro de 1937 surgiu o último número d`*A Batalha* na década de trinta (41). Para colmatar a ausência de um meio de comunicação entre os militantes, a CGT continuou a publicação do Boletim, cujo nº. 14 saiu em Julho de 1939 .

Ainda em 1936, surgiu em Abril, o jornal *União Sindical*, Orgão da União dos Sindicatos de Lisboa da CGT. Em Junho de 1937 surgia *Acção Sindical*, orgão dos sindicatos da Lisboa, aderentes à CGT.

Ao mesmo tempo que combatem a Ditadura em Portugal participam ativamente na luta armada do povo espanhol contra os Franco. Estiveram na linha da frente no assalto ao quartel de la Montaña em Madrid, que os fascistas haviam tomado a 19 de Julho de 1936. Germinal de Sousa (1909-1968), por exemplo, foi secretário-geral da FAI (1938-39), comandou como delegado político a Coluna Terra y Libertad. Entre os muitos que combateram em Espanha destacaram-se ainda Jaime Rebelo, Vivaldo Fagundes, Aníbal Dantas, José Marques da Costa, Manuel António Boto (ferroviário do Barreiro, integrou o Serviço de Informações Militares), José Agostinho das Neves, Francisco Taveira, Jaime Brasil, José Gonçalves Lima, José Rodrigues Reboredo, Manuel Firmo (ferroviário do Barreiro), Manuel Francisco Rodrigues, Manuel José Lourenço, Raul Pereira dos Santos, José Mestre Valadas Ramos Junior (morto em combate), Romão Duarte (fuzilado), Manuel Gomes de Matos, Francisco Xavier da Silva (morreu em combate na Catalunha), Eurico Pinto Mateus, Adriano Pimenta e o seu irmão Severino Pimenta, etc. Em 1936 criaram a Rádio Fantasma que a partir de Espanha fazia uma desmontagem das notícias da Ditadura em Portugal, referenciava os locais de atuação da policia, as prisões e as deportações.

Frente Popular. Perante o avanço dos regimes totalitários na Europa e a consolidação da ditadura em Portugal, sobretudo a partir de 1927 foram-se formando organizações antifascistas, e realizadas ações pontuais conjuntas de anarquistas, republicanos, socialistas entre outros. A implantação da República em Espanha em 1931 permitira criar neste país uma base para ações no interior de Portugal. Ações que depois de 1936 passaram a ser apoiadas pelo regime republicano, enquanto Salazar apoiava Franco.

Neste contexto que ganhava terreno a ideia da criação de “Frentes Populares” antifascistas. A vitória da Frente Popular em França (Dezembro de 1935) e depois em Espanha (Fevereiro de 1936) seduziu muitos anarquistas, como Roberto das Neves representante a CGT na AIT, que defendia a sua constituição em Portugal. Não era o único nesta defesa. Num recanto da mata do Alfeite a questão foi discutida e rejeitada num plenário de militantes da CGT (42). O debate prosseguiu. *O Libertário* cujo primeiro número surgiu em Maio de 1935, editado pelo grupo Terra Livre, voltou a ser editado em Abril de 1937 para apelar à formação de uma "União Antifascista", reflectindo a tendência que se afirmava no movimento libertário. O nº. 2 desta série surgiu em Agosto de 1937.

Experiências no passado recente mostravam-se todavia muito negativas, quando envolviam elementos dos PCP, o que dificultava o entendimento. A questão foi ultrapassada envolvendo facções republicanas exiladas em Espanha, com ligações a elementos em Portugal. Entre os republicanos neste país destacavam-se Jaime Cortesão, Jaime Morais e Alberto Moura Pinto, tendo na cúpula Afonso Costa e depois Bernardino Machado, e como elementos de ligação ao interior Basílio Lopes Pereira, José Maria Pereira (Silva da Madeira) e Luis Dias Amado. Os republicanos apostavam no derrube da ditadura através de uma ação militar, sem descurarem o apoio à Republica em Espanha.

Luis Dias Amado (republicano da LPCGF), em fins de 1935 contactou Emídio Santana (membro do Comité Confederal) para a CGT aderir à Frente Popular que se havia constituído com republicanos , socialistas (representados por Manuel Serzedelo da Costa Tassara e Silvino Ferreira, dos Sindicatos Autónomos) e comunistas, mas nada se adiantou. Após a eclosão da Guerra Civil em Espanha (julho de 1936), os republicanos sediados em Barcelona enviaram a Portugal “Silva da Madeira” com a missão de envolver a CGT e os anarquistas na Frente Popular para sabotarem o apoio que a ditadura dava a Franco. Este, com Silvino e Tassara, reuniram-se com Emídio Santana, que conseguiu a adesão de outros elementos libertários: Zeferino e Jaime de Abreu do Comité Confederal

e José Vaz Rodrigues do Comité da FARP. Formou-se deste modo informal a Frente Popular Portuguesa integrando anarquistas. Entre as numerosas ações que foram realizadas destacaram-se as de 20 e 21 de Janeiro de 1937 quando rebentaram bombas no Ministério da Educação, no Consulado de Espanha, no emissor do Rádio Clube Português e ainda junto aos depósito de combustíveis da *Vascum Oil Company* em Alcântara, antecedidas de atos de sabotagem a comboios de abastecimento que se dirigiam para Espanha. Seguiu-se o atentado contra Salazar a 4 de Junho, no qual participaram os anarquistas Carlos Morais da Cruz (1903-1973), Emídio Santana (1906-1988), José Lopes (-1952), José Vaz Rodrigues (-1948), Valentim Adolfo João, Joaquim Cavaco Marques, Raul Pimenta (- 1945), Armindo José Estevão, Francisco Xavier da Silva e outros (antifascistas, republicanos, socialistas e comunistas), e uma nova vaga de prisões. A polícia sempre soube que havia uma mulher envolvida no atentado mas nunca a descobriu: Ligia de Oliveira, uma jovem das Juventudes Libertárias (43).

O PCP, como era seu hábito, distanciara destas ações, acusando os seus autores de terrorismo.

A adesão à Frente Popular continuou a ser discutida. Em Setembro de 1938, o Comité Confederal da CGT realizou em Benfica uma reunião para discutir o assunto. Estiveram presentes Júlio Duarte, Alberto Dias, Paiva (?), Silva Campos e Adriano Botelho; Dado não haver unanimidade a nada foi decidido. Neste ano, Julio Duarte representou a CGT num congresso da Frente Popular em Paris, convocado por anarquistas espanhóis.

A luta continua. Em 1937 a FARP constitui pequenos grupos de 3 ou 4 elementos para ações contra o regime. As reuniões passaram a ser realizadas fora da zonas onde actuavam, como forma de manter a ação revolucionária e evitar as prisões. No entanto a sucessão de prisões prosseguiu. António José Saraiva Mesquita e José Franklim Fernandes Barroso foram presos e a polícia descobriu que a Sociedade Alunos do Apolo era um local de recrutamento dos anarquistas e foi no encalço de Abílio, Horácio da Piedade Vitor e Gastão que distribuem *O Despertar* (orgão das Juventudes Libertárias), *O Clarão (*orgão das Juventudes Libertárias de Lisboa)(44) e A Batalha. Neste ano, Abílio de Sousa Faria (1906-1963) foi cercado na sua casa pela Polícia Política, mas conseguiu fugir, com José Augusto Godinho, para França, onde colabora no jornal *A Liberdade*. Foi preso e expulso para Portugal, onde voltou a ser preso. António Texeira Araújo foi preso pela terceira vez em 1937.

As Juventudes Libertárias (JJLL), funcionando como uma estrutura autónoma da CGT e da FARP-FAI mantiveram-se muito ativas entre 1936 e 1938, sobretudo em Lisboa e na margem sul, Coimbra, Porto e no Alentejo (região de Évora). Em 1937 realizaram um congresso clandestino, onde estabeleceram as bases orgânicas das JJLL e constituem uma “Frente Revolucionária da Juventude”. Defenderam a queda da ditadura por uma insurreição popular anti-fascista, e que as primeiras medidas a tomar pelo novo governo deveriam ser a nacionalização da banca, dos transportes, etc. (*Despertar*, maio de 1937). A ideia preconizada de uma colaboração com um governo anti-fascista decorria da experiência da CNT em Espanha.

Havia a clara percepção que o desfecho da guerra em Espanha acabaria por ter impacto na continuidade ou não da Ditadura em Portugal. Esta questão levou a FAI-Região Portuguesa e as FIJL-Região Portuguesa a editar o folheto: “18 de Julho de 1936 a 18 de Julho de 1938”. As lutas prosseguiam, como dava conta o panfleto da FAI -Comité do Sado dirigido "Ao Operariado da Cidade de Setúbal”.

Terminada a Guerra Civil em Espanha (Abril de 1939) com a vitória dos falangistas, celebrado o Pacto Germano-Soviético (Agosto) e iniciada a Segunda Guerra Mundial com a invasão da Polónia (setembro), a Ditadura em Portugal quase conseguiu aniquilar todas as forças que se lhe opunham.

A publicação de panfletos manteve-se, assim como os apelos à luta. Em Novembro de 1939 a FAI e as Juventudes Libertárias,, num panfleto reflectiam grande preocupação pelo evoluir dos acontecimentos internacionais.

Em 1939 a Policia Política (PIDE) publicou um jornal com o título *A Batalha*, destinado a lançar a confusão nos mais distraídos, fazendo crer que a CGT passara a apoiar a Ditadura (45). A CGT, a FARP e a FIJL denunciam a manobra através de panfletos.

O PCP continuou a minar a oposição ao regime, com posições contraditórias. Em Agosto de 1939 era assinado o Pacto Germano-Soviético. O PCP seguindo as instruções de Moscovo tomou uma posição pró-hitleriana. Bento Gonçalves, em nome da Organização Comunista Prisional do Tarrafal e do PCP propõs uma trégua à Ditadura, uma posição que não deixou de provocar cisões internas. Em 1940 substitui o *Avante!* pelo *Em Frente!*, cujo primeiro número reafirmava esta posição.

Neste contexto político de enormes contradições, a situação acabou por mostrar-se favorável à consolidação da ditadura em Portugal. Ao apregoar que estava a combater o comunismo recebia um forte apoio interno da Igreja Católica e externo de outras ditaduras (Espanha, Alemanha, Itália, etc), mas também de democracias (Inglaterra, EUA, França, etc.).

O Mito do Comunismo. Desde 1917, como vimos, procurava-se identificar os anarquistas com os "bolchevistas", que tinham como objectivo criar um regime idêntico ao que foi criado na Rússia. As noticias sobre a barbárie que acontecia na Rússia Soviética serviam de pretexto para a repressão: havia que evitar a mesma situação em Portugal, eliminando os **"bolchevistas".** Um pretexto que serviu para a Ditadura Militar (1926-1933) prender republicanos que foram igualmente acusados de "bolchevistas".

A partir de 1933 a Ditadura (Estado Novo) passou a usar o termo comunista em vez de bolchevista, identificando todas as ações revolucionárias, greves ou protestos como "obra de comunistas". A referência aos anarquistas passou de forma mais sistemática a ser omitida na imprensa do regime. O objectivo era criar na opinião pública a ideia que os revolucionários em Portugal estavam todos ao serviço da União Soviética. Desta forma ao fazê-lo, a Ditadura acabou por promover o PCP dando-lhe uma dimensão que nunca teve, um facto que muitos historiadores têm vindo a constatar. Em Janeiro de 1938, por exemplo, a polícia política apreende a tipografia clandestina que os anarquistas possuíam no forno de cal, na rua do Alvito. O jornal *A Voz*, assim como a Emissora Nacional, no dia 23 de Janeiro, noticiou que fora apreendida uma tipografia dos comunistas, financiada com dinheiro vindo da Rússia. Esta passou a ser a versão oficial das ações anarquistas.

Uma estratégia de propaganda que era bem acolhida em muitos países, onde Salazar era apresentado como o grande combatente ao comunismo mundial. No santuário de Fátima orava-se pela conversão da Rússia.

Castração Cultural. Os princípios anarquistas negam qualquer visão monolítica da criação artística, o que não implica que muitos artistas e escritores anarquistas tenham

reflectido preocupações sociais nas suas obras. Ferreira de Castro em obras como *Emigrantes* (1928) e *A Selva (*1930) é um exemplo desta atitude libertária.

O combate entre anarquistas e comunistas travou-se também no campo da cultura. Jaime Brasil e António Fagim, em 1930, editam o semanário *O Globo* contrariando o bloqueio cultural do regime. Um jornal como *O Diabo* (1934-1940) ou a revista *Sol Nascente* (1937-1940), a cuja fundação está ligado o anarquista João Soares Lopes, mostraram de inicio uma grande abertura, mas à medida que a influência comunista se fez sentir passaram a defender um discurso artístico monolítico: o neo-realista, um programa político imposto aos artistas pelo Partido Comunista Soviético (1934). Os novos censores, como Alves Redol (seguidor da cartilha de Georgi Plekhnov) ou Álvaro Cunhal multiplicaram-se nos ataques a uma "arte inútil", isto é, a arte que não estava diretamente ao serviço da propaganda do PCP. Era preciso criar uma arte para as massas, baseada num receituário determinado superiormente pelo partido. São criticadas as influências de Proudhon na cultura portuguesa assim como a liberdade artística. Este discurso cultural dito revolucionário, acabou por **impor-se** a partir de 1939 num ambiente social marcado por regimes totalitários. A arte oficial das ditaduras fosse na Alemanha Nazi ou na Russia Soviética era formalmente idêntica, dada a sua natureza propagandística e totalitária destes regimes, assentes numa exaltação nacionalista (46).

Toda a arte moderna era sumariamente classificada como burguesa ou reacionária. No plano internacional artistas com um passado anarquista, como Walter Benjamim alertavam para o facto dos partidos comunistas imporem uma castração intelectual e criativa aos seus membros. Contra esta visão redutora da arte Herbert Read escreve obras como *O significado da Arte* (1931), *A Filosofia da Arte Moderna* (1937), *A Arte e a Sociedade* (1937), *A Filosofia do Anarquismo* (1940) ou *A Educação pela Arte* (1943) que infelizmente só foram traduzidas em português muitos anos depois. O ambiente totalitário dominante era avesso à expressão individual e liberdade criativa.

Num contexto de feroz repressão, poetas e escritores como **Miguel Torga** inseriram-se na corrente libertária sem usar rótulos (47). Defensor intransigente da liberdade, antimilitarista, pugnava por um socialismo de raiz anarquista (cfr. *O Sexto Dia da Criação do Mundo*, vol.I, 1981). O corvo “Vicente” é um dos mais belos contos sobre a insubmissão anarquista contra o conformismo social e as injustiças (cf. *Os Bichos*, 1940). Na mesma corrente libertária se inseriu **Agostinho da Silva** (48).

No campo da educação o combate libertário enfrentava agora uma visão classicista e sexista imposta pela Ditadura, seguidora das orientações da Igreja Católica. Alguns anarquistas não deixaram de publicar importantes obras onde registaram as suas reflexões, metodologias e experiências pedagógicas libertárias que haviam realizado, como foi o caso de **Adolfo Lima**: *Metodologia (*2 volumes, 1932), *Pedagogia Sociológica. Princípios de Pedagogia* e *Plano de uma Reorganização Geral da Educação*.2 volumes, 1936, *Enciclopédia-Pedagógica Progredior*, vol. I Porto, 1936; **Mário de Oliveira,** editou a revista “Educação” (1930), *A Escola Única* (1933), etc.

Ética Anarquista e Exílio

Com o triunfo de Franco em Espanha, os anarquistas em Portugal ficaram isolados. Não possuíam, como os membros do PCP, apoios financeiros e de de propaganda externos, nem um país que pudesse acolher e formar os seus militantes. Recusavam também a existência de revolucionários profissionais. Estavam entregues a si mesmos, como sempre tinham estado. A sua principal arma para continuar a luta não era a obediência a

um chefe ou partido, mas as suas convicções. Nos tribunais a maioria assumia a responsabilidade pelos seus atos, denunciando a barbárie da Ditadura. Era também uma forma de ilibarem outros camaradas. Nisto se distinguiam claramente dos comunistas, onde as purgas se sucediam quando a obediência à linha seguida pelo partido vacilava. Muitos anarquistas fieis às suas convicções prosseguiram a luta sozinhos contra a Ditadura em Portugal ou no exílio, sem precisarem das ordens de outros para o fazer.

Em França, José Agostinho das Neves (1905-1974) e Jaime Brasil procuram apoiar e ligar os anarquistas que chegavam a este país. Editaram várias publicações: *Novos Horizontes* (1937) e *A Liberdade* (1938) (49) que não tardaram a ser proibidas. Agostinho das Neves em 1939 ainda tentou editar em espanhol o jornal *Democracia* mas que também foi proibido. As ditaduras uniram-se na repressão.

Finda a Guerra Civil em Espanha o destino de muitos anarquistas foi os campos de concentração em Espanha (S. Pedro da Cadera e outros) e em França. Neste país, em 1939 foi criado um campo em Gurs (Aquitânia, França) para onde foram levados os combatentes contra a Ditadura em Espanha. Neste ano contava com 332 portugueses prisioneiros, a maioria dos quais eram anarquistas. Em Julho protestaram contra o seu ajuntamento com comunistas, exigindo a separação dos mesmos.

Na raia entre a Galiza e Portugal prosseguiu a luta armada contra o regime franquia. Algumas aldeias portuguesas, sobretudo nos concelhos de Vinhais e Chaves acolheram muitos refugiados e serviram de retaguarda para estas ações. No dia 20 de Dezembro de 1946, um grupo de guerrilheiros que se havia refugiado na aldeia de Cambedo da Raia, onde dois dos quais tinham parentes, foi cercada e bombardeada pela Guarda Civil espanhola, a GNR, o exército, a Guarda Fiscal e a PIDE. Bernardino Garcia e García, preferiu suicidar-se a ser preso. João Salgado Ribeiro, conhecido músico e libertário foi morto. Demétrio Garcia Alvarez foi condenado a 28 anos de degredo, um parte dos quais passou no Tarrafal. Foram também presos oito galegos e cinquenta e cinco portugueses, dezoito dos quais de Cambedo (49.1).

Com a ocupação da França em 1940 pela Alemanha Nazi os exilados anarquistas nos campos de concentração eram tratados como escravos, como foi o caso de Jaime Rebelo, J.R. Reboredo, Manuel Firmo (50), Francisco Xavier ou Vasco de Castro.

Agostinho das Neves denunciado como oposicionista ao regime de Vichy foi preso em Abril de 1940. Foi levado como prisioneiro para o Estádio Roland Garros, e daqui para o campo de concentração de Vernet d´Ariège, onde trabalhou como escravo. Em Junho 1944 foi enviado para o campo de exterminio de Dachau, onde recebe o número 94250; já perto da morte foi libertado pelos aliados. Mantém-se em França como correspondente de jornais de Portugal (*Jornal de Notícias*). Para tentar evitar esta situação Jaime Rebelo, fogiu para Espanha, onde foi preso e entregue à policia portuguesa que o remeteu para a prisão de Peniche, seguindo-se as do Aljube e do Limoeiro.

Outros, como Germinal de Sousa, destacado militante da FAI, depois de passar pelos campos de concentração Vernet, Bjefta (1942), Berrouaghia (fins de 1943), exilou-se na Argélia (1943-1948), vindo mais tarde para Portugal.

Os que se mostram resistentes às ordens da polícia francesa, como Abílio Faria ou José Godinho (1903-1962) foram entregues à polícia portuguesa e acabaram encarcerados. Reboredo foi deportado para o Tarrafal.

Durante a IIª. guerra mundial, Timor foi ocupado por forças japoneses, australianas e holandesas. Muitos dos anarquistas que ainda se encontravam deportados integraram as forças australianas, tendo participado em ações de guerrilha para expulsar dos japoneses, como foi o caso de Manuel Viegas Carrascalão, Pereira Vaz, A. Damas, António da Conceição Pereira, A. J. e J.Filipe, D. Paiva, F. Ureña Prieto e I. Gonçalves. Vários foram assassinados. Os australianos seguindo instruções da ditadura portuguesa internaram-os em 1943 num campo de concentração na Austrália. Finda guerra foram devolvidos a Timor. A Ditadura encerrou o campo mas prosseguiu com a prisão. Gordinho, por exemplo, foi enviado para Portugal em 1946 e quando aqui chegou foi preso pela PIDE.

Muitos outros foram para a América Latina: Argentina: José de Brito; Vivaldo Fagundes foi para a Argentina em 1928, onde integrou a redação do jornal *La Batalla* que o enviou para Espanha durante a guerra civil. Em Maio de 1937 estava nas barricadas de Barcelona. Depois da guerra foi internado num campo de Concentração em França, vindo depois para Portugal. Aqui integrou o Comité Confederal da CG.T. Para Brasil seguiram Neno Vasco, António Costa Carvalho, Tércio Miranda, Jorge Campelo, Pinto Quartim, Roberto das Neves (1942), Pedro Ferreira da Silva, Manuel António Vinhais, Inocêncio Câmara Pires, Fernando Neves, Miguel Lopes, António Corrêa Ramiro da Nóbrega, Diamantino Augusto, Luciano Trigo, entre outros. Neste país não tardaram a desenvolver uma importante ação de propaganda contra a Ditadura em Portugal.

Roberto das Neves (1907-1981), por exemplo, quando chegou ao Brasil em 1942 já tinha um longo passado como militante anarquista. Foi preso várias vezes: 1926, 1927 e 1929 quando era diretor do jornal *A Igualdade* (Coimbra); outras prisões se lhe seguiram. Em 1931 estava em Madrid onde ajudou à reorganização da Federação Anarquista de Portugueses Exilados e escreveu no seu jornal *Rebelião*. No Brasil, em 1945, participou na criação do Comité Português Anti-Fascista. No ano seguinte fundou a Editora Germinal, onde foram publicadas importantes obras de denúncia da ditadura em Portugal, sobre anarquismo, ateísmo, esperanto, naturismo e outras temáticas libertárias.

Organização nas Prisões

Com centenas de anarquistas detidos não tardou a surgissem no interior das prisões organizações e jornais manuscritos clandestinos. Em Junho de 1934 publicaram-se **A Dor** (Presídio da Trafaria) com impressionantes relatos da situação nelas vividas, manifestando enorme preocupação pela vida dos camaradas que acabavam de ser presos e que desconheciam para onde haviam sido levados. Na Ilha Terceira editaram o **Brado Libertário** (1934-35), **O Acrata** e **O Esforço Libertário**. Na Penitenciaria de Coimbra surgiram os jornais **Claridade** e **O Momento** (1935). Estas organizações mantiveram-se muito ativas até princípios aos anos cinquenta no Tarrafal, Fortaleza de Peniche, Aljube, Penitenciarias de Lisboa e de Coimbra.

A organização Libertária **Prisional** do campo de concentração do Tarrafal era a seguida com maior atenção devido às suas terríveis condições. A custo os presos conseguiam passar informações para o exterior, as quais chegavam a Portugal com grande atraso. Apelavam aos libertários em Portugal para integrarem uma frente anti-fascista. Foi neste sentido que Acácio Tomás Aquino apelou à participação na Conselho Nacional Anti-Fascista (carta de 8 de **Fevereiro** de 1945). O objectivo era a sua libertação da morte lenta a que estavam condenados. Os anarquistas em Portugal e no estrangeiro nunca **esmoreceram** em denunciar a existência deste campo de concentração e apelar a libertação dos seus presos.

Na Penitenciária de Coimbra para onde foram levados em Março de 1939, estavam dez dos acusados do atentado a Salazar: Emídio Santana, José Vaz Rodrigues (morreu na prisão 1948), Raul Pimenta (morreu na prisão em 1945), José Lopes (morreu na prisão 1952), João Veloso, Virgílio Ribeiro, Jaime Antunes Duarte, Francisco Damião, António Cruz .Os anarquistas continuaram a editar o jornal manuscrito "O Momento" o que já faziam clandestinamente na Penitenciaria de Lisboa. Formou-se nesta prisão o grupo Claridade, onde sobressaia Emídio Santana (51). Depois da Segunda Guerra Mundial, graças aos contactos que haviam conseguido realizar com o exterior editara também a partir da prisão um "Boletim" copiografado: *CGT- Orgão Regional* (1945 a Setembro de 1947). Só Em 1953 saíram da prisão os últimos presos anarquistas da leva de 1939.

Da Fortaleza de Peniche, onde muitos anarquistas cumpriam longas penas de prisão, chegavam ao exterior apelos à realização de campanhas de solidariedade. Os anarquistas ao contrário dos republicanos e comunistas não eram amnistiados, conforme denunciava Inácio dos Santos Quintas (carta de 27/10/1945).

Muitos destes militantes anarquistas vítimas das piores torturas morriam nas enfermarias das prisões ou nos hospitais, como foi o caso de Martins Sequeira, em Dezembro de 1942 que faleceu no Hospital do Desterro. Após longos anos de prisão e deportação em África ou em Timor, quando eram libertados a saúde estava fragilizada e pouco tempo de vida lhes restava.

A necessidade de estruturar este apoio aos presos levou à criação, em 1946 de um Comité de Solidariedade que funcionou até aos anos sessenta. Carlos Teixeira da Silva (sapateiro e empregado do comércio, 1901-1965) coordenou durante durante os anos 30 e 40 este apoio.

Reorganização do Movimento Libertário e da CGT

No princípio dos anos quarenta a esmagadora maioria dos anarquistas estava identificada pela policia política, devido à sua exposição pública durante a Primeira República, apreensão de arquivos de organizações (da UAP, das Alianças Libertárias, listas de assinantes de jornais, etc), às delações em interrogatórios, etc. Centenas tinham já passado pelas prisões e eram obrigados a apresentações periódicas nas esquadras. Entre 1939 e 1944 assistiu-se à desarticulação da FARP-FAI, FAPE e da CGT. O Comité Confederal neste período ficou reduzido a Adriano Botelho, Alberto da Conceição Dias e Carlos Teixeira da Silva.

Apesar disto muitos dos que saíam da prisão continuaram a lutar pela suas convicções (52). Apesar da repressão procurava-se por todos os meios unir os militantes. Em Setúbal um grupo em 1940 pretendeu formar uma Associação Cultural, a polícia política rapidamente interveio e prendeu os seus promotores: José Quaresma, Afonso do Nascimento Ventura (1887-1967), Armando Prates e Libânio Leal. A vigilância policial era apertada.

Juventudes Libertárias. No principio dos anos 40 tentou-se reorganizar o movimento anarquista, com um forte impulso das Juventudes Libertárias (JJLL), menos afectadas pelas sucessivas vagas de prisões (53). As JJLL promovem reuniões, circulares internas, difundem panfletos (54) e editam folhetos (55). Em Junho de 1943 constituiu-se em Lisboa o Comité Regional da Federação das JJLL de Portugal, que logo apelou à

reorganização da CGT. Foram-se formando vários grupos: *Iconoclastas*, *Neno Vasco, Terra e Liberdade*, etc. Iniciou a publicação de um suplemento *O Jovem Libertário,* 6 números (56), e em Julho também de 1943, surgiu *O Despertar* (nº. 1. IVª, série), impresso, com duas páginas. O número 2 surgiu em Agosto e o 3 em Setembro. Ainda em 1943 foi editada uma brochura intitulada: *O Meu Manual de Conduta Moral,* escrito por José Joaquim da Graça (1915-1994), que com a sua companheira integraram o grupo de educação sexual "Despertar" e o grupo "Terra e Liberdade". A igualdade de género e a sexualidade eram dois dos temas mais abordados entre os jovens libertários.

Em Dezembro de 1945 começou a ser publicado o *Boletim* das JJLL., cujo número 12 sairia em Novembro de 1946 (57). Asseguram a distribuição d`*A Batalha*, organizam uma biblioteca, etc. A falta de literatura e imprensa internacional anarquista dificultava a expansão do movimento: "muitos dos nossos jovens são mais libertários por sentimento que por cultura", escrevia-se em 1946 num ofício dirigido ao Comité da FIJL em França, onde se comunicava a existência desta organização em Portugal (58). Aos poucos conseguiram restabelecer os contactos com o movimento em França, Espanha, Brasil, EUA e Argentina. A ideia inicial de uma fusão com a organização similar em Espanha foi abandonada.

Entre estes jovens destacavam-se Manuel Nascimento, Mário Borges, Américo Ferreira, Franklim Costa, Fausto Fernandez, Júlio Silva, Moisés Silva Ramos, Eduardo Eurico dos Santos (?-1997, do grupo Espartaco de Campo de Ourique), entre outros. Em 1947 surge em Coimbra a *Revolta*, como orgão local. Neste ano lançavam a Vª. série d`*O Despertar* (10 números) (59). Foram os grupos de Almada que asseguraram, em 1948, a sua edição e o aumento da tiragem, assim como distribuição por Lisboa, Setúbal, Barreiro, Almada, Montijo, Cascais, Porto, Santiago do Cacém e outras localidades (60). Em julho de 1948, em Coimbra, foi publicada uma "folha de combate" intitulada "Juventude Livre".

Em Dezembro *A Batalha* (nº.12, Vª. Série, 1948), fazia uma alusão a um pleno nacional de militantes, realizado a 26 de Outubro, no qual foi aprovada uma moção da JJLL de apoio ao comité confederal da CGT. A partir desta data deixamos de ter referências na imprensa (clandestina) às Juventudes Libertárias em Portugal. A repressão policial conseguira quebrar a revolta da juventude. Organizações da Igreja Católica, como a Ação Católica Portuguesa apresentavam na altura números impressionantes de jovens filiados.

Desde 1939 que muitos anarquistas passam a estavam envolvidos no apoio a refugiados espanhóis para outros países. Roberto das Neves, por exemplo, participou na organização do seu transporte marítimo para o México. As JJLL tiveram neste domínio uma relevante ação, nomeadamente no apoio aos espanhóis que a partir de Lisboa se dirigiam para a França depois de 1945. Uma ação nem sempre era coroada de êxito. Quando os refugiados eram descobertos pela Policia Política eram entregues à policia espanhola.

FARP-FAI. Ao contrário do que seria de esperar a FARP não foi reorganizada. O que não impediu a constituição de **grupos afinidade**, entre 1945 e 1949, em Lisboa, Setúbal e Coimbra que colaboram no esforço de reorganização da CGT. O grupo Os Iconoclastas de Lisboa (1945-46), publicou um boletim (6 números).

CGT. A reorganização da CGT mostrou-se uma tarefa bastante dificil. Os principais elementos do Conselho Confederal estavam presos. Após vários impasses acabou por se criar uma Comissão Pró-Reorganização da CGT que num plenário em Outubro de 1944, registava as enormes dificuldades que tinha em arranjar dinheiro para comprar uma

tipografia e prestar apoio aos camaradas presos e desterrados. Apesar disto foram difundidos vários panfletos apelando à luta contra a ditadura ou denunciando os seus crimes (61). Em Dezembro de 1944 surgiu um número especial d`*A Batalha,* com quatro páginas.

O fim da IIª. Guerra Mundial deu um novo impulso à reorganização da CGT. Havia a convicção de que a Ditadura tinha os dias contactos. Colocou-se então a necessidade de modificar a estrutura orgânica para melhor a adaptar à clandestinidade. Esta foi pensada de modo a possibilitar uma futura reorganização:

a) Grupos sindicais de profissão e mistos, constituíam a base da organização, e seriam os embriões de futuros sindicatos. Em Lisboa, com alguma estabilidade, formaram-se grupos profissionais do comércio, motoristas, mecânicos e anexos, construção civil e manufactores do calçado.

b) A nível local, a união destes grupos, formou a Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa.

c) A coordenação a nível nacional era assegurada pelo Comité Confederal.

Em 1945 surgia já um Comité Confederal Provisório (CCP). Na sua composição destacavam-se os nomes de Marques da Costa (Vanderley), Carlos Morais da Cruz (Camilo, 1904-?), Carlos da Silva, Jorge José da Silva (Julião, afastou-se por motivos profissionais), a que se juntou Adriano Botelho (Lima, em 1945), José Vivaldo de Sousa Fagundes (Vicente, 1905-1968), Alberto Dias (A. David, 1894-1964), António Pimentel (Pinho, 1907-1949, contabilista e professor, pertencia ao sindicato dos empregados de escritório), Júlio Duarte. Para além das dificuldades de organização local e da aquisição e manutenção de uma tipografia, colocava-se a questão da colaboração com outras forças políticas, o que era rejeitado pela maioria dos membros do CCP.

A CGT tinha núcleos ativos em Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal, Sintra, Barreiro, Montijo, Santiago do Cacém, Almada, Mafra, Torres Novas, Cascais, Faro, Évora, etc.

O primeiro número da 5ª. série d´*A Batalha* surgiu em Janeiro de 1946, provocando de imediato uma aberta polémica. O jornal sob a coordenação de Marques da Costa , centrava-se na questão da "Unidade" anti-fascista, esquecendo a situação do país. As críticas feitas, sobretudo por Vivaldo Fagundes, levaram ao afastamento de Carlos Cruz (Fevereiro), Marques da Costa e outros elementos. Foram chamados para o Comité Confederal Correia Pires (C. Pedro, 1907-1976) e Alberto Moniz da Silva (Silveira, ?-1951).

Vivaldo assumiu a edição do jornal, com a colaboração de Tavares, um operário gráfico. A tipografia foi instalada num quarto na Vila Gadanhada ao Caminho de Baixo na Penha de França. Não tardou a mudar para a própria casa que Vivaldo alugou no Alto do Pina, sendo o jornal composto por um primo do mesmo. A qualidade do jornal era péssima, segundo os seus críticos. O número 21 desta série surgiu em Dezembro de 1949 (62).

Em 1946 publicou-se um Boletim da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa (4 números). A última publicação impressa do Comité Confederal foi a reedição de um folheto de José Carlos de Sousa (1886-1935) - *Missionários do Erro e da Mentira* (edições confederais), em Janeiro de 1950. O texto de cariz anti-clerical, no contexto da Ditadura, denunciava o papel da Igreja na sua manutenção. No folheto apelava-se à filiação na CGT.

Em Coimbra entre Julho de 1946 e Setembro de 1947 editavam-se 10 números de um Boletim, que se assumia como orgão regional da CGT, mas que não tinha qualquer ligação com o Comité Confederal. Tinha a sua sede na Penitenciária, contando com apoios fora dela (José de Almeida e outros). Eram das vozes mais críticas em relação ao Comité Confederal e à sua posição neutralista face aos partidos políticos.

A CGT, melhor dizendo, um comité confederal, manteve-se clandestinamente como elemento de ligação entre os anarquistas até meados dos anos 60.

Relações Internacionais. O movimento anarquista e a CGT procuravam estabelecer as suas relações internacionais, nomeadamente com a A.I.T., a CNT e a CRIA (Comissão de Relações Internacionais Anarquistas, fundada em 1948). Uma tarefa difícil dado o controlo que a polícia política mantinha sobre os correios, o que obrigava a mudar os endereços da correspondência. Outros dos problemas eram os agentes da ditadura espanhola que procuravam inflitrar-se no movimento anarquista, fazendo-se passar por refugiados, representantes da CNT, etc. A CGT, em 1946, faz-se representar na AIT através de Adam José Ribas.

MUD

A maioria dos anarquistas sempre colaboraram ativamente com outras forças políticas contra certas medidas governamentais. O abstencionismo nem sempre foi seguido quer em ditaduras quer nas democracias. Nos anos quarenta e cinquenta a questão provocava uma enorme discórdia entre os anarquistas, sobretudo a respeito da reorganização da CGT. Para muitos deles, como Vivaldo Fagundes era difícil colaborar com republicanos. Na memória de todos estava ainda bem viva as perseguições e assassinatos de tantos anarquistas pelos governos republicanos. O mesmo se podia dizer dos fuzilamentos de anarquistas pelos comunistas na Rússia, Ucrânia ou em Espanha, para não falar da forma como tentarem destruir a CGT.

Porém face à consolidação da Ditadura, parecia não haver outra solução senão unir forças para a derrubar. Este foi o caminho seguido por muitos anarquistas. A partir de 1943 a situação internacional alterou-se, com as sucessiva derrotas sofridas pela Alemanha, Itália, Japão e outras ditaduras. Em Portugal começava-se a acreditar que o fim das ditaduras estava para breve, o surto grevista que então ocorreu reflecte este desejo mudança (63). Começou a formar-se neste ano uma ampla frente de oposição à Ditadura, constituída por republicanos, anarquistas, socialistas, comunistas, monárquicos e católicos.

No final da guerra, a 8 de Outubro de 1945, no Centro Republicano Almirante Reis, criou-se uma ampla organização oposicionista - o Movimento de Unidade Democrática (MUD) (64), o que foi prontamente saudado pelo Conselho Confederal. Militantes anarquistas aderiram ao MUD em grande número, como Alberto Dias (membro da Comissão Central em 1946), Emílio Costa (vogal da Comissão Consultiva), Alexandre Vieira (vogal da C.C) , entre outros.

No Porto, os anarquistas empenharam-se na criação de células do MUD nas fábricas e localidades, secundarizando a reorganização da CGT. Uma ação em que estavam também envolvidos os comunistas que aproveitaram para se implantar no meio operário.

Os anarquistas participaram ativamente na campanhas eleitoral de Norton de Matos (1949) e, como veremos, em muitas **outras** ações oposicionistas ao regime. Esta

colaboração era reclamada pela Organização Libertária dos Presos do Tarrafal, mas também pelos presos da Penitenciária de Coimbra, com destaque para Emídio Santana. O derrube da Ditadura sobrepunha-se à reorganização da CGT, o que gerava crescentes conflitos internos. A mesma discórdia ocorria em Espanha: a CNT no interior defendia a colaboração com outros partidos para derrubar Franco, a CNT no exilio pelo contrário defendia a absoluta neutralidade.

Divisão dos Libertários

Nos anos 50 devido prisões e divisões internas o movimento anarquista ficou desarticulado. Uma das razões desta situação foi atribuída à diluição do movimento no "antifascismo".

Comité Confederal. O grupo que compunha o Comité Confederal defendia uma posição de total independência de em relação a outras forças políticas, e uma intervenção centrada na reorganização da CGT. Apesar desta situação, o Comité não deixou de apoiar todos os camaradas presos e as suas familias ao longo dos anos. Em finais dos anos cinquenta estava reduzido a dois elementos efectivos: Vivaldo Fagundes e Adriano Botelho. O primeiro, nos anos sessenta estava profundamente desiludido com o marasmo da sociedade portuguesa e acabou por regressar a Barcelona onde faleceu em 1968 (65).

Intervencionistas. Um numeroso de anarquistas no início dos anos quarenta, defendia uma revisão dos princípios libertários**,** no quadro de uma frente anti-fascista. Uma posição que reflectia a experiência da participação de anarquistas no governo em Espanha, mas também a complexidade que os estados haviam adquirido, ou o problema da defesa de cada país face às potências militares que haviam emergido (66). A intervenção sindicalista ou a reorganização da antiga CGT não eram nem centrais nem prioritárias. Foram acusados de traírem os princípios libertários, e contribuído para diluir o movimento anarquista entre as forças oposicionistas ao regime.

Em 1943 surgiu a ideia de criar uma organização denominada *Aliança Popular e Emancipatória,* na qual colaborou Manuel Joaquim de Sousa e Jaime Brasil, entre outros. Um dos seus objectivos era "neutralizar (…) a obra reacionária do governo e da Igreja envolvidos no embrutecimento geral do povo". Seria constituída por comités locais, regionais, estudantis e de industria. Tinha igualmente em vista preparar as condições para a futura organização da CGT.

A queda da ditadura parecia iminente. Um grupo de "notáveis" libertários como Campo Lima, Alexandre Vieira, Emílio Costa, Pinto Quartim ou Jaime Brasil que se reuniam no Café Chiado, em 1945, elaborou um documento sobre a transição do regime fascista para uma sociedade libertária. Propunha-se criar uma organização que defenderia uma nova constituição baseada numa federação de municípios e de associações, tendo na cúpula um Congresso Nacional. Defendia a colaboração com um governo revolucionário capaz de concretizar este plano.

Um outro grupo constituído por militantes militantes libertados do Tarrafal (Manuel Henriques Rijo, Manuel António Boto, Manuel Firmo, Acácio Tomas Aquino, José de Almeida e outros), para além do grupo de Coimbra (Emídio Santana) e Germinal de Sousa defenderam a partir de 1945 a criação de uma organização muito ampla de Libertários, que colaborasse com outras forças políticas para derrubar a ditadura. Emídio Santana do Grupo Claridade, em 1945, como veremos, colocou à discussão uma nova estratégia e no ano seguinte anunciaram a criação da Aliança Libertária de Coimbra. Rijo

trouxe do Tarrafal em meados de 1946 o projecto da criação de um “Comité Nacional Anarquista”, constituido por quadros semi-profissionais para coordenação do movimento a par da CGT. Na prática era a formação de um novo partido, o que foi rejeitado. Emídio Santana, em 1953, propõe a criação de “movimento socialista federalismo” para intervir em cooperativas, sindicatos (inclusive nos sindicatos nacionais), municípios e nas mais diversas associações.

Nenhuma destas organizações vingou, contribuindo apenas para a divisão do movimento e a sua desarticulação, o que não impediu a continuação da luta por centenas de militantes.

A propaganda comunista procurou passar a ideia que os jovens anarquistas se tinham transferido em massa nos anos quarenta para o PCP, o que não corresponde à verdade (67). Os mais velhos ter-se-iam mantido fiéis às suas convicções libertárias, mas reconheciam que era o caminho a seguir pelos mais jovens. Esta versão aparece retratada no conhecido romance de Álvaro Cunhal - *Até Amanhã, Camaradas !* Um “velho anarquista” sentido-se sem forças confessa à sua filha, prestes a tornar-se funcionária do partido: “- Sempre fui anarquista e anarquista morrerei. Não concordo com o sistema de governo que os comunistas defendem nem com muitas coisas da sua teoria e da sua organização. Mas são eles que ganham o coração da juventude e são afinal os únicos que fazem alguma coisa. Estar com eles é estar contra os patrões…”. O romance retrata igualmente as qualidades dos jovens funcionários do partido: obedientes, sem ideias próprias ou sentimentos, vivem para o partido e em função do mesmo. Habilmente procura veicular a ideia que “lutar pela liberdade” e “lutar pela liberdade para depois instaurar uma ditadura” era a mesma coisa. Uma confusão que, como veremos, depois de Abril de 1974 se tornou bem patente.

Pós-Guerra

Depois da Segunda Guerra Mundial o mundo entrou numa nova guerra global envolvendo dois blocos: Um liderado pelos EUA e outro pela União Soviética (URSS).

A expansão dos regimes comunistas no mundo parecia imparável na Europa, mas também no resto do mundo. Muitos dos movimentos de descolonização assumiam-se frequentemente como comunistas e instauravam regimes ditatoriais. Os progressos alcançados pela URSS em termos tecnológicos, nomeadamente na industria de armamento provocavam um forte impacto a nível mundial, gerando crescentes adesões ao comunismo. Destacados intelectuais na Europa, como Jean-Paul Sartre, manifestavam-se publicamente seduzidos pela ditadura soviética. O "progresso" alcançado e uma apregoada "Igualdade" faziam esquecer a ausência de Liberdade.

Desde meados dos anos trinta, a ditadura em Portugal era apontado, como uma referência no combate ao comunismo internacional. Depois da segunda guerra mundial multiplicaram-se as manifestações de apoio por parte dos EUA e da Grã-Bretanha: visitas das suas esquadras navais (1946 e 1948 respetivamente); declaração do reconhecimento pelo apoio prestado durante a guerra (1946); apoio à entrada na ONU, contra o veto da URSS (1946); entrada na NATO, como membro fundador (1949); acordo de defesa com os EUA, etc. Manifestações de apoio à Ditadura prolongaram-se até ao inicio dos anos sessenta, quando o movimento internacional de descolonização veio esfriar este apoio.

Os anos cinquenta foram marcados por um forte investimento público na renovação de Lisboa e de algumas infraestruturas (produção eléctrica e vias de comunicação) houve

também de investimentos privados na industria, em algumas regiões. A agricultura, onde trabalhava a maioria da população activa foi abandonada, a miséria não parou de aumentar provocando, a partir de meados da década uma fuga massiva para Lisboa, Porto e Setúbal e depois para o estrangeiro. A ditadura através de uma intensa propaganda, no que contou com o apoio da Igreja Católica, conseguiu manter e reforçar na sociedade portuguesa uma mentalidade conformista e de obediência, assente no medo ao Estado, o temor de Deus e o culto de Salazar como o salvador da pátria da balbúrdia da República e do Comunismo.

O PCP, com um eficaz aparelho de propaganda, continuou a capitalizar os descontentamentos contra a ditadura. Após as eleições de 1949, a unidade da Oposição criada em torno do general Norton de Matos fragmentou-se. O clima internacional criado pela “Guerra Fria” provocou o afastamento da colaboração com os comunistas. Muitas das suas posições tornaram-se inadmissíveis para os democratas. O partido, fiel agente da Rússia em Portugal, defendia a ocupação dos países do leste da Europa, ao mesmo tempo que atacava o imperialismo dos EUA ou se opunha à aplicação do Plano Marshall no país, vendo no mesmo um instrumento de controlo da economia portuguesa. Perante o crescente movimento internacional de descolonização continuava a defender que as colónias eram possessões portuguesas. Assumia posições extremadas de sectarismo e a intolerância em relação a outras forças políticas, o que provocou o seu isolamento. Os funcionários do partido que se atreviam a colocar em causa a linha imposta por Moscovo, eram expulsos, perseguidos ou mesmo assassinados, como foi o caso de Manuel Domingues, morto a 5 de Maio de 1952 no Pinhal de Belas. Centenas de militantes foram afastados, mulheres usadas e abusadas, períodos da história do partido apagados. As forças não comunistas que se recusavam a integrar uma frente com o PCP eram acusadas de colaborarem com o regime, as que o faziam acabavam desagregadas devido ao sectarismo e manobras controleiras deste partido.

A morte de Estaline, em 1953, não alterou a fidelidade do partido às ordens de Moscovo. A revolta em Berlim Oriental (1953), a denúncia dos crimes de Estaline em 1956, as revoltas na Hungria e na Polónia neste ano não provocaram aqui nenhum sobressalto ideológico. Os valores cultivados no partido não se afastavam dos impostos pela ditadura: obediência aos chefes e negação da individualidade. Alvaro Cunhal, no seu conhecido relatório "A Tendência Anarco-Liberal na Organização do Trabalho de Direcção" (1960), critica dirigentes do partido e o jornal *Avante!* por não lhe prestarem o culto que lhe era devido, seguindo o exemplo de Estaline, Hitler, Salazar ou Mao. Era um típico produto de uma mentalidade autoritária, conservadora e hierárquica que desta forma contribuiu para consolidar uma das mais longas ditaduras da Europa.

Nos anos cinquenta no país havia todavia uma realidade que não podia ser negada: após um quarto de século de regime ditatorial, as condições em que vivia a maioria da população continuavam a ser miseráveis. A comparação estatística com outros países europeus, em áreas como saúde ou educação, não deixa dúvidas desta chocante realidade. Em meados da década cinquenta ocorreu a emigração em massa que despovoou aldeias, vilas e até cidades de província, levando destacados membros da Igreja católica a criticarem o regime.

O movimento libertário no inicio dos anos cinquenta, como vimos, estava desarticulado, impondo-se a ideia de ações individuais no seio da corrente antifascista. A ética anarquista mantém centenas de militantes neste combate durante mais de duas décadas.

Nova Estratégia

O Grupo Claridade de Coimbra, integrado entre outros por Emídio Santana, a 13/05/1945, elaborou um importante documento estratégico intitulado “Problemas Actuais do Anarquismo e sindicalismo”. Apontava para uma mudança na sociedade: do individuo produtor estava a passar-se para o indíviduo consumidor. Esta mudança iria desvalorizar os locais de trabalho como centros onde se faria a revolução, para os locais onde as pessoas habitam, vivem, consumem. Daí a importância das cooperativas, mutualidade, organizações de consumidores, etc. Defendia-se inclusive a intervenção da CGT nos municípios. Esta visão era combatida por outros militantes, como Rudolfo Marques da Costa que chamava a atenção para o papel reformista das cooperativas no passado, e afirmando que a participação nos municípios implicava a colaboração com o poder instituído (68).

A reflexão e programa de ação elaborado no pós-guerra por Germinal de Sousa reflectiam a mesma orientação, mas davam conta de uma enorme mudança na transformação das funções do estado no século XX, e da formação de blocos políticos no mundo que agora era preciso ter em conta.

Fruto desta mudança estratégica, em Lisboa, os anarquistas marcaram presença no Ateneu Cooperativo e na Associação dos Inquilinos Lisbonenses.

Cooperativismo Libertário

No século XIX o ideário cooperativo de Proudhon tornou-se também uma bandeira dos Socialistas. Quando em 1933 resolveram dissolver o Partido, numa conferência em Coimbra, sob a direção de Alfredo Franco, decidiram transformar as secções do partido em cooperativas. Foi neste contexto que foi constituída a cooperativa Fraternidade Operária Lisbonense em Lisboa. Esta organização permaneceu moribunda até finais dos anos 40, quando nela entrou um grupo de anarquistas e comunistas. António Sérgio era a figura tutelar. Nesta altura Emílio Costa editou um "caderno histórico" sobre cooperativismo (1946), onde considerava que as associações mutualistas de inspiração proudhoniana nunca passaram de ações de socorro social, depositando nas cooperativas as suas esperanças de transformação social, evocando o programa de Charles Gide.

António Sérgio, numa concepção mais vasta do mutualismo de Proudhon desde os anos vinte que vinha elaborando a sua visão do "socialismo libertário" (69), onde o cooperativismo assumia um papel destacado. A Fraternidade rapidamente atraiu antigos militantes anarquistas, como Emídio Santana, Germinal de Sousa, Acácio Tomás Aquino, Custódio da Costa, Correia Pires, Carlos Ferreira, Carlos Cruz, José de Brito, Moisés Silva Ramos (1918-2014) e outros. A esmagadora maioria tinham um longo historial de lutas e de prisões pela liberdade. Não omitiam as suas convicções. O Ateneu passou a ter uma nova dinâmica. Em 1951 começou a ser editado o "Boletim Cooperativo", e depois um boletim interno (Cooperação). Em 1956 houve uma mudança de estatutos e foi adoptado o nome de Ateneu Cooperativo pelo qual passou a ser conhecido, tornando-se num ponto de reunião e de ação de muitos opositores ao regime. Moisés foi o seu primeiro presidente (1956), tomando a iniciativa de realizar uma Reunião Magna das Cooperativas que se traduziu na fundação da UNICOOPE (União das Cooperativas Abastecedoras, em 1955) entre muitas outras ações. As manobras controleiras do PCP foram os responsáveis por constantes conflitos internos que só desapareceram em 1959

(70). Neste ano o Ateneu passou a ter como o presidente José Hipólito Santos (1932-2017) e como vice-presidente Germinal de Sousa. O Ateneu foi fechado em 1972, por se recusar a submeter os seus Estatutos à aprovação da Ditadura. Emídio Santana e Moisés da Silva Ramos salvaram a documentação do Ateneu, e outra documentação anarquista que aí estava guardada, como o espólio de Manuel Joaquim de Sousa, documentos relativos à antiga CGT, de congressos operários, etc. Emídio Santana ficou com a chave até ao 25 de Abril de 1974. No prosseguimento desta ação em cooperativas ,um grupo de anarquistas, entre os quais se contava Emídio Santana e Moisés participou na criação da DECO - Associação de Defesa do Consumidor (1974).

Um pouco por todo o país, muitos outros anarquistas envolveram-se no movimento cooperativo. No Porto, por exemplo, José Augusto de Castro (1905-1997), editor d`*O Germinal* e director d´ *A Vanguarda Operária* e mais recentemente do jornal *O Progresso da Foz*, deu um forte impulso à Cooperativa Operária da Foz e à UNICOOPE (71).

Habitação

O gravíssimo problema da habitação era uma das áreas de intervenção do municipalismo libertário desde a Primeira República, e assim continuou. A habitação não podia ser encarada como um negócio, mas como sim como uma necessidade básica. A verdade é que até ao século XXI os bairros de barracas ou construções precárias abundavam por todo o país.

Não é pois de estranhar que Emídio Santana quando saiu da prisão em 1953 passasse também a agir na Associação dos Inquilinos Lisbonenses, onde militavam outros anarquistas. Em 1957 Moisés foi eleito presidente da Associação dando-lhe uma nova dinâmica, como a organização da Exposição Habitacional no Mundo, na Sociedade Nacional de Belas-Artes. Emídio seguiu-se-lhe na presidência em 1965, continuando com uma série de ações que causavam grande incómodo para a Ditadura. Em Abril de 1974 a AIL contava com mais de 30 mil associados, persistindo na mesma linha de luta em prol da habitação para todos (comício em Junho de 1974). Passou também a apoiar as comissões de moradores que surgiram pelo país (72). Emídio Santana em Janeiro de 1975 foi substituído por Hipólito Santos, que na altura se ligou ao PRP-BR.

Ao longo da Ditadura a falta de habitações não parava de se agravar, sobretudo a partir do final dos anos cinquenta com a deslocalização em massa da população dos campos para as cidades. Em 1970, segundo números do próprio governo estimava-se que cerca de dois milhões pessoas viviam em condições precárias de alojamento. Em barracas 34.740 famílias, em regime de sub-locação 66.175 e em fogos superlotados 552.345, sobretudo nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal (73). Os miseráveis ordenados auferidos por centenas de milhares de trabalhadores não lhes permitiam pagar as rendas **especulativas** praticadas nos grandes centros urbanos. Era neste importante combate que muitos anarquistas continuavam envolvidos (74).

A repressão sobre os anarquistas continuou de forma sistemática. A 14 de Fevereiro de 1957 no Porto Manuel Fiuza Junior foi espancado até à morte pela policia. Era o antigo diretor do quinzenário anarquista *A Voz do Faminto*.

Abertura cultural. No final dos anos quarenta emergia um novo movimento cultural que procurava romper com as limitações propagandísticas do neo-realismo. Mário Cesariny (1923-2006) depois do seu encontro em Paris com André Breton (1949) descobriu no surrealismo a liberdade criativa que os ideológos comunistas negavam aos artistas, o que

o aproximou do Anarquismo. Quem o fez também de forma explícita foi Mário-Henrique Leiria (1923-1980) em 1949. Numa carta a Cesariny escreve: "Reduzo-me a tentar, aqui, destruir tudo quanto posso, desde o conceito de família destes gajinhos, até às noções idiotas de arte e literatura que eles possuem. Estou possivelmente a caminho de uma posição anarquista declarada" (75). O anarquismo era fonte de inspiração para aqueles que queriam romper com a cultura fechada da Ditadura ou com a propagandeada pelo comunismo, como António Maria Lisboa. Cesariny, assumindo um claro posicionamento anarquista, em 1962 proclamou o "objeccionismo", um apelo à insubmissão no plano artístico (76).

Moscovo combatia abertamente as novas correntes literários e artísticos doutrinando “intelectuais”, por exemplo, em movimentos pela Paz. No Congresso dos Intelectuais pela Paz, em agosto de 1948, na Polónia, em que participou uma delegação portuguesa afecta ao PCP (o físico Manuel Tavares, o psiquiatra João dos Santos, o escritor Alves Redol e o músico Fernando Lopes Graça).Alexander Fadeiév, escritor e membro do Comité Central do PCUS resumiu o entendimento comunista sobre a nova literatura: “Se os chacais pudessem aprender a escrever à máquina e se as hienas soubessem usar a caneta, o que eles comporiam assemelhar-se-ia sem dúvida aos livros dos Miller, dos Eliot, dos Malraux e outros Sartre…”.

Alguns dos artistas que se haviam ligado ao PCP, criando uma arte segundo os ditames dos teóricos soviéticos, nos cinquenta começaram a compreender que estavam desfasados dos movimentos artísticos internacionais e praticavam uma arte que formalmente pouco se distinguia da que era apoiada pela Ditadura. Abraçaram então a chamada “arte abstrata” que afrontava directamente a arte do regime.

Regresso

No final dos anos cinquenta a oposição à ditadura agregava muitos dos que a ajudaram a implantar - militares e católicos -, sucederam-se uma série de ações que iriam abalar o regime. Como era de esperar, participaram ativamente na campanha de Humberto Delgado (1958), Movimento da Sé (1959), golpe militar de Botelho Moniz (1961) e no ataque ao quartel de Beja (1962). Um dos dirigentes desta última ação era o capitão Manuel Pedroso Marques, casado com Primavera Acrata das Neves (1933-1981), filha de Roberto das Neves. Tendo falhado a insurreição refugiou-se na Embaixada do Brasil em Lisboa de onde só conseguiu sair para o Brasil em Junho de 1963 (*O Libertário* de S. Paulo, nº. 20-21, Junho-Julho de 1963).

Neste contexto ganhou força a ideia da luta armada contra a ditadura, para a qual muito contribuiu a ação dos exilados no Brasil, Venezuela e depois em França

Retaguarda Brasileira

Desde 1945 que os exilados anarquistas no Brasil estavam na linha da frente em ações contra ditadura em Portugal.

O principal ativista era Roberto das Neves. Em 1946 fundou a Editora Germinal que publicou um vasto conjunto de obras que causavam um vivo incómodo ao regime em Portugal. Nos anos sessenta, no seu catálogo constavam obras de Humberto Delgado, Henrique Galvão, Fernando Quiroga, Tomaz da Fonseca entre outros.

Outros anarquistas portugueses exilados procuravam denunciar os crimes da Ditadura em Portugal à imprensa internacional, como foi o caso de Pedro Ferreira da Silva, nas páginas do jornal *Ação Directa* no Rio de Janeiro (1946).

Edgar Rodrigues pseudónimo de António Francisco Correia (1921-2009) chegou ao Brasil em 1951, e de imediato iniciou a denúncia da barbárie da ditadura em Portugal na imprensa local e internacional, com base nas informações que recebia de uma rede de contactos clandestinos no país. Procurou também registar as memórias do movimento libertário que a Ditadura procurava apagar. No final dos anos 60 começou publicar obras sobre a história do movimento operário e anarquista no Brasil e depois em Portugal. Na *Inquisição de Salazar* (1957) foi o seu primeiro livro, seguido de *A Fome em Portugal* (1958), *O Retrato da Ditadura Portuguesa* (1962) e mais 59 livros até falecer.

Ações que recrudesceram quando, em Abril de 1959, chegou ao Brasil Humberto Delgado que se havia exilado na Embaixada deste país em Lisboa. Assumiu-se desde logo como chefe do Movimento Nacional Independente, que colaborava com outra organização Movimento Anti-Fascista dos Portugueses do Brasil onde agiam Roberto das Neves e Jaime Cortesão. Neste ano Henrique Galvão depois de ter estado exilado na embaixada da Argentina em Lisboa, e de se fixar neste país, mudou-se para a Venezuela onde a comunidade portuguesa era numerosa. Os exilados portugueses e espanhóis possuíam aqui activas organizações. A conexão entre os exilados no Brasil e na Venezuela começou desde logo a funcionar, planeando-se ações armadas para chamar a atenção mundial para as ditaduras em Portugal e Espanha, assim como o seu derrube pelas armas (77).

O relacionamento entre Humberto Delgado e Roberto das Neves cedo se mostrou incompatível com o anarquista, dado o feitio autoritário do general. No entanto todo o apoio lhe foi prestado, assim como a Henrique Galvão, em 1961, quando o Paquete Santa Maria sequestrado aportou ao Brasil.

A imprensa anarquista do Brasil, como *O Libertário* de S. Paulo promovia de forma sistemática campanhas de denúncia dos crimes das ditaduras em Portugal e Espanha.

O governo português incomodado com estas campanhas no Brasil, reagiu através dos seus agentes locais, os quais editaram neste país publicações contra os anarquistas, acusando-os de serem auxiliares do movimento comunista internacional (78).

Com a instauração da ditadura no Brasil (1964) começou a repressão dos exilados portugueses. No dia 15 de Outubro de 1969 um grupo de 15 anarquistas, entre os quais se contavam Roberto das Neves e Pietro Ferrua foram presos, acusados de atividades subversivas, como o fabrico de bombas para a guerrilha. A prova desta acusação foi um folheto intitulado "Acção Directa" onde se explicava como fabricar explosivos. A sua publicação fora um pedido de Humberto Delgado à Editora Germinal destinada à luta armada em Portugal (78.1).

MAR

Nas ações desencadeadas entre 1958 e 1962 destacam-se uma série de indivíduos sem filiações partidária como Hermínio da Palma Inácio ou Hipólito dos Santos (libertário) lutavam pela Liberdade e pelo derrube da ditadura. No exílio, surgiram então várias organizações de luta armada, como o Mar- Movimento de Ação Revolucionária (1962). Hipólito dos Santos foi o dirigente para as relações externas. O Mar estava filiado na

Frente Patriótica de Libertação Nacional com sede na Argélia. Moisés Silva Ramos atuou como elemento de ligação com outros anarquistas no país. Era constante a presença de anarquistas nestes movimentos (79).

O comité confederal da GGT terá reunido pela última vez em Fevereiro de 1964 (80). Na análise que fez da Ditadura destacou um fenómeno novo: os estudantes começavam a manifestar-se, uma situação que a poderia contribuir para fim do regime. Era uma referência importante tendo em conta o contexto nacional e internacional. Acumulavam-se os sinais evidentes de que algo estava a mudar na juventude portuguesa, despoletado pelo início da Guerra Colonial (1961). Representou o começo da enorme sangria de jovens, crescente número de fugas do país e dos desertores.

Face à proibição da comemoração do Dia do Estudante, na Universidade de Lisboa ocorre uma enorme manifestação estudantil no dia 24 de Março de 1962. A policia espancou e prendeu estudantes e ocupou as instalações da universidade. A contestação em Lisboa prolongou-se até Junho. Em Coimbra dois meses depois eclodia nova greve de estudantes. No dia 27 de Agosto dezenas de estudantes foram presos e enviados para Caxias. Entre eles estava Mário Silva (1929-2016), co-fundador da Círculo de Artes Plásticas na Universidade (1958) que sempre se declarou "anarquista". A contestação internacional à guerra do Vietname, sobretudo depois de 1964, funcionou como um poderoso estimulo ao envolvimento político dos jovens em todo o mundo.

O jornal *O Libertário* de S. Paulo (Janeiro de 1963) denunciou a a prisão e tortura de três anarquistas durante as manifestações do 1º. de Maio de 1962: José Marques e os irmãos Alberto e Carlos Simões Januário, filhos de Arnaldo Simões Januário morto no Tarrafal. Foram acusados de andar a distribuir comunicados apelando à participação nestas manifestações. O mesmo jornal, no número de Agosto-Setembro de 1963, referia que durante a manifestação do 1º. de Maio de 1963 na cidade do Porto, fora assassinado um anarquista - Agostinho Fineza. O jornal afirma que se trata de um militante anarquista, contrariando a versão divulgada pelo PCP que era um militante comunista.

Em Abril de 1964 foi libertado na prisão de Peniche - Valentim Adolfo João (1902-1970) -, o último preso anarquista, antigo presidente do sindicato dos mineiros de S. Domingos. Estava preso desde 1949, sob a acusação de ter fornecido o dinamite para o atentado a Salazar (1937).

Desarticulado o movimento devido à repressão, o anarquismo continuou a persistir graças à ação individual de algumas centenas de antigos militantes, muitos dos quais contavam com longos anos de prisão.

Contestação Global

Nos anos sessenta em todo mundo voltava a ouvir-se falar de anarquismo, sobretudo devido a novos fenómenos sociais, desilusão perante os regimes comunistas, tecnocracia, contestação à guerra, emergência da juventude, questões em torno da sexualidade e da cultura.

Em Portugal apesar do crescimento económico que então se regista, a situação vivida no país era dramática: A guerra colonial entre 1961 e 1974 mobilizou mais de 150 mil jovens por ano. A sua factura pesava no orçamento de estado, impedindo investimentos sentidos

como necessários em muitas outras áreas, como a saúde, educação, infraestruturas, etc. A pobreza generalizada nos campos levava a uma fuga massiva da população. Em resultado das deslocalizações internas e das crónicas carências habitacionais, na região de Lisboa assistiu-se à proliferação de enormes bairros de barracas. A maioria dos que fugia das zonas rurais, onde continuava a viver a maior parte da população, seguiu os habituais caminhos da emigração, assistindo-se a fortes concentrações de portugueses em países como a França ou a Alemanha Federal e em menor escala a Suíça e Bélgica. Vastas regiões no país foram votadas ao abandono. Os principais indicadores sobre as condições da vida da população, como dissemos, colocavam Portugal entre os piores da Europa.

No final dos anos sessenta assiste-se ao aumento explosivo da contestação que tem 1968 como um marco incontornável. A Ditadura também deu evidentes sinais de não conseguir conter a crescente contestação social. As expectativas criadas neste ano quando Salazar foi substituído por outro ditador chamado Marcelo Caetano, não tardaram a serem goradas. Os dois baluartes da ditadura - a Igreja Católica e o Exército - começaram a conspirar para a derrubar ao perceberem que a mesma estava isolada internacionalmente e sem solução para a guerra nas colónias.

Neste ano, os anarquistas estavam de novo na ribalta colaborando activamente com outros grupos oposicionistas ao regime. Fizeram-se representar nos congressos anarquistas internacionais de 1968 e 1971 por Reis Sequeira. Aproveitaram as eleições de 1969 para atacar a ditadura. Emídio Santana, por exemplo, participa em comícios da CDE e CEUD, no II Congresso Republicano de Aveiro (1969). Exemplos não faltam deste tipo de intervenções políticas quando estava em causa valores fundamentais como a defesa da Liberdade. Internacionalmente falava-se do ressurgimento do anarquismo.

Nos EUA, desde finais dos anos 50 emergiu um forte movimento contestatário contra a tecnocracia e a cultura dominante. Nos anos 60 a contestação à guerra do Vietname fez explodir este movimento. As obras de Marcuse ou de Freud inspiraram a revolta da juventude levando-a a procurar vivências alternativas, numa busca de liberdade contrária a modelos autoritários. Um movimento cunhado por Theodore Roszak de "ContraCultura".

As ditaduras do Bloco Comunista deixaram de ser entusiasmantes para muitos intelectuais, como tinham sido nos anos cinquenta. A disputa pela liderança mundial do comunismo entre o PC Chinês e o PC Soviético abriu uma forte cisão ideológica no comunismo. Perante o desabar das ilusões comunistas, algumas das ditaduras passam a afirmarem-se como "diferentes" (Jugoslávia, Checoslováquia, Argélia, Cuba, Egipto, etc.) até apregoavam novos processos de organização do trabalho, como a "autogestão". O terror acabou por se impor, quando a população procura libertar-se da opressão. Na Checoslováquia a insurreição contra a ditadura comunista, e o posterior esmagamento pela intervenção soviética, deixou os marxistas perante o dilema de continuarem a defenderem a barbárie ou procurarem alternativas.

Muitos marxistas desiludidos procuraram outras vias para a transformação social, tomando agora a liberdade como um valor fundamental. Recusava as "vanguardas", as "vanguardas operárias", a "ditadura do proletariado", o "centralismo democrático", etc. Foi neste contexto que surgiram os "marxistas libertários", "marxistas autogestionários", etc. A aproximação e apropriação de ideias anarquistas tornou-se por demais evidente.

Miguel Serras Pereira deu-nos o seu testemunho. Por volta de 1966/67 a linguagem política no meio estudantil de Lisboa parecia-lhe de uma “aridez inabitável”, numa cidade

onde a repressão e a miséria dos bairros da lata se impunham, assim como a omnipresença da rede de cumplicidades com o fascismo. A linguagem poética era a única onde pulsava a “libertação”. A visão política libertária veio-lhe da leitura de *A Vida Quotidiana no Mundo Moderno* de Henri Lefrebre, cuja edição em Portugal data de 1969. Na critica da vida quotidiana descobre a possibilidade de uma subversão do quadro institucional que aprisiona a vida social, onde a Utopia funciona como modelo inspirador (80.1).

Outros aderiram ao anarquismo a partir da leitura dos textos da "Internationale Situationniste”, cujos membros se consideravam mais "libertários" que os próprios anarquistas, especialmente em ações imediatas de luta e no seu comportamento diário. O caso do Trotskismo em Portugal é exemplificativo deste processo. Surgiu na Universidade de Coimbra em fins de 1968 no seio de um grupo de estudantes revoltados com a situação do país. Não tinham nenhuma ligação partidária, ficaram fascinados com a ideia de uma revolução permanente, global. Em 1971 fundaram um Grupo de Ação Comunista em Coimbra, a que se seguiram outros em Lisboa e no Porto. Apesar da sua ligação à Liga Comunista Internacional (1973) a sua aproximação ao anarquismo, nomeadamente na defesa da liberdade e formas de luta foi sempre uma constante, segundo o testemunho dos seus mais destacados militantes (81).

Memórias

Durante a longa Ditadura a memória histórica do anarquismo em Portugal foi silenciada. A transmissão directa, apoiada por testemunhos pessoais foi anulada por uma feroz repressão. Os textos escritos impedidos de circular pela censura. A ideia que se procurou consolidar sobre os anarquistas era não passavam de bandos de indivíduos que haviam enveredado pela violência, atentados à bomba, recusando todo o tipo de leis e o sistema parlamentar.

Ao identificar todas as ações revolucionárias como sendo obra dos comunistas ao serviço da Rússia, Ditadura promoveu durante décadas o PCP. Criou-se, como dissemos, o mito de que todas as ações de protesto ou reivindicativas dos trabalhadores que ocorriam eram controladas por este partido. Este discurso perdeu a sua força na segunda metade dos anos sessenta, quando a comunicação social começou a dar conta de movimentos revolucionários à margem dos partidos comunistas. Em Portugal o mesmo fenómeno ocorreu, assistindo-se ao “nascimento” na esfera pública de movimentos de contestação católicos, socialistas, republicanos, etc.

As publicações sobre anarquismo eram raríssimas. A censura de forma sistemática procurou apagar a memória da sua existência. Alexandre Vieira entre 1950 e 1960, remando contra a maré, publicou três livros sobre a história do sindicalismo (82). Todas as referências a pessoas vivas foram cuidadosamente pensadas para não as comprometer perante a polícia política.

Nos anos 60 deu-se alguma atenção a Proudhon: Vitor de Sá escreveu sobre Amorim Viana e Proudhon (1960) mas o seu objectivo era o anarquismo, mas os primórdios do marxismo em Portugal. A. Petrus entre 1961 e 1965 recolheu e publicou textos sobre a influência de Proudhon na cultura portuguesa.

Em meados da década sessenta demarcaram-se as diferentes orientações ideológicas dos historiadores sobre o movimento operário em Portugal:

a) Os historiadores do regime procuraram difundir a ideia que os problemas com que se debateram os operários na Primeira República foram resolvidos pelo Estado Novo. Este é o objectivo do livro de Costa Junior - *Breve História do Movimento Operário Português* (1964).

b) A corrente marxista ligada ao PCP e similares procurou fabricar uma história do movimento operário que começava com o surgimento das ideias marxistas em Portugal, o impacto da Revolução Russa, e como a formação e evolução do PCP tinham vindo corrigir os erros do anarquismo e do reformismo dos socialistas. Em 1965 o PCP produziu a história oficial do operariado que será usada como uma cartilha pelos seus militantes (83). Outros marxistas em guerra com o PCP procuravam construir a sua versão dos acontecimentos: a história do PCP estaria repleta de traições aos trabalhadores, pelo que era necessário fundar um novo partido, aproveitando as lições da revolução chinesa, albanesa, etc. Entre os historiadores marxistas fieis ao PCP ou em luta como o mesmo destacaram-se Vitor de Sá, Alfredo Margarido, Armando de Castro, Ana Maria Alves ou José Pacheco Pereira. A solução que preconizavam para o país seria a de substituir uma ditadura "fascista" por uma "ditadura do proletariado".

c) A corrente herdeira de republicanos e socialistas continuava a resgatar a memória da república, mostrando como nem tudo tinha sido mau para o operariado. Entre os marxistas César de Oliveira, foi aquele que maior abertura mostrou ao considerar o papel dos anarquistas nas lutas sociais. Em 1972 publicou no Porto, uma compilação de textos intitulada: *O Estado, A Democracia Burguesa, A Prática Revolucionária e o Anarquismo*. Nas suas obras procurou reunir vasta documentação sobre o movimento operário: *Da Casa Sindical ao Forte de Sacavém de Frutuoso Fermino* (1971), *O Congresso Sindicalista de 1911* (1971), *Operariado e a República Democrática (1910-1914)* (1972), *O Socialismo em Portugal 1950-1900* (1973), *A Criação da União Operária Nacional* (1973), uma linha editorial prosseguida depois de 1974. Nesta altura afastou-se do PCP e aderiu ao PS.

d) A corrente libertária foi a mais tardia. Fruto de acontecimentos mundiais que desde meados dos anos sessenta que se registava alguma curiosidade pelas ideias anarquistas. Em 1966, por exemplo, publicou-se *A Breve História do Anarquismo* de Henri Arvon. Em 1970 de James Joll Anarquistas e Anarquismo e no ano seguinte *O Anarquismo* de George Woodcok, seguiu-se *O que é a Propriedade?* de Proudhon e *Bakunine* de Henri Arvon. Em 1970 de Alexandre Vieira publicou-se *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Dois anos depois surge uma nova edição de *O Movimento Operário em Portugal* de Campos Lima - , e em 1974 a 2ª. edição de *O Sindicalismo em Portugal*, de Manuel Joaquim de Sousa, com prefácio e notas de Emídio Santana.

João Medina em 1972 publicou *Eça de Queiróz e o Anarquismo*, seguidos de dois ou três interessantes artigos ao longo dos anos (84). Em 1973 finalmente um historiador que paulatinamente foi trazendo novos elementos para a história do movimento anarquista em Portugal: Carlos da Fonseca (85). A sua obra - *A Origem da 1ª. Internacional em Lisboa - O Centenário da Federação Portuguesa*, marcou um ruptura com a historiografia marxista que estava a ser produzida em Portugal. O papel histórico dos anarquistas na organização e luta dos trabalhadores voltava a ser lembrado e contextualizado.

Face aos acontecimentos internacionais, sobretudo em França, a imprensa da época interroga-se sobre a história e o ideário anarquista. A revista *Vida Mundial* dedica-lhe um número com o título: “Ressurgimento do Anarquismo” *(*6/02/1970). A revista *O Tempo e o Modo* no mesmo ano publica "Anti-Autoritarismo, Anarquismo, Sindicalismo" de Luis

Matoso (nº. 84), e de Moisés da Silva Ramos (militante anarquista) - "O Socialismo Reformista. A Experiência portuguesa até à 1ª. Guerra Mundial" (nº.82). Descobre-se a intervenção libertária na recuperação da história do movimento operário em Portugal.

Libertários Exilados na Europa

Muitos jovens fugidos à Ditadura ou à guerra colonial, espalhados pela Europa, sobretudo em França, aderem às ideias libertárias. Os acontecimentos de Maio de 1968 em França parecem ter sido decisivos para esta aproximação. Em Paris destacou-se um grupo em volta dos *Cadernos de Circunstância* (1968-1970, 7 números) que procurou despertar os emigrantes portugueses para uma intervenção social. Entre os seus membros contavam-se João Freire (desertor), Jorge Valadas (Charles Reeve), José Maria Carvalho Ferreira, Carlos da Fonseca (1940-2017, refractário da tropa, exilado, professor universitário em Paris). Na sua maioria eram jovens estudantes descontentes com o PCP ou do maoísmo, seguidores do "comunismo dos conselhos" (Rosa Luxemburgo) ou da Internacional Situacionista e outros movimentos radicais. Após a vitória que alcançaram em 1970 na CGT, assim como uma melhor compreensão das suas opções ideológicas aproximam-se do anarquismo, e estabelecem contactos com antigos militantes em Portugal.

Outros por lá andavam como Júlio Carrapato (1947-2016, em 1968 exilou-se em França, esteve nas barricadas) ou Julio Henriques. Alguns haviam passado pelas fileiras do PCP, como foi o caso de Gabriel Morato (1940-2005). Foi preso em 1965 quando era estudante do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, e secretário-geral da reunião inter-associações de Lisboa. Após sair da prisão, em 1966, afastou-se do PCP e exilou-se em Paris, onde contactou com o movimento anarquista. Regressou a Portugal logo após o 25/04/1975 tornando-se num dos mais ativos militantes anarquistas. João Bernardo ilustra igualmente o percurso de muitos outros jovens. Foi militante do PCP (1964-1966), sempre nas lutas estudantis, saiu para aderir a um grupo maoista (1966). Perseguido pela polícia política exilou-se em Paris (1967) mantendo-se ligado a grupos maoistas. Em 1973 já estava a criticar o maoismo e o leninismo e a defender o denominado "marxismo libertário", acabando expulso do grupo maoísta. Em 1974 com Rita Delgado e João Crisóstomo fundou o jornal *Combate* (1974-1978) de clara tendência libertária.

Neste contexto que surgem algumas publicações anarquistas como *O Clarão (*Londres, 1973, por Claude Moreira), *Nova Porta* (Paris, 1973), *Portugal Libertário* (Paris, 1973-1974) ou *A Ideia* (Paris, maio de 1974, João Freire).

A quase totalidade os 750 mil portugueses que em 1973 viviam em França entrou no país clandestinamente. Era muito precária a sua situação nos locais de trabalho, na rua eram vítimas de ataques racistas e xenófobos. As mulheres rotuladas de putas. A *Organisation Révolutionaire Anarchiste (*ORA), fundada em 1968, desenvolveu múltiplas ações de apoio aos emigrantes portugueses, com participação de sete anarquistas, entre os quais se contava José Luis de Brito. Uma destas iniciativas foi a publicação de oito números, entre outubro de 1973 e maio de 1974 de *Portugal Libertário*, um suplemento de *Front Libertaire.* O jornal noticiava igualmente acções da resistência em Portugal e apelava à independência das colónias.

Alguns destes jovens regressou a Portugal, e no pós-25 de Abril de 1974, assumiram um papel relevante na difusão das ideias libertárias.

Músicos e Artistas Libertários

Os anos sessenta foram marcados eclosão da chamada "música de intervenção" que retomou em Portugal, a antiga tradição do "fado anarquista" muito popular no final da monarquia e durante a Iª. República. Zeca Afonso neste género musical um pioneiro que, curiosamente, segundo o seu biografo se assumia como um libertário (86). Na vaga de jovens que seguiram para o estrangeiro iam alguns músicos que foram fortemente influenciados por cantores libertários como Georges Bressens ou León Ferré, como foi caso de Sérgio Godinho (87). Foi para a Suíça em 1963 para estudar Psicologia, mas ao aderir ao ideário anarquista, o seu percurso foi outro. Em maio de 1968 estava nas lutas que então se travaram. Fez depois parte do *Living Theatre*, uma companhia libertária nascida no EUA. Os treze membros da companhia, incluindo Sérgio em 1970 foram presos a mando da Ditadura brasileira durante o Festival de inverno, um acontecimento de renome mundial, na cidade de Ouro Preto. De volta França a partir de em 1971 gravou e participou na gravação de importantes obras discográficas marcadas por uma acutilante crítica social. Em Paris encontrava-se desde 1968 outro músico que foi uma referência durante anos no movimento anarquista: Jorge Palma.Fugido à polícia política (1968), por lá andava igualmente Helder Costa que passou do maoismo ao anarquismo.

Os "Continuadores" dos Anarquistas

No final dos anos sessenta o PCP, instrumento da PC União Soviético (PCUS), estava a ficar isolado. O comunismo internacional estava fragmentado. Desde 1961 que o PCUS era atacado pelo PC Chinês e Albanês ser um partido burguês, contra-revolucionário, estar ao serviço do imperialismo mundial e por outras acusações similares. O PCP manteve-se fielmente ao serviço do PCUS, apoiou o esmagamento das revoltas nos países no leste da Europa, como ocorreu na Checoslováquia (1968). Os acontecimentos em Maio de 1968 provocam um novo sobressalto. Um destacado intelectual do partido, Claude Prévost (*Les Etudiants et le Gauchisme,* Paris, 1968) (88) descobriu que as ideias que movem os estudantes eram iguais às que encontrava nos vários capitulos da obra de Daniel Guérin: *L'anarchisme. De la doctrine à l'action* (Paris, 1965). A situação era grave: os estudantes atreviam-se a colocar em causa os fundamentos do "socialismo científico", o trabalho dos "revolucionários científicos" como "vanguarda" dos trabalhadores.

Neste contexto muitos militantes (mais esclarecidos) abandonaram o PCP, e procuraram outras opções ideológicas onde a Liberdade fosse um valor estimável. Outros afastaram-se porque acusaram o PCP de se ter aburguesado e deixado de lutar pela revolução social, seguiram as teses maoistas e albanesas ou guerrilheiras, a que juntaram a luta contra a Guerra Colonial. Em 1970 surgiram novos grupos marxistas que pretendem reconstituir um novo Partido Comunista (MRPP, PCTP-ML, etc) ou iniciar a luta armada contra a Ditadura (FPLN, Brigadas Revolucionárias, PRP).

A resposta comunista a estes movimentos foi elaborada em Moscovo. O PCUS, pela pena de historiadores como Boris Leibzón (1968), afirmou que todos estes movimentos não passavam de manifestações anarquistas. Recordava que Trotski era no fundo anarquista. Mao-Tse-Tung fora durante anos, e a própria "revolução cultural" usava métodos anarquistas (89). Nesta linha, Álvaro Cunhal em 1970 escreveu *Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista (*90) onde repete a mesma argumentação do PCUS, acusando todos aqueles que se manifestavam na sociedade portuguesa à margem do PCP de serem seguidores dos anarquistas.

1974 -1989: Redescoberta e Acção Directa. Murray Bookchin

Com o derrube da Ditadura (25 de Abril de 1974) e o regresso à democracia, o "movimento anarquista" volta a ressurgir concentrando-se agora na crítica ao poder e nas suas formas de reprodução. A longa ditadura (48 anos) apagou praticamente a memória do passado do movimento e do seu ideário, estimulando uma mentalidade submissa e sectária.

A situação política em Portugal não pode ser desligada do contexto internacional, nomeadamente da luta entre a antiga União Soviética e os EUA. Os partidos e grupos vários partidos receberam então importantes apoios para servirem um ou outro bloco. Em termos organizativos, de propaganda e de militância as forças marxistas destacavam-se claramente sobre as restantes. Através de uma estratégia de infiltração e controlo muitas publicações, como as revistas *Seara Nova* ou o *Tempo e o Modo,* jornais ou editoras tornaram-se orgãos de propaganda das forças comunistas.

O PCP apoiante incondicional do regime da União Soviética, defendia a estatização da economia e controlo de todas as atividades sociais e culturais pelo Estado. O PCP contava também com importantes apoios dentro das forças armadas. Nos sucessivos governos provisórios conseguiu que fosse aprovada legislação que reforçava a sua implantação no movimento sindical através da Intersindical.

Os outros partidos marxistas eram defensores de um modelo sociedade tipo chinês (Mao Tsé Tung), albanês (Enver Hoxha), vietnamita (Ho Chi Minh), cambojano (khmers vermelhos) ou dos norte-coreanos (Kim Il-sung) e de outras ditaduras comunistas. Um largo sector dos militares no poder (MFA), liderados por Otelo Saraiva de Carvalho defendiam o modelo cubano de Fidel de Castro. Um sector moderado dos militares estava fascinado pelo modelo de Tito na Jugoslávia. Outros propunham uma réplica do regime argelino. Ontem, como hoje, não faltavam tiranias a patrocinar associações de amizade e viagens de propaganda.

A "revolução social" era que é apontada aos trabalhadores implicava, em todo o caso, uma nova ditadura e a obediência a um partido. Não se pretendia pessoas que pensassem mas massas que fossem conduzidas por uma "vanguarda".

Foram amplamente divulgados textos dos “grandes líderes da classe operária” como Lenine, Estaline, Mao Tsé Tung, Enver Hoxha e de funcionários de partidos comunistas sobre os malifícios do anarquismo com a demonstração dos benefícios das ditaduras em nome do "proletariado" (1).

Apesar deste panorama adverso surgem uma série de iniciativas que revelara desde logo a emergência de alguns centros e tendências do movimento anarquista.

A Batalha / CEL

Em **Lisboa,** logo a seguir ao golpe militar do 25 de Abril de 1974, Emídio Santana com dezenas de antigos militantes reunem-se no Ateneu Cooperativo, na Rua dos Anjos, para relançarem o movimento libertário em Portugal, e em particular as ideias "anarco-sindicalistas". O ânimo era enorme. Abriu-se em Junho uma sede na Rua Angelina Vidal, nº.17-2º. esq., e criou-se o esboço de uma organização denominada "Movimento Libertário Português" que se desdobrou em entrevistas nos jornais. As ideias ainda eram pouco consistentes, a repressão tinha deixado as suas marcas. A ideia do MLP, enquanto

organização, não tardou a morrer. Numa rápida conjugação de esforços, a 19 de Julho de 1974 realiza-se um grande comício na Voz do Operário, comemorativo da "Revolução Espanhola" (2).

As energias dos libertários concentraram-se na reedição do jornal *A Batalha*, tendo sido constituído uma Cooperativa Editora *A Batalha*. O primeiro número saiu a 21 de Setembro de 1974, como “Jornal Sindicalista Revolucionário” , fazendo referência a ter sido o antigo orgão da Confederação Geral do Trabalho. A partir do nº 20, a 8 de Agosto de 1975 passou a afirmar-se como “Jornal Anarco-Sindicalista”. A sede d´A Batalha tornou-se no principal centro do movimento anarquista no país. Em 1976 ocorreu a mudança para para a Av. Álvares Cabral, 27 A, seguiu-se a Av. D.Carlos, e no final de 1986 ficou instalada na Rua Marquez de Ponte de Lima, 37-2ª.Dtº. A redação durante largos períodos de tempo não tinha um local próprio para se reunir. Mudanças que afectavam o trabalho de elaboração e difusão do jornal. Nestas mudanças, em Outubro de 1978 decidiu-se extinguir a Cooperativa e criar o Centro de Estudos Libertários, um processo concluído em Agosto de 1979.

À volta de *A Batalha* formou-se uma vasto grupo de anarquistas das mais diversas idades, mas que tinham como referência antigos militantes, portadores de memórias de resistência à ditadura e de intervenção sindical (3). Defendiam uma participação ativa nos locais de trabalho e nos sindicatos, onde se forjaria a emancipação dos trabalhadores. A questão é que a mentalidade dos trabalhadores em 1974 era muito distinta dos operários da antiga CGT. A esmagadora maioria nascera, vivera sempre em Ditadura, e sonhava também como uma nova Ditadura, conduzida por um partido de trabalhadores.

Os sindicatos na altura estavam a ser controlados maioritariamente pelo PCP através da Intersindical. Este partido depois de Abril de 1974, sob o pretexto do saneamento dos fascistas das direções dos antigos "sindicatos nacionais”, conseguiu colocar à frente destes os seus militantes.

O grande assalto do PCP foi contudo ao Ministério do Trabalho. Uma operação que contou com dois importantes aliados entre 1/07/1974 e 19/09/1975: Vasco Gonçalves, primeiro-ministro e Costa Martins, ministro do Trabalho. Através de medidas legislativas, ações de rua promovidas pelo PCP-Intersindical e outras de propaganda como “Batalha da Produção” (6/10/1974), repetida a 10/06/1975 por iniciativa da Intersindical, foi controlando os sindicatos e muitas empresas. Através de sucessivos diplomas legislativos foi sendo consagrado este controlo partidário dos sindicatos. A 14 de Janeiro o PCP-Intersindical organizou uma grande manifestação a favor de uma **única central sindical**: a Intersindical. Outras se lhe seguiram até à sua aprovação legal (Dec.-Lei, nº.215-A/75). **A liberdade e independência sindical voltava a desaparecer em Portugal.** Durante o Iº. Congresso da Intersindical (Julho de 1975) reforçaram o seu poder, iniciando um processo de expulsão dos opositores internos. Face aos desmandos, com a queda o Vº. Governo, Costa Martins acabou por se refugiar em Cuba e depois em Angola. Numa prova de força reveladora dos novos métodos de ação sindical, no dia 12 de Novembro de 1975, a Intersindical conseguiu mobilizar dezenas de milhares de operários da construção civil para fazerem um cerco à Assembleia Constituinte. Estes operários exigiam que o novo ministro do trabalho os recebesse e decretasse um novo Contrato Colectivo de Trabalho. A ação sindical fazia-se agora através de pressões sobre os governos e sobre o parlamento, conduzidas pelo PCP. No IIº. Congresso da Intersindical, em 1977, esta central sindical assumiu-se como uma correia de transmissão do PCP e passou a garantir financiamento e emprego a grande número dos seus funcionários. A nova central sindical

que se formou em 1978 - UGT - constituiu uma reação partidária (PSD e PS) contra a hegemonia que o PCP havia adquirido nos sindicatos.

No princípio de 1975 a situação nos campos era explosiva. O desemprego era generalizado, agravado pelo abandono dos campos e fuga dos proprietários agrícolas, a desmobilização milhares de soldados e pelo aumento dos entraves à emigração portuguesa para nos países europeus afectados por uma crise económica. A partir de Fevereiro assistiu-se à ocupação de grandes latifúndios, sobretudo no Alentejo. Era a resposta à falta de trabalho e procura de meios de subsistência, mas que ideológicas. Foi um movimento que rapidamente se expandiu. Em princípios de 1976 calculava-se que tivessem sido ocupados 1,130 milhões de hectares, tendo-se formado cerca de 500 organizações formais e informais para a sua gestão, onde trabalhavam 44 mil trabalhadores (homens) a tempo inteiro e 28 mil (mulheres) a tempo parcial.

A Batalha evidenciava várias fragilidades nestas organizações agrárias: as ocupações eram acima de tudo um recurso de sobrevivência numa situação de desemprego generalizado, e não tinham nenhuma perspectiva emancipatória. Neste contexto era difícil introduzir critérios de rentabilidade produtiva. Os recursos financeiros gerados eram escassos (simples subsistência), os quais eram continuamente diminuídos pela entrada de novos desempregados; Eram igualmente corrente os boicotes aos fornecimentos de sementes e equipamentos, etc. Como se tudo isto não bastasse, o PCP lançou-se numa ofensiva para controlar a “reforma agrária”, instituindo um modelo inspirado na União Soviética: a UCPs. A guerra partidária não tardou a dividir os trabalhadores, obrigados a andarem em manifestações de propaganda nas ruas de Lisboa para defenderam os seus “postos de trabalho” e a legislação aprovada no tempo de Vasco Gonçalves. Enquanto isto acontecia, no norte e no centro o país os padres e proprietários agrícolas lançavam uma onda assassinatos e perseguições contra os “comunistas”. Dois anos depois do seu inicio a “reforma agrária” entrava em rápida extinção. As terras não tardaram a voltar ao seu crónico abandono e o despovoamento do Alentejo continuou.

Foi contra tudo isto que o vasto grupo que se reuniu em volta do jornal *A Batalha* tinha que lutar, numa sociedade que havia perdido a memória do ideário anarquista. Em Setembro de 1974, como dissemos, saiu o 1º. número da VIª. série do jornal assumindo-se como "Sindicalista-Revolucionário". O problema é que muitos poucos anarquistas estavam dispostos a intervir nos sindicatos, manifestando-se mais empenhados noutras lutas. Fruto de um compromisso entre antigos e novos militantes a 11 de Novembro de 1975 surgiu a **ALAS** (Aliança Libertária e Anarco-Sindicalista) que em pouco tempo desapareceu (1977).

Em Abril de 1976 o jornal teve que abandonar a sua sede na Angelina Vidal, para se instalar no final do ano na Av. Alvares Cabral, e voltar a readquirir a dinâmica entretanto perdida.

Outras perspectivas. A ocupação de empresas que se verificou a partir do início de 1975, na maioria dos casos devido ao abandono dos patrões, traduziu-se em muitas experiências de autogestão, as quais foram desde logo associadas ao anarquismo. O influente semanário Expresso, a 22/02/1975, escrevia a propósito deste movimento de um “recrudescimento do anarco-sindicalismo”. Numa entrevista um jornalista norte-americano (Tood Darling) mostrava-se preocupado com a autogestão de empresas e de campos, “perigosamente anarquistas” (Expresso, maio de 1975). Muitas outras notícias faziam o mesmo tipo de associação. Era um movimento espontâneo de trabalhadores que colocava em causa a propriedade privada, e como tal era um “perigo social”. O jornal

O Libertário (nº4,1/07/1975) aquando do Vº. Governo Provisório defendeu publicamente a aliança entre os anarquistas e os Conselhos Revolucionários - PRP e LUAR. Ambos tentavam centrar as lutas dos trabalhadores nos locais de trabalho e a partir deles desenvolver o movimento revolucionário. Os sindicatos estavam ligados a estratégias partidárias, centradas na queda ou permanência de governos, ou na conquista de lugares no parlamento. Ora, um dos aspectos mais marcantes do movimento social entre 1974 e 1975 foi o surgimento por todo o país de comissões de trabalhadores, de moradores em cidades e aldeias e até de soldados nos quartéis. Neste contexto que a partir de Março de 1975 Carlos Fontes de forma sistemática escreve n´*A Batalha*, e de forma menos regular na *Voz Anarquista,* sobre estas experiências autogestionárias à margem dos partidos políticos que potenciavam um movimento revolucionário mais amplo (4). A publicação de diversos textos, como "Anarco-Sindicalismo e Autogestão" de René Berthier (1975), contribuíam para perspectivar o processo em curso. Uma reflexão a que se juntou Júlio Palma (5) e outros. No final dos anos 70, abordam de forma crítica o sindicalismo que havia sido implantado como parte dos novos mecanismos de poder.

Entre as publicações anarquistas, *A Batalha* manteve-se como o único jornal focado numa intervenção no mundo laboral.

Centro de Cultura Libertária / FARP- FAI

Em **Almada** foi rápida a reorganização dos anarquistas. A 13 de Maio de 1974 formavam o Centro de Cultura Libertária (CCL). Primeiro com sede na Rua Fernão Lopes, nº12, r/c em Almada e depois na Rua Cândido dos Reis, 121-1º. Dtº. (Cacilhas). Em Junho promoveram na “Incrível Almadense” um polémico comício devido a afirmações de alinhamento com o MFA (Movimento das Forças Armadas), e a 22 de Janeiro de 1975 lançaram o jornal ***A Voz Anarquista.*** As acções foram impulsionadas por antigos militantes como Francisco Quintal (1898-1987), José Correia Pires (1907-1976), José Paulo Lola (1901-?), Sebastião de Almeida (1908-?), Viriato F. C. Pereira (1927-?), Jorge Quaresma (1905-1990), José Eduardo (1909 -?), Fernando Paiva (1925-?) entre outros.

Embora *A Voz Anarquista* fosse marcada pela tentativa de difundir a memória perdida do “anarquismo militante”, dava igualmente espaço a expressões muito diversificadas, como a “utopia” de um editor de obras de “ficção cientifica”: Eurico da Fonseca (*A Sociedade do Futuro,* 1979) (6). A tecnologia surgia aos olhos de muitos anarquistas como a chave para a construção de uma sociedade libertária (7), muito ao gosto de Kropotkine ou do seu amigo Júlio Verne (8).

O CCL protagonizava a corrente do chamado “anarquismo militante" que defendia a existência de organizações especificas de anarquistas, assumindo causas muito diversificadas. Retomava a memória da UAP, Aliança Libertária ou da FARP. Agregava outras publicações como a revista *A Ideia* (início de publicação 1973, França) ou *O Libertário* (1975). Estes grupos não tardaram a reconstituir a **FARP-FAI** (14/12/1975), estreitando a sua ligação aos anarquistas espanhóis (8.1).

Associado a esta corrente ainda em 1975 surgia a Associação de Grupos Autónomos Anarquistas que editava a revista *Ação Directa* (1975-1979), caracterizada por uma critica radical à democracia formal, militarismo, sistema prisional, legalismo, etc. Entre os seus membros destacavam-se Gabriel Morato, Jorge Mota Prego, João Guerreiro, Rui Vaz de Carvalho (9) e Júlio Carrapato. O grupo em 1976 aderiu à FARP, saiu em 1977 e acabou por dissolver-se em 1981.

Entre as ações públicas da FARP registe-se o comício de 15/01/1977 na *Voz do Operário*. Em Fevereiro deste ano João Freire é preso em Espanha com mais 46 companheiros da FAI. Ao contrário do que João Freire pretendia realizou-se no Rossio um expressiva manifestação de protesto que terminou em confrontos com a polícia.

Não eram pacificas as relações dentro da FARP. A 15 e 16/10/1977 dois grupos da FARP promoveram uma "Conferência Libertária" na sede d´*A Batalha*: vieram mais de 150 anarquistas do Porto, Leiria, Coimbra e Setúbal, e ainda três espanhóis da Andaluzia. João Freire declarou que a FARP tinha então catorze grupos. Entre os temas a discussão (Anarquismo e Coordenação Anarquista, As Causas da Debilidade do Movimentos Anarquista em Portugal e Intervenção Social), a Organização foi o tema que gerou maior discussão. Durante o debate manifestou-se uma grande oposição à necessidade de uma organização permanente. As críticas mútuas e excessos de protagonismo anularam os entendimentos alcançados, apesar dos apelos de André Bandeira (Porto). A 17 de Novembro de 1979 na sede do Grupo de Cultura e Acção Libertária de Almada, em plenário, a FARP suspendeu a sua atividade, termina assim o equivoco da FAI-FARP (23). O iberismo de alguns dos seus membros, sem nenhuma perspectiva federalista global, era uma verdadeira aberração. Na base destes desentendimentos estava uma corrente que surgiu da cisão da ORA, em 1976, a OCL- *Organisation Communiste Libertaire* (França), com expressão em Portugal no *Grupo Acção Directa*.

Outros Centros

No **Porto** onde desde 1887, o movimento anarquista fora sempre marcado por grande combatividade, mostrou-se depois de Abril de 1974 disperso. A primeira manifestação ocorreu a 11 de Maio de 1974 quando vários grupos convocam um “meeting” para o jardim da Cordoaria e proclamaram que "O superorgasmo da revolução não pode estagnar com um simples golpe de Estado”. Manifestaram-se contra todos os Estados, a família tradicional, a religião, a oligarquia dos partidos, a repressão sexual, a exploração capitalista, a guerra colonial, o imperialismo, “os chefezinhos” de toda a cor, estão ao lado dos proletários, lumpen, artistas, presos, os homossexuais, as vítimas do racismo, com os terroristas revolucionários, nomeadamente da FAI, MIL, Banda Baader (Meinhof), os Wethermen “até que tomem o poder”. A radicalidade do discurso e a provocação como arma revolucionária era claramente assumida no comunicado . Muitas outras provocações efémeras se seguiram até aos anos oitenta, depois evaporaram-se num conformismo cada vez mais acentuado. Em 1979 abriu um centro libertário no Porto.

No **Montijo** em 1976 foi fundado o Centro Libertário de Cultura Popular (Rua Manuel Neves Nunes de Almeida, 32). Em **Leiria** abriu o Ateneu Libertário (Junho de 1978-1981) e em Junho de 1979 foi criado o Ateneu Libertário de **Coimbra**. Por todo o país grupos e indivíduos dispersos afirmam-se anarquistas, realizando muitas ações pontuais.

Reconstrução da CGT

A partir de Outubro de 1976 a FARP a promoveu a ideia de criar em Portugal uma extensão da CNT. Em Coimbra, a 27/12/1977, 33 trabalhadores ligados à FARP resolvem constituir um SOV (Sindicato de Ofícios Vários) segundo o modelo da CNT, uma iniciativa destinada ao fracasso. Esta espúria colagem ao movimento anarquista em Espanha tinha como consequência importar para Portugal os seus problemas e conflitos internos, o que não tardou a acontecer. A FARP desligou-se da ideia peregrina de fazer uma réplica em Portugal da CNT. Um grupo do jornal *A Batalha* retomou a ideia em 1979 e lançou-se durante vários meses numa série de iniciativas para promover o modelo da CNT. Entre

estas iniciativas registe-se as seguintes: Em Lisboa, a 27 de Janeiro de 1979, o Primeiro Encontro Anarco-Sindicalista, no Centro Nacional de Cultural, que contou com a presença de camaradas de vários países e delegados da CNT; No Porto, a 21 de Abril de 1979, um debate sobre anarquismo e anarco-sindicalismo, no Anfiteatro da Escola Superior de Belas Artes; Em Beja, um comício a 28 de Abril de 1979 sobre anarco-sindicalismo, na Capricho; o 1º. Encontro Anarco-Sindicalista da zona centro (5 e 6 de Outubro de 1979), com a presença de simpatizantes e militantes dos distritos de Aveiro, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã e Coimbra. Para além dos problemas já apontados, faltava-lhes um programa e uma estrutura organizativa ajustada à realidade do movimento anarquista em Portugal.,

Como era de esperar o V Congresso da CNT (Dezembro de 1979) terminou numa profunda crise interna, com reflexos imediatos em Portugal.

Passada a fase da CNT seguiu-se a ideia mais ajustada de criar um núcleo da AIT em Portugal, projecto que remontava a 1974 (10). Neste sentido, a 28 de Fevereiro de 1981, realizou-se em Aveiro um encontro com membros do secretariado da AIT de Madrid (Manuel Olmedo, Angel Espinosa e Artur) com três companheiros portugueses: Jorge Domingues (Sabugal), Manuel Cristiano (Autonomia Operária, Aveiro) e Miguel Serras Pereira (Aveiro). No dia 5 de Dezembro deste ano, com a presença de dezenas de “anarco-sindicalistas” foi organizado também em Aveiro um encontro com a AIT, defendendo-se agora a reconstituição da CGT. A ideia criação de um núcleo da AIT, como veremos, não morreu.

Dispersão de Grupos

A tendência era para a dispersão de grupos, havendo pouca propensão para a constituição de federações. Eram constituídos essencialmente por jovens seguidores de análises situacionistas, "puks" e outros discursos subversivos e literários em voga. O tempo era-lhes especialmente difícil. A seguir ao golpe militar de 25 de Abril de 1974 até 1977 assistiu-se à arregimentação da juventude por partidos políticos de esquerda (PCP, MRPP, UDP, etc) ou à direita (PSD, CDS, etc) para actuarem como milicias destinadas a intimidarem ou atacarem fisicamente os seus adversários políticos, usando métodos similares aos das juventudes hitlerianas. Muitas escolas secundárias e faculdades tornaram-se palco de violentos combates.

Os jovens libertários mostravam-se despertos para novos tipos de intervenções: ecologia, combate à destruição dos recursos naturais, ao consumo irresponsável, industria de armamento, desigualdades no mundo, feminismo, preconceitos sexuais, racismo, etc. Um pouco por todo o país, sobretudo a partir de **1975**, esta corrente produzia numerosas publicações quase sempre efémeras e fotocopiadas, de que são exemplo a revista "O Abutre” (anarquista-situacionista), "O Pasquim” (Março de 1975) e “Novo Pasquim”(1975) que se insurgiu contra as palavras “anarcas” nas paredes de Lisboa (nº2, Set.1975), "Fora de Jogo-Miséria do Quotidiano. Quotidiano de Miséria”, “Escaramuça” (Lisboa, Outubro). No final do ano editou-se em Leiria a revista “Revolta” (1975-1980).

Dirigida ao meio estudantil destacou-se a revista "Não!" do CARM (Julho de 1975). Fundou-se a Coodenadora Estudantil Comunista Libertária em Lisboa que editou depois o boletim “O Revoltado” (Maio de 1976). Pelas escolas secundárias do país, surgiram diversos grupos anarquistas, e entre elas sobressaía o da Escola Secundaria António Arroio (escola de artes).

Seguem-se, em **1976** "Satanás" (Dez 1976-Junho 1979, Almada, Carlos Reis), “O Dia das Bruxas” do colectivo Merdário; “O Rastilho” (maio), orgão do grupo autónomo dos milicianos da liberdade, “Terra Livre” (Amesterdão, 1976 -1979), “Sabotagem” (Junho de 1976 - Julho 1977), etc.

Em **1977** continuaram a surgir novas publicações como “O Apoio Mútuo” (Évora), “A Sementeira”, “Guerra Social” (maio, Coimbra), “Lanterna Negra” (Janeiro), “O Anarquista” (Janeiro) e a revista "Subversão Internacional" (Lisboa, 1977-1981) muito seguida no movimento.

No ano de **1978** prosseguiu a dinâmica anterior: No Algarve (Faro) surgiu o jornal *O Meridional* (Abril). Entre as publicações mais efemeras registaram-se *A Abordagem* (Coimbra), *O Corvo* (Lisboa), *Criar-Gota-A-Gota* (Lisboa), *Recortes do Arco da Velha*, *Miseráveis de Veludo e Seda*, etc. No ano seguinte edita-se o “Pasquim” (junho).

Movimento Punk. A partir de 1977 multiplicam-se os grupos Punk no movimento anarquista, ligados à produção de fanzines e bandas de música. Os fanzines punks pouco se distinguiam no seu conteúdo, aspectos gráfico, produção e distribuição da muitas publicações anarquistas na altura. A primazia é atribuída a "Desordem Total" (1978-1979) de Nuno Esterco, Luis Bosta e Pedro Merda, assim como a "Estado de Sítio" (1978), editado por Paulo Borges (11), então um jovem anarquista frequentador da sede de *A Batalha*.

A primeira banda punk - *Aqui d`El Rock* (1977), fazia claro um apelo à revolta contra o sistema (12). Neste ano *Sex Pistols* cantam o tema "Anarchy in the UK". Outras bandas punk se lhes seguiram como as de Paulo Borges (Minas & Armadilhas, 1978), Zé Leonel (*Faíscas*, *Xutos & Pontapés, Peste & Sida*, Ex-Votos). As letras de muitas canções abordavam temáticas anarquistas.

A relação entre as várias tendências não foi pacífica. O contexto político na altura era marcado por violentos confrontos partidários, geradores de uma mentalidade sectária, o que não deixou de ter os seus reflexos no movimento anarquista.

Causas Transversais

Algumas questões eram transversais, às várias tendências do movimento anarquista como a memória do movimento libertário, a desmontagens dos mecanismos de poder, o antimilitarismo, a ecologia e o feminismo e todas formas de discriminação, como está espelhado em muitas publicações.

Memória. No final dos anos 70 impôs-se a necessidade de escrever a história do movimento anarquista em Portugal. A memória dos movimentos sociais era um campo de batalha ideológica, com destaque para alguns temas como o “18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande”, os “presos do Tarrafal”, o “atentado contra Salazar” (13) ou uma versão deturpada da “revolta dos marinheiros a 8 de Setembro de 1936”. Antigos militantes anarquistas protestavam contra a apropriação e deturpação das suas lutas pelo PCP. O desconhecimento do passado era enorme. Uma profusa literatura comunista, nomeadamente sobre o movimento operário, procurava difundir a ideia que a história do país no século XX resumia-se à luta dos comunistas para libertarem o povo português de uma “Ditadura fascista”. As poucas obras publicadas sobre a história do anarquismo em Portugal mostravam-se insuficientes para alterarem a narrativa dominante. A literatura

mais abundante da intervenção dos anarquistas nos acontecimentos revolucionários em Espanha, entre 1936-1939, de nada servia neste contexto.

A **crítica do poder** (domínio, alienação) continuou a assentar nos textos clássicos de Proudhon, Bakunine, Errico Malatesta, Kropotkine ou Emma Goldamn. Nos anos setenta juntaram-se os de Paul Goodman ou Murray Bookchin. Apoiavam-se igualmente num leque muito alargado de pensadores incluindo "revisionistas" das teses marxistas. Entre eles destacamos Wilhelm Reich, H. Marcuse, Guy Debord, Raul Vaneigen, Foucault, Pierre Clastres, Jean Baudrillard, Hananh Arendt ou até Karl Popper.

As ideias de Wilhelm Reich sobre a psicologia de massas do fascismo, por exemplo, deram importantes contributos a compreensão de uma questão que os jovens então colocavam como alguma insistência: como foi possível que a maioria da população portuguesa durante décadas aceitasse passivamente a Ditadura ? Sofrendo constantes humilhações por parte de quem a explorava e oprimia, em vez de se revoltar em massa, resignada, limitava-se a emigrar como se isso fosse uma fatalidade para quem nasce em Portugal. Aparentemente incompreensível era também a opção de muitos jovens que após a queda da Ditadura passaram a lutar por instaurar uma outra no país. O medo da liberdade leva-os a desejar uma nova prisão.

Num contexto social marcado pelo predomínio das forças comunistas, a critica anarquista ao marxismo como uma corrente política totalitária era alvo de constantes confrontos. Era enorme a propaganda apologética dos países comunistas como a Rússia, a China, Albânia, Cuba ou a Coreia do Norte que os apresentava como modelos a seguir.

Para muitos anarquistas a questão do abstencionismo, votar ou não votar, era na prática irrelevante. O verdadeiro problema estava na mentalidade que fora criada e que se traduzia numa submissão quotidiana ao Estado, partidos políticos, patrões, etc. Era esta atitude imbecil (dependência) que tornava utópicas todas as lutas por uma sociedade livre e igualitária. As ilusões de mudança em volta de cada nova "eleição" pouco mais eram do que a continuidade da mesma atitude de entrega a outros de decisões que dizem respeito ao próprio. As "mobilizações populares" andavam ao sabor das lutas partidárias que centravam no Estado a resolução de todos os problemas.

A **propaganda feminista**, rotulada de “anarco-feminista” emergiu desligada do seu passado histórico em Portugal. Décadas de ditadura tinham conseguido apagar as ideias que nortearam as lutas no passado. Foi preciso descobrir tudo de novo e abraçar novas referências na luta pela emancipação feminina, como Emma Goldamn. Um combate no início muito centrado na igualdade de género (direitos iguais), contra a discriminação no trabalho, a criminalização do aborto, o machismo e a violência doméstica, avançou rapidamente para outras causas igualmente relevantes, como as expressões culturais, religiosas e outras que inferiorizam as mulheres.

Anti-militarismo. Em relação ao anti-militarismo a repulsa ultrapassava a antiga crítica libertária e pacifista contra o militarismo. Na altura combatia a mitificação do MFA-Movimento das Forças Armadas, recordando que haviam sido os militares que em 1926 haviam instaurado uma ditadura no país, e durante 48 anos a apoiaram. Só tinham decidido derrubar a ditadura quando constaram que não podiam derrotar os movimentos de libertação nas colónias e o regime estava em decadência. O poder que exerciam na sociedade portuguesa através do Conselho da Revolução (1974-1982) era mais um elemento limitador da liberdade dos cidadãos (14). Não deixa de ser curioso constatar que

alguns anarquistas tenham participado em movimentos revolucionários nos quartéis, alegadamente combatendo tentações golpistas de direita e esquerda.

Ecologia. A critica às concepções filosóficas que encaravam a natureza como um mero recurso material a explorar, e as proposta para outra relação com mesma, sempre fizeram parte integrante do pensamento anarquista. Os jovens que aderiram ao movimento depois de 1974, por desconhecerem a sua historia, inspiraram-se noutras fontes, nomeadamente os movimentos alternativos que haviam despertado nos EUA nos anos 60 (contracultura). Decorria também numa maior consciência global das consequências da industrialização, poluição, utilização de produtos químicos (pesticidas), concentrações urbanas caóticas, consumismo irresponsável, etc. Não faltavam alertas sobre o estado do planeta.

As questões ecológicas imediatas em Portugal prendiam-se com a degradação do ambiente. O país era na altura considerado uma imensa lixeira. Apontava-se a ausência de sistemas de esgotos e águas canalizadas, rios poluídos, etc. O abandono dos campos devido à emigração em massa nos anos 60 não tardou a fazer disparar os fogos florestais, repetindo-se todos os anos as mesmas tragédias. Como se tudo isto não bastasse pretendia-se construir uma central nuclear (1976-1978). O grupo que editou *O Libertário* (1975) participou ativamente na organização na primeira comemoração do Dia Mundial do Ambiente em Portugal.

No plano mais global apontava-se para uma catástrofe planetária, com a destruição na vida no planeta motivada pela lógica capitalista privada ou de Estado.

O grupo ecológico da Associação de Estudantes da Universidade de Coimbra, maioritariamente constituído por anarquistas teve uma atuação relevante. Duas figuras se salientaram, ambas intimamente ligadas ao movimento anarquista: Afonso Cautela (1933-2018), libertário (15), poeta surrealista e jornalista, fundador do Movimento Ecologica Português; Carlos Costa Marques que registou nas páginas d´*A Batalha* (nº116, 1986), a fase em que não dava votos ser-se ecologista em Portugal. No plano ideológico registam-se as seguintes publicações: o boletim *Frente Ecológica* (1975-1977), com sede em Paço d`Arcos; *Alternativa* (1976-1978); *Urtiga* (1978-1985); a colecção de livros *Viver é Preciso* (1974-1978) (16). Não deixa de ser significativo que este movimento entre 1974 e meados dos anos oitenta tenha retomado muitas causas que mobilizavam muitos anarquistas desde finais do século XIX até aos anos quarenta do século XX. Muitos dos textos que foram editados podiam ter sido escritos por E. Reclus ou Kropotkine.

Partidocracia e Liberdade

Entre 1974 e o princípio dos anos oitenta a população portuguesa foi doutrinada para aderir ou se definir partidariamente. A televisão do Estado, a única que existia, participava neste processo. A legislação eleitoral que foi estabelecida apenas permitia a participação livre dos cidadãos nas eleições para as juntas de freguesia. Os partidos políticos reservaram para si o monopólio de todos os cargos políticos, procurando afastar os cidadãos que não se sujeitassem aos espartilhos partidários. Este sistema foi aplicado em muitas outras áreas, como os sindicatos, onde os lugares nas direções eram distribuídos em função das tendências partidárias.

A única participação na sociedade que era solicitada aos cidadãos resumia-se a "descarregar" votos num partido político na altura das eleições. Durante as eleições constitucionais de 1975 surgiram várias publicações provocadoras como a "Merda" nº1,

seguido do nº. 2 que vendeu mais de 170 mil exemplares segundo a Cooperativa de Fomento Acrata criada por José de Brito (17). A ideia pegou surgiram outras congéneres como "O Peido", "O Grande Peido", "Merdário", "Hebdomerdário" e outras com títulos inspirados nas latrinas. Às publicações juntou-se as frases humoradas dois “anarcas” que originaram outro sucesso comercial: uma antologia (18). O "Anarca" substituiu a imagem popular do anarquista tradicionalmente associado ao bombista. Por todo o país o "A" circundado assinava inscrições de todo o tipo, nem sempre com humor.

No Porto, nas eleições legislativas de 1976, numa intervenção mais habitual, três anarquistas foram presos a 11 de Novembro por andarem a distribuir comunicados anti-eleitorais.

O sistema político que fora instituído, castrador da autonomia dos cidadãos, era revoltante para muitos jovens. Nuno Artur Silva, reportando-se a essa época testemunha: "Logo a seguir ao PREC, toda a gente tinha um partido e eu e os meus amigos éramos anarcas e dedicavamo-nos a pintar paredes com frases "Vota na Abelha Maia" (Expresso, 25/03/2019).

A questão da partidocracia era também particularmente sentida por artistas - músicos, interpretes, pintores ou humoristas - compelidos a terem um partido e a afirmarem as suas preferências partidárias em público. O expediente seguido por um número considerável era afirmarem-se "anarcas" ou "anarquistas" de forma não serem limitados na sua criatividade, como foi o caso de Nicolau Breyner, Herman José, etc. Outros, como Vitorino assumiram-se como continuadores da rebeldia de antigos anarquistas. No seu primeiro disco fez-se acompanhar na capa por um deles, dedicando a José de Brito uma bela canção: "Morra Quem Não tem Amores". O "rótulo" de anarquistas permitia-lhes uma liberdade que doutra forma não teriam, mas que nada esclarecia sobre o seu posicionamento face à arte. Neste sentido, nas páginas o jornal *Voz Anarquista* Carlos Fontes procurou fundamentar a posição anarquista, assunto que prosseguiu mais tarde n`*A Batalha*. Em Braga foi editado “A Estética Anarquista” de André Reszler, pela editora Eros (1977). A tradução de algumas obras fundamentais dos anos 30 de Herbert Read, procuravam romper com uma visão propagandística da arte que então imperava.

Entre os criadores próximos do movimento anarquista que defendiam uma arte sem barreiras, explorando novos horizontes, destacamos Manuel Almeida e Sousa, que se desdobrou em múltiplas intervenções e criações, como o grupo de teatro *A Mandragora*.

Num contexto social dominado por visões concentracionárias, muitos anarquistas colaboraram com outras forças políticas na defesa da Liberdade ou do planeta, nomeadamente os "marxistas libertários" (concelhos operários, Rosa Luxemburgo, etc), Base-FUT, Movimento Ecológico (Afonso Cautela), etc.

Organização. Apesar de várias tentativas entre 1974 e 1980 não foi possível criar uma organização permanente de coordenação do movimento anarquista. Este assentava nos contactos directos, e nas múltiplas iniciativas que foram sendo promovidas: manifestações, encontros, festas, debates, acampamentos. Entre as manifestações organizadas destaca-se a do 1º. de maio de 1977, a primeira onde não houve uma colagem ao movimento em Espanha. Na Praça de Figueira registou-se uma forte presença de libertários, numa altura de recuo do movimento social.

Organizou-se uma Semana de Presença Libertária de 2-8/07 de 1978, cujo modelo foi depois prosseguido na década de oitenta. A II Semana ocorreu de 27/10 a 2/11 de 1980

no Centro de Alcantara. A 11 de Abril deste ano foi organizada uma festa do jornal A Batalha, n´*A Voz do Operário* marcada pelas atuações de grupos punk, como os *Xutos & Pontapés* (Zé Leonel), *Minas & Armadilhas* (Paulo Borges) e outros. A Festa que se realizou a 16/10/1982 também no mesmo espaço foi de concórdia entre as várias tendências. O mesmo ocorreu pouco depois na Conferência Libertária em Coimbra (6-7/11/1982). Seguiram-se-lhe um Camping Libertário Internacional de 1 a 19 de Agosto de 1984. Música e Utopia, a 28/5/1986 no Cinema Alvalade (Lisboa), etc.

O CCL (Almada), em 1977, procurou colmatar a lacuna que existia devida à dispersão dos grupos e editou o "Boletim de Relações Anarquistas. Informações e contactos" (1977-1979). Um trabalho que ciclicamente é recomeçado.

Editoras e Livrarias. Depois de 1974 surgiram várias editoras de obras de anarquistas: A Batalha (1975), Editora Sementeira (1977-1991), a Cooperativa Cultural Editora Fomento Acrata (José de Brito, 1975), a Editora Sotavento (Júlio Carrapato). Em 1979 surgia A Antigona que muito tem divulgado a literatura anarquista.

Em Lisboa a livraria Assirio & Alvim era um dos principais pontos de venda das publicações anarquistas. Na Rua da Atalaia a Contra-a-Corrente (abriu em Outubro de 1975), estava ligada ao jornal *Combate*, e aí chegou a funcionar a redação do jornal *A Batalha*. Em Faro surgiu a livraria Sotavento (1978) e no Porto a Livraria Utopia (1982).

Apesar da falta de literatura para uma reflexão teórica consistente, a difusão do ideário anarquista prosseguiu. Foram organizadas diversas acções que procuraram estimular a intervenção dos cidadãos na sociedade á margem dos espartilhos partidários e dos militares.

Ligações Internacionais. A situação política em Espanha desencadeou durante largos anos muitas ações em Portugal, nomeadamente no apoio prestado a membros da CNT e FAI. Em Almada, o CCL à semelhança do que ocorria em Lisboa, acolheu anarquistas espanhóis perseguidos pela ditadura franquista (Rafael, Jaime, Paloma, Paco…), num apartamento situado na Praceta Jornal de Almada, nº.4 - 4 andar. Na altura havia a convicção que a consolidação da democracia em Portugal estava dependente da queda da ditadura em Espanha. Grupos de extrema-direita envolvidos em ações golpistas em Portugal eram acolhidos e apoiados neste país. Hoje sabemos que Franco propôs aos EUA invadir Portugal. O tempo era de grande tensão nas relações entre os dois países. O primeiro grande comício do jornal *A Batalha*, como dissemos, foi organizado 19/07/1974 para comemorar a Revolução Espanhola. A 3/03/1975 realizou-se uma manifestação de solidariedade para com os trabalhadores espanhóis, começou no Rossio e terminou junto à Embaixada de Espanha. Na cidade Universitária, a 19 de Julho 1975 voltou-se a comemorar-se a Revolução Espanhola. A prisão a 6/09/1975 no Barreiro de um camarada português, dois espanhóis e um chileno quando se dirigiam a Espanha ainda submetida a uma ditadura. Recordemos também os protestos junto à embaixada e consulados quando foram condenados à morte em Espanha 5 revolucionários (27/09/1975). O apoio aos exilados e refugiados espanhóis até à morte de Franco foi constante. Em Outubro de 1980 José Manuel Tavares foi preso pela Policia Judiciária em Leiria a pedido do Estado espanhol. Era membro do Ateneu Libertário desta cidade. Muitas ações foram exclusivamente realizadas para debater a história e atualidade do anarco-sindicalismo em Espanha. Sessões onde a presença de anarquistas espanhóis era frequente, mas cujos resultados foram quase sempre infrutíferos.

Entre as ligações internacionais destacaram-se os contactos que foram mantidos com a central sindical sueca SAC (Sveriges Arbetares Centralorganisation). Os frequentes contactos com a CNT ou a FAI de Espanha, como se tornou evidente, traduziam-se também na importação para Portugal das divisões internas e polémicas em que estavam mergulhadas estas organizações.

Durante alguns anos a “revolução portuguesa” atraiu as atenções mundiais, muitos anarquistas de vários países vieram constatar *in loco* os acontecimentos, como Daniel Conhn-Bendit em Abril de 1975 (*República*, 7/04/1975, entrevista). Alguns acabaram por ficar, como foi o caso de um casal de jovens alemães: Kerstin Botter e Gerd Hübner, Em 1981 criaram na serra algarvia, junto a Silves, a comuna anarquista da Parreirinha. Entre as várias iniciativas que promoveu destaca-se um encontro internacional anarquista em 1987. A comuna terminou em 1992, não sem antes ser uma das fundadoras da Federação Anarquista das Colectividades de Campo (19).

Regressão Social

Depois do golpe militar de 25 de Novembro de 1975 assistiu-se a uma brusca diminuição da agitação social. Os militares continuaram a controlar o poder político e a Direita passou a fazer o seu caminho para o poder com uma onda de atentados bombistas e acções intimidatórias praticada por uma rede de criminosos (20). O alvo imediato destes atentados eram os "comunistas" mas o objectivo era criar na população um sentimento geral de insegurança que favorecesse a ascensão de governos autoritários, apostando em políticas neoliberais. A partir de 1983 era evidente que o país entrara na "normalidade democrática", com a rápida recomposição de grandes fortunas. Em Portugal entre 1985 e 1995 instala-se um governo de direita que procurou moldar o país às regras liberais da CEE (atual União Europeia) a que o país aderiu a 1 de janeiro de 1986. A partidocracia instala-se e os cidadãos vão-se tornando em “súbditos”. O PCP, escorado nos aparelhos sindicais e na administração de autarquias, opondo-se a qualquer mudança da legislação aprovada entre 1974 e 1975 foi sobrevivendo, fazendo crescentes purgas internas de dissidentes e cumprindo os indispensáveis rituais de contestação nas ruas.

O panorama internacional nos anos oitenta foi marcado pelo avanço do capitalismo selvagem, o neoliberalismo. A obsessão era enriquecer rapidamente não importando os meios, o culto da privatização e do sector privado, numa retórica acrítica dos mercados sem entraves. Duas personagens simbolizam este período: Ronald Reagan nos EUA (gov.1981-1989) e M. Thatcher na Inglaterra (gov.1979-1990). Nos países de capitalismo privado assistiu-se à grande concentração da propriedade até ao final do século XX, aumentando as desigualdades entre uma minoria riquíssima e a maioria da população. Enquanto o bloco soviético não resistiu à contestação interna e entrou em rápida desagregação. O movimento sindical apoiado pela Igreja Católica polaca deu o impulso decisivo para a derrocada há muito anunciada.

Neste contexto internacional, marcado por uma onda liberal e consumista, difundiu-se uma cultura de diversão (espectáculo) avessa a envolvimentos em causas sociais. Gilles Lipovetsky escreve dois sintomáticos ensaios: A Era do Vazio: Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo (1983) e O Império do Efêmero (1987).

Nos anos oitenta o número de novas publicações no movimento anarquista começou a rarear, reflectindo o refluxo do movimento social. Destaca-se em Março de 1980, o aparecimento de “Uma Pedrada no Charco”. Sinal dos tempos, em Janeiro de 1984 foi publicado o último número de *Voz Anarquista*, projectando-se a edição de uma revista

cultural. *A Batalha* atravessou na altura graves dificuldades, obrigando a uma nova organização. O indiferentismo perante as questões sociais atribuía-se na altura à falta de uma cultura libertária. Para colmatar esta suposta ausência surgiu a revista *Antítese* do Centro de Cultura Libertária em Almada (nº1, Dezembro de 1984), *A Margem* e a *Pravda-Revista de Malasartes* (1982-1992) em Coimbra e a Contra-Informação (Nov.1984) em Leiria.

No movimento das rádios livres assinale-se a Rádio Caos (Porto, 102 MHZ FM) numa iniciativa de António Oliveira que ainda emitia em 1984.

No movimento Punk o ideário anarquista passou a ser mais assumido, difundindo-se o chamado "Anarco-Punks". Proliferam as fanzines de que são exemplo *Subversão* (1982), *O Subúrbios* (1985), Tosse Convulsa (1985), O *Cadáver Esquisito* (Porto,1986), *Lixo Anarquista* (1986-97), O Suicídio Colectivo (1987), *Anarkozine* (1987), *Post-Scriptum* (1987-88), *Morte à Censura* (1988), *Culto Urbano* (1988-1989), etc. Entre as bandas anarco-punks destaca-se a *Crise Total,* com o tema "Queremos Anarquia" (1985), "Assassinos do Poder " (1983) e a banda *Kú de Judas* com o tema Anarquia em Portugal Já (1985).

O movimento anarquista não foi imune a esta mudança de atitudes e mentalidades. A hora era de reflexão. João Freire, um conhecido sociólogo que utiliza o método de "observação participante", num dos seus trabalhos académicos sobre o movimento anarquista, em 1984, escrevia que estava em curso um processo "revisionista" no anarquismo:

" Assim, à referência ao trabalho substitui-se a referência à cultura e à informação; ao actor social "movimento operário" opõe-se-lhe os "novos movimentos sociais" ou de maneira ainda mais pulverizada os "cidadãos-trabalhadores-consumidores"; a noção de "revolução" é criticada e dá origem a conceitos como "processo", "sistema" ou "mutação"; a legitimidade da violência é confrontada com a ideia de "direitos humanos" e interpelada pelos fenómenos do totalitarismo e da dissidência; o ecologismo, o pacifismo e o feminismo, temas desde sempre presentes no pensamento libertário, agigantam-se e tornam-se predominantes, pelo menos nas suas práticas; discute-se a "terceira vaga" tecnológica, que conta com partidários e opositores; ao socialismo dominante no seu pensamento, sobretudo económico, sucede-se a redescoberta do liberal, esquecido e menosprezado durante muito tempo; o próprio tema da participação institucional nos sistemas políticos (municipal, mas também nacional e em instituições especializadas escola, empresa, etc) deixa de ser tabu para se tornar objecto de debate público. E por aí adiante" (21).

Em **1987** comemorava-se os cem anos dos primeiros grupos de anarquistas em Portugal, foi organizado na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) uma exposição, que seguiu depois para o Porto, Coimbra e outras localidades. Entre 1980 e 1985 foi depositado na BNP um importante espólio de documentação histórica do movimento anarquista (Arquivo Histórico-Social).

O balanço que no final dos anos 80 foi realizado na sede d´*A Batalha* na Rua Marquês de Ponte de Lima, 37-2º, Dto , revelou a pulverização de ideias que percorriam o movimento em todo o mundo. Carlos Fontes falava de uma "galáxia libertária" procurando criar uma imagem das ideias e práticas libertárias em curso.

Lendo a imprensa libertária dos anos oitenta destacamos três áreas mereceram especial atenção e que reflectiam uma intervenção social consequente:

- **Libertarismo.** No discurso anarquista a questão do poder e da sua natureza tornou-se mais abrangente. Na interpretação clássica o poder estava demasiado centrado na dominação exercida pelo poder político (estatal), a relação assimétrica governantes/ governados. Na nova concepção de poder que se começou a impor, a sua manifestação está mais disseminada por toda a sociedade: instituições, relações humanas, comportamentos, saberes, linguagem... É através desta multiplicidade de manifestações que o poder se institui, interioriza, reproduz e se reinventa. O combate contra o poder é deste modo um combate inseparável do quotidiano.

Neste sentido, passa agora também por uma abordagem crítica dos discursos sobre as coisas, enquanto objectos de poder ou práticas de um consumismo ostentatório ou desperdício irresponsável.

Persiste no combate contra todo o tipo de preconceitos (morais, sexuais, etc), relações humanas hierárquicas e antigas formas de manipulação (nacionalismos, religiões, partidos políticos, etnias e tribos de toda a espécie).

Tem em conta os novos novos poderes estatais. Com o desenvolvimento exponencial da informatização desde o início dos anos 80 que foi alterada a relação dos cidadãos com o Estado. Este passou a poder recolher e centralizar informação em tempo real sobre vida de cada cidadão, constituindo-se desta forma um poderoso meio do seu condicionamento, controlo e manipulação. Um processo abordado, em 1987, no Colóquio Internacional Tecnologia e Liberdade (22).

- **Cidadania Global**. Numa sociedade marcada pelo individualismo e a "cultura do homem sentado" ligado a todo o mundo, os movimentos de cidadãos tornaram-se menos orgânicos e mais espontâneos, muitas vezes ações isoladas.

Foi neste contexto que emergiu o conceito de cidadania global, ancorado nos Direitos Humanos e numa visão ecológica global, o que lhe conferiu potencialidades revolucionárias. Do combate em nome das liberdades e dos direitos sociais (direito à habitação, saúde, educação, cultura, etc) passou-se a uma dimensão mais universalista, onde se situa o anarquismo. Os discursos fragmentados sobre o "trabalhador", o "morador", "o migrante", etc. foram enquadrados no conceito alargado de cidadãos do mundo.

Na "ressaca" dos movimentos sociais entre 1974 e 1977 emergiu um novo discurso sobre cidadania inspirado nos textos de Max Stirner. O jornal *O Meridional* foi o primeiro que o trouxe para debate os textos deste anarquista individualista, uma reflexão que tem prosseguido até hoje (23). Pensadores anarquistas norte-americanos, como Henry David Thoreau (desobediência civil) foram pela primeira vez traduzidos e estudados (24). Jorge Domingos foi dos primeiros a assumir lutas individuais de grande simbolismo: Num protesto contra a informatização da vida dos cidadãos pelo Estado, recusou inscrever-se no “número de contribuinte”. A Escola Secundária de Paredes onde trabalhava não lhe pagou o ordenado e entrou em greve da fome (Julho de 1980). Era uma alerta para a criação que bases de dados que estavam a ser criadas e que constituem um ataque à privacidade dos cidadãos. Contra as péssimas condições dos transportes públicos, onde os comboios circulavam com a 2ª. Classe apinhada e a 1ª. classe vazia, com um bilhete de 2ª. ocupou a 1ª., recusou-se pagar a multa e foi preso. A ação incentivou outros

passageiros a fazerem o mesmo. Estas e outras ações individuais, com uma forte mensagem social, tiveram uma larga repercussão na comunicação social (1981).

Face às arbitrariedades dos Estados, a questão da cidadania no quadro da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) tornou-se um importante instrumento na promoção da dignidade, liberdade e igualdade entre todos os seres humanos. Uma referência capaz de mobilizar ações locais de solidariedade com a luta de povos pela criação de sociedades mais dignas. Era o patamar mínimo que nenhum ser humano devia abdicar. Foi em seu nome dos Direitos Humanos que passaram a desenvolver-se importantes combates, nomeadamente para a livre circulação de pessoas no mundo, apoio às populações migrantes cuja cidadania que não era reconhecida. Apoio a minorias cujos direitos, nomeadamente de orientação sexual ou de disporem do seu corpo eram negados, num combate que se quer universal pela liberdade.

Foi num destes combates que os anarquistas vieram à rua em Dezembro de 1989 em Lisboa, manifestarem-se contra o assassinato de José Carvalho (dirigente do PSR) por neonazis. Uma morte que anunciava o recrudescimento de antigos combates libertários na sociedade portuguesa contra o racismo e xenofobia.

No quadro da cidadania teceu-se uma Ética Global que compromete o cidadão com as consequências futuras das suas ações, nomeadamente no consumo de produtos e uso de espaços, que alimentam o saque global das multinacionais, a destruição da vida no planeta e recursos naturais, perpetuando as desigualdade entre os povos.

Alguns movimentos de cidadãos nos anos oitenta passaram a explorar os novos meios de comunicação, como as rádios piratas e depois a informática como potenciais meios de intervenção social. Uma das mais importantes iniciativas da revista *A Ideia* foi a realização em 1987 de um colóquio internacional sobre esta temática.

O sindicalismo nos anos oitenta estava reduzido a questões salariais que na esmagadora das vezes eram remetidos para a esfera jurídica, um assunto de advogados. Uma função limitadissima quando emergia a consciência que o trabalhador é acima de tudo um cidadão. As suas responsabilidades sociais ultrapassam as funções que exerce no local de trabalho. A sua remuneração e condições de vida, ao contrário do que acontecia no passado, em muitos casos nem sequer está dependente do seu trabalho.

- **Municipalismo.** Desde os primórdios que o anarquismo em Portugal está associado à defesa da autonomia dos municípios e a sua federação, como base de uma futura organização social. Neste domínio existe uma continuidade entre Sousa Brandão e Campos Lima (*A Revolução em Portugal,*1925). Ambos advogavam a completa transferência de competências do Estado central para os municípios, onde se construiriam formas auto-gestionárias de toda a atividade social e económica. Faziam-no por que acreditavam que os municípios, sendo a estrutura administrativa mais próxima dos cidadãos, eram aquelas onde a sua participação podia ser mais facilmente exercida.

Esta concepção municipalista está igualmente presente no "Programa Libertário", elaborado e publicado pela revista *A Ideia* em Agosto de 1980. Para além de algumas sugestões decorrentes do contexto do tempo, a matriz é a mesma. Nesta altura começam também a ser difundidas as ideias de “municipalismo Libertário” ou “comunitarismo de **Murray Bookchin** que conferem uma enorme importância à intervenção local, nomeadamente para a formação de uma consciência ética libertária.

A verdade é que a Ditadura (1926-1974) esvaziou de poder os munícipios (Câmaras e Juntas de Freguesia) transformando-os meros instrumentos do poder central debaixo do controlo dos governos civis.

A seguir ao 25 de Abril de 1974 as Assembleias Municipais e de Freguesia foram durante um curto espaço de tempo verdadeiras assembleias populares, como uma larga participação popular. A Constituição de 1976, estabeleceu que os orgãos representativos dos municípios e freguesias eram as respectivas assembleias, e as câmaras e as juntas orgãos colegiais perante elas responsáveis. As autarquias por estarem mais próximas da população deviam assentar numa ampla participação dos cidadãos nelas residentes . Verdade é que nada disto ocorreu. A longa tradição centralista da Ditadura no país não foi alterada, quando as autarquias estavam totalmente dependentes do Estado e confiadas a presidentes da confiança do regime. O apregoado pluralismo após o 25 de Abril de 1974 não passou de um discurso retórico destituído de conteúdo. Ultrapassado um breve sobressalto inicial, em pouco tempo voltou a instalar-se o presidencialismo nas autarquias herdado da Ditadura. Os cidadãos foram rapidamente limitados na sua participação política, as assembleias secundarizadas nas suas funções, os vogais e vereadores sem pelouro reduzidos a meras figuras decorativas durante quatro anos. A Oposição cerceada nos seus mais elementares direitos. O que passou a imperar foi um sistema anti-democrático presidencialista. Os únicos orgãos que passaram a ter alguma visibilidade pública foram os presidentes das Câmaras e os das Juntas de Freguesia, figuras que nem constam da Constituição do país. Não raro assumem-se como proprietários das câmaras ou das juntas. Todo o poder está neles concentrado. O sistema revelou-se ainda mais aberrante quando se constata que o presidente da câmara municipal ou da junta de freguesia, uma vez eleito não podem ser demitido pelas respectivas Assembleias. Pode mesmo perder a total confiança do grupo político que faz parte, os vereadores ou vogais da sua equipa demitirem-se em bloco, mesmo assim a lei permite-lhe que continue firme no seu posto, e encontre uma qualquer solução governativa entre os restantes eleitos. Pouco importa o expediente e a qualidade dos executivos assim formados. Neste sistema, o principal orgão fiscalizador - a assembleia municipal ou de freguesia - foram profundamente fragilizados. A Oposição (os vereadores ou os vogais sem pelouros) são encarados frequentemente como “forças de bloqueio”. Os executivos recusam dar-lhes meios humanos e materiais para exercerem as suas funções, temendo que adquiram visibilidade perante os eleitores. O número de reuniões foi limitado ao mínimo exigido pela lei de forma a evitar o confronto de ideias, a apresentação de propostas alternativas em relação às apresentadas pelo “Chefe”, lei-se presidente.

Após as eleições de 1977 rapidamente se percebeu que os municípios não passavam de instrumentos nas disputas eleitorais dos partidos políticos, para os quais eram canalizados importantes recursos financeiros das autarquias. Em pouco tempo emergiram também por todo o país autarcas que se arrogaram de promotores culturais do "povo", competência que não admitem partilhar. Só eles sabem o que o "povo" quer e gosta. O caciquismo cultural havia-se instalado.

A ausência de uma efectiva participação dos cidadãos acabou por consolidar este caciquismo. Os espaços públicos, bens comuns, foram sendo abandonados. Em cidades como Lisboa as praças e jardins públicos foram amputados em favor de estradas ou parques de estacionamento. As varandas dos edifícios foram fechadas por marquises, numa clara manifestação de afastamento social. A anomia social foi-se instalando nos grandes e pequenos centros urbanos, desligando os cidadãos dos espaços públicos onde vivem, estimulando a indiferença social.

A verdade é que a degradação urbana e social das nossas cidades tem vindo a impor a necessidade de um renovado municipalismo, onde a participação dos cidadãos seja mais atuante e decisiva, sem a qual não existe mudança social possível.

A visibilidade social da ação dos anarquistas, sobretudo a partir de finais dos anos 80 foi desaparecendo à medida que se instalou, em Portugal um regime partidocrata, povoado de políticos corruptos, estimulados pela entrada de importantes recursos financeiros provenientes da CEE (atual UE).

No final da década a revolta que estalara no princípio dos anos oitenta nos países do leste desfez em 1989 o bloco soviético. O neoliberalismo surgia como o grande vencedor da chamada "Guerra Fria”.

1990-2021: Novas Perspectivas - Novas Lutas. Noam Chomsky

Em Portugal nos anos 90, grande parte dos antigos militantes anarquistas haviam já falecido. Os mais jovens em Portugal têm manifestado grande dificuldade em dar continuidade a um movimento de ideias e práticas que a globalização mostrou serem pertinentes.

O contexto internacional mudou de forma abrupta. A mundialização do capitalismo nas últimas décadas produziu um arrasador fenómeno de destruição de valores, hábitos e modos de vida tradicionais. Uma avalanche de inovações tecnológicas, a expansão do consumo de massa e o aumento da população, mais 7,8 biliões de pessoas (2020), associados à mobilidade permitiram sustentar esta destruição, tornando-a num facto irreversível.

A Europa que durante séculos se pensou como o centro do mundo, abandonou esta crença procurando agora descobrir o lugar que nele ocupa. De continente exportador de pessoas passou a terra de imigrantes, sem os quais a sua economia não funciona. A presente heterogeneidade de etnias, culturas e religiões exigem a redefinição da chamada “identidade nacional” em muitos países. Um trabalho sistemático de desconstrução foi arruinando nacionalismos, religiões, categorias artísticas e filosóficas, colapsando ideologias políticas que se julgavam portadores de verdades eternas. Foi, sem ironia, um progresso real.

A antiga União Soviética desapareceu (1991) e mostrou a barbárie que desde 1917 fora instalada na Rússia e outros países sob o seu controlo. O "homem novo" prometido pelos Partidos Comunistas afinal abominava o comunismo que lhe foi imposto. Os capitalistas russos tornaram-se no símbolo da rápida acumulação e ostentação de enormes fortunas. Os novos czares depois de 1991 trataram de reconstituirem os símbolos da antiga Russia imperial. A China sob a direção do Partido Comunista abriu-se ao mundo para revelar a outra faceta do comunismo marxista: o Capitalismo de Estado na sua mais brutal expressão à escala global. A apregoada "solidariedade proletária" revelou-se um embuste para a rapina de recursos e especulação. A Coreia do Norte copiando o modelo concentracionário do comunismo soviético, com paradas de inspiração nazis elevaram ao extremo da barbárie a "ditadura do proletariado". Em Cuba os dirigentes sob uma fachada comunista instalaram uma monarquia absoluta.

O desabar da ideologia comunista foi por muitos interpretado como o "fim de todas as ideologias" e o triunfo definitivo do capitalismo. A partir desta altura só restaria aos revolucionários lutarem por problemas locais esquecendo, por exemplo, a situação do catastrófica do planeta ou a barbárie. Face a este descalabro da ideologia comunista, o liberalismo reinante nos EUA durante algum tempo afirmou-se como o único modelo social. Os comentadores liberais não tardaram a dizer que se estava perante o Fim da História (1). O mundo doravante pertencia ao capitalismo liberal. Tínhamos pela frente um futuro moldado pela paz, democracia representativa e o mercado livre. Pura ilusão. A luta passou a ser entre blocos capitalistas, uns liberais outros estatistas, mas todos vivendo da brutal exploração dos trabalhadores.

O culto do dinheiro, símbolo de poder (domínio, aquisição de bens, etc) e reconhecimento social, substituiu as religiões tradicionais. A acumulação de riquezas na posse de um único indivíduo é celebrada como um triunfo civilizacional…

O capitalismo é expansivo, senão declina. A concorrência global que está instalada devora incessantemente recursos naturais e humanos, assim como as mais frágeis economias. O medo, a precariedade e a ausência de meios de sobrevivência e esperança fez emergir vagas de excluídos que vagueiam pelo mundo ou reagem àquilo que consideram ser a sua morte colectiva ou marginalização, alimentando movimentos xenófobos e racistas, cujos líderes prometem fechar as fronteiras para proteger empregos, culturas, religiões ou etnias. O migrante, estrangeiro, de religião ou cor diferente, passou a ser o inimigo a abater em nome da protecção da economia ou da "identidade nacional".

O mundo não tardou também a assistir ao impensável: a barbárie praticada por seguidores da religião muçulmana. Alegam o direito de impor a outros a sua religião e regimes políticos teocráticos, incluindo nos países que os acolheram como migrantes.

A tolerância, respeito pelas diferenças, foi aproveitada para difundir a barbárie. Em nome da mesma têm sido tolerados grupos sociais que são "possuidores" de uma identidade étnica, religiosa ou cultural que pregam ódio, o domínio de uns sobre outros, escravizam ou violam os seus em nome da preservação da sua suposta identidade. Não faltam no mundo regimes tirânicos, paraísos para turistas, nos quais uma minoria esbanja recursos que tirariam da extrema miséria milhões dos seus habitantes.

Situações que são expostas quotidianamente nos meios de comunicação como parte de um espectáculo permanente para conforto dos que não são vítimas desta barbárie, por viverem noutra realidade.

No final do século XX, a realidade social mudara bastante assim como os motivos susceptíveis para a sua mobilização revolucionária. As antigas e laboriosas concepções de uma "sociedade perfeita" que terminaria com todos os conflitos sociais, surgiam agora aos olhos de muitos anarquistas como "utopias" concentracionárias e totalitárias, só possíveis de serem realizadas através do esmagamento da diversidade e da barbárie. Proudhon ao recusar a "síntese", mantendo a tensão dos contrários surgia de novo mais atraente. Karl Popper com a sua critica às "utopias" (sociedades fechadas) ganhava um novo sentido.

Em Portugal as mudanças que se registavam em Portugal no final dos anos noventa eram consideráveis em relação a 1974, quando foi restaurada a democracia representativa. Após a entrada na CEE (atual União Europeia) a 1 de Janeiro de 1986 assistiu-se à desindustrialização, abandono da agricultura, implantação de grandes cadeias comerciais, etc. A economia portuguesa tornou-se uma economia de serviços. A população passou a viajar para o estrangeiro com muito maior frequência. Assistiu-se à entrada de sucessivas vagas de imigrantes (brasileiros, ucranianos, romenos, moldavos, russos, chineses, etc.), a diversidade de culturas passou a ser a regra no país. O analfabetismo passou a ser residual. O que não mudou, antes se acentuou foram as desigualdades sociais.

Depois da queda do colapso da União Soviética, em 1991, os vários partidos marxistas entraram num rápido declínio e fragmentação.

O PCP multiplicaram-se as expulsões e saídas de centenas de militantes "históricos" que reclamavam uma mudança na política do partido, a que o secretário-geral (Alvaro Cunhal, 1913-2005) se opunha. A maioria procurou refúgio no PS e PSD, obtendo benefícios que o PCP já não tinha condições de lhes dar.

A mesma desagregação ocorreu entre os pequenos partidos e grupos marxistas (estalinistas, maoistas, trotskistas, etc) defensores de vários tipos de ditaduras e modelos de capitalismo de estado. Percebendo que caminhavam para a irrelevância, os grupos mais dinâmicos iniciaram um radical processo de fusões e amalgama de ideias. A mais bem sucedida fusão foi a do Bloco de Esquerda, fundado em 1999, que se assumiu como um "partido de causas": sexuais, laborais, ambientalistas, sindicalistas, eutanásia, entre outras, muito distintas das que constavam nos programas dos partidos que estiveram na sua génese. Foi esta abrangência de causas que seduziram muitos anarquistas a tornarem-se "bloquistas" (2)

Havia que encontrar um novo "programa de lutas comuns", o que se revelou difícil para os anarquistas em Portugal. O jornal *A Batalha* manteve-se, mas no meio de polémicas com alguns dos seus novos directores. Após a morte Emídio Santana (Setembro de 1988) assumiu a direcção do jornal José Maria Carvalho Ferreira (1989-1990). O jornal passou a ostentar o subtítulo "Jornal de Expressão Anarquista" o que constituiu um corte com o seu passado sindicalista, e deixou marcas. A passagem de Moisés Silva Ramos foi curta embora consensual: entre Julho e Setembro de 1990. Seguiu-se Maria Magos Jorge entre 1991 e 1996, que pouco depois de desempenhar esta função apareceu como candidata pelo Bloco de Esquerda ao Parlamento Europeu (1999). Neste caos, a continuidade do jornal foi assegurada por militantes como Francisco Trindade (Dir.:Jan. 1997/Agost.1998), João Santiago (Dir.:1998 -), António da Cruz (Dir.:), Luis Garcia e Silva (1933-2020), Elisa Areias… Em Junho de 2004, em virtude da alienação do Palácio Rosa pela CML, conseguiu-se novas instalações para o jornal na Azinhaga das Aleguezas (Olivais). Apesar das evidentes limitações, em grande parte motivadas pelo afastamento de militantes, o jornal continuou a sua linha de combate, reflectindo as novas fontes de inspiração: Stirner, Emma Goldman, Noam Chomsky, Murray Bookchin.

Na revista *A Ideia* os problemas não foram menores. A direção da publicação foi assumida por Miguel Serras Pereira (nº54, Maio de 1990) que trouxe para a revista a confusão ideológica que reinava entre os "marxistas libertários" perante a derrocada da União Soviética, expressa numa manta de retalhos denominada "Nova Plataforma Editorial". A revista entrou num debate interno que não era o seu e acabou suspensa no número seguinte (1991). A *Editora Sementeira* foi dissolvida. João Freire afastou-se da revista e passou a argumentar que mudara de ideias era agora um adepto de teses liberais próximas das defendidas por Robert Nozick (*Anarquia, Estado e Utopia*), mas também da intervenção americana no mundo para defender os valores ditos ocidentais. Em 2007 publicou uma extensa critica a muitos anarquistas, sob a forma de uma exaltante autobiografia sociológica (3). O anarquismo era coisa do passado ou um objecto de estudo de sociólogos ou historiadores. A resposta de Júlio Carrapato, um dos visados, foi contundente na crítica ao professor catedrático do ISCTE (4). A revista reapareceu em 2001, numa linha editorial marcadamente literária. Nesta altura uma antiga colaboradora d`*A Ideia* - Maria de Lurdes Rodrigues andava pelo PS, tendo sido nomeada mais tarde ministra da Educação (2005-2009). Um antigo militante, Paulo Borges, em 2009, surgia como o fundador de um novo partido: PAN (5). O tempo era de grande confusão de ideias.

Noam Chomsky. Desde Abril de 1974 que o movimento anarquista tem atraído grande número de estudantes e professores universitários. Alguns têm encontrado no anarquismo material para teses de doutoramento, mestrado, livros ou artigos académicos. Outros fazem aqui o seu tirocínio político, antes de ingressarem num partido político, onde esperam obter poder e compensações que o anarquismo não lhes dá. No movimento anarquista têm a preocupação de ficar sempre num plano teórico, não se envolvendo em

nenhuma luta popular ou ação que possa colocar em causa a sua imagem de académicos, intelectuais. O seu objectivo é, se possível, adquirir notoriedade pública sem envolvimento político, de modo a estar disponíveis para abraçar uma oferta rentável.

O fenómeno como escreveu Noam Chomsky está na base da sua formação. Habituados ao longo do seu percurso escolar a obedecer e procurarem ser reconhecidos pelos seus superiores, acabam por se julgarem acima da imensa massa dos comuns dos cidadãos: os que não obedeceram ou não tiveram professores para obedecer, os estúpidos. Os que conseguiram notoriedade pública têm a possibilidade de optar por dois caminhos: Assumirem-se como uma “vanguarda” apta a conduzir uma massa de estúpidos a um futuro que, por serem estúpidos são incapazes de compreender e descobrir por si próprias. Os intelectuais marxistas-leninistas encarnaram na perfeição este tipo de intelectuais revolucionários. Os intelectuais, hoje muito numerosos, são os que não acreditam num futuro melhor para as massas, pretendem apenas tirar partido da sua formação para servir os poderosos, os que têm o poder efectivo. Um trabalho ao serviço do poder e da exploração das massas, com o qual esperam obter algum poder e benefício (6).

É por esta razão, que como referia Noam Chomsky em 1995 numa entrevista ao jornal *A Batalha:* "não existem praticamente intelectuais anarquistas, pela simples razão que o anarquismo não oferece aos intelectuais qualquer posição de poder e privilégio". No entanto, constata que os sentimentos anarquistas estavam bastante disseminados. Muito do que se passava por todo o mundo têm um caracter libertador. O problema é que estas ações continuavam com poucas possibilidades de serem articulados de modo construtivo. Restava aos anarquistas continuar a fazer o que sempre haviam feito: "Ajudar as pessoas a controlar as suas própria vida, a compreender o mundo em que vivem, a organizar-se para enfrentar e destruir a autoridade ilegitima, ou seja qualquer forma de autoridade que não possa provar a sua legitimidade: uma prova que raramente pode ser feita. É tarefa dos libertários e da sua imprensa mostrar isso, ajudar os outros a compreendê-lo, aprender com as lutas populares e contribuir para elas. Como tem sido sempre." (7).

Em 1993 começou a publicar-se em Lisboa *Singularidades- Modos de Ser Inconformista*, numa iniciativa de Jorge Telles de Menezes (1951-2018).

A revista a *Utopia* apareceu em 1995, e depois de alguns números de análises sociais acutilantes confina-se à literatura e acabou suspensa em 2012. O panorama libertário em Portugal nos anos 90 era pouco animador.

Na verdade esta atitude era o reflexo de um tempo em que a maioria dos portugueses abdicou a sua capacidade de decisão e entregou-a a uma minoria (partidos políticos).

Proudhon Essencial. Na confusão ideológica que se instalou no movimento anarquista , nos anos noventa, um nome acabou por ressurgir: Proudhon. Francisco Trindade foi um dos anarquistas que melhor percebeu as profundas consequências ideológicas resultantes da falência da União Soviética. Entre 1989 e 2001 publicou vários textos sobre Proudhon que tiveram o mérito de voltar a rediscutir o seu pensamento (8).

Proudhon foi o primeiro a demonstrar o erro em que se baseava a “dialéctica” hegeliana apropriada por Karl Marx: a “síntese” que culminaria numa “sociedade perfeita”, no “fim da história” e no “ último homem” era o produto de uma alquimia, um misticismo que se fosse levado à prática só podia conduzir a uma nova barbárie (o comunismo). Os regimes comunistas no século XX demonstraram à saciedade a previsão de Proudhon.

Na sua filosofia, a vida, as sociedades ou o próprio universo são movidos por contínuas oposições (luta de contrários) irresolúveis. Esta “guerra” pode ser transformada mas não aniquilada. Os equilibrios são sempre precários, a tensão é permanente.

Nas contradições sociais, os injustiçados, oprimidos, governados e explorados estão “condenados” a travar uma luta permanente contra tudo o que impede a sua libertação: o capital, o centralismo, a religião, o militarismo, em suma, aquilo que significa ou permite o domínio de uns sobre outros (autoridade).

Neste combate sem fim, os oprimidos à medida que a sua libertação avançar devem criar formas alternativas que lhes permita controlar a sua própria vida sem intermediários, contrariando a tendência para a concentração da propriedade ou o centralismo dos Estados. Proudhon não se cansou de afirmar na necessidade da criação de organizações políticas alternativas, quer potenciando as unidades administrativas próximos dos cidadãos (municípios) ou outras na esfera económica isentas de relações de poder de uns sobre outros (mutualismo, federalismo). Na sua filosofia não existe uma sociedade perfeita, mas sociedades mais ou menos livres e igualitárias. Nada é estático ou garantido, os retrocessos são sempre possíveis, daí a revolta contra o autoritarismo ser permanente.

Causas e Perspectivas

Em todo o mundo na viragem do século XX para o XXI, foi assinalado o ressurgimento de movimentos anarquistas ligados a ações antiglobalização capitalista, protestos contra o G7, Organização Mundial do Comércio, FMI ou Banco Mundial, mas também contra o saque global das multinacionais. Em Portugal uma das ações deste género ocorreu no Porto em 2003 aquando da cimeira da OSCE.

A sociedade portuguesa no princípio do século XXI, revelava uma mentalidade conformista, submissa, atávica e indiferente à “coisa pública”. Dir-se-ía que os retratos sociais feitos no século XIX persistiam muito embora num contexto diverso. Nesta altura é editado um livro de filosofia que constituiu um êxito editorial, com o significativo título: *O Medo de Existir* (2004) da autoria de José Gil. Fazia o retrato de um país amedrontado e bloqueado em termos democráticos. Neste contexto de apatia social, ausência de espirito critico, assistiu-se à emergência de um movimento político que procurou explorar o medo e os instintos mais primitivos da população para dominar a sociedade. Tinha como uma das suas figuras de referência uma nefasta personagem que dava pelo nome Cavaco Silva, eleito presidente da república em 2006. Um sistema judicial corrompido, em colaboração com uma comunicação social “sensacionalista” montou um conjunto de “processos judiciais” para perseguir, incriminar, humilhar e julgar na praça pública os seus inimigos políticos. O objectivo não era julgar um qualquer crime face à lei estabelecida, mas explorar mediaticamente a aniquilação da vítima num longo espectáculo. Quanto mais sórdido e degradante fosse o espectáculo mais rentável era para os jornais e televisões e maior notoriedade confere aos juizes. Como nos autos da Inquisição a população foi estimulada a atacar e ridicularizar estes alvos, como se fosse um festim (9). Curiosamente, neste regresso ao triste passado da história de Portugal, assistiu-se nas universidades ao renascimento de praxes de submissão e humilhação dos “caloiros”.

A revolta e insubmissão anarquista só podia ser encarada com pavor, medo visceral. Uma manifestação que colocou a polícia em sobressalto ocorreu no dia 25 de Abril de 2007. Cerca de 300 anarquistas concentraram-se na Praça da Figueira em Lisboa para se contra manifestarem o "Fascismo e o Capitalismo", dirigindo-se depois para o Chiado. A

policia carregou sobre os manifestantes tendo sido detidos onze anarquistas. A imprensa sensacionalista (*Correio da Manhã*) referiu que se tratavam de "anarcas", entre os quais se contavam criminosos e até estrangeiros delinquentes. O jornal *Público* entrevistou dez dos participantes e não conseguiu descobrir nenhum dos alegados criminosos. O certo é que a Policia Judiciária desde então passou a vigiar uma "Rede Libertária" que supostamente em maio de 2010, tencionava atentar contra a vida do famigerado Anibal Cavaco Silva (*Correio da Manhã*, 07/05/2010); *Diário de Noticias,* 07/05/2010). No final constatou-se que o suposto atentado não passava do produto de uma mente delirante. Pouco depois aquando da cimeira da Nato em Lisboa a histeria jornalística foi total ao associarem os grupos anarquistas à Al-Queda (Diário de Noticias, 5/06/2010).

Em 2011, nas comemorações do 1º de Maio em Setúbal, e depois em Lisboa (3 de Junho) os anarquistas fizeram ouvir a sua voz contra a violência policial e corrupção no país. Portugal é na União Europeia considerado um dos países mais corruptos. Um facto que consta em inúmeros relatórios sobre transparência. Os grandes grupos económicos controlam a produção de leis e negócios do Estado, através dos partidos políticos. Na justiça somam-se também os casos de juizes e funcionários corruptos, envolvidos em manobras partidárias ou tentações judicialistas. Nas forças policiais, onde se regista uma forte infiltração de elementos racistas e xenófobos, acumulam-se os casos de corrupção e situações de horror indescritível. No Concelho de Odemira, em 2018 e 2019, militares da GNR sequestraram imigrantes, para gozo colectivo, filmaram-se a agredir e humilhá-los. Em Março de 2020 ocorreu mais um exemplo paradigmático: o cidadão ucraniano Ihor Humenyk foi barbaramente espancado até à morte no Aeroporto Internacional de Lisboa. O caso foi assumido como "natural", sucederam-se meses e meses de encobrimento corporativo e só veio a público graças à ação de jornalistas livres. É fácil perceber quando estes grupos anarquistas nos espaços públicos denunciam atentados contra os direitos humanos são encarados como uma ameaça à Ordem Pública.

O colapso dos partidos ditos revolucionários ligados às várias correntes marxistas, conduziu ao próprio descrédito da ideia de Revolução Social. O vazio provocado foi de imediato substituído por ideias anarquistas de "revolta" e rebeldia" contra o poder. Passou a falar-se em mudar o mundo sem conquistar o poder político (10), um campo de acção onde o anarquismo revela maior capacidade e flexibilidade. Quando se observa as formas de luta e de organização, as narrativas e reportórios dos novos movimentos de sociais descobre-se que as suas referências são muitas vezes explicitamente anarquistas (11). A "Propaganda pela Ação" de Malatesta está de volta.

Os filósofos anarquistas, sobretudo dos USA vieram ocupar um largo espectro no campo libertário, onde muitas vezes se tem procurado confundir anarquismo com liberalismo, a defesa da Liberdade com a do mercado e da propriedade privada. A internet facilitou o acesso às suas obras e ideias. Entre eles destacamos os seguintes: Robert Paul Wolff (*Defense of Anarchism,* 1970), David Friedman, (*Mecanismo da Liberdade,* 1973), Robert Nozick (Anarquia, Estado e Utopia, 1974), Hakim Bey (Peter Lamborn Wilson, *T.A.Z.: Zona Autónoma Temporária*, 1985), John Zerzan, Todd May (*A filosofia política do anarquismo pós-estruturalista*, 1994), Saul Newman, Lewis Call, David Graeber, etc.

Em Portugal o movimento anarquista, seguiu a tendência internacional, assistiu-se à pulverização de causas e à dificuldade de encontrar um "programa comum" de ação dos libertários. A reflexão afastou-se frequentemente da ação prática, como constata M. Ricardo de Sousa (*Os Caminhos da Anarquia*, Lisboa, 2011).

Desde o início do século XXI, os anarquistas parecem estar particularmente centrados em oito áreas de luta, onde a ação individual também mais facilmente se pode exercer:

a) **Crítica dos Mecanismos de Dominação**. O que leva seres humanos a aceitarem passivamente serem dominados, dirigidos, humilhados e explorados por outros? A reflexão crítica das diversas formas de dominação, como é expectável, continua a ocupar um lugar central em inúmeros textos anarquistas. O que há agora de novo é a questão da tecnociência. Os mecanismos de controlo estão agora mais sofisticados. Alegadamente apoiam-se na "ciência" e em nome da "eficácia social" apelam a que os individuos se deixem representar, entreguem a intermediários as decisões sobre a sua vida e da comunidade que integram a quem "sabe melhor" o que lhes convém.

Trata-se de uma vasto mecanismo de controlo e exploração social que conta ao seu serviço com milhões de cientistas, técnicos e intelectuais que procuram detectar indivíduos com "problemas" ou "desvios" à "normalidade" para os enquadrarem no sistema (tecnocracia). Fazem-no em nome da "ciência" alegadamente ao serviço da "felicidade" ou "bem estar" da população. O resultado é o conformismo, a anomia social. A revolta contra as injustiças é vista como um distúrbio psicológico.

Na prática este "psicologismo" contribui para manter os mecanismo de reprodução de domínio e o saque.

Esta mecanismo de controlo, foram reforçados com a Pandemia (Covid -19) que se declarou em 2020. Em muitos Estados foram testados em larga escala sofisticados mecanismos tecnológicos de vigilância, controlo e repressão dos cidadãos. Foram criadas bases de dados sobre as suas vidas que permitem prever atitudes, comportamentos ou tendências políticas, numa dimensão que nenhuma ditadura no passado conseguira realizar. A eficácia demonstrada por estas tecnologias de controlo, vieram também relembrar que a tecnologia não é, nem nunca foi neutra. Estão criadas as condições tecnológicas para a instauração de regimes “democráticos totalitários” como tem alertado muitos anarquistas.

A Pandemia demonstrou igualmente que a receita liberal de entregar ao mercado a resolução dos problemas sociais, apenas resulta no aumento da concentração da riqueza numa minoria deixando a maioria da população desprotegida. Demonstrou igualmente a importância social de equipamentos e espaços públicos para a vida dos cidadãos. Uma constatação que exige da parte destes uma intervenção ativa e persistente na sua criação e manutenção. Nada é dado, tudo tem que ser conquistado.

Esta críticas e lutas têm como objectivo destruir o Estado enquanto macro-estrutura hierárquica que mantém, reproduz e perpétua as desigualdades sociais e as relações de poder. O Estado no século XXI não é todavia o Estado do século XIX, a complexidade que adquiriu para atender às múltiplas funções que hoje desempenha foram criadas como resposta a lutas sociais, incluindo de anarquistas !

A estratégia de destruição do Estado assenta em três vias essenciais:

- Mudança radical da organização social através de uma insurreição popular ou greve geral revolucionária na qual gestão da sociedade seria realizada uma estrutura federativa de municípios, produtores, consumidores etc.

- Progressiva redução das funções do Estado de modo a libertar a sociedade do seu controlo, sendo das mesmas desempenhadas por cooperativas e outras organizações autogeridas. Uma estratégia gradualista que tem sido frequentemente associada ao liberalismo e à ideia do Estado Mínimo.

- Progressiva ou radical desconcentração do Estado (combate contra o centralismo). Descentralização de instituições públicas que se considere dever serem preservadas e abolição das restantes. Defesa de um modelo político federalista de base municipal, assente numa total transparência da sua gestão e controlo por parte dos cidadãos (gestão directa) (12). Uma estratégia que exige uma decidida intervenção dos cidadãos na coisa pública.

Numa sociedade onde os cidadãos se mostram pouco interventivos as mudanças sociais são naturalmente muito lentas.

b) **Cidadania**. A cidadania implica sempre a relação com um dado território e as regras nele estabelecidas. O acesso à cidadania no século XIX era indissociável da luta pela igualdade de direitos, o que só era plenamente reconhecido a uma minoria. O individualismo que então emerge, nomeadamente como uma das bandeiras dos anarquistas, era a afirmação do reconhecimento das diferenças, autonomia do individuo face aos estados, daquilo que era único em cada um. Nem sempre os dois conceitos se mostraram harmonizáveis, pois o individualização reclamava uma estatuto para os individuos que superava as condicionantes legais que a cidadania comportava. Nos nossos dias, fruto da globalização, esta relação entre cidadania e individualismo tornou-se mais complexa.

O sistema político que foi gerado transformou a cidadania e a participação política dos cidadãos num simulacro, remetido para atos privados, desligados de contactos sociais e sentimentos de pertença. O resultado tem sido o isolamento social e o seu afastamento de ações que envolvam compromissos ou causas sociais. As consequências desta anomia social é o crescente desinteresse pela sociedade e a própria dignidade.

O individualismo exacerbado, estimulado pela lógica de mercado capitalista, hipervalorizou o bem estar individual face às necessidades colectivas. Criou um fosso entre as queixas individuais e reclamações colectivas. A aspiração a uma sociedade justa foi-se tornando menos compreensível, dada a diluição dos laços de pertença. As questões sociais tornaram-se preocupações cuja competência passou por inteiro para a esfera dos partidos políticos, encarados agora como empresas prestadoras de serviços.

É por estas razões que o combate social por uma sociedade justa passa pela luta por uma plena cidadania, numa perspectiva universal. A crónica carência de um espirito de cidadania, particularmente notório na população portuguesa, tornou a luta pela emancipação um combate utópico. Esta luta, numa perspectiva gradualista, passa por envolver os cidadãos nas questões sociais, estimular e ampliar a sua intervenção directa nas gestão da coisa pública. É um passo essencial para uma transformação social no sentido libertário. Neste sentido, os anarquistas contestam a democracia representativa reclamando a descentralização das decisões políticas e a criação de formas de democracia directa. É um combate minoritário, mas coerentemente assumido por todos aqueles que não abdicam de seguirem as suas convicções, nem das decisões que afectam as suas vidas entregando-as a políticos, técnicos e especialistas disto e daquilo.

O lema anarquista continua a ser o mesmo de sempre: se queres algo que acreditas ser justo, avança, luta, não esperes que outros o façam por ti. Sem abdicares da tua liberdade junta-se a outros que prossigam objectivos idênticos.

Em Portugal o alvo desta reflexão e ação tem-se circunscrito à partidocracia que se instalou no país depois de 1974. Foi criado um sistema político que procura eliminar a participação dos cidadãos fora dos partidos políticos, os quais distribuem entre si os cargos públicos incluindo os da justiça. A comunicação social é controlada pelos aparelhos partidários e fabrica contínuos simulacros de debates públicos de modo a dar a ilusão de diversidade de pontos de vista. Os partidos incorporaram os avanços da psicologia de massas, estudos de mercado, técnicas de marketing e artes circenses procurando dominar o espaço mediático através de um continuo espectáculo. Os candidatos são recrutados, lançados ou promovidos como produtos. Não importam as ideias, o seu envolvimento em casos de corrupção, tudo pode ser reciclado desde que o candidato seja reconhecido pelo público.

A consolidação da partidocracia acabou por gerar verdadeiras castas familiares que se reproduzem, perpetuam e unem para garantir o acesso e manutenção de cargos públicos. A crescente percepção deste mecanismo de poder por parte da população tem gerado crescentes níveis de abstenção eleitoral. Trata-se de uma atitude tanto pode traduzir uma posição emancipatória, desde que acompanhada de uma intervenção social alternativa, como de uma atitude de alheamento social, o que manifestamente parece ser o caso. Uma atitude de indiferença reforçada pela constatação de uma corrupção endémica no chamado “poder legislativo”(13), “judicial” (14), “executivo” (15) e “policial” totalmente partidarizados. A longa tradição de impunidade, opacidade e exploração da população por parte dos que exercem cargos públicos em Portugal tem mantido e consolidado este sistema. Na ausência de uma atitude emancipatória libertária, estas percepções tem despertado entre a população apenas instintos básicos de inveja, vingança, maledicência, gosto pela intrigalhada e apelos à “Ordem” e “Salvadores da Pátria”, com os resultados conhecidos.

Nas últimas eleições legislativas em 2019 registou-se um nível record de 51,43%, a que se somaram 2,51% votos em branco e 2,36% de votos nulos. A questão é que a maioria dos portugueses, embora sintam que "não contam para nada", desistiram de lutar por outras formas alternativas de intervenção na sociedade, denúncia e exigência de transparência e controlo por parte dos cidadãos.

Desde a integração de Portugal na União Europeia (UE) a 1 de Janeiro de 1986, que a maioria da população se sente cada vez mais afastada fisicamente dos centros de decisão política. Ao certo já ninguém sabe quem está a tomar decisões que afectam as suas vidas. Um afastamento que está bem patente na enorme abstenção nas chamadas eleições europeias. Nas eleições de 2019 a abstenção foi de 69,3%, os votos em branco 4,3% e os nulos 2,7%. Números que reflectem os danos provocados pela partidocracia no afastamento da população da coisa pública.

Nas eleições presidenciais, onde se escolhe directamente quem, por exemplo, garante a separação dos diversos poderes impedindo a sua concentração ditatorial, a desconfiança nos candidatos é crescente. A abstenção em 2016 foi o dobro de 1976, fixando-se nos 51,3%, sem contar com 2,1% de votos branco e nulos.

Estamos perante um país adiado, em grande parte devido a uma mentalidade há muito instalada e que é avessa à intervenção comunitária. A maioria da população continua a

mostrar-se indiferente pela coisa pública - o Bem Comum -, o que estimula a aceitação de regimes autocráticos e o reforço do poder do Estado sobre os cidadãos. Foi com esta indiferença que se soube recentemente que todos os partidos políticos na Assembleia da República tinham aprovada uma lei (nº. 27/21, 27/05/2021) destinada a controlar a opinião dos cidadãos pelo Estado e entidades privadas (Carta Portuguesa dos Direitos na Era Digital), sob o pretexto da defesa da Democracia de alegados ataques na internet.

Uma parte significativa da população continua a emigrar, por as razões mais diversas, sobretudo económicas. Na sua esmagadora maioria estes emigrantes nunca antes estiveram envolvidos em ações em prol da comunidade onde nasceram ou viveram. A sua opção foi mudarem de país e não lutarem por o transformar. A verdade é que os partidos políticos tudo têm feito para os afastar da participação cívica, inclusive nas eleições, nomeadamente por temerem não os poder controlar (16). Desde o século XIX a grande preocupação em relação aos imigrantes tem sido as remessas que os mesmos enviam para o país, tudo o mais é secundário.

Se muitos portugueses não se assumem como cidadãos no seu país, outros há que aqui vivem e trabalham e à qual esta cidadania é negada: os imigrantes. Desde a entrada de Portugal na CEE (atual UE) que a população em Portugal é mais heterogénea quanto às suas origens. Na sua maioria quando chegaram ao país desconheciam a língua e a cultura, enfrentaram um sistema burocrático opaco e segracionista, o que facilitou a sua brutal exploração por redes de criminosos e o patronato. É-lhes negado o acesso à cidadania sob as formas mais diversas. O aumento da imigração fez igualmente emergir movimentos racistas e xenófobos, nomeadamente nas forças policiais. Este é um combate de todos os anarquistas.

c) **Trabalho.** A palavra "trabalhador" passou a ter um conteúdo difuso, tantas são as categorias, estatutos, situações profissionais e interesses abrangidos. A libertação que antes era projectada a partir dos locais de trabalho é hoje pensada fora deles. A ideia de uma "vanguarda operária" que encabeçaria a revolução social caiu no esquecimento. A melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores na Europa, muito diversas das que existiam no passado, “amorteceu” a combatividade e as aspirações libertárias dos trabalhadores. Os "novos trabalhadores" estão moldados por relações de obediência em nome da eficácia produtiva, em trabalhos cada vez mais precários. O espirito associativo está moribundo.

Assistimos a fenómenos impensáveis noutras épocas: operários a tomarem como inimigos não os patrões mas os migrantes. Milhões de pessoas que na “lotaria social” nasceram em países e regiões atingidas pela fome, alterações climáticas, conflitos políticos e religiosos onde sobreviver é uma prova quotidiana de resistência. Emigrar significa a esperança possível onde ela não existe. Estes emigrantes são apontados pelos operários como uma ameaçada aos seus postos e condições de trabalho, levando-os a apoiarem lideres políticos populistas, xenófobos e racistas que lhes prometem empregos seguros.

A indiferença e apatia está instalada no movimento sindical. Apenas dá sinais de existir nos momentos rituais do costume, como o 1º. de Maio. É um momento de convívio e de comes e bebes. O número de filiados não tem parado de diminuir. Os trabalhadores começaram a perceber que os sindicatos os usam como simples meios nas lutas interpartidárias pelo controlo do poder. A taxa de sindicalização que em 1978 era de 60,8% passou para 8,3% (MTSS) ou 15,3% segundo a OCDE. A UGT está ao serviço PS - PSD. A CGTP é controlada pelo PCP. Este partido cada vez mais reduzido na sua

implantação social aposta a sua sobrevivência nas estruturas sindicais desta organização. Desde 2012 os secretários-gerais da CGTP são igualmente membros do Comité Central do PCP. A independência sindical há muito que não existe. Nada que os anarquistas há décadas não tenham apontado. A ideia que se generalizou é que descontar para os sindicatos significa custear os funcionários do PCP.

Os sindicatos alternativos que surgiram têm registado pouca ou esporádica adesão. Alguns foram criados servirem objectivos que nem sequer podemos considerar sindicais. Nas forças policiais, por exemplo, multiplicaram-se os sindicatos com o único propósito de livrarem os seus membros do "serviço". Nestes sindicatos o número de filiados é igual ao de dirigentes sindicais. Com base na lei existente podem-se ausentar do serviço nas esquadras alegando estarem a fazer trabalho sindical (2020). Noutro caso, como o dos motoristas de materiais perigosos decidem avançar para a greve, contratam um advogado para servir de porta-voz e dirigente sindical (2019). Este, pouco depois, aproveitando a notoriedade adquirida aparece como candidato às eleições legislativas. Dois exemplos que ilustram o descrédito em que caiu o sindicalismo em Portugal.

Paralelamente a estas estruturas sindicais partidarizadas têm surgido múltiplos movimentos de contestação laboral contra a precariedade, arbitrariedades, ausência de horários, assédio moral e sexual, etc. Na sua maioria são movimentos pontuais em torno de objectivos concretos.

As comissões de trabalhadores continuam limitadas pela legislação aprovada entre 1975 e 1977 que tinha como objectivo proteger a hegemonia dos sindicatos pela Intersindical (CGTP), proibindo-as de negociar salários e carreiras profissionais. Quando existem, como aconteceu na Autoeuropa, são boicotadas pelos sindicatos e presas fáceis de partidos políticos. O reflexo desta situação foi a fragilização da força dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Os anarquistas passaram a marcar presença em diversas manifestações sindicais, como o faziam no passado, pugnando por princípios básicos dos sindicalismo revolucionário: independência sindical e ação directa. Foi uma vez mais no norte que se tomou a iniciativa de formar uma seção portuguesa da AIT (AIT-SP), contando com vários núcleos em 2013: Porto, Chaves, Guimarães, Lisboa, Setúbal, Algarve. No Porto constituiu-se um sindicato de ofícios vários. A 6 e 7 de Dezembro de 2014 realizou o Congresso Extraordinário da AIT no Porto, com a participação de 80 delegados e observadores de 13 secções e uma organização amiga da AIT. Um facto inédito nas relações históricas da AIT com os sindicalista portugueses.

d) **municipalismo.** Antigas concepções libertárias de municipalismo começaram a ser reelaboradas tendo em conta os novos contextos sociais. Mantendo o princípio de construir um nova sociedade de baixo para cima, os anarquistas passaram a estar envolvidos na expansão dos espaços públicos, na reconfiguração humana de bairros ou cidades, seguindo princípios inspirados em Kropotkine ou E. Reclus, combatendo desta forma também a anomia social. Defendem a criação de espaços alternativos, onde os princípios anarquistas de liberdade, autonomia, partilha e igualdade sejam um realidade no presente. No passado estes espaços eram identificados apenas com as "comunas libertárias" hoje podem ser espaços públicos libertados do poder estatal ou do domínio privado. De registar a realização de uma conferência internacional "Ecologia Social e suas perspectivas políticas - o municipalismo libertário", 26 a 28 de Agosto de 1998, pela Soci US/Iseg-UTL, onde Murray Bookchin foi a figura de cartaz.

A verdade é que se esboroou a grande esperança colocada no ressurgimento do municipalismo, liberto dos entraves da Ditadura. O sistema presidencialista que se impôs nas autarquias, limitou não apenas a participação dos cidadãos, mas também as possibilidades de fiscalização dos actos dos seus executivos. A Lei 24/98, de 26 de Maio, procurou corrigir a deficiências da fiscalização ao consagrar um conjunto de direitos da Oposição: Informação, Consulta Prévia, Participação e direito a depor. Na prática ninguém pode usufruir destes direitos sem uma informação completa e atempada. Ora, como não são fixados prazos para o executivo a prestar, os vereadores sem pelouro ou vogais a informação que solicitarem, estão limitadíssimos no cumprimento das suas funções perante que os elegeu.

Uma incrível sucessão de autarcas corruptos nas câmaras municipais e juntas de freguesia criaram a imagem pública que as mesmas são orgãos publicos opacos, povoados por clientelas politicas apostadas no enriquecimento dos seus membros. Perante o roubo generalizado praticado por autarcas que se perpetuavam no poder, em 2005 foi resolvido limitar os mandatos consecutivos dos presidentes. O objectivo era reduzir a dimensão do saque praticado de modo reiterado por bandos de caciques.

Por todo o país eram evidentes os desmandos, como a desordem e corrupção urbanística, equipamentos ruinosos e empresas municipais geradoras de empregos fictícios para membros do partido e familiares, destruição do património paisagístico e edificado, destruição de praças e jardins, etc. Estratégias que visaram afastar os cidadãos dos espaços públicos, encerrá-los em casa. Um processo que foi sendo consolidado com a proliferação de condomínios e conjuntos urbanos inóspitos. Os centros comerciais passaram a ser os únicos pontos de encontro que restavam às populações.

A participação dos cidadãos nas assembleias municipais e de freguesia tornou-se irrisória, a indiferença pela coisa pública, completa. A partidocracia afastou os municipes da vida comunitária, como resultado a abstenção disparou. Em 2013 nas eleições autárquicas atingiu os 47,4%, fixando-se nos 45% em 2017.

Face a este descalabro os partidos políticos abriram de forma controlada a possibilidade de cidadãos independentes se poderem candidatar, embora em condições muito menos favoráveis. Podiam concorrer apenas às freguesias desde 1976. Só a partir de 2001 tiveram a possibilidade de o fazer também aos órgãos municipais. Os movimentos alternativos são escassos. Nas eleições autárquicas de 2017, nos 308 concelhos foram eleitos 17 presidentes de câmara independentes e nas 3.092 freguesias 403 de presidentes. Dir-se-á que é pouco, mas foi o bastante para gerar uma ofensiva contra a cidadania por parte dos partidos políticos. Em Agosto de 2020 aprovaram uma alteração à lei que regula as eleições autárquicas que pretende impossibilitar as candidaturas de cidadãos independentes às Juntas e Câmaras Municipais.

A regionalização, prevista na Constituição do país desde 1976, com excepção da Madeira e dos Açores não saíu do papel. O exemplo da plutocracia na Madeira e o desvarios nos Açores ajudaram a criar uma imagem negativa dos processos de regionalização. Em 1998 foi realizado um referendo sobre a regionalização, para além de uma taxa de abstenção de 51%, a mesma foi rejeitada por mais de 60% dos votantes. Uma análise atenta dos resultados permitia perceber que os cidadãos portugueses não recusavam a descentralização, o que temiam é que os partidos políticos se servissem da regionalização para aumentarem a burocracia e a corrupção do sistema.

Entre os movimentos locais mais vigorosos, destaca-se a luta pelo fim de casas devolutas. Trata-se de uma situação inconcebível quando tanta gente delas precisa para morar. O movimento adquiriu grande dimensão entre 1974 e 1975, mas rapidamente desapareceu. Em meados no anos noventa começou de novo a ganhar expressão no movimento anarquista através de ações icónicas. Eram alertas sociais para o problema da falta de habitações, a inoperância dos municipios, a necessidade de se avançar para a municipalização dos solos urbanos, etc. Entre as várias ações refira-se em **Setúbal** a COSA - Casa Okupada de Setubal Autogestionada (17). No **Porto**, as jornadas "Cidade em Revolta. Entrada e saída da Ruína Capitalista " (IIª Jornada, Dez.2018).

e) **Cultura**. A cultura nas suas diversas formas, não apenas a artística, sempre esteve no centro dos temas mais abordados pelos anarquistas. A cultura cria, forma ou reproduz as estruturas que configuram a nossa interpretação da realidade e das vivências quotidianas, neste sentido permite ou não expandir os horizontes de liberdade, escalpelizar e evidenciar obstáculos cognitivos a derrubar.

Num mundo dominado pela cultura do "homem sentado", em casa ou em qualquer lugar, frente a um ecrã, a manipulação de grandes massas foi facilitada.

A **comunicação social** é o grande veiculo de criação e transmissão cultural, tornou-se num perigo para a própria liberdade que devido à sua elevada concentração. Controlada pelos grandes grupos económicos, através de doses massivas de propaganda disfarçada de informação ou entretenimento condiciona a percepção da realidade de espectadores, ouvintes ou leitores.

Ao contrário do passado o acesso aos **bens culturais** é hoje uma necessidade imperiosa das industrias culturais. Um mercado em expansão indispensável para distrair, divertir, entreter milhões de pessoas cujo tempo e as mentes é preciso ocupar. O objectivo é a distração (desatenção) permanente impeditiva da reflexão e de um pensamento estruturado sobre a realidade. O bombardeamento continuo de eventos, noticias, espectáculos, anúncio de novos produtos cumpre esta função de esvaziamento mental pela superabundância de coisas a fruir, ver, ouvir ou sentir.

Não se pense que a "arte" está morta mercê da expansão do avanço da "arte de massas". A criação artística tem uma função insubstituível: criar cultura. Desde Proudhon que as perspectivas anarquistas sobre a arte continuam a fascinar criadores e teóricos dos fenómenos artísticos. Muitos criadores continuam a afirmar-se "anarquistas" sem que se perceba a razão de o fazerem. Não deixa de ser todavia significativo que grande número das publicações anarquistas desde 1974 dediquem largos espaços a intervenções artísticas (plásticas ou literárias) ao ponto de se confinarem praticamente a este tipo de intervenções.

Nestas o pensamento crítico é sobre a cultura dominante e os seus mecanismos de interiorização e reprodução das relações de domínio.

O "anarquista bombista" desapareceu como personagem dos romances para ficar, apenas o do libertador de sistemas opressivos, dois exemplos:

José Eduardo Agualusa em dois romances - *Nação Crioula* (1997) e *Milagreiro Pessoal* (2017) - através de duas personagens anarquistas faz uma curiosa homenagem, aos muitos libertários que se baterem pela emancipação do povo angolano.

José Saramago (1922-2010), envolvido depois de 1974 no assalto do PCP meios de comunicação social e na instauração de uma ditadura comunista em Portugal, depois do colapso do URSS fez uma inesperada aproximação ao anarquismo, através de sucessivos romances: *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), *A Caverna* (2000), Homem Duplicado (2002), culminando no *Ensaio sobre a Lucidez* (2004). A partir de 2004 declarou-se em Espanha "Comunista Libertário" (El País, 26/04/2004) repudiando a manipulação que os regimes comunistas haviam feito da população.

Numa sociedade marcada por uma cultura tecnocrata, onde a **educação** para a submissão ao sistema é apontada como a chave para o sucesso, o combate pela autonomia do pensar, a reflexão e a crítica tornaram-se indispensáveis para não nos deixarmos aprisionar nas malhas que o poder tece. Um longo historial libertário neste combate, amplamente disseminado, continua a ser uma preciosa fonte de inspiração.

f) **Globalização.** A globalização é a expressão da enorme concentração do poder no mundo assente em três pilares fundamentais: Militar, Financeiro e Comunicacional.

Os grandes estados que se construíram à escala global a partir da segunda metade do século XIX, exploraram ou anexaram pequenos estados e territórios coloniais, para o que construíram poderosos arsenais militares, promoveram continuas guerras directas ou indirectas. O nacionalismo e o racismo sustentou ideologicamente este saque e expansionismo. A primeira metade do século XIX mostrou que nesta luta pelo poder global dos grandes estados não havia limites. Um processo que provocou na segunda metade do século XX a formação de dois blocos controlados por duas potências globais (EUA e Rússia) que para manterem este domínio global tiveram que prosseguir numa escalada militar sem precedentes. A atual sobrevivência destes estados (EUA, Rússia, China…) não será diferente do que aconteceu no passado, pelo contrário, para prosseguirem o controlo e saque tem que manter a sua política expansionista, promovendo conflitos, anexando pequenos e médios estados. A guerra e a rapina continua no horizonte da humanidade.

No século XIX descobria-se sem surpresas que por detrás de cada guerra havia sempre um **banco** ligado a grandes **indústrias** que necessitavam de matérias primas ou mercados para exportar. O processo de concentração dos recursos financeiros e dimensão das empresas nunca parou, tornando o poder dos grandes bancos e das grandes empresas multinacionais cada vez maiores. A sua lógica é a mesma dos grandes estados. A partir dos anos oitenta do século XX assistiu-se a mais um avanço neste reforço do seu poder: a transferências de capitais foi facilitada, o acelerou ainda mais a concentração da propriedade, dos meios de comunicação social ou a criação de referências de consumo e modas globais. Numa lógica especulativa global os bancos nos pequenos e médios países sugam os recursos financeiros locais para os canalizarem para os grandes bancos e empresas internacionais, cavando ainda mais as desigualdades mundiais. Muitas têm sido as consequências:

A acelerada concentração da propriedade, expansão dos movimentos especulativos e das operações de rapina numa dimensão inimaginável. Empresas multinacionais adquiriram um tal poder que impõem as Estados as suas leis. Os "investimentos" dependem do grau de fidelidade que os estados demonstram para com as multinacionais e não para com a população. A interdependência das economias, incrementada pelos fluxos financeiros, neste contexto de rapina à escala planetária, aumentou a frequência das crises económicas e sociais tornando-as também mais devastadoras. O fecho de fronteiras (protecionismo) não é solução. Proudhon face à concentração da propriedade já tinha

apontado o caminho: É preciso acabar com o roubo, limitando a acumulação da propriedade.

A divisão internacional da riqueza e do trabalho, imposta pela globalização, acentuou as desigualdades planetárias. Grande parte da humanidade vive em condições miseráveis para alimentar o "estilo de vida" da outra parte. Trata-se de um "estilo de vida" assente no consumo de "bens" supérfluos, ecologicamente insustentáveis, mas que se revelam indispensáveis ao funcionamento do sistema capitalista.

A **comunicação global**, fundamental para uma economia globalizada, permitiu uma melhor percepção das profundas desigualdades no mundo, não apenas em termos económicos, mas também de liberdade. Para muitos esta constatação tornou insuportável situações que até então eram vividas como uma fatalidade, produto da "lotaria social". A fuga em massa transformou-se num mal menor, para quem tem no horizonte a morte à fome ou por uma bala como certa.

É evidente que nenhum muro pode parar a migração de populações inteiras de territórios onde o consumo de bens essenciais é escasso para outros territórios onde são-lhes mostradas imagens de abundância, ainda que muitas vezes sejam apenas imagens. Pouco importa se estas correspondem ou não à realidade. A fuga à miséria é a única esperança que lhes resta.

A globalização das comunicações permitiu também o confronto de perspectivas numa escala sem precedentes. Como aconteceu com outros países, Portugal constata que alguns dos seus heróis são alvo de acusações por outros povos que lhes atribuem as piores atrocidades. Pouco importa recordar os contextos históricos em que as atrocidades foram cometidas. Neste novo contexto global os heróis admitidos ao panteão universal são outros, o padrão de avaliação não é nacional mas global.

A expansão da Internet, sobretudo a partir de 1995, foi saudada como um importante meio para a difusão das ideias anarquistas. Muitos foram os que viram neste movimento a concretização de uma velha ideia libertária da criação de uma rede de comunicação mundial livre e não controlável pelo Poder (18). A Internet potenciava também ações individuais globais contra regimes ditatoriais e muitos outros combates, não importando o seu local. Em Portugal os anarquistas foram dos primeiros a fazê-lo.

O grande combate hoje como no passado é contra a indiferença do que se passa no mundo, impondo o dever ético de intervir. “Não deixes fazer aos outros aquilo que não querias que te fizessem”, na sua simples formulação ética resume a postura anarquista.

g) **Ecologia.** Desde o século XIX que os anarquistas têm apontado várias tendências globais que exigem um rápido equilíbrio (sustentabilidade) entre os seres humanos e a natureza.

A primeira tendência apontada decorre das consequências catastróficas que poderão resultar do crescimento da população mundial. Um factor que só por si implica um brutal mudança na relação dos seres humanos com natureza, conduzindo à progressiva extinção de recursos naturais, de espécies, diminuição das áreas agrícolas, criação de megalopoles, etc. A escassez de recursos, se nada for alterado, as atuais relações de competição entre os Estados tenderão a gerar crescentes conflitos pela suas posse.

A segunda tendência que agrava a anterior, decorre da natureza predadora do sistema capitalista. A ideia que este sistema pode levar ao infinito a exploração dos recursos do planeta através de soluções técnicas, capazes de substituir aquilo é natural por produtos artificiais ignora as consequências para a vida humana e animal. É necessário acabar com atividades económicas e postos de trabalho ligados a atividades predadoras. Uma evidência que implica uma revolução global.

A terceira tendência é para um crescente acumular que situações imponderáveis, cujo controlo global é cada vez mais difícil dada a complexidade e interdependência das nossas sociedades. Um acidente ocasional numa central nuclear, uma experiência química ou biológica descontrolada, um virús informático, uma catástrofe natural (sismo, irrupção vulcânica, incêndio), a ruptura numa barragem, a queda de satélites, e muitos outros acontecimentos resultantes de acasos, e numa sucessão de acasos, podem agora potenciar catástrofes de proporções gigantescas. A tudo isto devemos acrescentar as alteração climáticas cujas consequências negativas já são sentidas em todo o mundo.

A conclusão óbvia é que temos que mudar o "estilo de vida" no quadro de uma ética global, mas também a forma global como funcionam as nossas sociedades e o relacionamento entre os países.

A ecologia social de Murray Bookchin tornou-se na principal referência na abordagem libertária da ecologia. Em Portugal destacou-se, entre outras organizações, o Planeta Azul (Associação Ecológica Alternativa) do Porto pelo seu percurso coerente e princípios libertários.

h) **Memória.** Uma das áreas mais interessantes de afirmação do anarquismo surgiu no campo académico onde vários trabalhos permitiram valorizar a ação em Portugal, sendo de destacar os trabalhos de Carlos da Fonseca, João Freire, António Candeias ou António Ventura. Os estudos académicos por exigências próprias deste tipo de trabalhos são fragmentários, centrados em problemas muito específicos, onde frequentemente os seus autores passam a ideia que esgotaram um dado assunto. Nada mais errado no caso do anarquismo.

A estes valiosos trabalhos devemos acrescentar os testemunhos e obras publicadas por antigos militantes como Edgar Rodrigues, Emidio Santana, José Francisco, Acácio Tomás Aquino, etc. Todos eles deram importantes contributos para acabar com a obscuridade em que havia mergulhado a História do Anarquismo em Portugal. Uma ação que historiadores e propagandistas marxistas tem procurado durante décadas omitir ou deturpar, como ocorreu recentemente no Museu Nacional da Resistência e Liberdade na Fortaleza de Peniche, criado em 2017. Os muitos presos libertários que estiveram nesta prisão foram omitidos do catálogo de modo a salientar os do PCP.

No bicentenário do nascimento de Proudhon (2009) surgiram algumas iniciativas que revisitaram algumas das suas ideias, tentando perceber a sua atualidade em tempo de globalização económica, crise do sistema financeiro mundial e especulação bolsista. Destacava-se a sua obra *Manual do Especulador da Bolsa* (1857), em que é escalpelizada a categoria económica da «Especulação» (19).

Liderado por João Freire, no âmbito universitário, entre 2008 e 2013 decorreu o projecto MOSCA/M.R. - Movimento Social Crítico e Alternativo: Memória e Referência (20), centrado no estudo do movimento operário na Primeira República. Desta iniciativa

resultaram várias teses académicas e quatro livros, para além do levantamento de obras sobre o pensamento libertário que haviam caído no esquecimento.

Nestas ações os anarquistas recorrem a formas muito diversificadas de luta, usando recorrentemente as redes sociais. Querem controlar o seu destino e não entregá-lo a uma minoria que controla o poder político e económico.

Relações Internacionais

Desde os anos oitenta que os movimentos nos EUA são a principal fonte de referência para os anarquistas em Portugal. As referências ao que acontece em França, Espanha ou mesmo Itália têm sido secundarizadas ou mesmo ignoradas. Depois de 1995, devido ao impacto da Internet, as ligações ao movimento anarquista no Brasil readquiriram uma nova relevância.

Organização. Persiste a dispersão dos grupos anarquistas e a ação individual para desânimo de muitos (21). A coordenação continuou a assentar sobretudo nos contactos pessoais em eventos. A partir do século XXI a internet facilitou este acesso, assim como a organização de ações colectivas pontuais.

Os encontros anarquistas prosseguiram sendo assinalar os que ocorreram em Coimbra (1993), Porto (26 março a 28 de Abril no 1995), Izeda (agosto de 1997), etc. Na pluralidades de iniciativas posteriores salientamos pelo seu significado as seguintes:

Numa época de profundo desânimo que se vivia na sociedade portuguesa, onde menos se esperava surgiu um movimento inconformista. Elementos de bandas anarcopunks criaram em Ferreira do Alentejo (Baixo Alentejo) um Centro de Cultura Anarquista. Em 2003 tendo surgido um espaço mais amplo em Aljustrel, reapareceu como Centro de Cultura Anarquista Gonçalves Correia (22) que editou a revista *Alambique* (2007-2013). No Porto, em 2012, foi realizada uma importante Conferência Libertária (5 a 7 de Outubro) (19). No ano seguinte foi em Setúbal (5 a 7 de Abril) onde estiveram presentes elementos do Baixo Alentejo, Évora, Lisboa e Coimbra. O encontro em Évora (2014) foi também um excelente sinal de uma mudança em curso.

A exposição e organização de um colóquio na Biblioteca Nacional de Portugal comemorativo do 100 anos do jornal *A Batalha* , em fins de 2019, que permitiu um novo reencontro de antigos e novos militantes anarquistas e o lançamento de novas publicações.

Publicações, Editoras, Livrarias e Bibliotecas. Imprensa: Em 2006 surge a *Húmos* (Almada) e a revista Alambique em 2007. Em 2012 aparece a “Letra Livre”, a "Acção Direta" em Évora, e ainda neste ano o jornal MAPA, em Setúbal, uma inteligente publicação de informação. Logo a seguir a “Flauta da Luz” (nº.1, Jan.2013, Julio Henriques) em Portalegre e “Erva Rebelde” (2016/18) no Porto pela Gera.

Entre os sites libertários destacamos neste período: **Pimenta Negra** (https://pimentanegra.blogspot.com, Porto, 2004 - 2013); **Rede Libertária** (http://redelibertaria.blogspot.com, 2011); **Guilhotina** (https://guilhotina.info, 2013-); O **Portal Anarquista** (https://colectivolibertarioevora.wordpress.com, Évora, 2014 -) Exploram as potencialidades da internet na divulgação ideias e posições anarquistas. Como agência de noticias: **ANA** (https://noticiasanarquistas.noblogs.org).

No Porto em 2007 surgiu a **livraria Gato Vadio**, primeiro na Rua do Rosário, 281 (até maio de 2019), depois na Rua da Maternidade,124 (2020), numa iniciativa entre outros de Julio do Carmo Gomes e César Figueiredo (23). A **Livraria Utopia**, na Rua da Regeneração,22, prossegue a sua atividade. Em Lisboa apareceu a **Livraria Tortuga** (2017) e a editora **Letra Livre** abriu uma livraria. Em 2010 refundou-se em Lisboa a **BOESG** (Biblioteca dos Operários e Empregados da Sociedade Geral), que passa a chamar-se Biblioteca e Observatório dos Estragos da Sociedade Globalizada. O panorama é modesto reflectindo o conformismo instalado na sociedade portuguesa.

Sinal positivo dos tempos tem sido a organização de feiras do livro anarquista: No Porto (Encontro Anarquista do Livro, Maio de 2018 e Março de 2019) e em Lisboa (2008, Outubro de 2018, Setembro de 2021).

Conclusão Inconclusiva

As ideias de Godwin, divulgadas por Francisco Solano Constâncio não tiveram seguidores conhecidos. Foi preciso esperar algum tempo para um novo impulso. Quando Sousa Brandão em 1850 apresentou o seu vasto programa para a organização política de Portugal segundo a "Anarchia, isto é, o pleno triunpho da soberania popular", os mais elementares direitos eram na altura negados à esmagadora maioria da população. Na concepção que Godwin e Proudhon haviam definido, a Anarquia, implicava o fim do domínio de uns sobre outros. Um longo combate se perspectivava tendo em conta este objectivo.

A cidadania estava reservada a uma pequena minoria de homens que repartiam o poder entre si em função do valor das propriedades e do capital que haviam acumulado. Aos pobres e iletrados nenhum poder era concedido. À concentração da propriedade juntava-se o centralismo estatal, que garantia e acentuava as diferenças e o aumento das desigualdades sociais. O combate dos anarquistas pela descentralização e o federalismo era um combate pela liberdade. Como a história demonstrou sempre que se reforçam os poderes do Estado a liberdade é posta em causa.

Aos trabalhadores, pouco lhes restava senão submeterem-se à vontade de uma minoria de exploradores, nenhum direito lhe era concedido. Para tornar possivel o programa de Sousa Brandão havia que associar os trabalhadores, mudar mentalidades de forma a que os mesmos se sentissem capazes de pensar que tinham capacidade para se emanciparem a si mesmos. Assistimos a forma persistente e criativa como os anarquistas combaterem preconceitos étnicos, sexuais, sociais, religiosos e tantos outros.

As ideias e formas de luta dos anarquistas ao longo de 225 anos mudaram bastante, acompanhado as relações de poder instituídas, tendo em vista provocar mudanças na organização social. No plano laboral foi um combate violento pelo direito à greve, redução dos horários e melhores condições de trabalho, segurança social, etc. No plano social pela igualdade de género, libertação sexual, contra a influência da religião na política, etc. No Plano internacional destacaram-se na luta pela descolonização e organização dos trabalhadores nas colónias, etc.

O objectivo da construção da Anarchia de Sousa Brandão nunca foi abandonado. Muitos anarquistas seguindo Kropotkine ou E. Reclus acreditavam que era uma inevitabilidade ditada pelo desenvolvimento histórico das sociedades. Outros avisados por Proudhon ou

Malatesta sempre disseram que dependia da vontade dos que se sentem oprimidos, explorados ou dos que simplesmente consideram injusta a forma como a sociedade está organizada. Progresso e brutais retrocessos são habituais na história da humanidade, nada está definitivamente adquirido.

Passados 170 anos sobre os artigos Sousa Brandão, a concentração da propriedade e do capital atingiu dimensões inimagináveis. Os estados tornaram-se máquinas gigantescas, associando-se entre si para criaram organizações cada vez mais poderosas e afastadas do comum dos cidadãos. A resposta da maioria dos cidadãos nos países ocidentais tem sido o alheamento e isolamento social, enveredando por um individualismo ou narcicismo que frequentemente termina na anomia.

O objectivo de Sousa Brandão é inalcançável ? Ontem como hoje continua bem vivo. O que tem mudado são as formas e as lutas. Em Portugal o anarquismo está presente na sociedade em muitas áreas mas através de ações individuais ou de pequenos grupos de militantes. A consistente prática organizativa que caracterizou o movimento durante largas décadas foi abandonada em favor de colectivos mais inorgânicos. Como ocorreu em 1887 falta um acontecimento singular que volte os volte a ligar e a formarem organizações que impulsionem a sua intervenção social.

Carlos Fontes

Anarquismo (literalmente "sem poder")

Movimento político que defende uma organização social baseada em consensos e na cooperação de indivíduos livres e autónomos, abolindo entre eles todas as formas de poder. A Anarquia seria assim uma sociedade sem poder, dado que os indivíduos se auto-organizariam de tal forma que garantiriam que cada um teria em todas as circunstâncias a mesma capacidade de decisão. Esta sociedade, objecto de inúmeras configurações, apresenta-se como uma "Utopia" (algo sem tempo ou espaço determinado). É um ideal a atingir.

As origens do anarquismo entroncam directamente na concepção individualista dos direitos naturais defendida por John Locke. A sociedade para este filósofo inglês era o resultado de um contrato voluntário acordado entre indivíduos iguais em direito e em deveres. No entanto foi só a partir do final do século XVIII que o anarquismo se veio a estruturar como uma corrente política autónoma, com seguidores em toda a parte do mundo. Entre os seus teóricos contam-se pensadores tão diversos como William Godwin (1773-1836), P.J.Proudhon (1809-1865), Bakunine (1814-1870), Kropotkine (1842-1921) ou o português Silva Mendes.

A intervenção política dos anarquistas, pouco inclinados à constituição de grandes organizações, embora muito dispersa tem historicamente tem-se centrado na defesa de seis ideias fundamentais:

1. Direitos Naturais dos Indivíduos. Os anarquistas, como os liberais foram os primeiros retirar as profundas implicações políticas da ideia que todos os seres humanos possuem um conjunto de direitos naturais que não podem ser postos em causa por nenhum tipo de sociedade que exista ou venha a ser criada. Neste sentido são devedores de filósofos como John Locke, mas também de Jean Jacques-Rousseau no pressuposto da bondade natural do todo o ser humano.

Defendem a primazia do indivíduo face à sociedade, afirmando a dignidade, liberdade e identidade individual como valores inquestionáveis.

Embora reconheçam a importância da ligação dos indivíduos a uma dada cultura, etnia ou pátria a sua perspectiva é universalista recusando todo o tipo de discursos sobre a pseudo identidades de grupos maioritários ou de minorias que mais não visam do que subjugarem os seus membros retirando-lhe a capacidade de escolha (liberdade).

2. Acção Directa. Recusando por princípio o sistema de representação política, afirmam o valor da acção directa do indivíduo na realidade social, corporizando uma ética global de posicionamento social: não esperes que outros façam por ti aquilo que sentes que deve ser abolido, corrigido, superado - Age. Este conceito foi interpretado no final do século XIX/princípios do século XX, por alguns anarquistas como uma forma de actuação política violenta contra figuras políticas que simbolizavam as relações de domínio de uns sobre outros que reprovavam (a célebre propaganda por factos).

Este conceito está hoje associado a ações cívicas ou de cidadania global. Ações individuais ou colectivas em que os indivíduos não esperam pelos poderes públicos para agir em todas as áreas (espaços públicos, consumo, abusos do Estado, combate à exploração nas empresas, poluição, corrupção, etc).

3. Crítica dos Preconceitos. Uma das facetas mais conhecidas dos anarquistas é a crítica que fazem aos preconceitos sociais, ideológicos, religiosos ou morais. Pretendem destruir todas as condicionantes mentais que possam impedir o indivíduo de ser livre e de se assumir como tal.

4. Práticas Libertárias. Os anarquistas tem desenvolvido métodos de educação que procuram levar à emancipação mental dos indivíduos. Acreditando que através da liberdade e do conhecimento se pode contribuir para criar as bases de uma nova sociedade mais igualitária. Nas artes, ciência ou na tecnologia assim como em muitos outras atividades preconizaram métodos capazes de romperem com espartilhos e constrangimentos que impedem a abertura de novos horizontes e uma apropriação colectiva consciente e igualitária dos meios e recursos disponíveis.

5. Auto-organização. Embora recusem qualquer forma de domínio de uns sobre outros (relações assimétricas de poder) não recusam a constituição de organizações. A liberdade é realiza-se sempre num dado quadro normativo.

No entanto acrescentam algumas condições essenciais: As normas sociais que regulam o funcionamento da sociedade e respetivas sanções devem assegurar a máxima de liberdade individual e o seu desenvolvimento; O acesso à definição destas normas deve ser igualitário, excluindo-se todos os acessos privilegiados à sua definição, assim como normas que impliquem relações de domínio de uns sobre outros (poder, autoridade).

As organizações sejam elas quais forem no mínimo devem ser democráticas, idealmente deverão funcionar segundo decisões consensuais, mantendo entre os seus membros relações de igualdade de forma a impedir a formação de relações assimétricas permanentes de poder (dirigentes/dirigidos, representantes/representados, etc) tendo como objectivo a eliminação do domínio de uns sobre outros.

Os anarquistas tendem rejeitar grandes organizações burocráticas, como os Estados, porque nelas a esmagadora maioria dos indivíduos são afastados dos processos de escolha, tanto são os níveis hierárquicos estabelecidos.

Os anarquistas desde o século XIX estão ligados à criação de sociedades mutualistas, cooperativas, associações de trabalhadores (sindicatos e confederações, etc), ateneus, colónias e experiências auto-gestionárias. Em todas estas formas de organização procuram em pequena ou grande escala ensaiar ou experienciar a sociedade que preconizam.

Apesar disto, aceitam alguns compromissos com as certas regras do sistema vigente, entendidas como etapas necessárias para avanços igualitários posteriores.

6. Sociedade Global. Um dos seus grandes ideais foi sempre a constituição de uma sociedade planetária que permitisse a livre circulação de pessoas ou o fim das guerras entre os países. O fim das fronteiras. É neste sentido que alguns anarquistas, como P. Kropotkin viram no desenvolvimento das tecnologias de comunicação um meio que poderia conduzir ao advento da Anarquia. Uma sociedade global, num planeta partilhado por todos, onde a solidariedade constitui um valor fundamental que une e a todos envolve.

A perspetiva social anarquista é universalista e solidária contrária a certas posições liberais individualistas (egocêntricas, egoístas) com as quais o procuram confundir.

A defesa destas ideias tem caracterizado o movimento anarquista internacional ao longo de mais de duzentos anos de existência.

Ética Anarquista

1. Prazer ou Ausência de Dor. Estes são os estímulos que numa perspetiva naturalista todo o ser humano procura na vida. O conceito anarquista alarga-os a níveis superiores como o bem-estar, conforto, felicidade... Estamos perante algo que é desejado por todos os seres humanos.

2. Apoio-Mútuo. O ser humano deve a sua existência a uma comunidade, país ou à humanidade. Os bens que desfrutamos por pequenos que sejam são o resultado de uma infinidade de contributos individuais e colectivos ao longo dos tempos. Sem a colaboração e solidariedade entre os membros de uma comunidade, país ou de todos os seres humanos nenhum progresso seria possível, nenhum bem-estar ou conforto teria sido alcançado. A partilha, cooperação, solidariedade e fraternidade são desta forma uma exigência retributiva (reciprocidade) que se impõe a todo o ser humano.

Os anarquistas assumem que todo o ser humano tem um dever fundamental de contribuir de acordo com as suas capacidades para melhorar a comunidade, país ou a humanidade.

3. Recusa de todas as formas de poder (domínio). Ninguém pode sentir prazer, bem-estar, conforto ou felicidade sendo escravizado, humilhado, tratado como um ser inferior sem direito a decidir sobre a sua própria vida. Ninguém pode sentir-se feliz sendo excluído dos bens que a sua comunidade, país ou que a humanidade criou ao longos dos tempos. Neste sentido, a ética anarquista assenta num impulso natural de revolta contra todas as formas de poder e preconceitos que constituem formas de domínio de uns sobre outros.

4. Revolução Social. Ninguém pode sentir-se feliz vendo o seu semelhante a sofrer, ser humilhado, escravizado, despojado de toda a dignidade como pessoa. A busca do prazer implica um compromisso com a transformação social que acabe com todas as formas domínio de uns sobre outros e promova a igualdade entre os seres humanos, tendo como meta a constituição de uma sociedade livre e igualitária. Neste ponto o ser humano supera-se a si mesmo projectando a sua ação para além do seu seu tempo e circunstância.

Embora os anarquistas partam de uma concepção positiva da natureza humana, não deixam de reconhecer que uma parte da humanidade é constituída indivíduos que vivem a explorar ou parasitar outros seres humanos. Kropotkine admitiu mesmo o direito de matar, por exemplo, ditadores. Estes e outros tipos de indivíduos da mesma espécie representam a negação daquilo que se espera de um ser humano e constituem entraves ao processo de libertação da própria humanidade.

Carlos Fontes

Anarquismo em Portugal

Notas

1796 - 1847: Princípios. Godwin

1) George Woodock publicou uma excelente síntese do pensamento anarquista de William Godwim na sua obra *O Anarquismo. Histórias das Ideias e dos movimentos literários*, com tradução em português.

2) Francisco Solano Constâncio, recessão de "An Enquiry Concerning The Power Of Increase In The Numbers Of Mankind, Being An Answer To Mr Malthus'S Essay On That Subject", *Anais das Ciências das Artes e das Letras*, nº12, 1821, pp.171-191. Publicação mais recente: *Francisco Solano Constâncio. Leituras e Ensaios de Economia Política (1808-1842)*. Introdução e Direcção de edição José Luis Cardoso. Lisboa. Banco de Portugal. 1995. pp.171-191.

Bibliografia básica sobre Solano: Sousa, Maria Leonor Machado de, O Pensamento…, in *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº16, Lisboa, 2007, etc.; Amzalac, Moses Bensabat, *Francisco Solano Constâncio e o economista inglês Williiam Godwin*, Lisboa, 1940; Silbert, Albert, Do Portugal do Antigo Regime …, Lisboa, 1972.

3) Phanton, Félix - *The Gost*. Edição Crítica de Maria Leonor Machado de Sousa, Edimburgo 1796- Lisboa 1976. UNL-FCSH. Lisboa. 1976

4) Alves, Hélio Osvaldo, "Francisco Solano Constâncio e a polemica sobre a Razão e Religião, nos fins do século XVIII, em Inglaterra", in *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº4, 1995.

5) Sousa, Maria Leonor Machado de, *Solano Constâncio, Portugal e o mundo nos primeiros decénios do séc. XIX*. Arcádia. 1979

6) Sousa, Maria Leonor Machado de, *The Ghost e Francisco Solano Constâncio*. Faculdade de Cências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 1978, p.79

7) Alves, José Augusto dos Santos, *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. Lisboa. UNL. p.304 n

8) A. Silbert, *Autour de Francisco Solano Constâncio*, Coimbra, Coimbra Editora. 1950

9) Lousada, Isabel, *Para o estabelecimento de uma bibliografia britânica em português, 1554-1900, Lisboa, UNL, 1998*, registou dois importantes textos de Godwin editados em Portugal:

"*DA popularidade entre os antigos, e os modernos. Dos Essays [de Godwin]. Lisboa, Typ. Ultramarina, 1840.. [GODWIN, William (1756-1836), Essays, 1873.] Publicados postumamente: Paquete (O) do Ultramar, 10-1-1840, p. 3; [...] 17-1-1840, p. 2..*

"*As Cousas como elas na verdade são, ou as aventuras de Caleb Williams* por William Godwin. Traduzidas em português. Lisboa, Tip. Actividade, 1841-42. [GODWIN, William (1756-1836), Things as they are: or The Adventures of Caleb Williams, 1794.]

10) Bibliografia essencial sobre Mary Wollstocraft em português: Maurício, Joaquim, *A Vindication of The Rights of Woman de Mary Wollstocraft. Um panfleto político pelos direitos de cidadania*. Lisboa. UL-FL. 2006; Nunes, Eugénia Maria Duarte, *Da Tradição à Revolução. Mary Wollstocraft e o radicalismo setecentista*. Lisboa, UNL-FCSH.1993; Neves, Isabel Cristina Marques, *A Vindication of The Rights of Woman: Da cidadania feminina à revolução*. Lisboa, UL- FL. 1996.

11) Lousada, Isabel, *Mary Wollstocraft em Lisboa, 4 Roteiros Feministas na Cidade de Lisboa*, Lisboa, 2010.

12)"Extractos das cartas de Maria Wollstonecraft, relativas á Suécia, Noruega e Dinamarca, e huma breve notícia de sua vida, offerecidos ao bello sexo portuguez por Henrique Xavier Baeta, doutor em medicina (1776-1854). Lisboa, Nova Off. João Rodrigues Neves, 1806. [Wollstonecraft, Mary (1759-1797), Letters Written during a Short Residence in Sweden, Norway, and Denmark, London, 1796.] A viagem à Escandinavia foi realizada em Junho de 1795. O texto é muito rico em observações sociais, políticas, económicas, culturais, mas também em críticas à educação feminina, relações entre sexos ou em aspectos particulares como os movimentos inadequados feitos pelas mulheres durante a maternidade.

"V. Henrique de Campos Ferreira Lima, "Mary Wollstonecraft esteve em Portugal" *in The Anglo-Portuguese News*, nº. 249, de 25 de Maio de 1944, pp. 7-10. A propósito da tradução da obra Extrtactos das cartas ..., refere Ferreira Lima: "É curioso consignar aqui que, em 1806, poucos anos após a sua morte [Mary Wollstonecraft], um português, o Dr. Henrique Xavier Baeta, médico pela Universidade de Edimburgo, onde tomou grau em 1800, tendo para ali emigrado em 10 de Julho de 1797, por motivo da perseguição feita, em Coimbra, aos estudantes que se mostravam afeiçoados ás ideias proclamadas pela revolução francesa, veiu [sic] divulgar entre nós o nome desta escritora inglesa.", in Isabel Lousada -*Para o estabelecimento de uma bibliografia britânica em português, 1554- 1900*, Lisboa, UNL, 1998.

13) Mary Wollstocraft, *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher*. Lisboa. Antigona. 2017

14) *Dicionário da Lingua Portuguesa de Rafael Bluteau revisto por António Morais Silva*. 1789

15) Bibliografia essencial sobre estas revoltas populares: Valente, Vasco Polido, "O Povo em Armas: A Revolta nacional de 1808-1809", in *Analise Social*, Vol. XV (57), 1979; Acúrcio das Neves, J. A., História Geral da Invasão…

16) À imprensa publicada pelos exilados portugueses e "brasileiros", devemos acrescentar a dos espanhóis que desde o inicio das invasões francesas publicavam uma vigorosa imprensa que apelava ao fim do absolutismo. Em Londres destacou-se o *Correio Brasiliense ou Armazém Literário* (1808-1819) de Hipólito José da Costa. Em Paris (após a queda de Napoleão) dois periódicos: *O Observador Lusitano em Paris, ou Colecção Literária, Política e Commercial* (1815) e os *Annaes das Sciências das Artes e das Letras* (1818-1822) tendo Francisco Solano Constâncio sido o editor do primeiro e coeditor do segundo. Cfr.:Reis, Fernando José Egídio, Os Periódicos Portugueses de Emigração (1808-1820). As Ciências e a Transformação do País. FCT-UNL. Lisboa, 2007

17) Nunes, Maria de Fátima; Pereira, Sara Azevedo e Sousa Marques, O Espírito de Cádiz em " Investigador Portuguez em Inglaterra (1808-1818), in, Cultura. UNL. Volume VII. Lisboa. 1993

18) Carneiro, Borges, *Portugal Regenerado em 1820*

19) Sobre as movimentações populares em 1820: José de Arriaga, *História da Revolução Portuguesa de 1820*. Pregoeiro Lusitano; Xavier de Araújo, Revelações e memórias…

20) Monteiro, N.G., *Lavradores, Frades e Forais: Revolução Liberal e Regime Senhorial na comarca de Alcobaça (1820-1834),* ICS-UL. Sobre estes movimentos de camponeses: Cardoso, António Manuel Monteiro, *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820-1834). O Povo e as Elites*. ISCTE. 2004

21) Carneiro, Borges, *Portugal Regenerado em 1820*

22) Pina, Ana Maria, *De Rousseau ao Imaginário da Revolução de 1820*.Lisboa. 1988.

23) Pina, Ana Maria, "O Fantasma da Anarquia na Imprensa Vintista", in *Ler História*, Lisboa, nº17, 1989, p.129-135; Ferreira, Fátima Sá Melo, "O Conceito de Ordem em Portugal (séculos XVIII-XIX)", in …

24) Vargues, Isabel Nobre, "A Fé Política Liberal", in *Revista de História das Ideias. Cultura, Política. Mentalidades*, nº.11. FL-UC. Coimbra. 1989

25) Bibliografia essencial sobre os miguelistas: Lousada, Maria Alexandra, *O Miguelismo (1828-1834).* FL-UL. 1987; etc

26) Lousada, Maria Alexandra, "Imprensa e Politica: Alguns Dados sobre a imprensa Periódica Portuguesa Durante as lutas Liberais (1820-1834)", in…

27) Coelho, Geraldo Mártires, *Anarquistas, Demagogos & Dissidentes. A Imprensa Liberal no Pará de 1822*. Pará. 1993

28) Reis, Arthur Ferreira, *"Anarquistas" e "Servis": uma análise dos projectos políticos no ano de 1826 no Rio de Janeiro.* Universidade Federal do Espírito Santo. Vitoria. 2016.

29) Basile, Marcello Otávio Neri de Campos, *Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na corte imperial (1829-1834)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2000

30) Em Portugal, o termo anarquista só aparece na 4ª. edição (1831) do *Dicionário da Lingua Portuguesa* de A. Morais da Silva (1823). No entanto já era corrente na literatura política, sobretudo no Brasil. Em França terá surgido pela primeira vez em 1791 associado à Revolução.

31) As denúncias destas ações anarquistas são publicitadas em muitos periódicos, como *O Ecco, Jornal Critico, Litterário, e Politico* (… nº86, 26/05/1836; nº87, 30/05/1836; nº92, 16/06/1836; nº.99, 12/07/1836..).46); *O Livro Azul ou Correspondência Relativa aos Negócios de Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Saldanha dirigindo-se ao rei, em Novembro de 1846, pelas povoações 2 ou três anarchistas incentivavam as pessoas à revolta (p.87); O Visconde Palmerston, em Fevereiro de 1847, acusa a Junta do Porto de ser liderada por anarchistas (p.202); D. Manuel de Portugal e Castro afirma, em Abril de 1847 que os anarchistas lideravam a revolta em Lisboa (p.350); etc.

32) Vasco Pulido Valente, aludindo a esta guerra entre anarchistas e miguelistas denominou o período de 1834 a 1842 de "Anarquia" na sua obra *Devoristas. A Revolução Liberal (1834-1836)*, Lisboa, 1993. Para uma síntese: Bandidos ou guerrilheiros em Portugal: a violência de 1807 até 1870, in Manuel L. Wiesebron, Iberoamericana. América Latina - España - Portugal, 4(13), 7–22., 2014.

33) Pinto, João de Sousa, *Carta de uma proscrito do anarquismo ao ex-ministro do reino*. Lisboa. 1835

34) Bibliografia essencial sobre os devoristas: Pulido, Valente, *Os Devoristas: A Revolução liberal (1834-1836)*, Lisboa. 1993;

35) *Correio do Minho*, nº152, 17/10/1838, p.615, referido por Estorninho de Almeida, *A Cultura Burocrática Ministerial. Repartições, empregados e quotidiano das secretarias de Estado na primeira metade do século XIX*, Lisboa, UL-ICS. 2002.

36) *Memórias do Conde do Lavradio,* parte segunda (1834-1835), vol.III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p.137, citado por Maria de Fátima Bonifácio, A Revolução de Setembro de 1836: A Lógica dos Acontecimentos, in Análise Social, IIIª. Série, vol. 18, 1982- 2º.

37) A Guarda Nacional era uma força para-militar formada em 1823 para defender a constituição de 1822. Dissolvida em 1826 foi reorganizada em 1834 e extinta em 1838 na sequência do massacre do Rossio, em Lisboa.

38) Revista Histórica de Portugal: Desde a Mirte de D. João VI até ao Falecimento do Imperador D. Pedro. Porto. 1846, pp.247-251

39) ….

40) "Hino à Carta", in Valentim, Maria José Q.C.A.B., *A Produção Musical de Índole Política no Período Liberal (1820-1851),* Lisboa, UNL-FCSH.2008

41) Silva, Manuel Carlos Ferreira, *A Maria da Fonte, uma revolta anti-estatal,* in Actas do Congresso Maria da Fonte. Póvoa do Lanhoso, CMPL, 1996.

42) Paulo Midosi foi acusado pelo jornal *O Raio. Folha Moral* (6/08/1836), de ter sido nomeado deputado por um grupo anarchista que tomou de assalto o recinto do Colégio Eleitoral.

1848 - 1870: Mutualismo e Federalismo. Proudhon

(1) Principais obras de P.-J. Proudhon: *O que é a Propriedade* (1840), *Sistema de Contradições Económicas ou Filosofia da Miséria* (1846), *Da Justiça na Revolução e na Igreja* (1858), *Manual do Especulador da Bolsa* (1853); *A Guerra e a Paz* (1861), *O Princípio Federativo* (1863), *Da capacidade Politica da Classe Operária* (1865), *Teoria da Propriedade* (1866), *Do Princípio da Arte e seu Destino Social* (1875), *A Pornocracia, ou as mulheres nos Tempos Modernos* (1875), *Amor e Matrimónio* (1876), *Cesarismo e Cristianismo* (1883), *Jesus e as Origens do Cristianismo* (1896), etc

2) Pelletan, Eugenio, *História dos Três Dias de Fevereiro de 1848*. Lisboa. 1848

3) Francisco Maria de Sousa Brandão (1818-1892). Está por fazer um estudo completo do seu pensamento proudhoniano. Desde muito cedo distinguiu-se no combate pela Liberdade. Em 1834 com apenas 15 anos alistou-se nas tropas liberais que no norte combatiam as absolutistas. Finda a guerra civil inicia a formação académica destinada a uma carreira militar. Em 1842 está de novo na linha da frente no combate pela liberdade, agora ao lado de José Estevão e do jornal Revolução de Setembro. Em 1844 é demito do exercito por participar na insurreição de Torres Novas. Ruma para Paris, onde se forma em engenharia civil. Participa na revolução de Fevereiro de 1848 e adere ao ideário de Proudhon. Regressa a Portugal em 1849 trabalhando no planeamento e construção dos caminhos de ferro. Como revolucionário procura promover a organização e emancipação dos trabalhadores. Participa na fundação do jornal *Eco dos Operários* (1850), no Centro Promotor de Melhoramentos (1851), Associação dos Tipógrafos Lisbonenses e outras associações. Em 1857 publica o primeiro volume de "Economia Social", uma obra inovadora no país.

Em 1865, ano do falecimento de Proudhon, foi eleito deputado pelo circulo de Vila da Feira, distinguindo-se no parlamento pela defesa dos operários. Participa na constituição do Partido Republicano Português (1876). No final da vida atinge o posto militar de general em engenharia.

J. M. Gonçalves Viana, em 1894, faz assentar em Sousa Brandão as bases do anarquismo em Portugal (cf. *A Evolução do Anarquismo em Portugal*, Prefácio e notas de Carlos da Fonseca, Lisboa, Seara Nova, 1975).

3.1) Com o título "Acerca do Socialismo" Sousa Brandão (J.P.), nas edições de 15, 16, 20 e 21 de Novembro de 1849, discorre sobre o socialismo, com especial enfoque para Louis Blanc, sem esquecer Proudhon. Nesta altura, na *Revolução de Setembro* cita repetidas vezes *Voix du Peuple* o jornal que nesta altura era dirigido por Proudhon.

4) António Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865), escritor e publicista, muito viajado pela Europa. Durante algum tempo foi oficial da marinha até decidir pela literatura. Participou no combate aos governos corruptos de Costa Cabral. Renovou a crítica literária em Portugal. Foi professor de literatura de literatura moderna no Curso Superior de Letras. A partir de 1860 agravou-se a sua doença mental que o levará à loucura. Proudhon para os seus críticos era o seu idolo.

4.1) Lázaro, João, “O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Integração e rotura na sociedade liberal portuguesa (1852-1871)”, in *Revista Portuguesa de História*, t. L

5) Carvalho, João Lázaro Cavaleiro Diz de, *O Despontar do Movimento Operário na Esfera Pública (1850-1860),* ISCTE.IUL. 2013. Consultar páginas 88 a 91.

6) Câmara dos Pares do Reino, 9/04/1855, p.425

7) Serrão, Joel - *O Século XIX em Portugal*, Comunicações ao Colóquio organizado pelo GIS, Nov. 1979, Lisboa, Editorial Presença.

8) Neto, Vitor, “Iberismo e municipalismo em J. F. Henriques Nogueira”, in *Revista de História das Ideias* 10. Coimbra, 1988

9) Pi y Margall na mesma altura, em Espanha assume-se como republicano, federalista e proudhoniano e circunscreve o federalismo à união dos estados ibéricos. Cfr. Rosa, Alberto Machado da, "O Socialismo em Portugal Há um Século", *Seara Nova*, Ano XLVIII, nº1501, novembro de 1970

10) Monteiro, José Luis Cavaco, *Federalismo, Regionalismo e Municipalismo em Portugal (1920-1922)*. Tese. UL. 2009. *Joel Serrão atribuiu o princípio federalista de J.F. Henriques Nogueira a Proudhon (cfr. Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal, Lisboa, 1973, p.113).*

11) Machado da Rosa, Alberto, "O Socialismo em Portugal Há um Século", in *Seara Nova*, nº1502, Dezembro de 1970

12) Sampaio, Guilherme Martins Rodrigues, *A Ideia Federalista Republicana em Augusto Manuel Alves da Veiga (1850-1924)*. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. 2009

13) Santos, Fernando Piteira, artigo "Direito de associação" no *Dicionário de História de Portugal,* dir. Joel Serrão, Lisboa, Vol.I, p.236

14) Lousada, Maria Alexandra, "O "Espirito de Associação" em Portugal 1820-1826", in *Anarquismo, Trabalho e Sociedade. Livro de Homenagem a João Freire*. Lisboa. Almedina. 2017

15) Fonseca, Carlos da, *Integração e Ruptura Operária. Capitalismo, Associacionismo, Socialismo. 1836-1875*. Lisboa. 1975, pp.68-71

16) Fonseca, Carlos da, *A Origem* ..., p.35

17) José Fontana (suiço, 1840-1876), encadernador e caixeiro. Antes de emigrar para Portugal, onde se assume como Proudhoniano, foi membro do Conselho Geral da AIT na qualidade de secretário correspondente para Itália (1864 e 1865). Em 1871 está ligado à constituição da secção da AIT e da Aliança em Portugal. Em 1872 está na fundação da Fraternidade Operária da qual foi secretário-geral. Foi um ativo promotor do cooperativismo em Portugal tendo publicado: *O Quarto Estado*, Lisboa, 1872; *As Cooperativas*, Lisboa, 1873.

18) Saraiva, António José, *Para a História da Cultura em Portugal,* p.224

19) Barradas de Carvalho, Joaquim, *As Ideias Políticas e Sociais de Alexandre Herculano, Lisboa,* Seara Nova, 1971, p.125-130.

20) Sá, Victor, *A Crise do Liberalismo e as Primeira*..., 323-327

21) Publicadas por Petrus (Pedro Veiga), *Proudhon e a Cultura Portuguesa*, I, Porto, 1966.

22) A bibliografia sobre Pedro Amorim Viana e Proudhon foi marcada desde os anos 60 por uma abordagem marxista de Victor Sá em obras como: *Amorim Viana. Ensaio Bibliográfic*o. Figueira da Foz, 1960; *Amorim Viana e Proudhon*. Lisboa, Seara Nova, 1960; *Perspectivas do Século XX* (1964); *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)* (1969); Sociologia em Amorim Viana, 1982

Para uma bordagem mais ampla e fundamentada: Fernandes, António Teixeira, *O Socialismo Proudhoniano na Escola Portuense*. 2001

23) revista *O Instituto*, Coimbra, vol. 7-21, 1853

24) Calheiros, Maria Clara, "Filosofia Proudhoniano do Direito", in *Proudhon no Bicentenário do seu Nascimento*. Universidade do Minho. 2009.

25) Bernardes, Joana Duarte, "Quando ainda se acreditava que as ideias faziam revoluções - Manuel Emídio Garcia e Eça de Queirós", in *Revista de História das Ideias*, vol. 29 (2008).

26) Joel Serrão em vários textos insistiu na ideia que Antero desempenhou um papel importante ao fazer a transição do federalismo de Proudhon para o colectivismo de Bakunine. Consultar: Do Pensamento Pensamento Político-Social de Antero de Quental (1868-1873), in Análise Social, Vol. XVI (61-62), 1980; "Du Socialisme Libertaire a L'Anarchisme", in Actes du Colloque "Utopie et Socialisme au Portugal au XIX siècle", pp.331-368, Paris,10-13 janvier 1979, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris,1982.

27) Sobre a relação Eça com Proudhon: Medina, João, *Eça Político*, Seara Nova. Lisboa, 1974; Saraiva, A. J., *As Ideias de Eça de Queiróz*, Lisboa, 1945; Arrigoni, Carlo, *As Ideias de Eça de Queiróz*, UL -Faculdade de Letras., 2013; etc.,

28) Bibliografia essencial sobre Antero - Proudhon: Sérgio, António, "Sobre o Carácter do Socialismo em Antero," in *Ensaios,* t.VII, Lisboa, 1954; Catroga, Fernando, *Antero de Quental – História, socialismo, política*, Lisboa, Notícias Editorial, 2001; Rocha, Acílio da Silva Estanqueiro, “Proudhon e o Socialismo Anteriano”, in Revista Portuguesa de Filosofia, 47 , Braga, 1991, pp.349-374; Serrão, Joel, *Temas de Cultura Portuguesa* - II, *"Içar as Velas e Soltar os Ventos"*. Livros Horizonte, 1989. etc.

29) Quental, Antero, “Povo”, in *A Voz do Operário*, 9/10/1881

30) Quental, Antero, “Crítica ao Livro “Teoria do Socialismo” de Oliveira Martins”, in *Diário Popular*, Lisboa, Dezembro de 1872.

31) Cidade, Hernani, *Século XIX. A Revolução Cultural em Portugal e Alguns dos Seus Mestres*. Lisboa.Ática, 1961, pp.104-106

1871- 1885: Impulso Internacional. Bakunine

1) A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) foi fundada em 1864 na cidade de Londres. Na sua génese estão organizações como a *Fraternal Democrats* (1848-1858). Numa ação de protesto contra a visita de Napoleão III a Inglaterra fundou-se um Comité Internacional do qual surgiu a AIT, tendo como um dos seus principais apoiantes Proudhon.

2) Os elementos que participaram nas primeiras reuniões foram Antero Quental, José Fontana, Batalha Reis (estudante), Eduardo Maia (estudante), José Tedeschi (professor primario) e Francisco Gonçalves Viana (tipógrafo).

3) Lorenzo, Anselmo, *El proletariado militante: memorias de un internacional* ...; Mora, Francisco. *Historia del socialismo obrero español. Desde sus primeras manifestaciones hasta nuestros días*. Madrid, 1902.

4) Bakunine quando viveu e lutou em Itália, entre 1864 e 1867, fundou uma sociedade secreta a *Fraternidade Internacional Revolucionária* (1865). De 1867 a 1869 residiu em Genebra, onde em fundou em Outubro de 1868 a *Aliança Democrática Socialista* que reuniu um grupo de exilados polacos, franceses, italianos e de outros países. Neste ano adere à AIT. Dois dos principais objectivos da Aliança eram o de difundir a AIT e impulsionar a revolução social internacional. No Outono de 1868 foi enviado para Espanha J. Fanelli (1828-1877) para ali criar uma secção da AIT e outra da Aliança. Foram as mesmas constituídas em Madrid e depois em Barcelona (1870). No ano seguinte foi enviada uma missão a Lisboa com idênticos propósitos.

5) Bakunine trabalhou em Itália na elaboração de um programa para a Fraternidade Internacional Revolucionária de que se destacam dois textos: *Principios e Organização da Sociedade Internacional Revolucionária* (1866) e o *Programa da Sociedade da Revolução Internacional* (1868). No seu programa constatava a igualdade económica, social dos individuos de ambos os sexos. A abolição da propriedade privada e da herança. Combatia todo o tipo de despotismos, preconizou um Estado reduzido a simples funções administrativas. Combatia também o patriotismo, a rivalidade entre as nações…

6) Fonseca, Carlos da, *A Origem da 1ª. Internacional em Lisboa*, p.45-46

7) Eduardo Maia (1845-1897), médico, pertenceu ao Centro Promotor de Melhoramentos das Classes laboriosas, Associação Fraternidade Operária, AIT, Aliança da Democracia Socialista, Associação do Registo Civil (1876), Federação Académica de Lisboa. Depois do Congresso de Haia (1872) permanece fiel ao ideal libertário. Colaborou em vários jornais: *Pensamento Social* (1872), *O Protesto, O Revoltado* (1897), etc. Escreveu quatro opúsculos: *A Comuna por um verdadeiro liberal: A origem da 1ª Internacional* (1871)**;** *A Internacional, Sua História, Sua Organização e seus Fins* (1873); *Da Propriedade* (1873) e A*utoridade e Anarquia. Carta ao Exmo Sr. Conselheiro M. Pinheiro Chagas,*(1888). A partir de 1879 adere ao comunismo anarquista de Kropotkine. Em 1887 faz parte do Grupo Comunista -Anarquista de Lisboa e em 1894 do Grupo Revolução Social com J. M. Gonçalves.

8) Fonseca, Carlos, *Integração e Ruptura Operária*, p.170

9) Joaquim de Sousa, Manuel, *O Sindicalismo em Portugal*, pp.40-41

10) Fonseca, Carlos, *A Origem da Primeira Internacional em Lisboa* … João Bonança publicou neste período duas obras onde é bem evidente a influência de Proudhon: *Questões de Atualidade* (1868); *Da Reorganização Social aos Trabalhadores e Proprietários* (1875);

11) Teófilo Braga acusa José Fontana (1840-1876) de ter impedido durante largos anos a criação do Partido Republicano ao promover o abstencionismo, a primazia dada às questões sociais sobre as disputas eleitorais, mas também na divulgação das ideias socialistas e AIT em Portugal. "O suíço José Fontana não foi alheio a este modo de ver que anulou o partido republicano: lutando com o espírito de inércia dos nossos, incitava-os para o trabalho doutrinário, imprimia-lhes os escritos, fornecia-lhes as actas dos congressos da Associação Internacional do Trabalho, os

jornais estrangeiros dos grupos socialistas, e foi aproveitando essa inércia, que fez as conversões ao socialismo. Com esse intuito doutrinário fundou as Conferências Democráticas, inauguradas no Casino em 1871 por Antero de Quental", in *História das Ideias Republicanas em Portuga*l. Lisboa. 1880, p.90 (2ª. Edição). Fontana antes de emigrar para Portugal foi membro do Conselho Geral da AIT, na qualidade de secretário para a Itália (1864-1865). Em Portugal destacou-se logo no Centro Promotor, na criação da Secção da AIT em Portugal (1871), na fundação da Fraternidade Operária (Janeiro de 1872), do qual foi secretário-geral. Com Sousa Brandão foi um ativo organizador do movimento cooperativo.

12) Oliveira, César de, *13 Cartas de Portugal para Engels e Marx.* Iniciativas Editoriais. Lisboa. 1978.

13) Oliveira, César de, *13 Cartas de Portugal para Engels e Marx.* Iniciativas Editoriais. Lisboa.

13.1) Oliveira, César de, *O Socialismo em Portugal. 1850-1900*, Lisboa, 1973, p.159

14) Guimarães e Castro, Maria João de Abreu Mena, *O Operário (1878-1882) e o Movimento Socialista no Porto*. Faculdade de Letras. U. Porto. 1999

15) A ideia de apoio-mútuo acabará por corporizar-se no movimento cooperativo. Campos Lima em "A Revolução em Portugal" incorpora o cooperativismo na estratégia anarquista. António Sérgio a partir dos anos quarenta estabelecerá sob este princípio uma organização social solidária à margem do Estado.

16) Entre os historiadores marxistas que se debruçaram sobre o assunto, destacam-se Victor de Sá e Alfredo Margarido. O primeiro estudou a difusão das ideias de Proudhon para rastrear a emergência de ideias marxistas entre os seus opositores. O segundo listou as razões pelas quais Proudhon se constituiu num obstáculo as ideias de Marx, mas também algumas particularidades "psicológicas" do povo português: os portugueses eram muito sensíveis ao apelo à energia individual, recusam os discursos "fechados" (obscuros de Marx) assim como a centralização da ação. A razão principal é todavia outra: moral !.

"Pode de facto dizer-se que a prática socialista portuguesa considerava acima de tudo os valores morais, condenando a propriedade em nome da justiça, como fazia Proudhon. Daí a sua denúncia da propriedade como fonte de rendimento sem trabalho, quer se tratasse de aluguer, da renda, do lucro ou do juro. Aceitava-se e sublinhava-se assim o facto de a propriedade ser um roubo, quando a a estrutura social se recusava a considerar a noção de produção social colectiva.

"Como Proudhon, a grande maioria, ou até a totalidade dos socialistas portugueses pretendia quase exclusivamente eliminar o "lado mau" do capitalismo, mas não destruí-lo.", Alfredo Margarido, *A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)*, Lisboa, 1975, p.34

17) Viana registou que entrara na ATRP no Porto, em 1875, onde encontrou os irmãos Alecrim e Teixeira, um dos irmãos Verdial, os primos Martins entre outros operários. Viana, J.M. Gonçalves, "Aspirações Populares - Subsídios", in *O Tripeiro*. III Série. Vol. V e VI, Porto. 1926-1927. p.292

1886-1910: Movimento Anarquista. Kropotkin

(1) *O Protesto Operário* nº. 213, de 11 de Abril, onde Cardoso fazia parte da redação, assinala que Reclus estava em Lisboa "há oito dias". Reclus ficou hospedado na casa de José António Cardoso.

2) "Elisée Reclus, carta a Jacques Gross (Clarens, 16/905/1887)", citada por carlos da Fonseca, Reclus, *Seara Nova*, nº 1545, Julho de 1974.

2.1) *O Protesto Operário*, nº 47 (1884) publica o Programa e Regulamentos da Aliança da Internacional da Democracia Social, criada por Bakunin. Em Janeiro de 1885 informa que aceita assinantes para a *Revue Anarchiste Internationale*. Cardoso neste ano pública também vários artigos de teor anarquista.

No jornal *A Voz do Operário*, Gonçalves Viana, em 1885 inicia uma verdadeira ação de propaganda anarquista, historiando nomeadamente o que se tinha feito e urgia fazer. Ataca republicanos, socialistas e os falsos anarquistas. Ação de propaganda que prossegue ao longo de 1886. No início de 1887 também Cardoso passa a escrever para A *Voz do Operário*. A Redação do jornal em Julho de 1887 critica as ideias de Cardoso, e em Setembro as de Gonçalo Viana. Em Novembro recusam-se a publicar mais textos da sua autoria.

3) idem, p.28

4) Rodrigues, João Daniel Dias, *O Protesto Operário e o Socialismo em Portugal (1882-1894)*. Fac. Letras. Universidade do Porto. 2018

5) Kropotkine o anarquistas mais traduzido e provavelmente mais lido em Portugal. Numa linguagem clara, concreta e ilustrada com exemplos procurou explicar com deveria ser organizada a sociedade comunista. Primeiras edições de obras traduzidas : *A Anarquia na Evolução Socialista* (Porto, 1887), *O Governo Revolucionário. Considerações do Tradutor* (1892); *A Conquista do Pão* (Porto, 1895); *A Moral Anarchista* (Coimbra, 1901); *Á Gente Nova* (Lisboa, 1904); *Um Século d`Expectativa: 1889-1889* (Porto, 1904); *Em Volta da Minha Vida: Memórias* (Lisboa, 1907); *A Anarchia. A sua Filosofia- O seu Ideal* (1908); *O Terror da Rússia: Um apelo à nação Britânica* (1909?); *Palavras d`Um Revoltado* (Lisboa, 1912); *Sindicalismo e Parlamentarismo* (Lisboa, 1913); *A Grande Revolução* (Lisboa, 1913); etc.

6) Freire, João, "Proudhon, o anarquismo e o movimento operário", in Manuel Gama (Org. e Introd.), *Proudhon. No Bicentenário do seu Nascimento*. Universidade do Minho. 2009

7) José de Sousa também conhecido por José da Escada, destacava-se nos comícios dos cigarreiros tendo sido em tempos preso por insultar odiados políticos ao tempo

(8) Bibliografia essencial sobre esta lei: Chorão, Luís Bigotte, *Para uma História da Repressão do Anarquismo em Portugal no Século XIX, seguido de "A Questão Anarchista" de Bernardo Lucas,* Lisboa, Letra Livre, 2015; Zenha, Francisco Salgado - "Apontamentos sobre a repressão do anarquismo na monarquia (1896-1910)", in *Seara Nova*, Dez. 1969, etc.

9) Eça de Queiroz, "Os Anarquistas", in Gazeta de Noticias, nº26, 27 e 28 de Fevereiro de 1894; idem, 26, 27 e 28 de Abril de 1894.

10) Alguns "cientistas" procuravam na altura sustentar que o anarquismo era resultado de uma doença mental. Uma pessoa normal não se revoltava. Consultar o estudo de Luís Bigotte Chorão.

11) A conferência contou com a presença de 54 delegações de 21 países europeus (*Diário Ilustrado*, 23/12/1898). Entre as medidas recomendadas estava a troca de informações entre as policias, sobretudo de estrangeiros que fossem acusados de serem anarquistas e expulsos para o seu país de origem.

12) Chorão, Luís Bigotte, *Para uma Historia da Repressão do Anarquismo em Portugal no Século XIX*, Letra Livre, Lisboa, 2015, pp. 83 a 95

13) Chorão, Luís Bigotte, ob.cit., p.112

14) Chorão, Luís Bigotte, ob.cit., pp.105 e 106

15) Chorão, Luís Bigotte, ob.cit., nota 383, p.106

16) Fonseca, Carlos da, *Para uma Análise do Movimento Libertário e da Sua História*. Antigona Lisboa. 1988

19) A bibliografia sobre a participação dos anarquistas na carbonária é muito extensa. Alguns títulos: Ribeiro, Aquilino, *Um escritor confessa-se*, **Lisboa**, Bertrand, 2008; Ventura, António, *A carbonária em Portugal, 1897-1910*, Lisboa. Livros Horizonte, 2004; Almeida, Luz de, "A Obra revolucionária da propaganda. As Sociedades Secretas", in Montalvor, Luís de (dir.), *História do Regimem Republicano*, Lisboa, Ática, 1932; Abreu, Jorge de, *A Revolução portuguesa* (Lisboa 1910), s.l., Casa de Alfredo David, 1912; José Maria Nunes, *E Para Quê? (Subsídios para a História)*, Lisboa, 1918.

20) Bibliografia essencial: relatório de António Augusto Martins, membro da Carbonária Lusitana, de Coimbra (cfr.:Manuel Alberto Carvalho Prata, *A Academia de Coimbra (1880-1926), Contributo para a Sua História*…); etc

(21) José Nunes era serralheiro na Imprensa Nacional, pertencia ao grupo anarquista "Os Mineiros" era perito no fabrico de bombas.

22) A bibliografia essencial sobre o emprego de bombas desde o final da monarquia ao final da Iª. República: Marques, Tiago Pires, *Crime e castigo no Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizionte, 2005; Cerazales, Diego Palacios, *Portugal à coronhada – Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa: Tinta-da-China, 2011; Carrapato,Júlio, *O Regicídio, o 5 de Outubro de 1910, a I República Portuguesa e a intervenção anarquista*, Loulé: Edições Sotavento, 201; Nunes, José Maria, *A bomba explosiva: depoimentos de diversos revolucionários: 28 de Janeiro de 1908 a 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008 (Fac-símile); Neves, Hermano, *Como triumphou a Republica: Subsidios para a Historia da revolução de 4 de Outubro de 1910*, Lisboa: Letra Livre, 2010 (Fac-símile); Ventura, António, *A Carbonária em Portugal: 1897-1910*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008; Marinho, António Luís; Carneiro, Mário, *Portugal à Lei da Bala. Terrorismo e violência política no século XX*.Temas e Debates.

23) Ribeiro, Aquilino, *Um Escritor Confessa-se*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1974.

24) Fonseca, Carlos, *Introduction à l'histoire du Mouvement Libertaire au Portugal*

25) José do Valle com João Borges surge na capa da revista, *Ilustração Portugueza*, nº. 255, 9/01/1911, a fabricarem bombas. O seu testemunho está compilado na obra de José Maria Nunes *A bomba explosiva: depoimentos de diversos revolucionários: 28 de Janeiro de 1908 a 5 de Outubro de 1910*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008;

26) Ferrão, Carlos, revista *História*, Lisboa, Novembro de 1979

27) Muito se escreveu sobre a ligação dos anarquistas ao atentado, sem nada de conclusivo ter sido apurado. O processo judicial desapareceu de modo aos monárquicos puderam construir a historia mais conveniente dos implicados no regicídio. Os republicanos sempre negaram qualquer envolvimento no caso, As dúvidas sobre a ligação ao anarquismo recaem sobre Manuel Buiça (professor) e não em relação a Alfredo Luis Pereira Costa (1885-1908), carbonário, fundador da empresa "A Social Editora". Júlio Carrapato não tem dúvidas em atribuir aos anarquistas a autoria do atentado (cfr.*O Regicídio, o 5 de Outubro de 1910, a I República Portuguesa e a Intervenção Anarquista, Faro, Edições Sotavento, 2011*). João Freire, pelo contrário, nega esta ligação afirmando que "De entre os 389 processados como suspeitos de envolvimento no caso, poucos foram os anarquistas incluídos na lista: Porém, três dos mais conhecidos, António José de Ávila, Augusto Machado e Miguel Córdoba, foram violentamente espancados nas esquadras de polícia para ver se confessavam o crime"(cfr. Público,). Domingos Rebelo, por exemplo, na onda de perseguições que ocorreu refugiou-se no Brasil. O governo conseguiu a sua extradição por

“peculato”, dado não ter provas do seu envolvimento no regicídio, e após algum tempo na prisão acabou libertado.

Bibliografia essencial: Ribeiro, Aquilino, *Um escritor confessa-se* (1974); Chagas, João, *Subsídios Críticos para a História da Ditadura*, 1911; Albuquerque, António, A Execução do Rei D. Carlos; Revista “Alma Nacional”, Lisboa, 24/02/1908; Martins, Rocha, Vermelhos, Brancos e Azuis; Ferreira do Amaral, Aclamação; Ferrão, Carlos, Onde Pára o Processo do Regicídio, in História, Lisboa, nº13, Novembro de 1979;Dias, Carlos Malheiro, Entre Precipicios (1913); Ferrão, Carlos, História da Republica, 1976; Martins, Rocha, D. Carlos/ História do seu Reinado, 1926, etc.

28) *Germinal.* Semanário Sociológico, orgão da Federação Socialista Livre, Lisboa. Nº1 -5 de Outubro de 1902. Editor: Thomas Mathias. Colaboradores: Christiano de Carvalho, Bento Faria, Claudio, Ernesto Silva, Faria de Vasconcelos, Firmino Salvochêa, José Luiz da Silva, Magno Sandávil, Mayer Garção, Motta Assumpção, Neno Vasco, Soledad Gustavo, Thomas da Fonseca. Redação: José do Valle. Secretários: Emílio Costa, João Frollo, Ramada Curto e Adelino Coelho. Colaboradores artísticos.

29) Lima, Magalhães, *O Socialismo na Europa*, 1892, pp.334 e segs.

30) **José do Valle** (1880-1927)**.** Ainda muito jovem balançou entre o anarquismo e o socialismo possibilista. Começa a colaborar no jornal A Obra (1896), apoiando as posições de Ernesto da Silva. Em 1900 foi expulso com João Borges e Candido Morais do Grémio Socialista José Fontana. Desde muito cedo combatia nas associações operárias, mas não só. Esteve na origem da carbonária em Portugal. Com Helidoro Salgado, em 1899, fundou a Liga dos Livres Pensadores, sendo um dos seus elementos mais ativos. Desde o inicio do século XX colabora para vários jornais anarquistas, republicanos, sindicalistas e outros, vindo a abraçar a profissão de jornalista. A policia move-lhe uma constante perseguição, registando mais de 14 prisões em 1908 (Discurso de Afonso Costa na Sessão Parlamentar de 13/05/1908. O poema que lhe foi dedicado era da autoria de José Agostinho, *O Combate*, nº 46, 17/08/1905. Participa no Congresso Sindicalista de 1909, que abriu uma rotura com os socialistas. Foi expulso do Congresso Sindicalista de 1911 devido ao seu envolvimento com os republicanos. Voltou a participar no congresso de 1914, mas a sua voz deixara de ser ouvida com fora no passado.

Bartolomeu Constantino (1863-1916). Foi em 1903 e 1904 desempenhou uma relevante missão na organização dos pescadores algarvios, tendo sido preso em Olhão (1904) (*Germinal*, nº41, 7/08/1904) e nº43 (21/08/1904). Afonso Costa assumiu a sua defesa em tribunal. Foi libertado em Junho do ano seguinte da cadeia do Limoeiro (*A Obra*, nº547, 29/07/1905). O poema que lhe foi dedicado era da autoria de José Augusto Castro (*O Combate*, nº33, 17/03/1905). Proclamou a Republica em Almada. Sobre uma das perseguições que lhe foi movida escreve *A Aurora*: “Quando em 1913, às ordens do tirano Afonso Costa, se desencadeou no país a feroz perseguição aos elementos sindicalistas e anarquistas, Bartolomeu Constantino, refugiou-se aqui (em Coimbra) onde apareceu disfarçado de hortelão, permanecendo cá largo tempo debaixo do nome de João Cruz, tendo mais tarde de retirar para Vidago.” Quando faleceu em 1916 contava 52 anos de idade e 36 prisões por questões sociais (*A Comuna Livre*, nº6, Fevereiro de 1916). Estava quase cego (*A Questão Social*, nº3, 16/01/1916). Era casado com Júlia Cruz, militante também anarquista.

31) Fonseca, Carlos da, *O 1º. de Maio em Portugal. 1890-1990*. Crónica de um século. Edições Antigona. Lisboa. 1900

(32) Filomena Mónica, Maria ....

(33) Cerezales, Diego Palacios - *Portugal à Corunhada - Protesto Operário e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*. Tinta da China. 2011

34) Torres, Eduardo Cintra, *A Greve Geral de 1903 no Porto. Um Estudo de História, Comunicação e Sociologia*. Afrontamento. 2018

35) Pereira, Joana Dias, “O Sindicalismo Revolucionário em Portugal no Primeiro quartel do século XX”, in *Estudos do Século XX*. nº9, Coimbra. 2009.

36) Vieira, Alexandre, *Para a Historia* …

(37) Ventura, António, e outro, *Emílio Costa e o Sindicalismo. Da Formação Libertária à Casa Sindical*, Lisboa, 1977, pp .26,27

38) Paz, Ana (2000). *Amanhã: uma revista anarquista em 1909*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (documento policopiado).

39) Bibliografia essencial: Fernandes, Rogério, "Las Universidades Libres y Populares en Portugal y el Problema de la Cultura Popular", *Historia de la Educación. Revista Interuniversitaria*. Salamanca. Ediciones Universidad de Salamanca; Bandeira, Filomena (1994). *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20. Os intelectuais e a educação do povo: entre a salvação da República e a Revolução Social.* Diss. de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Secção do Século XX). 2 vols Lisboa. FCSH. UNL Neves, Marlene Oraide Marcelino (1996). *As Universidades Populares Portuguesas no seu período áureo: 1a República. Contribuição para o estudo das suas concepções educacionais e filosóficas*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho: Instituto de Psicologia e Educação, Quintas, Maria da Conceição (2000). *A Universidade Popular de Setúbal*. O Distrito de Setúbal, no 2918, 15-08-2000; Id., no 2919, 22-08-2000; no 2920, 29-08-2000. Quintanilha, A. (1925). *A Universidade Livre de Coimbra.* Coimbra: Edição da Universidade Livre.

40) Ventura, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*…, p.40

41) Bibliografia essencial: "A Contestação ao Centenário Antoniano de 1896", in *Lusitânia Sacra*, tomo VIII-IX, 1996/7.

42) Machado de Abre, Luís - "O Programa Anticlerical de Tomás da Fonseca", in *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, nº20 (2017)

43) Freire, João, "Entre a Cruz e o Compasso, Os Anarquistas portugueses, a Igreja e a Malçonaria", *A Ideia*, nº55, Inverno. 90/91

44) *Paz e Liberdade*. Revista mensal anti-militarista, sindicalista revolucionária e neo-malthusiana. Nº 1- Julho de 1909. Propriedade e redactor principal: Silva Junior. Redacção e administração: Rua Tomás Ribeiro, Carnaxide, Lisboa.

Sobre a prisão de António da Silva consultar: Tavares, José - Apontamentos sobre os Anarquistas e a Guerra, in, Utopia nº11/12 (2001)

45) Freire, João; Lousada, Maria Alexandre, "O Neomalthusianismo na Propaganda Libertária", in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982.

46) Moura-Carvalho, Carlos, *Um Homem Livre. Severiano de Carvalho e o Movimento Cultural Anarquista na Transição do Século XIX para o Século XX (1887-1914)*. Lisboa. 2018.

47) Ventura, António, Ernesto da Silva e o Socialismo, in Republicanismo, Socialismo, Democracia, Coord. Ernesto Castro Leal. Lisboa. Centro de História. Faculdade de Letras. Univ. Lisboa, 2010

48) Franco, Alexandre, " A Ideia de Deus e o Pensamento Libertário", *A Ideia*, nº55, Inverno. 90/91

49) Carlos da Fonseca, prefácio e notas.., pp.40-43

50) É extensa a bibliografia sobre a revolta dos estudantes em 1907. Destacamos: Quartim, Pinto, *Mocidade Vivei!* 1907.

51) Freire, João; Lousada, Maria Alexandra, *Roteiros de Memória Urbana de Setúbal- Marcas Deixadas pelos Libertários e afins ao Longo do Século XX*. Lisboa. Edições Colibri, 2013.

52) Costa, Albérico Afonso, “O Germinal, um Roteiro Acrata para a Revolução Social”, in *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de Março de 2013*, FSCH-UNL, vol. I, 2013; 59); *Germinal de Setubal (1903-1913)*, in A Batalha, nº145, Maio-Junho 1993

53) Mendonça, Artur Angelo Barracosa, “Notas para a História do Movimento Associativo e Operário do Algarve no Final da Monarquia Constitucional (1870-1910)”, in *Atas do I Congresso 2013*

54) A bibliografia essencial sobre os anarquistas portugueses no Brasil: Maram, Sheldon Leslic, Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário (1890-1920). Rio de Janeiro. Paz e Terra.1979; Menezes, Lena Medeiros de, Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade. Protesto, Crime e Expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro, EDVERJ. 1996; Fausto, Bóris, Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo. Difel. 1977.

55) Martins, Angela Maria Rioberti, “A Experiência Libertária de um Português na Primeira República: uma análise da trajectória política e intelectual de Mota Assunção (1899-1910)”, in *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico*

56) Rocha, Ilídio, “1º. De maio de Lisboa a Lourenço Marques - Sonho, Generosidade e Utopia”, in *História*, ano XI, nº118, Junho/Julho de 1989. Lisboa

57) Capela, José, *O Movimento Operário em Lourenço Marques (1898-1927)*…

58) Freire, João, O Pensamento anarquista (e algumas das suas práticas) e o iberismo, Comunicação apresentada no seminário “Portugal-Espanha: Nações e Transnacionalidade entre dois séculos (1812-1986). Faculdade de Letras de Lisboa, 19 a 20 de Junho de 2014.

1910-1926: Educação e Sindicalismo. Malatesta

1) Raul Magalhães Coutinho quando em 1913 foi preso pela 17ª. vez desabafava: "uma grande parte delas (prisões) foi devido ao esforço que empreguei para a implantação do regime que agora tanto me persegue" (*A Revolta*, 9/03/1913).

2) Batista, Jacinto, "Conversa com o autor de "Mulheres, não Procreeís!", in História, nº.6 , Abril de 1979.

3) Neves, Hermano, *Como Triunfou a República*. 1910. Reedição Letra Livre.

4) Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*. Lisboa. Moraes Editores. 1982

5) Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910.* Lisboa. Moraes Editores. 1982

6) Ferrão, Carlos, "O Cardeal Cerejeira Nunca se opôs a Salazar", in *Diário Popular*, 17/09/1977.

7) Entrevista de Magalhães Lima: "Democracia e Republica - A Liberdade triunfante ! A Republica é, para mim, uma realidade pungente - diz-nos o velho democrata Dr. Magalhães Lima", suplemento Literário de *A Batalha*, nº7, 14 de Janeiro de 1924. Ventura, António, "Sebastião de Magalhães Lima e a República", in, *Republica e Liberdade*, Coord. Ernesto Castro Lealk, CH-FL da UL.2011

8) Basílio Teles esteve envolvido na revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, tendo-se exilado em Espanha e no Brasil. Amnistiado regressou ao país para entre os republicanos defender a instauração em Portugal de uma ditadura racista e elitista. Durante a Ditadura de João Franco publicou no jornal *A Voz Pública* (17 a 22 de Junho de 1907), uma serie de artigos onde defendia este tipo de regime. Em 1911 os artigos foram reunidos e publicados num livro: *I - As Ditaduras; II- O Regime Revolucionário*. A obra foi reedita em 1975. Não faltava no país quem defendia uma nova tirania.

9) Leonardo Coimbra durante a monarquia manteve uma forte ligação ao anarquismo. Em 1909 aparece a proferir uma conferência na Associação de Classe dos Empregados de Comércio e Industria do Porto (*Nova Luta*, nº.6, 21/03/1909). Nela expôs os seus princípios anarquistas afirmando: "Delegar é sempre e em todos os casos uma incoerência e abdicação, facto este que só é aceitável nos nossos tempos, em virtude da má organização social em que os povos vivem" (*Nova Luta*, nº7, 30/04/1909). Quinze anos depois, *A Plebe* (nº. 3, 14/12/1924) não lhe poupa nas criticas por o mesmo ter aderido à propaganda autoritária.

10) Alvaro Pinto foi um dos fundadores da *Nova Silva* (1907). *A Aurora* (nº21, 11/12/1910) recordava o seu percurso anarquista quando aderiu aos republicanos.

11) Castelo Branco, Francisco, *Homem de Cristo Filho: Do Anarquismo ao Fascismo*, 2001

12) Golpe de 1913: *Ilustração Portuguesa*, nº.393, 1 de Setembro de 1913; *Golpe de 1916:* Medina, João, *Análise Social*, vol. XVIII, nos 67,68, 69 (1981).

13) Ferreira, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*,. Imprensa Universitária. Editorial Estampa. 1992; Pelo, António José, "O Exercito e a República", in, *História*, nº. 25, Novembro de 1980;

14) Arranja, Álvaro, *Mataram a Mariana. Dos Fuzilamentos de Setúbal, à ruptura operariado-república em 1911.* Setúbal. 2011; idem, *Anarco-sindicalistas e republicanos : Setúbal na I República*, Setúbal, CEB, 2009 ; idem, *A República e os Operários – a Greve Geral de 1912 na imprensa da época*, Setúbal, CEB, 2017; idem, *Anarco-sindicalistas e republicanos : Setúbal na I República*, Setúbal, CEB, 2009.

15) Freire, João, "A Agitação Sindicalista e Anarquista no Início da República: Outubro de 1910.-Janeiro de 1912, *Cadernos do Museu da Presidência da Republica*, volume 3; "Outras Vozes da República. 1910-1926". *Actas do Congresso de História e Ciências Políticas.* 2016

16) Vieira, Alexandre - *Para a História do Sindicalismo em Portugal*.

17) A polícia afirmou que quem lançou a bomba foi o anarquista Aurélio da Conceição César, bolitineiro e poeta.

18) *Terra Livre*, Nº1. - 13 de Fevereiro de 1913. Director: Pinto Quartim. Na sequência da bomba atirada no cortejo de 10 de Junho de 1913 é preso e expulso para o Brasil e impedido durante dez anos a regressar a Portugal. No Brasil passa a colaborar na revista *Vida.* A sua entrevista ao diário do Rio de Janeiro A Época (25/07/1914) provoca um incómodo ao então Ministro Plenipotenciário de Portugal no Brasil (Bernardino Machado) que pressionado promete resolver a situação. Pinto Quartim acabou por regressar a Portugal.

19) Entre os anarquistas que "apoiaram" o golpe registam-se os seguintes: Sebastião Eugénio, corticeiro, bom orador e sindicalista. Foi nomeado em 1918 representante dos trabalhadores na comissão administrativa da CML e oficial no Ministério da Agricultura;

20) A imprensa republicana afirmou que o assassinato - José Júlio da Costa (1893-1946), 1º. cabo do exército, era anarquista (*O Liberal, A Manhã,* etc). *A Batalha* veio de pronto rebater a acusação, mostrando que o mesmo ainda em vida de Sidónio Pais havia perseguido os trabalhadores rurais de Odemira e do Vale de S. Tiago (*A Batalh*a, nº.50, 14/04/1919) de onde era natural (Garvão). Na verdade, havia-se oferecido como mediador do conflitos levando os trabalhadores que se haviam barricado a deporem as armas e acabaram presos, espancados e deportados para Angola. José Júlio ter-se-á sentido traído e tratou de honrar a sua honra de anarquista matando o mandante: Sidónio Pais.

A Batalha, a seu pedido, foi o único jornal todavia que concedeu uma entrevista: "Duas Horas na Penitenciária conversando com José Júlio da Costa. Executor de Sidónio Pais", *A Batalha*, nº. 301 (28/12/1919). Bibliografia essencial: Medina, João, "O Homem que Matou Sidónio Pais", in revista *História*, nº.10, agosto 1979; Alberto Franco e Paulo Barriga, *O Homem que matou Sidónio Pais;* etc.

21) O Sindicalista….

22) Oliveira, César, *A Criação da União Operária Nacional*. Afrontamento. Porto. 1973

23) Bibliografia essencial sobre a CGT: Teodoro, José Miguel de Jesus (2013) – *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*. – 2 vols. – Lisboa: UL/FL – Diss. doutoramento em História Contemporânea; Guimarães, Paulo Eduardo – "Cercados y perseguidos: La Confederação Geral do Trabalho (CGT) en los últimos años del sindicalismo revolucionario em Portugal (1926-1938)". In Mercedez Gutiérrez Sánchez; Diego Palacios Cerezales (eds.), C*onflicto político, democracia y dictatura. Portugal y España en la dácada de 1930*, Madrid, Centro de Estudios Politicos y Constitucionales, pp. 199-241;

24) Não é consensual o número de sindicalizados na CGT. João Freire que tem procurado corrigir os números mais expressivos, aponta os seguintes: 1919 -80 mil; 1920/21- 85 mi; 1922 - 90 mil; 1923/24- 55 mil; 1925 - 70 mil. In, *Anarquistas e Operários*… p.203.

25) Uniões Sindicais….

26) Baptista, Jacinto, Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora… (para a historia do diário sindicalista A Batalha/ 1919-1927).Lisboa, Bertrand. 1977; O título foi inspirado no orgão oficial da CGT em França - *La Bataille Syndicaliste - Syndicaliste Révolutionaire* que se publicou entre 1911 e 1920. Em 1915 o título foi mudado para apenas *La Bataille , organe Quotidien Syndicaliste*.

28) Freire, João, "As Juventudes Sindicalistas em Portugal", in *Penélope*, nº4, Abril de 1990

29) Para uma perspectiva desta polémica em Portugal, consultar: João Freire, *Estudo Introdutório. Concepção Anarquista do Sindicalism*o. Edições Afrontamento. 1984; Pereira, Joana Dias, *O Sindicalismo Revolucionário em Portugal no Primeiro Quartel do Século XX*…

30) Neno Vasco chegou ao Brasil em 1901, estabelecendo-se em S. Paulo, onde se concentrava a maioria dos imigrantes italianos. Na opinião de Edgar Rodrigues foi o grande impulsionador do anarquismo do Brasil e da suas ligações internacionais (Socialismo e sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969). Fundou o jornal *Amigo do Povo,* mais tarde denominado *Terra Livr*e. Abraçou a campanha da fundação das "Escolas Modernas". Regressou a Portugal em 1911.

31) Freire, João, "Malatesta e o Anarquismo Português", in *Ler História*, nº6, 1985

32) Bibliografia essencial: Lourenço, Maria Gabriela dos Santos, *Ideia(s) e Movimento(s). Sindicalismo libertário e educação*. Universidade de Lisboa., Instituto de Educação. 2015; etc

33) A Universidade Livre no Porto criada pelos anarquistas em 1902 deixou raizes nesta cidade. Em 1911, surge a Universidade Popular do Porto (UPP), numa iniciativa de um grupo de intelectuais com um passado anarquista como Alvaro Pinto, Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, apoiados pela Universidade desta cidade e pela associação cultural Renascença Portuguesa. Não tardou a surgirem por todo o pais outras universidades: Coimbra (Novembro de 1912- ?. Voltou a ser fundada em 1925, onde colaborou Aurélio Quintanilha); Póvoa do Varzim (1912); Setúbal (1912); Ponta Delgada (Açores, 1913?); Vila Real (1914); Algarve (1921); Foi sempre limitada a frequência dos cursos pelos trabalhadores. No Porto, a grande excepção foram as três sessões de Cristiano de Carvalho sobre a Comuna de Paris (junho de 1912).

Em Lisboa Tomás da Fonseca, Alexandre Quintanilha e outros anarquistas fundaram a Universidade Livre em Lisboa que se manteve ativa até aos anos trinta. Nesta cidade em 1919 surge a celebrada Universidade Popular Portuguesa que se manterá em atividade até aos anos cinquenta. Manteve sempre grande ligação às organizações sindicais. A sua secção de Setúbal foi também muito concorrida.

34) Candeias, António, "Escolas Operárias Portuguesas do Primeiro Quartel do Séc. XX", in *Análise Social*, 3, 1987; idem, "Movimento operário português e educação (1900-1926)". *Análise Psicológica*, II(1), 39-60 (1981); idem, "Cultura e escola nos meios sindicais portugueses 1900-1930". *A Ideia*, 38/39, 31-43 (1985); idem, *Educar de Outra Forma: a Escola Oficina Nº 1 de Lisboa. 1905- 1930*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (1994); idem, "A Educação Popular Através do jornal A Batalha (1919-1927)", *A Batalha*, nº. 143, Jan-Fev.1994; idem, "Apontamentos biográficos sobre Adolfo Ernesto Godfroy de Abreu e Lima (1874-1943), pedagogo e anarquista". In A. Candeias, A. Nóvoa & M.H. Figueira, *Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos. 1923- 1941* (pp. 43-64). Lisboa: EDUCA(1995); idem, "Utopias, hipocrisias e educação". In A. F. Araújo & J. Magalhães (Orgs.), *Actas do II Encontro sobre História, Educação e Utopia* (pp. 45-52). 24 de novembro de 1997, Universidade do Minho, Portugal (1998); idem, "Anarquismo, sindicalismo e educação no 1º terço do século XX em Portugal: Os "alternativos"? Comunicação apresentada no Colóquio: Pensar a República 1910-2010, no dia 3 de novembro de 2009. Disponível em: http://lagosdarepublica.wikidot.com/alternativos (junho de 2011)(2009); etc.

35) Mário de Oliveira e Sousa era professor do ensino oficial, director dos cursos nocturnos da Sociedade *A Voz do Operário* entre muitas outras atividades que exerceu em prol de uma educação libertária. Cfr. *A Batalha*, nº155, Jan-Fev.1996.

35.1) Professora na Escola Oficina nº1 em Lisboa e na Voz do Operário,

36) Foi um dos fundadores do Grémio dos Professores Primários Oficiais, secretário geral da União dos Professores Primários, representante da classe no congresso nacional operário em 1919, etc.

37) Gama, Olinda da Conceição de Jesus - *Anarquismo e Relações de Género - O Olhar Anarquista no Início do Século XX*, Tese. ISCTE-IUL. 2014. Os jornais analisados foram *A Sementeira* (1908-1919), *O Protesto* (1908-1909) e a *Guerra Social* (1908-1909).

38) Cravinho, Anabela Pontes Gomes, *Influência da maçonaria nos Feminismos da Iª. Republica*, FCSH-UNL. 2013, p.49. Sobre Adelaide Cabete: Lousada,Isabel, *Perfil de uma Pioneira: Adelaide*

Cabete, 1856-1935, Lisboa. 2011; idem, “A Batalha de Adelaide Cabete em A Batalha: higienista no feminino”, *Actas do XIX Congresso Feminista, 2008.* Lisboa. UMAR, Lisboa, 2019

39) Marques, Oliveira, *História de Portugal*, Vol. III, p. 250

39.1) Rocha, Ilídio, “Dois Casos típicos. Luta contra a Ditadura na Imprensa colonial”, in *História*, Lisboa, nº.51, Jan.1983; Rocha, Ilídio, *Catálogo dos Periódicos e principais seriados de Moçambique (1854-1975)*, Lisboa. Edições 70. 1985; Capela, José, *O Movimento Operário em Lourenço Marques, 1898-1927*, Porto. Edições Afrontamento. 1981.

40) Ramos, Moisés da Silva, “Socialismo Reformista. A Experiência Portuguesa até à 1ª. guerra mundial”, *O Tempo e o Modo*, nº82, Nova Série. Setembro de 1970.

41) Mário Domingues (1899-1977), escritor, historiador, jornalista, militante anarquista desde os dezanove anos, colaborador n´*A Batalha*, *A Comuna* e outras publicações libertárias, fez parte a União Anarquista Portuguesa. Na década de vinte foi o primeiro a denunciar as atrocidades cometidas nas colónias e a defender a sua independência.

42) Bibliografia essencial sobre Mário Domingues e este movimento em Portugal: Garcia, José Luis, *Mário Domingues. Afirmação Negra e a Questão Colonial. Textos, 1919-1928. Ensaio e Selecção de José Luis Garcia*, Lisboa, Tinta da China; Castro, Jose; Garcia, Luis, “A Batalha” e a Questão Colonial”, in *Ler História*, 237/28, 1995; *Estado, Regimes e Revoluções*, Estudo de Homenagem a Manuel Lucena.. ICS; Varela, Pedro; Pereira, José Augusto, “As Origens do Movimento Negro em Portugal (1911-1933): Uma geração pan-africanista e antirracista”, in *Revista de Histório*, nº179, 2020. Departamento de História. Universidade de São Paulo. 2020

43) Gomes, Sónia Piedade Apolinário Ribeiro, *O Esperanto em Portugal. Língua Internacional e Movimentos Sociais*, UL.ISCTE. 2016, p.182

44) Freire, João, “O Naturismo na História do Movimento Libertário em Portugal”, *A Batalha*, nº165, Set-Out, 1997

45) Iza Luso Barbosa, " O Utopista portuense Ângelo Jorge: Subsídios para a sua biografia ", E-topia: *Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.o 5 (2006). ISSN 1645-958X.<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/revista/index.htm>

46) Élisée Reclus. Fundador da geografia urbana, analisou em profundidade a contradição entre o espaço urbano e a cidade, mostrando como as cidades saídas da revolução industrial eram segregadoras e destruidoras da sua identidade e diversidade. A ligação à natureza era a única forma como as podia regenerar. Obras: *Nova Geografia Universal*; *O Homem e a Terra*; etc.

Piotr Kropotkin. Este filósofo concebe a sociedade como parte da natureza. Uma sociedade justa assenta no apoio mútuo entre individuos livres e iguais. As cidades deviam ter uma escala humana, onde a agricultura e a industria estivessem interligadas e não separadas. Obras: *A Conquista do Pão*; *Campos, Fábricas e Oficinas* (1899); *Mutualismo: Um Factor de Evolução* (1902); etc.

47) Fonseca, Carlos da, *Para uma Análise do Movimento Libertário e da Sua História*. Antigona Lisboa. 1988, p.60

48) O Programa das Três Etapas segundo Charles Gide definia como objectivo destruir o capitalismo (o lucro e o salariado) através do cooperativismo: Na primeira etapa seriam criadas cooperativas de consumo que se uniriam numa federação. A acumulação dos seus excedentes monetários permitiria, compras a preços muito baixos e a criação de uma rede de armazéns grossistas. Numa segunda etapa os excedentes que fossem gerados seriam aplicados na criação de cooperativas de produção industrial, cuja produção suprimiria as necessidades dos cooperadores. Na terceira e última etapa passava-se à produção agrícola em função das necessidades dos consumidores-cooperadores. Deste modo toda a economia seria baseada na cooperação.

49) Freire, João, “O Comunitarismo na História do Movimento Libertário em Portugal”, ? , nº171, Set-Out,1998.

50) Franco, Alberto, *A Revolução é a minha namorada - Memórias de António Gonçalves Correia. Anarquista alentejano*. Ed. Câmara Municipal de Castro Verde, 2000. Fundou e dirigiu em Cuba o jornal "A Questão Social" (1916). Breve bibliografia: M.B., *Impressões duma Comuna*, in *Alambique*, Primavera de 2013; Bicho, Francisco, “António Gonçalves Correia”, in *A Batalha* números 250 (Jul-Agosto, 2012), 251 (Set-Out. 2012) e 252 (Nov-Dez.2012) .

51) Almeida, António; Alves, Natália, “A Comuna de Albarraque”, *A Ideia*, (54), Maio de 1990.

52) Bibliografia essencial: Baltrusch, Buyrghard*, Anarquia e Heteronímica em Fernando Pessoa - O Banqueiro Anarquista Revisitado*. 2014.

53) Raul Brandão. Bibliografia essencial: Simão, Vitor Manuel Martins, *Raul Brandão pintor da miséria - para uma estética da condição humana*. Universidade de Aveiro. 2005.

54) Monteiro, Américo Enes, *A Recepção da Obra de Friedrich Nietzsche na Vida Intelectual Portuguesa (1892-1939)*.Universidade do Porto. 1997

55) José Franco (- 1957), modelista de sapatos é claramente o principal divulgador desta corrente libertária. Foi preso em Setembro de 1920. Publicou: “O Indivíduo Livre” (1918, Setúbal); “Anarquia” (1919, Lisboa). Juliano José Ribeiro (1885-?), membro dos Grupo Mocidade Anarquista (Porto, 1913-1915) foi também preso em Setembro de 1920. Era redator do *Jornal de Notícias*.

No dia 6 de Novembro de 1921, no Centro Comunista do Porto (anarquista), promoveram com outros elementos do jornal, um sarau com música, poesia e uma conferência sobre Stirner e Nietzsche de Juliano José Ribeiro (Refractários, nº 1 e 2).

56) Campina, Ana Claudia Carvalho, *António de Oliveira Salazar. Discurso Político e “Retórica” dos Direitos Humanos*. Tese Doutoral. Salamanca, 1912.

57) *Documentos Políticos Encontrados em Paços Reais.* Imprensa Nacional. Lisboa. 1915

58) Nogueira, César, *Notas Para a História do Socialismo em Portugal (1895-1925)*, vol. II, Colecção Portugalia. pp.132-134

59) Nogueira, César, idem, pp.112-118

60) Bibliografia essencial sobre o impacto sobre a revolução russa em Portugal: Ferreira, Pedro Soares (2011) – *Entre o terror e a esperança. A Revolução Russa na sociedade portuguesa, 1917-1921*. Casal de Cambra: Caleidoscópio; Leal, Ernesto Castro (2017) – “A Revolução Russa de Outubro de 1917 e os primórdios do regime comunista: aspectos da recepção pública e da dinâmica política em Portugal (1917-1926)”, *História Crítica*, Bogotá, 64: 39-60; Rates, José Carlos (1976) – *A Rússia dos Sovietes* (1925). – 2ª Edição – Lisboa: Seara Nova, 1976 – prefácio de César de Oliveira; Ventura, António (1981) – “Os primeiros contactos. Portugal e a Rússia soviética”, *História*, 30: 44-46; Vilhena, Marcos Nunes de (2013) – *Receção e Perceção da Revolução Russa na Crise do Sistema Demoliberal Português. Uma Análise de Imprensa*. – Lisboa: ISCTE-IUL;Guimarães, Paulo Eduardo (2017) – “O Iconoclasmo Acrata na década de 20”, *A Ideia: revista de cultura libertária.* II série – ano XLIII – vol. XX – n.ºs 81/82/83;

61) No inicio da Revolução a UON e a CGT denunciaram a fome que se passava na Russia, mas não atribuíram qualquer responsabilidade ao Partido Comunista. Para além de artigos n`*A Batalha*, o jornal publicou a brochura com o título *A Fome na Russia: causas e efeitos* (1920) de Fridtjof Nansen.

62) Campos, João Maria, "Para a História das Lutas Operárias. O Anarco-Sindicalismo no Concelho de Odemira", in *A Batalha* nº16, 24/05/1975 e nº20, 9/08/1975

63) *O Rebelde*, Beja. O último número, o 26, saiu a 5 de Fevereiro de 1920. Redator principal: António Monteiro; Administração: Manuel Rodrigues.

64) Escadas, Débora Duarte Val, *A Vida Impossível: O Movimento Operário em Braga durante a I Republica* . Universidade do Minho. 2017. pp. 191-193.

65) Matos, José Nuno, "Censura Vermelha: as empresas de jornais perante a greve da imprensa de 1921",in *Ler História*, 73 (2018)

66) Manuel Ribeiro aderiu ao anarquismo por volta de 1903 tendo desempenhado uma função importante como tradutor de autores como Gorki, Tolstoi, Kropotkine ou Paul Elzbacher e como colaborador na imprensa libertária e sindicalista. Foi o principal impulsionador da Federação Maximalista Portuguesa e do jornal A Bandeira Vermelha de que foi director (1919), assim como na fundação do PCP em 1921. Bibliografia básica: A Batalha, nº245, Maio-Junho de 2011; Pina, André, *A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto .2018

67) Numa declaração de princípios publicada a 12 de Outubro no jornal *A Bandeira Vermelha* afirmam que embora tenham adoptado a designação de bolchevistas, comunistas, maximalistas ou sovietistas todos os seus membros "são em princípio anarquistas e sindicalistas revolucionários", uma ligação ao anarquismo que procuram sustentar. Manuel Ribeiro n´A Batalha, nº221, 7/10/1919, afirma que a revolução Russa era confirmação das ideias sindicalistas revolucionárias, que tão desprezadas pelos socialistas haviam sido.

68) O Centro Comunista do Porto (anarquista) apesar de estar empenhado na angariação de recursos para a construção de uma escola na Rua Entre-Paredes, nº33-1º, não deixou também de angariar dinheiro para *A Bandeira Vermelha* (B.V,, 28/12/1919).

69) José de Sousa era dos elementos mais ativos das Juventudes Sindicalistas (JJSS), participando na sua Escola de Militantes (1920) e no comité nacional da Federação Nacional das JJSS. A sua mudança política ocorre quando recebe uma carta das Juventudes Marxistas da Alemanha, na qual o convidam a visitar esta organização em nome das JJSS. A visita foi recusada numa assembleia da organização. José de Sousa abandona então as JJSS e adere ao PCP, onde pretendia constituir uma organização semelhante às JJSS mas marxista. Foi acusado por antigos camaradas de ter ficado com a documentação da Federação Anarquista do Centro. Despeitado tornou-se no mais feroz adversário dos anarquistas. Abandonou o PCP em 1938 por discordar do pacto entre a Russia e a Alemanha. O PCP apresentou mais tarde a sua versão, afirmando que se tratou não de uma saída, mas sim de expulsão, por o mesmo ainda estar influenciado de ideias anarquistas (Alvaro Cunhal, *50 Anos de Luta do PCP*).

70) Testemunho de Raul Pereira dos Santos, *A Voz Anarquista*, nº71, Junho/Julho de 1983

71) O artigo era escrito por David de Carvalho que aderiu depois ao PCP. Em 1977 publicou um típico livro de propaganda comunista - *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1920-1926),*Lisboa, *Seara Nova*. Nesta altura a Legião Vermelha era afinal anarquista.

72) Alexandre Vieira afirma que o principal critério para a escolha de Perfeito de Carvalho foi o facto falar várias línguas. Em Moscovo acabou por se casar com uma moscovita "filha de um alto magistrado da antiga nobreza, com a qual viera residir em Paris, ao cabo de alguns meses". Por sua insistência acabou por o convencer a vir ao congresso da **Covilhã p**ara apresentar o relatório, onde sem nada apresentar por escrito propôs-se apresentá-lo oralmente em verso. Regressou a França. cfr. Figuras Gradas, p.26-27

73) *Renovação*. Director: Gonçalves Vidal. Editor: Alexandre Assis. Propriedade: Editorial A Batalha. Redação e administração: Calçada do Combro, 38-A-2º. Lisboa. O nº. 1 saiu a 2 de Julho dei 1925, o último a 15 de Junho de 1926. Publicaram-se 24 números.

73.1) As publicações anarquistas procuraram aprofundar uma estratégia revolucionária baseada nos sindicatos e cooperativas de que são exemplo: Neno Vasco, *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, Lisboa, 1923 (2ª. edição, estudo Introdutório de João Freire, 1984); Campos Lima, *A*

Revolução em Portugal. Lisboa, 1925.; Pierre Besnarf, *Os Sindicatos Operários e a Revolução Social*, numa tradução de Francisco Quintal. Publicado pela editora libertária O Argonauta. 1931, Mario Castelhano, *A Ação dos Organismos de Transporte na Transformação Social*, 1932;

74) Freire, João; Lousada, Maria Alexandra, Roteiros da Memória Urbana - Porto: Marcas deixadas por libertários.

75) Freire, João; Lousada, Maria Alexandra, Roteiros da Memória Urbana - Lisboa: Marcas deixadas por libertários.

76) Pereira, Joana Dias, *A Produção Social da Solidariedade Operária: O Caso de Estudo da Península de Setúbal (1890-1930),* FCSH-UNL, Setembro de 2013

77) Freire, João; Lousada, Maria Alexandra, Roteiros da Memória Urbana - Setúbal: Marcas deixadas por libertários.

78) Pereira, José Pacheco, "As Lutas dos Trabalhadores Alentejanos: Do banditismo à greve", in *O Século XIX em Portugal.* Colóquio. Novembro de 1979. Editorial Presença

79) Matias, Elias, *Alentejo em Luta (Testemunho sobre os trabalhadores rurais durante a 1º. República)*. Lisboa, 1985

80) Lutas dos mineiros de Aljustrel e Minas de S. Domingos…

81) Sequeira, José dos Reis, *Relembrando e Comentando (memórias de um operário corticeiro). 1914/1938*.Lisboa. A Regra dos Jogo. 1978.

82) José Joaquim Teixeira Júnior (1889 -), madeirense, pouco antes de 1908 instalou-se em Lisboa, contactou com a carbonária. Escreveu nos jornais *A Greve*, *O Protesto*. Foi proprietário de *O Agitador,* redactor principal de *A Humanidade*. Escreve um dos livros mais polémicos da Iª. Republica: M*ulheres, não procreeis!.* Das suas primeiras impressões do continente escreveu: "Impressões de um libertário madeirense em Lisboa" (1909).

83) Braga, Teófilo, *A Lanterna*, um jornal anarquista da Ilha Terceira, *A Batalha*, nº282, Nov/Dez.2018. O jornal foi impresso em Ponta Delgada, na rua da Fonte Velha, 34 e 36, e a redação e administração sediada na Rua Visconde de Bruges, em Angra do Heroísmo.

83.1) *A Revolta*.Nº1.- Janeiro de 1913. Orgão da Federação Anarquista da Região Sul. Redactor principal: Bartolomeu Constantino. Redação e Administração: Rua de Alcantara, 39-1º. Lisboa. Referia duas outras moradas: a Secursal da Internacional, na Rua do Carmo, pertencente ao camarada Plaza; O Centro de Estudos Sociais, Rua d`Alcantara, 36-1º.

86) *A Plebe*, mensário defensor do povo. Nº. 1 - 19 de Outubro de 1924 e o nº19 a 1 de Junho de 1926. Redactor e editor: Manuel Candido Machado. Redação: Rua do Lidador, 22.

87) *Aurora*, mensário. Nº1, Outubro de 1925. Orgão e propriedade da Federação Anarquista da Região Sul de Portugal. Redação e administração: Cercal do Alentejo. Redactor principal: A. Alexandre de Melo. Editor: João Tomás. Administrador: Aniceto Lopes.

88) *O Anarquista*, orgão da UAP, Lisboa. Nº 1, 28 de Fevereiro e o nº9, o último a 8 de Agosto de 1926. Redator principal: Francisco Quintal. Editor: Fernando de Almeida Marques. Redação e Administração: Calçada do Combro, 38-A, 2º. Lisboa. Era a sede da CGT, Juventudes Sindicalistas, Federação da Construção Civil, Dramático de Solidariedade Operária, uma escola primária entre outras organizações. A sede era a mesma da UAP, na Travessa da Água da Flor, nº1, também em Lisboa. Como outras publicações libertárias foi proibido de circular depois da instauração da Ditadura Militar.

89) Alves, Paulo, *A Verdade da Repressão: Práticas Penais e outras Estratégias na Ordem Republicana (1890-1921)*…

90) Menezes, Lená M. de, Os Processos de Expulsão como Fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930), in Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos …

91) Cruz, Sara Nogueira, *Emigração e Expulsão: Repressão de Anarquistas e Comunistas Portugueses no Brasil (1890-1930)*. Tese. U Porto. 2013.

1926-1974: Resistência às Ditaduras

1) Mário Castelhano, ferroviário, desde muito cedo ligado a sua organização e lutas sindicais. Dirigiu o jornal O Ferroviário. Dirigiu A Batalha desde 1 de Janeiro de 1927 até 6 de Outubro de 1927 quando foi preso e desterrado para Angola.

2) Oliveira, César, *Portugal e a II República de Espanha.1931-1936*. Lisboa. s/d., p. 41

3) Divulgação das ideias fascistas….

4) Pais, Rui Miguel Lamas, *A Bomba Explosiva no Porto* 1920-1927.Tese. FLUP. 2012

5) Carlos Frederico Bacelar e Sousa (1877-?) foi preso a 23/07/1925 acusado de estar envolvido num grupo da "Legião Vermelha" do qual faziam parte António Luíz Junior,o Vidraça, Raul Fernando de Oliveira Lopes e Celso Pinto Marques dos Santos (*A Capital*, 23/07/1925). Dedicavam-se ao fabrico de cédulas de 20 centavos e estampilhas de 40 que depois eram vendidas por uma rede de falsários. Foi deportado para Timor em 1927, onde se revelou amigo intimo do coronel Dias Antunes, deportado e um dos dirigentes do golpe de 26 de Agosto de 1931 (faleceu em Timor em 1940). Consultar: José Grácio Ribeiro, *Quem Foram os Incendiários?* (1934), *Deportados* (1972), etc.

No seu longo percurso de criminalidade destaca-se a sua passagem por Coimbra, onde possuía com um seu comparsa um restaurante (*Fenómeno*), estava ligada ao jogo, criação e exploração de um casino clandestino, exploração de prostitutas. Foi notícia a sua participação no roubo do Tesouro da Sé (21para 22 de Junho de 1914), prisão (27/11/1914), julgamento (30/11/1915). Consultar: *Gazeta de Coimbra*, 22/12/1915, etc.

6) Fontes, Carlos, *Feira Popular de Lisboa. Diversão e Poder*. Lisboa. ISCTE. 2001

7) A participação do PCP nos golpes do PRR foram amplamente publicitadas na imprensa comunista mas também socialista. O PRR em 1924, como vimos, é considerado pelo partido comunista o melhor posicionado para derrubar a República. No golpe de 10 de Dezembro de 1923, o primeiro de colaboração entre o PRR e o PCP. *O Comunista* (nº8, 20/12/1923) declara: " Os radicais republicanos com a cooperação de muitos comunistas tentaram um golpe de mão em Lisboa no dia 19 de Dezembro, com o sentido, evidentemente, de se apoderarem do governo e de dirigirem os destinos do país". No golpe de 1924 o PRR prometeu ao PCP o ministério do trabalho segundo os socialistas (*República Social*, nº140, 14/09/1924).

Sobre o golpe de Fevereiro de 1926, o PCP declara que foi convidado a participar com o PRR, militares e intelectuais. No entanto, "Os partidários da ISV reconhecendo que isoladamente o proletariado nada poderia tentar com êxito, não tiveram dúvida, apesar de todas as divergências de ideias e interesses, a dar o seu apoio e interferir na ação a desenvolver", A Internacional, nº61, 20/093/1926. Este golpe tinha em vista antecipar-se a um golpe fascista que estaria em preparação. Quem acabou por fazer o golpe que instaurou a Ditadura Militar foi um membro do PRR.

Nesta altura, o PCP vinha desenvolvendo uma campanha contra os "Direitos Humanos", a "Liberdade" e a "Democracia" burguesa.

8) Barreto, Madalena Ceppas Salvação, *Timor do século XX: deportação, colonialismo e interações culturais*. UNL-FCSH.Outubro de 2015. Com um excelente levantamento dos presos políticos para esta antiga colónia.

9) Raul Pereira dos Santos. Para um resumo da vida impressionante deste anarquista : *A Voz Anarquista*, nº71, Junho/Junho de 1983.

10) Deportados para Timor em 1927 com fortes ligações iniciais à *Legião Vermelha*: Joaquim António Pereira (Bela Kun, 1896-1929), Hillário Gonçalves (1907- ?), António Augusto dos Santos, Artur Pinho Alonso, José Gomes, o Avante, Arsénio José Filipe (pintor da construção civil), João

Filipe (pintor da construção civil, irmão do anterior), António Luís Júnio, O Vidraça, Carlos Frederico Vasconcelos Bacelar e Sousa, Augusto Victor Martins, José de Melo Aguiar, Luís José de Abreu (1887-?), José Abrantes Castanheira (1901-1929), José Maria da Cruz (1897-1932), Júlio da Anunciação, o Gago, José de Abreu (1887-), Manuel Simões de Miranda (1903-1943), Manuel Tavares da Silva (1900-).

11) Manuel da Conceição (1890-1966), encadernador da Imprensa Nacional. Foi secretario-geral Interino da UON (1917), participou nos congressos operários de 1919 e 1922. A partir de 1926 envolveu-se na direção de atividades desportivas, sem todavia desligar-se completamente do movimento sindical. Fez parte da direção da Federação Portuguesa de Hóquei e Patinagem (1926) e da Associação Atletismo de Lisboa (1930). Foi por três vezes presidente da Benfica (1926, 1931-1933 e 1946-1947). Em 1934 perante o assalto da Ditadura aos bens dos sindicatos colaborou na transformação do Sindicato do Pessoal da Imprensa Nacional no Grupo Desportivo e Recreativo da Imprensa Nacional de forma a evitar o seu saque. Perseguido pela Ditadura a sua subsistência foi assegurada pela direção do jornal A Bola.

12) *Germinal,* quinzenário. Doutrina e Critica Social. Editor: Mário Ferreira. Director: Rodrigo M. Ferreira. Correspondência: Rua das Fontainhas, 38. Porto. Nº1, 5 de Agosto de 1929.

13) *Aurora*, revista. Director: Abílio Ferreira. Editor: Fernando Barros. Sede: Rua Cunha Espinheira, 131-A, Porto. Depois do número 3: Largo da Povoa. O nº1 saiu em Setembro de 1929, o último - 14, em Outubro de 1930. A redação foi assaltada e selada. A tipografia foi salva tendo sido utilizada em Lisboa na edição clandestina d´A Batalha.

14) *Vanguarda Operária*, quinzenário, depois semanário, Porto. Nº1 (14 de Julho de 1929) e o último (?): 58 (3 de Novembro de 1930).

15) *A Cultura*. Revista Mensal Ilustrada, Lisboa. Director: Campos Lima. Foram publicados 18 números. Ano I: 1 a 12 (janeiro de 1929-fevereiro de 1930). Ano II - 1 a 5 (Março, Julho, Novembro e Dezembro de 1930, Janeiro e Fevereiro de 1931). O número 5 do IIº ano (Janeiro de 1931), pública o manifesto da Aliança Libertária.

16) *Igualdade.* Coimbra. 1928 (2 números) e 1929. Direção: José de Almeida. Colaboradores: Roberto das Neves, José Garcia Ribeiro, etc

17) *Terra e Liberdade*. Redacção e administração: Rua Miguel Pais, 102, Barreiro. Redatores: J. Pedro Lourenço, Germinal Brandão e Eduardo Ferreira Júnior. Editores: Adriano A. Pimenta. Administrador: Virgilio P. Barroso. A partir do nº 7 (Setembro de 1931) passou a ser porta-voz da Aliança Libertária Portuguesa. O último número legal foi o 8º., em Dezembro de 1931.

18) Freire, João, "O Anarquismo nos Implacáveis anos 30", in *Diário de Notícias,* Lisboa, 15/03/1984, suplemento *História*, pp.7-10.

19) Gil Gonçalves - Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936). *História. Revista da FLUP.* Porto. IV Série. Vol. 10 no 1. 2020. 29-52.

20) *Diário de Notícias*, 095/05/1926, 2137, p.1, New Bedford.

21) *A Luta*. Jornal de Combate às Religiões. Editor: Alfredo Gaspar. Propriedade: Ateneu de Estudos Sociais. 627.500 First St. Correspondência: a Luta, 139. Couty Street, Bom. 167 New Bedford, Mass. O número 36 (22 de Agosto de 1929) era dedicado à memória de Sacco e Vanzetti.

22) Correia, Rui, *Salazar em New Bedford. Leituras Luso-Americanas do Estado Novo nos Anos 3*0. Lisboa, 2021.

23) Clímaco, Cristina, "Os Anarquistas no Exílio (1930-1936)", in Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, Lisboa, 2013.

24) *A Batalha*, semanário. Editor: Alberto Dias. Administrador: Domingos Afonso Ribeiro. Sede: Calçada Castelo Branco Saraiva, 42, Lisboa. Propriedade: Comissão Interfederal. Nº1 (13/9/1930), 2 (20/09/1930), 3 (27/09/1930), 4 (4/10/1930), 5 (11/10/1930), 6 (18/10/1930), 7 (25/10/1930), 8 (1/11/1930), 9 (8/11/1930), 10 (15/11/1930), 11 (22/11/1930), 12 (29/11/1930), 13 (6/12/1930).

25) Oliveira, César, "Jaime Rebelo: Um Homem para Além do Tempo", in, *História* (Nova Série), nº6, Lisboa, Março de 1995.

26) Soares, João, *A Revolta da Madeira. Documentos*. Recolha e Organização de João Soares. Perspectivas & Realidades.Lisboa, 1979

27) Castelhano, Mário, *Quatro Anos de Deportação*, p.189

28) No princípio de 1932 a quantidade de deportados que se acumulavam em Timor era tal que desestabilizou a vida local. A 20 de Abril de 1932 o Palácio do Governador - Quartel General foi incendiado, tendo sido acusado um "preso social" - Rodrigo Rodrigues. Soube-se que tentara arregimentar outros deportados de 1927 (Domingos Paiva, Arsénio José Filipe e Carlos Bacelar), que se recusaram a participar no incêndio dizendo-lhe "A Rapaziada velha não se mete nisso" . Um jovem "advogado" deportado em fins de 1926 - José Gracio Ribeiro - tomou conta da defesa do acusado e descobre que afinal Rodrigo Rodrigues estava inocente. Servia apenas de "bode espiatório" de uma sublevação falhada de republicanos. Condenado a 20 anos foi ilibado depois no Tribunal da Relação. Cfr. José Gracio Ribeiro -. *Quem Foram os Incendiários?*, 1934.

29) A imprensa que dava maior destaque a estas prisões e lutas era naturalmente a imprensa libertária, onde aparece inclusive fotografias de deportados anarquistas em Timor. José (Rodolfo) Marques da Costa, por exemplo, no semanário *El Libertário* de Madrid publica um artigo sobre o deportados em Timor (Nº43, 17 setembro de 1932) ou sobre a Greve dos Mineiros de São Domingos que resistiam às investidas repressivas da GNR (nº49, 29 de Outubro de 1932). Os exilados anarquistas dentro das limitadas condições em que viviam realizaram um notável trabalho de denúncia da Ditadura em Portugal, contrariando a propaganda que o regime fazia no exterior.

30) Uma das manobras típicas da atuação dos comunistas era denunciarem os seus "inimigos de classe". *A Batalha* (nº.3, Junho de 1935) refere dois exemplos: A Delegação Confederal do Norte apoiou um grupo de comunistas espanhóis que se haviam refugiado no Porto. Os comunistas negaram este apoio, afirmando que o mesmo havia sido dado pelo Socorro Vermelho. O outro era um aviso a todos os militantes: "Prevenção. Previne-se a organização em geral que se acautele contra os ex-operários Rodrigues Lopes e um tal Braga, gráfico, ambos do Porto, o primeiro ainda recentemente chefe comunista tripeiro e o segundo também comunista, pois ambos se encontram ao serviço da Polícia de Informação da Ditadura. Segundo nos consta o segundo está em Lisboa, onde conhece muitos camaradas. Um e outro já tinham estado presos e deportados por delitos sociais varias vezes".

30.1) Guimarães, Paulo, I*ndustria e Conflito no Meio Rural: os mineiros alentejanos (1858-1938), Lisboa*,. Colibri,. 2001; idem, "Os últimos anos do sindicalismo revolucionário: a Federação Mineira e Metalúrgica e o Alentejo", in *A Ideia*, nº.58, Março de 2003.

30.2) Emídio Santana regista que os únicos sindicatos confederados que se submeteram ao estatuto corporativo foram o dos marítimos de longo curso, devido à necessidade de assegurarem a escala de embarque dos seus filiados (cfr. "Sob o Signo dos Fascismo e da Guerra", in *Diário de Noticias,* 15/03/1984)

31) Vieira, Alexandre, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Seara Nova. 1974

32) José Francisco (1899-1990) deixou-nos um relato da sua prisão - *Episódios da Vida Familiar e de Militante Confederal* (Lisboa, 1982). A CGT solicitou à CIS elementos que deviam constar numa declaração conjunta a imprimir numa tipografia clandestina na Ramada. Dado não terem sido entregues pelo delegado da CIS, José Francisco em nomes da CGT dirigiu-se no dia 16 de Novembro um sindicato que lhes era afecto - Sindicato do Pessoal das Carnes Verdes. Quando aí

chegou percebeu que o sindicato fora assaltado e tinha caído numa ratoeira, acabando preso. Fora denunciado pouco antes quando a polícia assaltou uma tipografia na Rua Antero de Quental onde era impressa propaganda da CGT, e um funcionário da mesma indicou o seu nome como a pessoa que tratava do material a imprimir (p.60).

33) VV, *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes*. *Depoimento colectivo de Acácio Tomáz Aquino, Américo Martins, Custódio da Costa, José Francisco, Marcelino Mesquita e Emídio Santana que coligiu*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

34) Nota de António Ventura sobre os presos no concelho de Elvas: "A única acção concreta teve lugar na noite de 18 para 19, no concelho de Elvas, com o corte das linhas telefónicas e a obstrução, com troncos de árvore, da estrada entre Vila Boim e Terrugem, por iniciativa de trabalhadores rurais anarco-sindicalistas. A PSP de Elvas procedeu a várias prisões em Vila Boim e Terrugem, sendo apreendidos, segundo o Diário de Notícias, «impressos contendo doutrinas subversivas». No dia 2 de Fevereiro, foram enviados para Lisboa, onde alguns foram julgados pelo tribunal Militar Especial . Manuel António dos Santos, de Vila Boim, foi condenado a 8 anos de degredo, 16 mil escudos de multa e 12 anos de perda de direitos políticos, seguiu para Angra do Heroísmo e foi libertado em 24-6-1940; João Ventura Travanca, de Vila Boim, foi condenado a 3 anos de prisão, multa de 3 mil escudos e perda de direitos políticos por 5 anos, seguiu para Angra do Heroísmo e foi libertado em 7-1-1937, ficando com residência fixa em Elvas; Manuel Luís Marques, de Vila Boim, foi condenado a 4 anos de prisão, 4 mil escudos de multa e perda de direitos políticos por 5 anos, seguiu para Angra do Heroísmo e foi libertado em 7-1-1937, ficando com residência fixa em Elvas; João Vicente Guerra, de Vila Boim, deu entrada no Forte de Peniche em 19-5-1934 e foi libertado em 22-1-1935; João Luís Cantarilha deu entrada no Forte de Peniche em 19-5-1934, foi condenado em 18 meses de prisão correccional e libertado em 27-7-1935; João Manuel Vinagre, natural de Vila Viçosa, foi condenado a 18 meses de prisão correccional e libertado em 27-7-1935."

35) ……

36) Santana, Emídio, "Sob o Signo dos Fascismo e da Guerra", *Diário de Noticias,* 15/03/1984

36.1) José Negrão Buísel, professor, seguidor da pedagogia libertária.Em 1912 fundou em Portimão o 'Grupo Libertário A Verdade', filiado na Federação Anarquista do Sul. Liderou o movimento grevista em Portimão e Silves em defesa dos operários corticeiros e marítimos (1922, 1925, 1926) e em acções contra a guerra em Marrocos (1925). O seu colégio estava aberto a todos, os alunos mais pobres não pagavam propinas. Foi preso várias vezes, nomeadamente na sequência da greve geral de 18 de Janeiro de 1934.

37) *A Batalha.* Números publicados da IIIa série: no1 em Abril de 1934 e o número no2 em Maio deste ano. Devido à prisões foi publicado o Boletim no 5 da CGT Setembro de 1934. O PCP, através do seu jornal O Comunista sobre este facto escrevia: "Ora A Batalha iniciou a sua publicação ilegal na segunda quinzena de Abril, o no.2 saiu a 15 de Maio e o no3 devia sair no dia 3 de Junho. No dia 30 de Maio foi a tipografia assaltada pela policia de informações que apreendeu o no3 e roubou-nos quanto existia na tipografia". O Boletim no. 6 saiu em Outubro de 1934 e o n´o.7 em Novembro/Dezembro de 1934

38) *A Batalha*, IVa. Série sairam apenas quatro números: no1 (março de 1935), cujo suplemento saiu em Abril; no2 (Abril de 1935) e no3 (Junho) e o no. 4 saiu em Janeiro de 1936

39)*O Despertar* no.1 saiu em maio de 1936, o no2 em Julho, no. 3 em Outubro, o no. 4 em Novembro de 1936. O no 6 (fevereiro de 1937), no7 (Maio) e o no 8 em Setembro, com as siglas FAI-FIJL

40) Pires, José Correia, *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*. Lisboa. Julho de 1975. Pp.129-132

41) *A Batalha*, volta a ser publicada: o no5 (IVa. série) surge em Janeiro de 1937; o no6 (Fevereiro), o 7 (Abril), o no8 (Maio), no9 (Junho) no11 (Julho), no11 (Setembro) que contém uma noticia sobre um pleno da CGT.

42) Santana, Emídio, “Sob o Signo dos Fascismo e da Guerra”, in *Diário de Noticias,* 15/03/1984

43) Entrevista a Lígia de Oliveira in *Diário de Notícias*, suplemento “Mulher”, 16/05/1984.

44) *O Clarão*. Boletim do Comité de Lisboa das Juventudes Libertárias, o no.1 foi publicado em Junho de 1937

45) O jornal editado pela PIDE, aparecia como a 2a. série, tendo como director-delegado e editor: António Benjamim de Lima. Secretário Mário Mata e Silva. Director-Principal José Duarte Costa. A Redação e administração eram no Beco dos Apóstolos, 6-1o. Lisboa. Para disfarçar anunciava que havia sido "Visado pela Comissão de Censura".

46) Rudolf Rocker (1873-1958) na sua magistral obra *Nacionalismo e Cultura* (1933), como referimos, analisou em profundidade este período e a tragédia que estava a acontecer. Embora a obra não foi traduzida em português, muitos dos seus textos foram divulgados na imprensa libertária em Portugal.

47) Miguel Torga. Bibliografia essencial:

48) *A Batalha*, nº247, Nov-Dez. 2011; Franco, António Cândido, …..

49) O jornal A Liberdade, cujo primeiro número foi publicado a 9 de Abril de 1938, em Paris, assumia-se como "Porta-voz dos anti-fascistas portugueses", tendo como divisa: "Uma nova barricada que se ergue nos campos da luta contra a ditadura e uma bandeira que simboliza as aspirações supremas de emancipação humana." Não era um orgão anarquista, comunista, socialista ou republicano. "É apenas um jornal que pugna pelas liberdades e pelo progresso social; é um porta-voz dos anti-fascistas portugueses e como tal viverá." Afirma que nesta frente contra a ditadura nada se poderá fazer sem uma frente que uni-se a CGT, a CIS e os Sindicatos Autónomos.

49.1) Godinho, Paula, “A Batalha de Cambedo”, *Revista de História*, nº 27, Dezembro de 1996; Godinho, Paula; Pereira, Dionísio, *Cambedo da Raia. Solidariedade Galego-Portuguesa*…

50) Manuel Firmo deixou-nos um testemunho dos anarquistas nos campos de concentração franceses, a que se seguiu depois a sua prisão no Tarrafal. Consultar: A *Batalha*, nº. 147, Set-Out, 1994, nº148, Nov-Dez.1994 e nº.149, Jan-Fev.1995. Manuel Firmo: *Nas Trevas da Longa Noite: Da Guerra de Espanha ao Campo do Tarrafal.*

51) Em 1938 era publicada uma "folha de Divulgação Doutrinária", intitulada "Claridade", cujo nº 2, tem a data de 20 de Junho de 1938.

52) Freire, João, "Os Anarquistas na Conjuntura do Pós-Guerra", in *O Estado Novo, Das Origens ao Fim da Autarci*a. Lisboa. Fragmentos. 1987. Texto fundamental para os anos 40.

53) Quintas, Maria da Conceição, “ O Pensamento Libertário e as Juventudes no Portugal da Primeira Metade do Século XX”, in revista *Cultura*, Lisboa, 2ª. Série, vol. XIII, 2000/2001; idem, Vol. XIV, 2002.

54) Os panfletos clandestinos informam-nos sobre as lutas em curso e as respectivas organizações. No caso das juventudes libertárias registamos, a título de exemplo, alguns destes panfletos.

1942: "`À Opinião Pública. Liberdade para os Presos Sociais!. Guerra a esta Situação. Outubro de 1942. A Juventude Libertária; "Em Face das Realidades. Palavras Claras e Actitudes Firmes. O Paraiso "Salazarista" a Descoberto. Novembro de 1942. O Comité das Juventudes Libertárias"; "À Lerta Povo Português !". Novembro de 1942.JL.

1943: "1º. de maio", Comité Regional das Juventudes Libertárias de Portugal (FIJL), 1º. de Maio de 1943; "Contra a Fome. Mais uma Vez o Povo Português Protesta Contra o "Estado Novo". Agosto de 1943. Impresso. Grupos Neno Vasco e Os Iconoclatas das JL.; "Portugueses !! Exigi a libertação de todos os presos políticos principalmente as vítimas do Tarrafal" (impresso); "A hora que passa". Comité das Juventudes Libertárias.

55) "O que Querem os Anarquistas Comunistas?, folheto de 4 páginas, datilografado, editado pelo grupo Os Iconoclatas. Dezembro de 1945.

56) *O Jovem Libertário* surgiu como anexo de Circulares Internas: A primeira circular que conhecemos dirigia-se "A grupos e camaradas isolados das Juventudes Libertárias. FIJL", 4 páginas, e está datada de 1 de janeiro de 1943. A que se seguiu datada de Fevereiro de 1943, tinha como anexo *O Jovem Libertário*. Dos Jovens para os Jovens. Datilografado. 4 páginas; A circular de Março de 1943, tinha como anexo *O Jovem Libertário*, nº2; A circular de Abril, anexava *O Jovem Libertário*, nº3; a circular de Junho, anexava *O Jovem Libertário*, nº5.

57) *Boletins das Juventudes Libertárias*: nº1 (Dezembro de 1945), nº 2 (Janeiro de 1946), nº3 (Fevereiro), nº4 (março), nº5 (Abril), nº6 (maio), nº7/8 (Junho-Julho), nº9 (Agosto), nº10 (Setembro), nº 11º (Outubro) e nº. 12 (Novembro de 1946).

59) *O Despertar* nº. 3 (Vª série) surgiu em Fevereiro de 1947; o n º 6, em Junho (Vª. Série) e os números 7/8 em Julho/Agosto de 1947.

60) Guimarães, Paulo, "As Juventudes Libertárias e o Problema da Reorganização do Movimento Anarquista dos anos 40", *A Batalha*, nº. 140, Abril-Junho de 1993

61) A maioria dos panfletos desta época desapareceram. Os que subsistiram permitem-nos vislumbrar as lutas a que estavam associados: " Carta Aberta aos Trabalhadores. Impresso, 2 páginas. Junho de 1944. Comité Central da "Trabalho e União", ligada à CGT; "A todos os militantes da organização Confederal e a Todos os Simpatizantes do Sindicalismo Libertário. 1944 (?); "Liberdade de Pensamento ! Liberdade de Reunião! Liberdade de Associação! São os Direitos Basilares que Informam as actuais reclamações da Confederação Geral do Trabalho". Impresso. Conselho Confederal. Outubro de 1945.

62) Edições clandestinas de *A Batalha*: nº.7 (Maio de 1947, Vª série), nº10 (Agosto de 1947), nº11 (Novembro de 1948), nº 12 (Dezembro de 1948), nº 13 (Janeiro de 1949), nº14 (Fevereiro), nº15 (Abril), nº. 16 (Maio), nº17 (Junho), nº18 (Julho), nº19 (Agosto), nº20 (Novembro) e nº21 (Dezembro de 1949).

63) A propaganda do PCP tem divulgado a ideia que as greves do Outono de 1942 e Julho de de 1943 são demonstrativas da hegemonia que o PCP já tinha adquirido no movimento operário. Foram greves localizadas na região de Lisboa, com excepção das de 1943 que também tiveram alguma expressão em S. João da Madeira. Nas primeiras o PCP não teve qualquer influência. Nas segundas, embora afirme que as organizou, tal não corresponde à verdade, tendo inclusive as mesmas sido criticadas por dirigentes comunistas como Militão Ribeiro.

64) O MUD foi precedido pelo MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista) criado em Dezembro de 1943, cujo principal dirigente era Norton de Matos, antigo Alto-Comissário da República em Angola. Os republicanos maioritários no MUNAF defendia ações militares como o único meio par derrubar a ditadura.

65) Rodrigues, Edgar, A *Oposição Libertária em Portugal* (1939-1974). Editora Sementeira, Lisboa, 1982; Botelho, Adriano, "Vivaldo Fagundes", in *A Ideia*, nº26/27, setembro de 1982.

66) Freire, João, "A Evolução Ideológica de Alguns Expoentes do Anarquismo Português no Pós-Guerra", *Revista da Biblioteca Nacional*. 1995.

67) Os historiadores marxistas, como João Manuel Martins Madeira ("*O Partido Comunista Português e a Guerra Fria. "Sectarismo", "Desvio da Direita", "Rumo à Vitória*" (1949-1965). FCSH-UNL. Maio de 2021) tem insistido nesta tese, escondem que embora o grande crescimento

do PCP tenha ocorrido entre 1944 e 1949, quando atingiu os 5 mil militantes, depois desta data começou a debandada geral. Entre 1949 e 1965 reinou a instabilidade no PCP. A sua estrutura dirigente quase desapareceu, assim como o aparelho clandestino. O MUD Juvenil, criado em 1945 e onde o PCP recrutou muitos dos quadros, em 1956 estava dada como extinta. Na sociedade portuguesa a única organização de jovens que registou nos anos cinquenta um forte crescimento foi a Acção Católica Portuguesa.

68)….

69) Petrus, no 5º. volume de "Proudhon e a Cultura Portuguesa" publicou uma vasta antologia de textos de António Sérgio sobre cooperativismo na perspetiva do "socialismo libertário".

70) José Hipólito dos Santos escreveu um importante testemunho destas manobras do PCP dentro da Fraternidade/Ateneu Cooperativo. Após a entrada de José de Sousa, em 1946, foi alvo de uma perseguição sistemática, anulando as ações que empreendia. Este antigo anarquista foi um dos que aderiu ao PCP, onde foi um destacado dirigente. Organizou participação do PCP na Greve Geral do 18 de Janeiro de 1934, na sequência da qual foi preso e desterrado para o Tarrafal. Em 1939 foi expulso do partido após ter criticado o Pacto Germano Soviético. Quando regressou a Portugal tentou juntar-se aos socialistas mas sem sucesso. O PCP nunca lhe perdoou a sua falta de fidelidade às ordens de Moscovo. A luta pelo controlo do Ateneu prosseguiu, e segundo Hipólito Santos só desapareceu por volta de 1959 quando o PCP sofreu uma forte vaga de prisões policiais que o desarticularam. Foi então possível estabelecer uma colaboração alargada entre as várias forças políticas que participavam no Ateneu. Cfr. Santos, José Hipólito - *Maneiras Cooperativas de Pensar e Agir*. Lisboa, Ed. Universidade Lusófona. 2009.

71) *A Batalha*, nº162, Março-.Abril de 1997

72) Hipólito dos Santos, José J., "A Redinamização da Associação dos Inquilinos Lisbonense (1966-1979)", *A Ideia*, nº.65, Out. 2008

73) *Diagnóstico Preliminar do Plano a Médio Prazo* (Janeiro de 1977) dados referentes a 1970.

74) Russinho, Joaquim Augusto; Teixeira, José Daniel Catela; Alves, Maria de Deus; Rodrigues, Maria de Lurdes; Silva, Maria de Fátima, in *A Questão do Arrendamento Urbano em Portugal desde os fins do século XIX*, Julho de 1978

75) Marinha, Maria de, *O Surrealismo em Portugal,* Lisboa, 1987.

76) Pereira, Paula Cristina Antunes, *De Pedro Oom a Luiz Pacheco: O (Neo-) Abjeccionismo como Insubmissão*. Tese. Universidade Aberta. 2016.

77) Belo, José António Dias, Santa Maria - *O Paquete Rebelde (Operação Dulcineia - "O Acontecimento que Viveu para Ser Esquecido"*). ISCTE-Academia Militar. Lisboa. 2009; Jorge Souto Mayor (José Fernandez Vázquez, 1904-1986), galego, publicou um interessante livro cujo título revela a sua faceta de revolucionário: "Eu Roubei o Santa Maria". Era um homem inconformado passou pelos republicanos, socialistas e comunistas, assumindo-se sempre como um guerriheiro que através de "ações directas" procura derrubar regimes.

78) Adelino de Figueiredo Lima, publicou entre outras separatas a seguinte: *O Anarquismo, Linha Auxiliar do Comunismo*. Centro dos Portugueses do Ultramar. Estudos Luso-Afro-Brasileiros. Rio de Janeiro, 1961. Entre os "anarquistas" que nela são apontados como estando ao serviço dos comunistas cita os seguintes: Mário Pinto de Carvalho, cujo quartel geral estava em Conakry e presidia ao Movimento Popular Português. Outro "anarquista" era Jorge Souto Mayor, do DRIL -Directório Revolucionário Ibérico de Libertação, fundado em Havana em 1959.

Mario Pinto de Andrade, poeta, cofundador do MPLA, pertencia aos grupo de intelectuais deste movimento de libertação angolano. Os serviços secretos ocidentais identificavam-no como marxista. Ficou associado a uma facção internas do MPLA, corporizada na grupo "Revolta Ativa" que pugnava por uma movimento multirracional, contra o centralismo e a autocracia dos seus lideres. A maioria dos seus membros foram assassinados em Angola no dia 27 de maio de 1977

às ordens de Agostinho Neto. Mário Pinto de Andrade morreu no exílio. Mário Pinto de Andrade conhecia a tradição anti-colonialista dos anarquistas, mas pensamos que nunca o foi.

78.1) Ferrua, Pietro, "A breve existência da seção brasileira do centro internacional de pesquisas sobre o anarquismo [1a parte]", in *Revista Verve*, nº15, 2009

79) Hipólito Santos recordando Moisés Espírito Santo e outros anarquistas, o Ateneu e a Seara Nova, testemunha várias ações contra a ditadura testemunha:

"O Ateneu Cooperativo permitiu o estabelecimento de relações políticas de confiança, levando ao envolvimento de um conjunto de pessoas em actividades contra o regime – casos de Moisés Silva Ramos, Emídio Santana, outros velhos anarquistas mas também de alguns jovens. Ali, no Ateneu, tive a possibilidade de contar e ser questionado sobre o meu envolvimento em actividades oposicionistas, como a Comissão Promotora do Voto ou as discussões na Seara Nova. E o Moisés era sempre muito crítico!

Mas também as relações permitiram saídas menos pacificas, como a participação nas manifestações em Santa Apolónia para esperar Humberto Delgado e que depois de uma investida policial levou o Moisés e eu próprio a tomar a cabeça da manifestação reagrupada que subiu a Rua da Prata na direcção da Avenida da Liberdade, onde fomos recebidos a tiro pela PSP.

O mesmo se passou, em 1960 na passagem dos 50 anos da República. Depois da tradicional romagem ao Cemitério do Alto de S. João, e de uma brutal carga, à espadeirada, por parte da GNR a cavalo, sobre os manifestantes pela Rua Morais Soares abaixo. Reagrupando-nos no Rossio, Moisés e eu arrancámos com uma manifestação pela Rua do Ouro até à Câmara Municipal de Lisboa. O advogado republicano Adão e Silva, com escritório naquela rua, atirou-nos uma bandeira nacional com a qual desfilámos. A PSP recebeu-nos a tiro, provocando dois feridos, quando nos aproximávamos novamente do Rossio, subindo a Rua Augusta.

Mas já antes disso, Moisés (e Emídio Santana) foram sendo informados da preparação duma tentativa revolucionária, com forte componente de gente nova não militar, aquilo que veio a ser conhecido como o Movimento da Sé.

Moisés e Emídio Santana compareceram, como combinado, no anexo da Sé a partir de onde deviam ser distribuídas armas. Comunicaram com outros elementos anarquistas preparando-se para dar seguimento à acção revolucionária que foi suspensa quando já estava em andamento.

O mesmo sucedeu aquando da chamada Revolta de Beja, na passagem do ano de 1961 para 1962. Moisés e Emídio Santana deram a sua adesão ao que se preparava e mobilizaram outros elementos anarquistas para, uma vez tomado o quartel de Beja, fazerem o necessário para ser cortada a corrente de electricidade à cidade de Lisboa, paralisando transportes e fábricas. Entretanto, Germinal de Sousa e Correia Pires encarregavam-se da produção de panfletos de agitação, a ser distribuídos em Lisboa – Alcântara e Sacavém – e na Margem Sul.

Alguns meses antes deste envolvimento Moisés fora preso durante algumas semanas pela PIDE, metido num curro onde entrou com o cabelo preto e saiu com ele branco…

A prisão não o amedrontou, como sucedia frequentemente.", publicado no *Portal Anarquista*, 2014.

Hipólito Santos publicou n´*A Batalha* dois significativos artigos sobre a participação dos anarquistas no derrube na ditadura: " A Participação de Libertários em Movimentos para Derrubar a Ditadura Salazarista", *A Batalha*, nº252, Nov-Dez, 2012 e nº. 253; "A Revolta de Beja com a Participação Anarquista", *A Batalha*, nº.248, Jan.-Fev,2012.

80) Edgar Rodrigues, *A Oposição Libertária em Portugal (1939-1974)*, p. 81

80.1) Pereira, Miguel Serras, *Outra Coisa. Poesia, Psicanálise e Política- Algumas Linhas*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa. 1983.

81) Moreira, João, “Trotskismo em Portugal (1968-1974)”, in Atas do I ... 2013

82) Obras de Alexandre Vieira: *Em Volta da Minha Profissão*, Lisboa, 1950; *Figuras Gradas do Movimento Operário*, Lisboa, 1955; *Delegacia a um Congresso Sindical*, Lisboa, 1960; *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, 1970 ; *Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal. De 1908 a 1919*. Lisboa, Edições BASE, 1977.

83) *História do Movimento Operário em Portugal (das origens aio PCP)*. http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04435.731#!23

84) Livros e artigos de João Medina sobre anarquistas: *Pinheiro Chagas...,* Seara Nova, Jan.1974 e Fev. 1974; Afonso Lopes Vieira Anarquista, 1980;

85) Sobre Carlos da Fonseca (?-2017) consultar *In Memoriam*, artigo de Américo Nunes, jornal Mapa, 29/12/1917

86) Salvador, José, *José Afonso: O Rosto da Utopia*. Ed. Afrontamento. 3ª. Edição. 2000

87) Caeiro, Maria de Fátima Cancela Antunes, *Influências Francesas na música de intervenção portuguesa nos anos 70*. Universidade de Aveiro. 2012

88) Prévost, Claude, *Os Estudantes e o Esquerdismo*. Lisboa. Prelo. 1973

89) Leibzón, Boris - *Sobre o Anarquismo, O Trotskismo e o Maoismo*. Lisboa, Editorial Estampa, 1975.

90) Alvaro Cunhal - *Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista* (1970). Este histórico dirigente do PCP foi um defensor intransigente da linha mais radical do PC da União Soviética, do Pacto Germano-Soviético (1939), da Invasão da Hungria e da Checoslávaquia (1968) e de ditaduras comunistas no mundo. Em 1970 entra em pânico quando começam a impor-se em Portugal movimentos políticos sem ligações ao PCP. Cunhal, alia-se à ditadura, para os combater considerando-os sucedâneos de velharias "anarquistas e troskistas". Mário Soares é outros dos seus inimigos

1974 -1989: Redescoberta e Acção Directa. Murray Bookchin

1) Em 1974 e 1976 forma publicadas várias obras contra o anarquismo, das quais selecionamos três, escritas por ditadores e por dois dos seus seguidores:

Estaline, José, *Anarquismo ou Socialismo?*. Esta pequena obra escrita por Estaline antes da 1917 foi publicada em Lisboa em Novembro de 1974 por um grupo maoista (MRPP). A barbárie que foi cometida na Rússia aparece exposta e defendida com enorme clareza.

Partido dos Trabalhadores da Albânia, *O Anarquismo e o Trotskismo, Teorias Contra-Revolucionárias*. Documentos do partido Comunista da Albânia. 1975; Bujar Hoxha, *O Anarquismo como Teoria e Prática Contra-Revolucionária*, Edições Voz do Povo, 1975. A barbérie apresentada como o modelo politico que devia ser seguido em Portugal.

Pedro Soares, histórico funcionário do PCP, repetindo a argumentação desenvolvida pelo Partido Comunista da União Soviética escreveu - *Herdeiros e Continuadores do Anarquismo* (1975).Outro funcionário, desta vez do PCF - Jacques Douglas (1974) publicou *Anarquistas de Ontem e de Hoje*, insistindo nas vantagens da ditadura comunista face aos perigos da liberdade anarquista.

2) Neste comício, inicialmente previsto para o Pavilhão dos Desportos fizeram-se representar o Comité Intercontinental da CNT no Exílio, representado por Marciano Singuenza, a Federação Anarquista Ibérica, representada por Roberto, a Federação Anarquista Italiana, a Federação Anarquista Internacional por Mazzorchi, e a AIT por Balkanski e Liarte. Para além de elementos da CNT do interior de Espanha, da Frente Libertária de França e da SAC da Suécia (Lars).

3) Entre o vasto grupo de anarquistas asseguraram durante os primeiros anos o CEL/ A Batalha destacam-se desde logo os antigos militantes como Emídio Santana, Custódio da Costa, Ligia Oliveira, Artur Modesto, Moisés da Silva Ramos, Tomás Aquino, José António Machado (1915-1978), António Luís (1909-1997), Manuel Joaquim Galhóz Júnior (1918-2010), José Firmo, e entre os mais jovens Carlos Fontes, Júlio Mendes Palma, Carlos Reis , Carlos Nuno…

4) Carlos Fontes entre 1975 e 1987 publicou dezenas de artigos n´*A Batalha*. Muitos eram anónimos, outros com pseudónimos (N.R.A., Manuel Pereira), alguns tinham uma simples letra "C" ou duas "CF", outros com o nome Carlos, C Fontes ou Carlos Fontes. As temáticas resultavam de debates saudáveis com Emídio Santana e outros camaradas de redação. Artigos identificados. :

a) Municipalismo."Comissão de moradores. Escola de Democracia direta", 19/07/1975; "Comissão de moradores: uma arma autónoma e de base dos trabalhadores, 5/08/1975; Desmantelar o Estado pela Base. Comissão de moradores, 30/08/1975; "Conselhos de Aldeia. Orgãos de moradores e de trabalhadores simultaneamente, 30/08/1975; A Luta do Povo pela Habitação, 7/12/1975; Libertar e Desenvolver a Imprensa Regional, 7/12/1975; "Interior: Terra e Homens sugados pelo litoral...", 17/03/1976; "Autarquias locais: porque tanto barulho?, Out.1976; Açores: Autocracia, Agos/Set1985 e Out/Nov/Dez1985; "Urbanização Desumanizada", Out. Nov. Dez. 1986;

b) Autogestão: "Um tipo de gestão. Estabelecimentos Rodrigues & Rodrigues", 24/05/1975; Rodrigues & Rodrigues: uma experiência autogestionária", 14/06/1975; "Biolacta - Outra Experiência autogestionária", 5/07/1975; "Fomos para a autogestão para impedir a manobra de despedimentos", 19/07/1975; "Autogestão e marxismo", 19/07/1975; "Autogestão numa firma de montagem metálicas", 9/08/1975; "Flurescente: A desmontagem duma luta autogestionária, 30/08/1975; "É necessário consolidar e ampliar as realizações autogestionárias, 11/10/1975, com Emídio Santana; Hotel das Arribas: um caso de autogestão, 20/12/1975; Da Empresa ao Sindicato, Out.1976; O Hotel Baia em Autogestão, Nov. 1976;

c) Escolas: "A Escola em debate", Nov. 1976; "Notas sobre o ensino em Portugal", Set/Out/ Nov.1984 e Jan/Fev1985;

f) Sindicalismo: "Greve com ocupação num sector da função pública, 1/11/1975; "Os Sindicatos arma revolucionária", Jan.1977; "O Congresso da Inter: e Agora?", Mar. 1977; "Sindicalismo em Luta", Maio, Junho e Julho de 1978;"Sim ou Não aos Sindicatos", Out 1978; "Descentrar um Debate", Novembro de 1978; "Quatro anos depois ... A Reforma Agrária", Jan 1979; "Sindicalismo em Debate", Fev.1979; "Para que servem os sindicatos?, Nov.1979; Itinerário do Marasmo", Nov. 1979; "UGT: os "democratas contra os "totalitários"..., agosto de 1979;

d) Anti-Militarismo: "Trabalhadores fardados uma força revolucionária", 19/07/1975; "Os militares e a burguesia", Jan.1978;

e) Estratégia centrada em organizações locais: "Novas formas de capitalismo em Portugal , 9/08/1975; "A Luta pelo poder autónomo e de base em Portugal, 30/08/1975"; "Para uma estratégia anarquista, 22/11/1975, 20/12/1975 e 7/02/1976;"Da empresa ao sindicato", Out.1976; "O Contra-Poder Popular", Jan. 1977; "Estado e Luta de Classes", Abr 1977;

g) Capitalismo de Estado: “Marxismo-Leninismo: Teoria Oficial do Capitalismo de Estado", 10/01/1976; "Porquê as Nacionalizações ? Porquê as desintervenções", Dez. 1977;

h) Crítica do Quotidiano: "Relações humanas ou relações de autoridade?, Fev.1977; "O Tempo fora das Fábricas", Jan.1978;" Na vida do trabalhador...", Julho de 1979; "A Fuga", Agosto 1979 "O poder dos Objectos", Fev, mar. e Abril de 1980; "O Milagre", Out1980; "O Misticismo Científico, Set.1983; "A Vida contra o poder", Out.1983; "Sair da lógica da miséria", Mar. 1984; "Notas sobre o reformismo", Abr.-Maio 1984;

i) Estética: "Mais além da arte", Set.1983;

j) Primeiras páginas do jornal: Capitalismo de Miséria ou as misérias do capitalismo? ", Julho 1979; "Não há poder..", Agosto 1979; "As Eleições...",Set.1979; "Como Tudo...", Out.1979; "Manual...", Nov.1979; "Sempre foi assim..", Dez.1979; "A quem nos vamos vender?", Fev.1980; "No rescaldo das eleições", Nov.1980;

l) História do Movimento e Pensamento Anarquista: "A propósito do Congresso da ALAS", Fev.1977; "O que queremos ?", nº48, 1978 (?), "Movimento Anarquista em Portugal", Jul. 1978; "Kropotkine. O Anarquismos como Ciência", Fev.1983; "Os Novos Místicos ou o Fim do Universo de Job", Agosto 1983; "Os Novos Demónios", Agosto e Setembro 1983; "Anarquismo em Portugal. Dez anos para Ressurgir...", Setembro, Outubro e Novembro de 1983; "A Recusa da Uniformidade e Apelo à Diferença. Proudhon", Nov. 1983; A Complexidade Anárquica. Silva Mendes", Dez.83-Jan. 1984; "Bakunine e a Aristocracia da Inteligência", Fev. 1984; "Anarquismo em Portugal (Notas para um percurso)", Jul.-Agosto, 1984; "Breves Notas para uma antropologia anarquista", data ?; "Notas sobre Antero Quental", Jan.-Fev.1986, Mar.-Abril de 1986, Maio-Junho.1986; "O Anarquismo Hoje", Fev. Mar. Abr.1987;

Artigos publicados na *Voz Anarquista*: "Cupulas e base. Retrocesso? Ou, um passo **em frente** no Capitalismo de Estado ?", Maio/Junho 1976; "A Cooperação entre trabalhadores: A base da luta contra a exploração", nº.15, Julho 1976; "Anarquismo e Revolução Social", nº16, Agosto de 1976; "A Conquista da Liberdade?", nº17, Setembro de 1976; " A Arte e a Sociedade", nº18, Novembro de 1976; "Comunas - Uma Utopia ?", nº19, Janeiro de 1977; "Anarquistas contra o poder", nº20, Fev.Março de 1977; "Filosofia Anarquista", nº22, maio de 1977; "Quem fará a revolução ?", nº24, Agosto de 1977; "E os camponeses?,nº25, Set./Outubro de 1977; "O que Queremos ?", nº27, Dez.1977; "Da Arte do Poder à Arte da Vida", nº28, Jan.Fev.1978; "Quebrar o isolamento", nº39, março 1979;

5) O tema da ”autogestão” era também então debatido fora do movimento anarquista, nomeadamente entre o revisionista do marxismo, como um possível modelo de gestão de empresas que permitiria envolver os trabalhadores na produção, aumentar a sua produtividade e a inovação. Entre as obras então publicadas destacamos “A Autogestão” de Yvon Bourdet e Alain Guillerm (Publicações Dom Quixote, 1976).

6) Eurico da Fonseca publicou na *Voz Anarquista* (nº.43, Setembro de 1979) uma síntese da “sociedade do futuro”: As energias fósseis serão substituídas por energias renováveis (solar,

hídrica e biomassa); As zonas rurais revitalizadas, absorvendo a população que hoje está concentrada em megalópoles; As grandes zonas industriais desaparecerão para dar lugar à pequena indústria e serviços, próximos dos locais de residência e dos campos; o centralismo, autoritarismo e a concorrência serão substituídos pela descentralização e a cooperação. Esta mudança não se fará por qualquer determinismo evolutivo, mas por uma questão de sobrevivência da Humanidade. O modelo é claramente inspirado em E. Reclus e Kropotkine.

7) Bookchin, Murray, *Para uma Tecnologia Libertadora,* Via Editora, 1976. Anos depois veio a considerar esta visão ingénua. Eurico da Fonseca traduziu e publicou na coleção Argonauta - *O Colosso Anarquista* (1978) de A.E. van Vogt, uma obra de ficção cientifica sobre uma "sociedade anarquista" controlada por máquinas… Nesta altura não faltavam também publicações das visões libertárias de Júlio Verne sobre o futuro.

8) Chesneaux, Jean, "Júlio Verne Anarquista", in *Historia*, Lisboa, nº.67, Maio de 1984, pp.2-28; Rocha, Ilídio, "Júlio Verne em Portugal", idem, pp.29-33,

8.1) João Freire escreveu um detalhado testemunho da sua adesão ao anarquismo em França (1970) e acção no movimento após 1974, com destaque para a fundação da FARP. Cfr. Freire, João, *Pessoa Comum no Seu Tempo*…Porto. Afrontamento. 2007. pp. 434-504.

9) Rui Vaz de Carvalho (1941-2003).A revista *Utopia* (nº16,2003) publicou a nota biográfica deste anarquista com vários erros. De relevante a sua participação na revista Antítese (1984-1988, 7 números) e na revista Utopia entre 1994 e 2003.

10) Boletim de Informação da AIT. Associação Internacional dos Trabalhadores, nº16-17, Junho de 1974. Suplemento de em língua portuguesa. Edição especial promovida pelos anarco-sindicalistas portugueses (João Freire). Director: J. M. Congost. Sede: 38, Rue Victor Chabot, 87100 Limoges-France.

11) Quintela, Pedro; Guerra, Paula, "Culturas de Resistência e médias alternativos: Os fanzines punks portugueses", in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 80, CIES-ISCTE. Lisboa, 2016.

12) Lemos, Paulo Bettencourt - *A Importância do Punk em Portugal. O Movimento Punk Nacional e o Caso da Banda Mata-Ratos (1982-2010)*. Universidade de Coimbra. 2011

13) A associação dos anarquistas a bombistas foi desde 1974 assumida em várias publicações libertarias. Um indivíduo de negro segurando uma bomba pronta a explodir era a imagem icónica do libertário (*A Ideia*, nº1, 1974). Não consta em Portugal que depois de 1974 algum anarquista tenha fabricado ou lançado quaisquer artefacto explosivo. Entre o livros editados envolvendo atentados anarquistas destacamos dois: *Um Escritor Confessa-se*, de Aquilino Ribeiro (1974) e *Historia de um Atentado* de Emídio Santana (1976), ambos com grande impacto na comunicação social. A revista "Opção" (nº32, 8/12/1976), por exemplo, dedicou um largo espaço ao tema com o sugestivo título: "A Formação dos Anarquistas"… "A História Aliciante dos Homens cuja Atividade foi um "incentivo para a policia de todos os países". No final da década era publicado: *Ravachol e os Anarquistas* de Jean Maitron (1981).

14) Sobre a posição dos anarquista face aos militares depois do 25/04/1974 e o antimilitarismo consultar: *A Ideia*, nº.5, Julho de 1976; etc.

15) Entrevista com Afonso Cautela, in *A Batalha*, nº251, Set.-Out.2012

16) Madeira, Bruno, *Pela Subversão do Quotidiano. "Não foi para morrer que nascemos". O Movimento Ecológico do Porto (1974-1982)*. Porto. edições Afrontamento. 2020

17) José de Brito, o "Guro da Bica", tornou-se no símbolo dos chamados "anarcas" depois de 1975, desdobrando-se em entrevistas. Em 1976 falava de uma "revolução frustrada" a regressão que se verificava nos movimentações sociais (entrevista, *Nova Vida*, nº.72, Setúbal, 2/07/1976).

18) "O Livrinho Vermelho do Galo de Barcelos. Ex-citações de MAU de Zé y CHUNGA". 2ª. Edição . Amadora. s/d (1975)

19) revista *Alambique*, primavera de 2013.

20) Entre meados de 1975 e Abril de 1977 ocorreram em Portugal quase 600 atentados e ações violentas que provocaram várias mortes, efectuadas por uma rede bombista coordenada por Ramiro Moreira, militante do PSD (Miguel Carvalho - *Quando Portugal Ardeu,* 2017). O somatório dos atentados provocados por esta rede foi superior a todos os praticados durante toda a Iª. República, o período dos "bombistas".

21). Freire, João, "1974-1984: Evocação ou Renovação da Ideia Anarquista?", in Colóquio Portugal 1974-1984. Dez Anos de Transformação Social, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nºs 15,16 , 17. maio 1985.

22) *Tecnologia e Liberdade* (8 a 10 de Abril de 1987). Resumo das comunicações, in *A Ideia*, nº46/47, Nov.1987

23). A obra de Max Stiner começou a ser publicada em Portugal apenas no século XXI: *Textos Dispersos* (2003), *O Único e a Sua Propriedade* (2004) sucedendo-se desde então vários trabalhos: Serrão, Adriana Veríssimo. (2013) "A Pergunta de Feuerbach a Stirner: «Que significa 'ser um indivíduo'?»", *Philosophica*, no41 (abril 2013), pp. 97-108; Senft, Gerhard. (2013) "Max Stirner e a Crítica da Economia Política", *Philosophica*, no 41 (abril 2013), pp. 71-84 ;Miranda, José Bragança de. (2004) "Stirner, o passageiro clandestino da história", posfácio a Max Stirner, O Único e a sua Propriedade. Lisboa: Antígona, pp. 295-339; Falé, Laura Sequeira. (2015) *Os Fantasmas em Max Stirner: a falha do Humanismo.* Dissertação de Mestrado em Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Prof. Alexandre Franco de Sá;Barata-Moura, José. (2013) "Stirner: Da Nadificação ao Momento Ético da Intimidade Proprietária", *Philosophica*, nº 41 (abril 2013), pp. 7-56 ; Rodrigues, Beatriz de Almeida, *Crime e fruição: o egoísmo de Max Stirner como discurso de resistência contra a dominação?* . Tese. FCSH-UNL.2018

24) Franco, António Cândido, "Henry David Thoreau e a Moderna Tradição Libertária", in *Revista Anglo-Saxonica*

1990-2020: Novas Perspectivas - Novas Lutas. Noam Chomsky

1) Fukuyama, Francis, *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa, Grádiva,1992

2) Os bloquistas à semelhança dos militantes do PCP têm, produzido uma significativa produção literária sobre o movimento anarquista, numa frustrada tentativa da sua apropriação.

3) Freire, João, *Pessoa Comum no Seu Tempo*…Porto. Afrontamento. 2007

4) Carrapato, Júlio, *Resposta Bem-Humorada ao Professor Doutor João Freire*. Edições Sotavento. Loulé. 2007

5) Entrevista a Paulo Borges n´*A Batalha*, nº.251, 2012

6) "Linguagem, Política e escrita: uma conversa com Noam Chomsky", publicado no *Journal of Advanced Composition* 11, 1 (1991), pp. 4-35, in *Noam Chomsky Sobre Democracia y Educación*, vol.2, Paidós. Barcelona. 2006

7) Entrevista com Noam Chomsky, *A Batalha* nº. 149, Janeiro-Fevereiro de 1995

8) Bibliografia essencial de Francisco Trindade sobre Proudhon: Algumas reflexões sobre a importância de Proudhon na CGT e nas lutas sociais em Portugal, *A Batalha*, nº122-123, 1989; O antagonismo de classe no seio da Grande Revolução, *A Batalha*, nº126, Out-Dez, 1989; Proudhon o federalismo como sustento da democracia direta, *A Batalha*, 127, Jan.1990; Reflexões sobre a espontaneidade das massas no processo histórico, A Batalha, 129, Jul-Set.1990; O Capital ou o valor de uma crítica da economia política, *A Batalha*, 133, Jul-Set. 1991; Proudhon e Eça de Queirós, *A Batalha,* Julho/Setembro de 1992; Proudhon e o federalismo, *A Batalha*, Nov-Dez. 1996; Proudhon e o federalismo, Razão, *Sup. Cultural, PS de Mesão Frio,* jan. 1997; Proudhon: a guerra e a paz ou a lógica da força, in *Singularidades*, IV, 2° ser.,1997; A atualidade de Proudhon, *Utopia*, 8, Out-Nov, 1998; *O essencial Proudhon*, Lisboa, Universitária Editora, 2000; *Proudhon revisitado. Repensar o federalismo*, Lisboa: Universitária Editora, 2001.

9) O processo de José Sócrates, independentemente dos seus crimes, será estudado no futuro como uma das páginas mais negras da justiça em Portugal, pela forma como foi perseguido, humilhado e julgado na praça pública num processo criado em alimentado pelo sistema judicial, num total desrespeito pela dignidade da pessoa humana.

10) Ideia defendida em 2002 por John Holloway (1947-?), na sua obra "Mudar o Mundo sem Tomar o Poder".

11) Entrevista com Boaventura Sousa Santos - "O Intelectual de Retaguarda", de Helena Mateus Jerónimo e José Neves, in *Análise Social,* (XLVII), 2012

12) Bibliografia essencial: Strefano d`Errico - *Anarquismo e Política: Revisão Crítica de Camilo Berneri*. Cadernos A Batalha. 2009; etc.

13) Corrupção na produção de leis. A sua denuncia tem sido um dos grandes combates dos anarquistas desde meados do século XIX, sem que a situação se tenha alterado aos longos dos tempos em regimes ditatoriais ou democráticos. A Assembleia da República é uma câmara de negócios, numa completa promiscuidade entre o público e o privado. Os Partidos Políticos que monopolizava esta assembleia montaram um sistema de saque do Erário Público. A questão passou a ser encarada como "cultural", como a abundante literatura sobre o assunto refere.

Bibliografia essencial sobre a corrupção do sistema politico em Portugal: Paulo de Morais, *Pequeno Livro Negro da Corrupção*, 2020; idem, *Da Corrupção à Crise*, idem 2013); Ackerman, Susan, "Corrupção e Governo", Prefácio, Lisboa,2002; Costa, Almeida, "Sobre o Crime de Corrupção", Coimbra, 1987; Ferreira, Eduardo e Batista, Maria, "Práticas de Corrupção na Sociedade Portuguesa Contemporânea", in *Polícia e Justiça* – II série, nos 3 e 4", Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais, Lisboa, 1992, 75 - 105; Maia, António,"Os Números da Corrupção em Portugal", in *Polícia e Justiça – Branqueamento de Capitais*, Coimbra, 2004, p.83 -

129; Maia, António,*Representações Sociais da Corrupção – Contributo para o seu Conhecimento*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2006; idem,*Corrupção: Realidade e Percepções – o papel da imprensa*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2008; Porta, Donatella Della; Mény, Yves, (org.),*Democracia e Corrupção na Europa*, Lisboa, 1995; Sousa, Luís, "A Internacionalização do Combate à Corrupção: Actores, Processos e Impactos", Comunicação efectuada em Março 2007 no *Colóquio Internacional "Combate à Corrupção, Prioridade da Democracia*, Assembleia da República, Lisboa, 2007; Sousa, Luís; Triães, João, *Corrupção e Ética em Democracia: O Caso de Portuga*l, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa,2007; Triães, João, *Aspectos Sociológicos da Corrupção em Portugal: Actores, Recursos e Mecanismos do Crime de Corrupção entre 1999 e 2001*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2004; Cunha, I. (2014). "Visibilidade da Cobertura Jornalística da Corrupção Política e Indicadores de Opinião Pública". In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). Cobertura Jornalística da Corrupção Política (pp. 260-294). Lisboa, 2014Cunha, I. & E. Serrano (coords) (2014). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: Sistemas Políticos, Sistemas Mediáticos, Enquadramentos Legais*. Lisboa, 2014; Maia, A. & H. Borges,. Prevenir e Reprimir a Corrupção Política em Portugal Evolução do Quadro Legal. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 109-179). Lisboa, 2014; Morgado, M. & Vegar, J. (2003). *O Inimigo Sem Rosto – Fraude e Corrupção em Portugal.* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003;.

14) Corrupção na Justiça. A Justiça em Portugal tem uma longa tradição de perseguição da população. Entre 1536 e 1820 esteve escurada na Inquisição. Nos regimes liberais, intervalados por ditaduras até 1926 caracterizou-se pela perseguição das camadas mais pobres da população e dos que se revoltavam. Durante a longa ditadura (1926 e 1974) o sistema judicial era com os militares e a igreja católica uma peça fundamental na repressão. Depois de 1974 foi declarada a independência do sistema judicial, mas rapidamente os vários agentes judiciais (juizes, procuradores entre outros) descobriram que podiam tirar partido a seu favor desta independência. Multiplicaram-se então os casos de tráfico de influência, abusos de poder, movimentos partidários dos seus agentes, judicialismo, etc. Os juizes pensaram que estavam a cima da própria Lei. A corrupção tornou-se larvar. A instituição que era suposto julgar a corrupção é ela própria corrupta. Os juizes usaram jornais sensacionalistas para promoveram campanhas contra partidos, linchamento na praça publica de quem os podia afrontar. Criaram"mega-processos" que se arrastam ao longo dos anos para lançarem suspeições sobre todos os seus inimigos. A justiça transformou-se numa força política partidarizada que atua na mais completa impunidade. Bibliografia essencial sobre a corrupção na justiça: Lisa Scottoline, *Corrupção na justiça* , Queluz de Baixo, 2003

15) Corrupção no governo. Aos processos de corrupção que abalaram a confiança que muitos portugueses ainda tinham nas leis e na justiça, juntou-se o mediático processo de corrupção de um primeiro-ministro: José Sócrates (2005-2011). No exercício de funções aceitou, como normal, viver de "empréstimos" que um amigo lhe dava sem qualquer controlo.

16) Em 1976 foi reconhecido o direito aos emigrantes que residissem na Europa de participarem nas eleições legislativas, mas só aos que estivessem recenseados nos consulados. Dez anos depois foi a estes reconhecido o direito a participarem nas europeias. Apenas em 1997 foi-lhes dada a possibilidade de participarem nas presidenciais, mas neste caso o voto teria que ser presencial. Em 2009 emigrantes fora da Europa puderam também votar. Nas legislativas deste ano só 28 mil foram às urnas, registando-se uma levada percentagem votos nulos. Dez anos depois, o universo dos potenciais votantes foi alargado para 1.466.754. Foram às urnas 158 mil, registando-se 35,9% votos nulos. O número de emigrantes portugueses em 2019 era superior a quatro milhões.

17) Freitas, Helena de Sousa, *A expressão anarquista nas paredes de Setúbal: o cavalo de batalha de Tróia*. Tese CIES.IUL. 2012

18) Rui Tavares, escrevia n´*A Batalha* (nº. 151, Maio-Junho de 1995) um dos artigos em sustenta esta ligação da Internet ao anarquismo, não porque os anarquistas a tenham criado mas por que

as coisas nesse sentido apontaram. Rui Tavares anos depois aderiu ao Bloco de Esquerda, e fundou depois o polémico Partido Livre.

19) Colóquio: "Atualidade de Proudhon? No Bicentenário do seu Nascimento", Universidade do Minho, 30/10/2009. Consultar: Gama, Manuel (org. Introdução)- *Proudhon. No Bicentenário do seu Nascimento*. Braga. Centro de Estudos Lusíadas / Universidade do Minho. 2009. Neste âmbito: Rapaz, **Virgilio**, "Efeméride. Pierre-Joseph Proudhon: bicentenário do seu nascimento (1809-1865)", in *Lusíada. Economia & Empresa*. Lisboa, nº.10/2010

20) Sobre o projecto MOSCA consultar *A Batalha,* nº255, Maio-Junho, 2013

21) Ricardo de Sousa, M., *Os Caminhos da Anarquia. Uma Reflexão Sobre as Alternativas Libertárias em Tempos Sombrios*. Lisboa, Letra Livre. 2013

22) "Um Apanhado do Anarcoounk no Alentejo. Música e ação a partir de Aljustrel", in, *Alambique*, nº.9, Janeiro de 2009.

23) *A Batalha*, nº.282, Nov/Dez., 2018